

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS
DA RELIGIÃO**

Yury del Carmen Puello Orozco

**NEM TEOCRACIA – NEM EXCLUSÃO:
AS INTERVENÇÕES DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL 1995-
2005**

São Paulo 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Yury del Carmen Puello Orozco

**NEM TEOCRACIA – NEM EXCLUSÃO:
AS INTERVENÇÕES DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL 1995-
2005**

*Tese apresentada à Banca Examinadora
no programa Ciências da Religião da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como requisito parcial para
obtenção do título de doutora em Ciências
da Religião, sob a orientação da
Professora Dra. Maria Jose Fontelas
Rosado Nunes.*

São Paulo 2006

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professora Dra. Débora Diniz

Professora Dra. Simone Grilo Diniz

Professora Dra. Sílvia Pimentel

Professora Dra. Elaine Hojaj Gouveia

Para meus pais Florentina e Domingo. À minha irmã, Orfelina, aos meus irmãos, sobrinhos, sobrinhas, afiliadas e afiliados.
Para Pepita

AGRADECIMENTOS

Agradeço à

Professora Maria José Rosado Nunes pelo incentivo e pela presença constante, muito obrigada

A Católicas pelo Direito de Decidir por conceder-me um tempo para a elaboração do trabalho

Paula, Beto de Jesus, Toni Reis, Luiz Mott, Maria Ângela, Raldo Bonifácio Costa Filho, Frei Luiz Carlos Lunardi, Juçara Portugal Santiago. Pela disposição, colaboração e informações subministradas.

Aos colegas do GT Religiões pelas contribuições recebidas

Eron Almeida pela colaboração com a pesquisa dos dados

Guilherme Salgado Rocha pela disponibilidade na revisão do texto

Odete pela amizade e ajuda incondicional

Grupo de mulheres da paróquia Nossa Senhora Achiropita pelos momentos de gratuidade vividos juntas e pelo carinho demonstrado

Sérgio pela amizade e apoio

Frei Elvécio Carrara pelo apoio e colaboração

Carlos Díaz Azevedo meu afiliado pelo material subministrado

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC: Abstinence, Be faithful and if its necessary, use Condom - Abstinência, Fidelidade e Preservativos

ABGLT: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros.

ABIA/IMS/UERJ:

ABIA: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.

ACDH: Asociación Ciudadana por los Derechos Humanos

ADIN: Ação Direta de Inconstitucionalidade.

AIDS: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

APOGLBT: Associação da Parada do orgulho GLBT.

ARCA: Apoio Religioso Contra a AIDS - projeto do ISER

CDC: Centers for Disease Control and Prevention. Órgão ligado ao departamento de saúde do governo dos EUA.

CDD-Br: Católicas pelo Direito de Decidir Brasil.

CDH: Comissão de Direitos Humanos

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base – da Igreja Católica

CELAM: Conselho Episcopal Latino-Americano.

CESE: Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CNBB: Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil.

CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

CREMESP: Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

CRT/ AIDS-SP: Centro de Referência e Treinamento em Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, do programa estadual de AIDS de São Paulo.

CRT-AIDS: Centro de Referência e Treinamento em AIDS.

CTs: Células-tronco

DNA: **Ácido Desoxirribonucléico**

DST: Doenças Sexualmente Transmissíveis

EUA: Estados Unidos de América.

FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FFLCH-USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Universidade de São Paulo.

GCTH: Grupo de Cooperação Técnica Horizontal em HIV.

GLBT: Gays, Lésbicas, Bissexuais e Trans-Gênero.

GPC: Grupo Parlamentar Católico

GT: Grupo de Trabalho

HIV: **Human Immunodeficiency Virus**

HUGO: Human Genome Organisation.

IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

IG: Internet Gratis.

IGLHRC: International Gay and Lesbian Human Rights Commission.

ILGA: International Lesbian and Gay Association.

ISER: O Instituto de Estudos da Religião

MCT: Ministério da Ciência e Tecnologia.

MMWR: Morbidity and Mortality Weekly Report.

OGM: organismos geneticamente modificados

OGMs: Organismos Geneticamente Modificados

OMC: Organização Mundial do Comércio.

OMS: Organização Mundial da Saúde.

ONGs: Organizações Não Governamentais.

ONU: Organização das Nações Unidas.

OPAS: Organização Pan-americana de Saúde

OPS/OMS: Organización Panamericana de la Salud vinculada à Organização Mundial da Saúde.

PGH: Projeto Genoma Humano.

PL: Projeto de Lei.

PN-DST/AIDS: Programa Nacional de DST e AIDS.

PNDST/AIDS: Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde

PP: Partido Progressista.

PSDB-GO: Partido da Social Democracia Brasileira – Goiás

PT-SP: Partido dos Trabalhadores de São Paulo

PUC/SP: Pontifícia Universidade Católica.

SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SCDH: Unidade de articulação com a sociedade civil e direitos humanos.

SENALE: Seminário Nacional de Lésbicas.

SK: Sarcoma de Kaposi

SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual

STF: Supremo Tribunal Federal.

UFRJ: Universidade Federal de Rio de Janeiro.

UNAIDS: programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

UnB: Universidade de Brasília

UNESP/BOTUCATU: Universidade Estadual Paulista

UNIP: Universidade Paulista.

USAID: documento destinado ao Congresso norte-americano

USP: Universidade de Sao Paulo.

RESUMO

Este estudo insere-se no campo complexo das discussões sobre a legitimidade da intervenção pública de instituições religiosas, no contexto de Estados nacionais guiados pelo princípio da laicidade.

Especificamente, analisa a presença da Igreja Católica em espaços de discussão sobre políticas públicas ou projetos de lei que têm como tema a sexualidade. Partiu-se da afirmação de que a legitimidade da intervenção de qualquer instituição na esfera pública consolida-se no respeito aos princípios constitucionais, expressão de consensos da sociedade, que estabelece patamares mínimos de acordos que garantam a convivência. Mesmo no caso de um Estado laico, é legítimo que a Igreja Católica, como qualquer outra instituição social, participe das discussões públicas, sempre e quando guiada pelos mesmos princípios. Interrogar a atuação pública da Igreja foi um dos objetivos principais do presente trabalho.

A pesquisa empírica teve como foco a atuação pública da Igreja Católica no Brasil. Foi realizada tomando como referência as discussões sobre a implementação de políticas públicas relacionadas à problemática do HIV/AIDS; discussões no Congresso Nacional sobre o projeto de lei 1.151/95 que trata da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, e projeto da Lei de Biossegurança (11.105/05) que previa a regulamentação e estabelecimento de regras para a pesquisa sobre células-tronco.

Os resultados da pesquisa, apesar de permitirem reconhecer a complexidade e as contradições da atuação católica nesses casos específicos, mostram que a forma como a Igreja se manifesta em relação à homossexualidade, sua oposição às pesquisas com células-tronco, e a reiterada condenação do uso do preservativo colocam-na em contradição com certos consensos sociais que parecem atualmente já presentes e consolidados na sociedade.

Palavras-chave: Igreja Católica – Estado – Democracia - AIDS – Células-tronco – Homossexualidade.

SUMMARY

This study inserts itself in the complex field of the discussions about the legitimacy of the public intervention from religious institutions, in the context of national States driven by the principle of the lay secularity.

Specifically, it analyzes the public presence of the Catholic Church in discussion spaces on public politics or bills that have the sexuality for their theme. Starting from the affirmation that the legitimacy of the intervention of any institution in the public sphere, is bestowed by the respect to the constitutional principles, expressions of consensus of the society that establish minimum levels of agreements to guarantee the coexistence. In that sense, even in the case of a lay State, it is legitimate for the Catholic Church, as any other social institution, to participate in the public discussions, always and whenever it is guided by those same principles. To question that public performance of the Church was one of the main objectives of the present work.

The empirical research had as focus on the public activity of the Catholic Church in Brazil. It was accomplished taking as reference the discussions around the implementation of public politics related to the problem of HIV/AIDS; discussions in the National Congress on the bill 1.151/95 on the civil partnership among persons of the same sex, and on the project of the bio safety bill (11.105/05) that foresaw the regulation and establishment of rules for the research around stem cells.

The results of the research, in spite of allowing recognition of the complexity and the contradictions that go through and cross the catholic ecclesiastic activities in those specific cases, point that the position of the Church with regard to homosexuality, their opposition to the research on stem cells and reiterated condemnation of the use of preservatives, end up putting the Church in contradiction with certain social consensus that seem now to be already “accepted” by the Brazilian society.

Keywords: Catholic Church - State- Democracy - AIDS- stem cells- Homosexuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. Referencial metodológico	09
2. Caminho percorrido	18
CAPITULO I: A RELIGIÃO NA MODERNIDADE	24
1. O princípio do Estado laico	32
2. Realidade paradoxal: religião e secularização	35
3. Presença pública das religiões	46
3.1. Razões da legitimidade da Igreja Católica no espaço público, segundo Burity (2003)	49
3.2. Possibilidades nas quais as religiões podem desenvolver um papel social no espaço público da sociedade moderna, segundo Casanova (1994)	60
3.3. O papel das religiões nas discussões públicas - Chantal Mouffe	69
3.4. Entre reactivos y disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular – Vaggione 2005	73
3.5. Impasses colocados pelo fundamentalismo religioso	82
CAPITULO II: AIDS - IGREJA CATÓLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	85
1. Definindo HIV/AIDS	86
1.1. O que é o HIV	86
1.2. O que é a AIDS	88
1.3. Evolução das designações atribuídas aos grupos visados pela epidemia do HIV e da AIDS no Brasil	89
1.3.1. Casos	89
1.3.2. Fatores e grupos de risco	90

1.3.3. Comportamento de risco	92
1.3.4. Situação de risco	93
1.3.5. Vulnerabilidade	94
1.4. HIV/ AIDS e Mulheres	95
1.4.1. Preservativo Feminino	98
2. HIV e AIDS no Brasil e Políticas públicas	99
3. HIV e AIDS: desafios para a Igreja católica	113
3.1. Discursos paradigmáticos	119
3.2. Diversidade de práticas	122
3.3. Igreja Católica, AIDS e relações com o governo	132
3.3.1. A sexualidade no centro das estratégias de prevenção	136
3.3.2. Articulação das divergências	142
CAPITULO III: CÉLULAS TRONCO - IGREJA CATÓLICA E	
PROJETO LEI DE BIOSSEGURANÇA (LEI 11.105/05)	166
1. Introdução ao tema	167
2. O que são as células-tronco	170
2.1. Caracterização das células-tronco	170
2.1.1. Células-tronco embrionárias	170
2.1.2. As células-tronco embrionárias totipotentes	171
2.1.3. Células-tronco embrionárias multipotentes	171
2.1. 4. Células-tronco adultas	171
2.1. 5. Células-tronco adultas unipotentes	172
2.1. 6. As células-tronco adultas oligopotentes	172
3. Projeto de lei no Brasil sobre células-tronco	172
4. Fatores de conflitos em torno do uso de	
células-tronco embrionárias	175
4.1. Status de um ser humano	175

4.2. Utilidades dos embriões não utilizados	176
4.3. Embriões para pesquisas	176
4.4. Posições em torno das células-tronco	177
4.4.1. Posição de alguns cientistas	177
4.4.2. Posição dos juristas	181
4.4.3. Posição dos portadores de deficiência	182
4.4.4. O debate das células-tronco e os meios de comunicação	183
5. A Igreja Católica diante das pesquisas com células-tronco	186
5.1. Posição da Santa Sé	186
5.2. Posição da Igreja Católica no Brasil	191
5.3. A Igreja Católica e a Vida Humana	195
6. Igreja e Congresso Nacional	197
6.1. Mecanismos de articulação da Igreja Católica no Congresso Nacional	198
6.2. Documentos emitidos pela Igreja Católica para debater o tema das células-tronco	201
6.2.1. Carta da CNBB aos deputados sobre a votação do Projeto de Biossegurança	201
6.2.2. Carta aos bispos sobre a votação do Projeto de biossegurança	205
7. Presença pública questionada	211
7.1. Dois discursos na cena pública: o científico e o religioso	213
7.2. Duas instâncias em cena: a política e a religião	218
8. Algumas considerações	225
CAPITULO IV: A HOMOSSEXUALIDADE E A IGREJA CATÓLICA	227
1. Definindo alguns conceitos	229
2. Situando o movimento GLBT	231

2.1 Contexto de Violência e Discriminação	237
2.2 Frente Parlamentar	241
3. Dois casos paradigmáticos	243
3.1 Proposta de Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação sexual – apresentada pelo governo brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da ONU	243
3.2 Projeto de Parceria Civil entre Pessoas do mesmo Sexo - Nº 1.151/95	247
3.3. Respostas do Executivo e do Judiciário	253
4. Igreja Católica e a homossexualidade	255
4.1 Documentos da Igreja Católica sobre a homossexualidade	257
4.2 A Igreja Católica no Brasil e a homossexualidade	264
4.2.1 Documentos emitidos pela Igreja Católica sobre o projeto de lei 1151/95	268
5. A modo de análise	278
6. Algumas idéias conclusivas	304
CONSIDERAÇÕES FINAIS	306
BIBLIOGRAFIA	324
ANEXOS	334

INTRODUÇÃO

Este estudo insere-se no campo complexo das discussões sobre a legitimidade da intervenção pública de instituições religiosas, no contexto de Estados nacionais guiados pelo princípio da laicidade.

Especificamente, analisa a presença pública da Igreja Católica em espaços de discussão sobre políticas públicas ou projetos de lei que têm como tema a sexualidade. Partiu-se da afirmação de que a legitimidade da intervenção de qualquer instituição na esfera pública é garantida quando há respeito aos princípios constitucionais, expressão de consensos da sociedade que estabelecem patamares mínimos de acordos que garantem a convivência. Mesmo no caso de um Estado laico, é legítimo que a Igreja Católica, como qualquer outra instituição social, participe das discussões públicas, sempre e quando guiada por esses mesmos princípios. Interrogar a atuação pública da Igreja foi um dos objetivos principais do presente trabalho.

O Estado brasileiro tem como fundamento os valores da modernidade, a respeito dos direitos humanos, da liberdade de consciência, da religião, da liberdade de expressão e de tolerância.

A Igreja Católica, institucionalmente e em sua doutrina, entra em conflito com certos valores do Estado moderno, especialmente quando tratados assuntos ligados à sexualidade, dimensão que diz respeito às liberdades individuais. Isso pode ser evidenciado especialmente nas intervenções contra a elaboração de políticas públicas ou projetos de lei que favorecem esses direitos.

A pesquisa empírica teve como foco a atuação pública da Igreja Católica no Brasil. Foi realizada tomando como referência as discussões sobre a implementação de políticas públicas relacionadas à problemática do HIV/AIDS; discussões no Congresso Nacional sobre o projeto de lei 1.151/95, que trata da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, e projeto da Lei de Biossegurança (11.105/05), que previa a regulamentação e estabelecimento de regras para a pesquisa sobre células-tronco.

Os resultados da pesquisa, apesar de permitirem reconhecer a complexidade e as contradições da atuação da Igreja nos casos específicos, demonstram que a forma como a Igreja se manifesta em relação à homossexualidade, sua oposição às pesquisas com células-tronco, e a reiterada condenação ao uso do preservativo colocam-na em contradição com certos consensos sociais que parecem atualmente ser já dados na sociedade brasileira. Esses consensos estariam referendados por princípios constitucionais que defendem a autonomia e a liberdade das pessoas como cidadãos plenos.

Dentro desse panorama de discussões uma realidade está fortemente presente: a emergência de correntes de pensamento de caráter religioso que consideram legítimo inserir na esfera pública discursos também religiosos para contestar os discursos religiosos mais conservadores. Se, por um lado, a hierarquia da Igreja Católica justifica sua presença pública afirmando que seus discursos são seculares, por outro lado há a afirmação de discursos religiosos por parte dessas correntes.

Essencial ser analisada a participação da Igreja Católica em evento de caráter internacional, como a Conferência Internacional sobre População e

Desenvolvimento, realizada na cidade do Cairo, capital do Egito, em 1994. A Conferência se tornou espaço estratégico para a intervenção pública da Igreja Católica.

Três razões devem ser levadas em consideração, ao ser tomada a Conferência como referencial de análise. Primeiramente porque nela a Igreja Católica teve participação ativa; em segundo, o conteúdo abordado está diretamente relacionado ao campo empírico; e, em terceiro lugar, porque as conclusões da Conferência são recomendadas aos governos nacionais para serem implementadas em leis ou políticas públicas.

O governo brasileiro tem assumido as recomendações, em consequência do intenso trabalho de grupos e entidades interessados.

Na Conferência a Igreja quis ter voz ativa, por meio de articulações e estratégias, tentando impedir a redação de conclusões com posições diferentes das que defende. Também marca presença nos debates nacionais sobre as conclusões e implementação das recomendações dessas entidades internacionais. A Igreja Católica, ao lado de outras expressões religiosas, não mediu esforços para fazer valer as próprias idéias como fundamento para as políticas públicas.

A Conferência do Cairo¹ é momento que nos permite analisar como a Igreja age quando estão em pauta assuntos da mesma dimensão que a

¹ A cada dez anos, desde 1974, as Nações Unidas organizam uma conferência internacional para discutir questões relacionadas à população e desenvolvimento. As conferências anteriores foram realizadas em Bucareste (1974), e na Cidade do México (1984). Em 1994, 180 governos estiveram representados no Cairo, participando da Terceira Conferência sobre População e Desenvolvimento.

No Cairo, foi estabelecido um conjunto de propostas de ação para o futuro - as propostas estão no Programa de Ação, que representa um avanço, pois reconhece a importância da ética, valores, inter-relações, sustentabilidade, erradicação da pobreza e especialmente a relação entre o "empoderamento" das mulheres e baixos índices de fertilidade.

sexualidade. Cabe destacar que a Igreja é a única organização religiosa no mundo que goza de status privilegiado como um Estado não-membro e Observador Permanente nas Nações Unidas, por meio de sua entidade governamental, a Santa Sé. Portanto, nessa condição a Santa Sé participa das conferências das Nações Unidas e pode exercer, como o fez no Cairo, o direito de voto.

A Igreja Católica teve, como tem, papel de transcendência internacional. Foram debatidos os direitos das mulheres, sexualidade, reprodução e as políticas de população².

A Conferência ratificou, por exemplo, que os direitos são universais (Princípio 1), que as pessoas são pontos centrais e têm direito a todo tipo de desenvolvimento (Princípios 2 e 3), que deve-se lutar pela erradicação da pobreza, tratar os problemas indígenas e dos imigrantes. Os representantes da Igreja concordaram com esses princípios, entre outros motivos pela similaridade com a mensagem bíblica sobre a imagem e semelhança de Deus, a sagrada inviolabilidade do ser humano e o mesmo amor do Criador com todos, homens e mulheres.

É bastante amplo o espaço de concordância entre a Igreja Católica e o Programa de Ação. No entanto, surgiram divergências significativas. Segundo analistas, relacionavam-se à indisposição dos representantes da Igreja em participar dos debates, ou propor linguagem que pudesse receber apoio.

² As informações são o resultado do trabalho do fórum internacional de debates, constituído por líderes católicos de diferentes partes do mundo e publicadas em “A Igreja Católica e a Conferência do Cairo: uma linguagem comum”. Vozes Católicas, 1999.

Paralelamente à Conferência, líderes católicos se reuniram e divulgaram suas conclusões

“Durante o processo de preparação da Conferência do Cairo, a Santa Sé e algumas nações que tiveram representantes católicos colocaram entre aspas a maior parte da linguagem que se referia aos direitos reprodutivos, educação sexual, aborto, contracepção, definição de família e maternidade segura. De fato, o Vaticano concentrou grande parte de suas energias no Cairo, opondo-se ao consenso existente relativo à reprodução e sexualidade, ao invés de propor nova linguagem ou somar forças para várias outras questões ali discutidas e importantes para os católicos, como a erradicação da pobreza, a proteção dos direitos humanos e o acesso à educação” (A Igreja Católica e a Conferência do Cairo: uma linguagem comum. Vozes Católicas, p. 35, 1999

É importante salientar que ainda que a Igreja católica tenha se unido ao consenso global sobre o Programa de Ação, apresentou ressalvas e oposição, entre outros assuntos, nos Direitos Reprodutivos e Saúde Reprodutiva; e Saúde, Morbidade e Mortalidade, dando especial atenção às expressões “contracepção, casais e indivíduos, planejamento familiar, saúde reprodutiva, direitos reprodutivos, ampla linha de serviços em planejamento familiar e capacidade das mulheres em controlar sua própria fertilidade”.

Os temas divergentes e os argumentos da Conferência e da Igreja devem ser listados.

Os direitos reprodutivos baseiam-se no reconhecimento do direito básico, de todos os casais e indivíduos, decidirem livremente e com responsabilidade quando e como ter crianças, além de obter informação e meios para fazê-lo, e o direito aos mais altos padrões de saúde sexual e reprodutiva, livres de discriminação, coerção e violência. A promoção do

exercício responsável desses direitos para todas as pessoas deveria ser a base fundamental das políticas e programas de apoio do governo à comunidade na área de saúde reprodutiva, incluindo o planejamento familiar.

A delegação da Igreja assim se posicionou:

“Em defesa da pessoa humana, a Igreja opõe-se à imposição de limites ao tamanho da família, e à promoção de métodos que limitem os nascimentos, os quais separam as dimensões unificadora e procriativa da relação marital, o que é contrário à lei moral inscrita no coração humano ou constitui uma violência à sacralidade da vida” (declaração feita no início da terceira sessão da Conferência).

A segunda declaração tem igual teor:

“A transmissão responsável da vida e os cuidados dos pais caminham juntos. A Santa Sé não pode validar métodos de planejamento familiar que fundamentalmente separam estas duas dimensões essenciais da sexualidade humana, e expressará sua posição sobre tais métodos através das devidas objeções” (arcebispo Renato R. Martino, declaração feita na ICPD, 7 de setembro de 1994, p.6) .

O único método de planejamento familiar que a Igreja considera coerente com a ética católica é a abstinência periódica. O texto produzido no Cairo foi o primeiro documento das Nações Unidas a definir explicitamente a saúde reprodutiva.

No parágrafo 7.2 do Programa de Ação inclui-se a saúde sexual, cuja proposta é a melhoria de vida e de relações pessoais, ao lado do aconselhamento relacionado à reprodução e doenças sexualmente transmissíveis.

A delegação da Santa Se analisou as conclusões sobre saúde sexual:

“O parágrafo 7.2 em particular dá a todos os indivíduos um direito de enriquecer suas vidas através de relações sexuais baseadas no apoio e respeito mútuo sem qualquer referência a instituição do casamento. Na verdade, isso reconhece um direito a relações entre pessoas do mesmo sexo”. (notas na versão final do Documento da Conferência, p. 7).

“A idéia de sexualidade destacada nesse texto é totalmente individualista, a tal ponto que o casamento agora aparece como algo fora de moda... De fato, ao ler esse documento... tem-se a perturbadora impressão de que algo está sendo imposto: nomeadamente um estilo de vida típico de certos grupos entre as sociedades desenvolvidas que são materialmente ricas e secularizadas” (João Paulo 2º, Carta ao presidente Clinton, 19 de março de 1994).

No catolicismo, há longa tradição de aversão à sexualidade, refletida na posição assumida na Conferência quando tratado o tema. Ainda que tente transformar essa visão, os ensinamentos doutrinários e as posturas públicas enfatizam o contrário. Mesmo no Concílio Vaticano 2º, o prazer sempre foi entendido negativamente pela Igreja. Padres da Igreja, como Santo Agostinho, descreveram o sexo como um mal necessário. As relações sexuais estavam direcionadas à procriação, não para o prazer ou a afetividade.

A visão sobre a sexualidade faz com que a política oficial da Igreja isole a saúde sexual das demais formas de saúde física e mental. Uma ótica ainda mais evidente no tratamento dispensado ao HIV/AIDS. Proibir o uso de preservativos quando um parceiro está infectado é aplicação irresponsável de doutrinas moralistas.

O Parágrafo 5.1 do Programa de Ação afirma a existência de vários tipos de famílias, em diferentes sistemas sociais, culturais, legais e políticos. A família, unidade básica da sociedade, tem o direito de receber total proteção e apoio.

As noções tradicionais de gênero, fundadas na divisão das funções domésticas e na participação na força de trabalho remunerado, não refletem as atuais realidades e aspirações, pois mais e mais mulheres, em todas as partes do mundo, assumem trabalho remunerado fora do lar.

Na versão final do documento da Conferência do Cairo foram registradas as reservas da Igreja em relação às proposições sobre a família.

“O documento é confuso no que diz respeito à família, e não consegue promover o apoio à unidade familiar: Faz-se constante referência à família em todas as suas formas, uma fórmula que reconheceria uniões livres, casais homossexuais etc., equiparados à família. Ao recomendar que os governos desenvolvam políticas de apoio à pluralidade dos tipos de família (5,2), o documento enfraquece as políticas atuais que tratam da questão da família em muitas nações, onde estas foram estabelecidas com uma compreensão definitiva da unidade familiar e com objetivos específicos para o apoio à família. Nem todas as formas alternativas de família podem ou necessariamente deveriam ser qualificadas”. (notas na versão final do Documento da Conferência do Cairo, p. 2).

A Conferência do Cairo reconheceu a ampla diversidade de estruturas familiares. Ao utilizar a palavra "famílias" ao invés de "família", a delegação católica acreditava que a Conferência do Cairo estabeleceria a premissa que reconheceria todas as uniões livres, casais homossexuais etc., como iguais à família. Uma "família real" comportaria apenas marido, esposa e filhos.

A estrutura familiar não é estabelecida pela natureza, mas reflete a cultura e a economia nas quais está inserida. A Conferência do Cairo, ao sugerir que a diversidade reflita as realidades e aspirações atuais, fez afirmação que deve observada, pelos governos, para a implementação de políticas eficazes.

Analisar o comportamento da Igreja no espaço internacional que teve como objetivo sugerir parâmetros e recomendações para os governos sobre problemas que envolvem a humanidade foi um meio de mostrar impasses provocados pela Igreja em assuntos relacionados à sexualidade.

Sendo levadas em consideração todas essas idéias, foi desenvolvido o presente trabalho. Cada um dos capítulos, que se articulam, tenta desvendar e analisar o objeto de estudo.

No primeiro capítulo reflete-se sobre a presença pública da religião na modernidade, abordando o Estado laico, a secularização e a presença pública das religiões. O segundo capítulo apresenta o tema AIDS/Igreja Católica. No terceiro, as células-tronco e a Igreja Católica; quarto capítulo desenvolve o tema homossexualidade e Igreja Católica, seguindo-se as considerações finais.e a bibliografia

1. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Para entrar neste ponto é importante situar algumas análises sobre o campo metodológico. Entendendo por metodologia "o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade, ela inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador" (Minayo, 1994, p. 22).

O processo metodológico para toda elaboração de conhecimento não se restringe ao simples uso de instrumentos de coleta de dados. Antes de estabelecer os mecanismos ou instrumentos a serem usados na investigação, é necessária uma orientação epistemológica que ilumine e defina o campo e a forma de produção do conhecimento, como também a maneira de se estabelecer a relação entre sujeito e objeto, de tal forma que dê sentido ao estudo do objeto de investigação (Lüdke, 1988).

Há que se levar em conta o fato de que não existe neutralidade científica, visto que todo processo de conhecimento está envolvido por interesses e parte de opções parciais conscientes. Demo (1981, p. 25) assim se expressa:

“Envolver uma teoria com o manto da verdade é atribuir-lhe uma característica não realizável historicamente. Nada mais prejudicial ao processo científico que o apego a enunciados evidentes, não discutíveis. Somente na teoria se pode dizer que a ciência é a interpretação verdadeira da realidade, porque, na prática, toda interpretação realiza apenas uma versão historicamente possível.”

Portanto, pode-se afirmar que, para a realização de qualquer trabalho científico, é necessário assumir uma orientação epistemológica que seja coerente com os objetivos a que se quer chegar, superando a pretensa neutralidade científica.

Uma vez que o objeto deste estudo é analisar a presença pública da Igreja Católica quando entraram em pauta discussões em torno da implementação de políticas públicas relacionadas com a problemática do HIV/Aids; discussões no Congresso Nacional do projeto de lei 1.151/95 sobre a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, e sobre o projeto da Lei de

biossegurança (11.105/05), que previa a regulamentação e o estabelecimento de regras para a pesquisa, entre outras, das células-tronco.

A perspectiva da pesquisa qualitativa é considerada apropriada por ser o caminho mais adequado em relação ao propósito deste estudo.

.Ao eleger a pesquisa qualitativa, o critério numérico não é prioritário,

"pois nos preocupamos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e a abrangência da compreensão, seja de um grupo social, seja de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação" (Minayo, 1994).

Segundo Goldenberg,

"cada indivíduo é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma reprodução singular do universo social e histórico que o envolve [...] é possível ler uma sociedade a partir de uma biografia" (1997, p. 37).

Bourdieu (1972, p. 180) continua na mesma linha, ao considerar que a expressão verbal de um sujeito é fruto de determinadas condições sociais: *"Todos os membros de um mesmo grupo, ou de uma mesma classe, são produtos de condições objetivas idênticas. Disto decorre a possibilidade de exercer uma análise da prática social, do efeito da universalização e da particularização, na medida em que se homogeneízam, distinguindo-se dos outros."* Para Minayo (1994), a palavra é, igualmente, reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e, ao mesmo tempo, tem a magia de transmitir as representações de certos grupos, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas. Para esta autora, a forma privilegiada de interação é a expressão verbal.

Goldmann (1967, p. 18), da mesma maneira, afirma que a consciência coletiva só existe nas consciências individuais, o que não significa dizer que aquela seja a síntese destas. Lukács (1974, p. 66) expressa a mesma idéia ao considerar que nas consciências individuais se expressa a consciência coletiva, pois o pensamento individual integra-se no conjunto da vida social pela análise da função histórica das classes sociais.

Não obstante, é necessário que essa compreensão sobre as consciências e palavras individuais se cruze com as variáveis históricas e os aspectos determinantes das relações sociais, como classe, gênero, raça, etnia, idade, os microssistemas de poder no interior de cada um desses grupos etc., evitando, desse modo, a linearidade, aceitando as possíveis contradições, tentando compreendê-las e explicá-las, buscando as raízes sociológicas, culturais e históricas, peculiares a cada experiência, pois, ao contrário, poder-se-ia chegar a um mecanicismo e a uma homogeneização grosseira, fazendo crer que qualquer pessoa, de determinada classe ou grupo social, tem experiências, pensamentos e representações idênticos aos das outras pessoas do mesmo grupo (Stolcke, 1991, p. 62).

Vale destacar também a análise de conteúdo. *“Melhor que qualquer outro método, a análise de conteúdo permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que não são sempre facilmente conciliáveis” (Quivy, 1992, p. 225).* Nessa mesma linha, diz que a análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações”, cujas regras não são rigorosamente definidas, nem tampouco inflexíveis; portanto, a técnica tem de ser reinventada a cada momento.

De acordo com Vala (1986), o material a ser submetido à análise de conteúdo é resultado de uma rede complexa de produção. Portanto, a análise de conteúdo irá desmontar um discurso e construir outro, *“através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise”*. A delimitação dos temas levará em conta as definições de Bardin (1994), segundo o qual há que se *“descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação”*.

Outro referencial teórico importante utilizado foi a análise do discurso entendida como uma prática social significativa. O discurso é uma construção social cuja análise precisa considerar o seu contexto histórico-social e suas condições de produção. Todo discurso reflete uma determinada visão de mundo vinculada à história, contexto social do autor. Para Laclau e Mouffe, um discurso possui um caráter material, e não mental, por isso se torna inadequada a interpretação da dicotomia "discurso versus prática", entendendo a primeira como de caráter mental e a segunda material.

Assim, não se coloca em prática um determinado discurso, posto que a prática e sua correspondente materialidade são discursos. Um discurso é, dessa forma, uma prática social significativa. *“Um espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo se por discurso não se designar somente a palavra e a escritura, mas todo tipo de ligação entre palavras e ações, formando assim totalidades significativas”* (Laclau, 2000, p. 10).

O texto, dentro desta lógica, é considerado o produto da atividade discursiva, o objeto empírico de análise do discurso; é a construção sobre a qual se debruça o analista para buscar, em sua superfície, as marcas que

guiam a investigação científica. É necessário, porém, salientar que o objeto da análise do discurso é o discurso.

Segundo Mendonça (2003), a partir dos pressupostos da Teoria do Discurso, a prática discursiva é também contingente, uma vez que não há necessariamente previsibilidade para a produção de determinados sentidos no espaço social. Contudo, tanto a precariedade quanto a contingencialidade discursivas estão limitadas por aquilo que está além dos limites do próprio discurso e que representa a sua negação: o corte antagônico.

Toda e qualquer explicação do social sofre influências sociais. Toda verdade é discursivamente construída, com sentido e legitimação históricos, precários e contingentes. Nas palavras de Laclau (1998, p. 126), "uma das mudanças básicas nos últimos duzentos anos é a crescente compreensão de que a verdade é construída mais do que descoberta". A presença dos paradoxos também está inserida nessa lógica, não são negados. A própria noção de constituição discursiva, a partir de seu corte antagônico, já é em si um paradoxo. É preciso, também, aceitar que discursos não têm necessariamente de resolver seus paradoxos: podem, ao contrário, conviver com eles.

Nas análises de Laclau e Mouffe, a noção de antagonismo é uma categoria central no desenvolvimento da Teoria do Discurso. Em linhas gerais, o antagonismo é a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou positivo, a toda formação discursiva. A produção de sentidos por um sistema discursivo é sempre precária, contingente e limitada pelo seu corte antagônico, pois os sentidos constituídos por um determinado sistema discursivo sempre tendem a ser alterados na relação com os demais discursos dispostos no

campo da discursividade, que é o espaço no qual os discursos disputam sentidos hegemônicos. Além de precária, a prática discursiva é também contingente, uma vez que não há necessariamente previsibilidade para produção de determinados sentidos no espaço social. Entretanto, tanto a precariedade como a contingencialidade discursivas estão limitadas por aquilo que está além dos limites do próprio discurso e que representa a sua negação: o seu corte antagônico. *Nas palavras de Laclau (1993, p. 35), "o exterior é, portanto, um exterior radical sem medida comum com o interior".*

Laclau (1993, p. 34), sobre a noção de antagonismo, afirma que *"o ponto fundamental é que o antagonismo é o limite de toda a objetividade. Isso deve ser entendido em seu sentido mais literal: como afirmação de que o antagonismo não tem um sentido objetivo, de modo que é aquilo que impede a constituição da objetividade como tal".*

Para Mendonça (2003), a impossibilidade da constituição completa de qualquer formação discursiva não se dá somente a partir do corte antagônico, externo ao sistema discursivo, mas também no interior de suas estruturas, a partir de suas articulações e rearranjos internos. A Teoria do Discurso enfatiza que o antagonismo é também a condição de possibilidade da constituição discursiva. Paradoxalmente, segundo Laclau (1996), ao mesmo tempo que o exterior constitutivo (discurso antagônico) ameaça a constituição do interior (discurso antagonizado), ele é também a própria condição da existência do interior, na medida em que este último constituiu-se sob a ameaça da presença do primeiro. Portanto, a relação interior-exterior é antagônica, uma vez que a presença sempre constante de um impede a constituição completa do outro.

Articular o que se nega significa, no limite, negar o que se é, e isso representaria a completa desestruturação do interior. Assim, numa relação antagônica, uma diferença constitui-se na medida idêntica de ser radicalmente exterior a outra, sendo, ao mesmo tempo e de modo paradoxal, o antagonismo a condição de possibilidade e de impossibilidade de uma formação discursiva. Essa condição de possibilidade e de impossibilidade entre discursos antagônicos é o que impede a constituição da objetividade como tal (o sentido completo e totalmente transparente de um discurso) e deve ser entendida em seu sentido mais estrito: uma relação antagônica pressupõe a impossibilidade de um discurso constituir-se plenamente. Laclau (1993, p. 34) ainda afirma: *"No caso do antagonismo, o que ocorre é algo inteiramente distinto: o que nele se expressa não é minha identidade, senão a impossibilidade de constitui-la; a força que me antagoniza nega minha identidade no sentido mais estrito do termo."*

Foi Chantal Mouffe (2000) quem introduziu a noção de agonismo no âmbito da Teoria do Discurso.

O ponto fundamental da noção filosófica de agonismo é a existência de regras que fazem com que os adversários partam para a luta de um ponto comum, de modo que a disputa não ocorra com o fim de destruir o oponente, mas pela legitimidade de um discurso em detrimento de outro. O "debate judiciário", a "competição oratória", diante de um público espectador, representam a competição agônica diante de regras previamente ajustadas e na presença de testemunhas que lhe dão legitimidade. Mouffe parte do princípio de que as relações de poder são constituintes do social e, portanto, estão sempre presentes nas disputas discursivas. Mouffe ainda afirma que a idéia de que se possa dissolver o poder por meio de um debate racional é uma

ilusão, uma vez que estamos diante de uma corrente teórica que, além de tomar as relações de poder como constituidoras do social, tais relações e possíveis consensos estão sempre contaminados pela precariedade e pela contingência.

Diante do exposto, duas diferenciações importantes devem ser realizadas entre antagonismo e agonismo. No primeiro, como foi visto, não há medida comum entre interior e exterior e os discursos antagônicos promovem uma luta entre inimigos. Já no caso do agonismo, apesar da disputa entre formações discursivas diferentes, existe uma medida comum entre elas, um universal mínimo, que é o reconhecimento da legitimidade da existência do discurso concorrente. Além disso, em termos políticos, na relação agônica a categoria de inimigo é substituída pela de adversário, uma vez que o espaço comum entre adversários reside justamente na aceitação da disputa política em um espaço discursivo democrático pluralista. No exemplo dado no início deste artigo, o da constituição de movimentos sociais demandando políticas específicas perante o Estado, dá-se a ocorrência típica de relações agônicas, uma vez que está pressuposto um campo de disputa com regras preconcebidas e aceitas pelos adversários. Não há, portanto, por que se falar em relação antagônica quando estamos diante de um Estado democrático de direito, cujas regras são inicialmente partilhadas pelos grupos sociais. Aliás, este é o projeto político defendido por Chantal Mouffe: a transformação de relações antagônicas em agônicas e a superação da relação entre inimigos (antagonismo) para uma relação entre adversários (agonismo), posto que as relações de poder são inerentes e constituidoras da política.

"Introduzir a categoria de 'adversário' requer complexificar a noção de antagonismo e distinguir duas

diferentes formas nas quais ele pode emergir: antagonismo propriamente dito e agonismo. Antagonismo é a luta entre inimigos, enquanto agonismo é a luta entre adversários. Podemos, portanto, reformular nosso problema, pensando, a partir de uma perspectiva de 'pluralismo agonístico', que o objetivo das políticas democráticas é transformar antagonismo em agonismo (Mouffe, p. 102-3).

2. CAMINHO PERCORRIDO

a) No transcurso de elaboração deste trabalho, recebi muitas contribuições que me ajudaram a delimitar melhor o objeto de estudo. Tive dois momentos significativos. O primeiro foi a apresentação do projeto no simpósio discente do Programa de Ciências da Religião, do qual faço parte, e no colóquio entre estudantes e professores desenvolvido no mesmo programa. A contribuição mais significativa foi na linha de ampliar o campo empírico. Inicialmente a minha proposta era a de analisar a presença pública da Igreja Católica quando entraram em pauta discussões em torno da implementação de políticas públicas relacionadas com a problemática do HIV/Aids, porém as reuniões de orientação, o contato com o material bibliográfico e com o campo empírico, me levaram a perceber a necessidade de ampliá-lo.

Analisamos que além da AIDS, as discussões no Congresso Nacional em torno do projeto de lei 1.151/95 (sobre a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo) e do projeto da Lei de Biossegurança (11.105/05) (que previa a regulamentação e o estabelecimento de regras para a pesquisa, entre outras, das células-tronco, na qual a Igreja Católica tinha participado) possibilitariam mais dados para a análise do objeto.

b) O segundo foi a delimitação do período de tempo a ser estudado: decidiu-se que a referência seriam os momentos mais significativos no qual

cada um destes assuntos entrou em pauta e ocasionou a intervenção da Igreja católica e da sociedade. Para analisar o campo da Aids foi levado em conta um fato significativo ocorrido em 2003 que ocasionou a reação tanto por parte do governo como por parte da Igreja Católica. No caso das células-tronco a referência foi o projeto da Lei de Biossegurança (11.105/2005), que previa a regulamentação e o estabelecimento de regras para a pesquisa, entre outras, das células-tronco. O projeto de lei 1.151/95 de Parceria Civil entre Pessoas do mesmo Sexo e a Proposta de Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação sexual, esta apresentada pelo governo brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Foram a referência usada no caso da homossexualidade. O projeto 1.151/95 foi debatido até 2001, por isso alguns dos documentos analisados têm como referência a data em que este projeto entrou em votação.

c) Na fase da construção dos instrumentos capazes de me auxiliar na coleta das informações necessárias para a nossa pesquisa, foram adotadas estratégias diferentes: observação direta, observação participativa, análise de texto e entrevistas.

- a observação direta, que, segundo Quivy (1992: 165), é aquela em que o próprio investigador recolhe diretamente as informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados, apelando diretamente a seu sentido de observação. Este recurso foi usado assistindo a seções no Congresso Nacional, nos dias 28 de setembro de 2005 e 25 de abril 2006

- Outros dados da pesquisa foram obtidos por meio da observação participativa quando assisti a congressos e seminários organizados tanto pela Igreja Católica ou pelo governo, como pelas entidades ligadas ao movimento homossexual e de Aids. A observação participativa pode ser considerada uma

estratégia essencial e ao mesmo tempo pode ser tomada como método para compreender a realidade. Schwartz e Schwartz (1955, 355) definem a observação participativa “como um processo pelo qual mantém-se a presença de observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está cara a cara com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe dados. Assim o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto”. Nesta pesquisa adotamos a estratégia de observação participativa como forma complementar de captar a realidade empírica.

a) No dia 28 de junho de 2005, no II Seminário Nacional sobre a Livre Expressão Sexual organizado pelas Comissões de Educação e Cultura, Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, em Brasília.

b) Seminário de Advocacy do Projeto Somos, realizado em Curitiba, de 11 a 15 de maio de 2004.

c) Seminário “A mulher e o olhar integral à saúde”, organizado pela área temática de DST/Aids da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, no dia 11 de março de 2005.

d) II Seminário sobre Espiritualidade e Aids, da Coordenação Estadual de prevenção à Aids do governo de São Paulo, no dia 11 de agosto de 2004, em São Paulo.

e) Seminário Nacional sobre Mulheres e Aids, organizado pela Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, de 1o a 2 de julho de 2003.

f) II Fórum de HIV/Aids/DST da América Latina e do Caribe, realizado em Havana, de 7 a 12 de abril de 2003.

- Tendo definido o período e os dados a serem estudados, realizamos uma pesquisa em diferentes meios de comunicação³ para a coleta de dados que pudessem contribuir com o objeto estudado.

Os dados da pesquisa foram recolhidos por meio de matérias publicadas nos jornais, revistas, documentos do governo e da Igreja Católica sobre Aids, células-tronco e homossexualidade. Ver anexo.

- Especialmente na Folha de S. Paulo, encontramos vinte (20) matérias que abordavam as discussões sobre a Aids. Quarenta e uma (41) matérias sobre células-tronco e vinte e oito (28) matérias que abordavam as discussões em torno da homossexualidade.

- No site da CNBB, encontramos catorze (14) matérias sobre biossegurança, seis (6) sobre AIDS e quatro (4) sobre homossexualidade. Além dos documentos oficiais emitidos sobre os três assuntos em questão.

- No site do Vaticano, encontramos os documentos oficiais sobre as pesquisas com células-tronco, homossexualidade e AIDS.

- No site do Ministério de Ciência e Tecnologia, encontramos o projeto de lei sobre biossegurança.

Entrevistas: Alguns dos dados desta pesquisa foram recolhidos de entrevistas prolongadas e abertas, recuperando experiências das pessoas implicadas em cada um dos temas. Foi dada ênfase à relação entre o tema e a Igreja Católica, o que nos permitiu obter informações importantes, que foram de grande utilidade para nosso estudo. Segundo Minayo (1994), a entrevista

³ Para a pesquisa dos dados, contamos com a colaboração de Eron de Almeida

prolongada é aquela que "combina observação, relatos introspectivos de lembranças, relevâncias e roteiros mais ou menos centrados em algum tema".

É importante salientar que as entrevistas se tornaram um material importante, que contribuiu para reforçar algumas informações. Mas a referência principal foi o material existente e divulgado pelas entidades.

A relação das pessoas entrevistadas se encontram anexadas.

O critério definido para escolher as pessoas não foi numérico, mas o vínculo, o interesse e o acúmulo de reflexões sobre o assunto. Após realizar o levantamento dos possíveis entrevistados, pelos dados que poderiam oferecer, entramos em contato com eles e lhes explicamos o objeto a ser estudado e a solicitação de responder a determinadas perguntas.

Algumas pessoas preferiram o envio das perguntas por e-mail e com outras realizamos entrevistas gravadas, o que possibilitou uma maior interação entre o entrevistado e a entrevistadora. Outras entrevistas foram realizadas pelo telefone. Em função da impossibilidade de algumas pessoas responderem certas perguntas por escrito, tive de realizar essas entrevistas pelo telefone, como uma forma de garantir a informação dos entrevistados.

As perguntas, conforme anexo, giraram em torno da relação entre Igreja Católica e Estado laico; influência da Igreja nas políticas sobre a livre expressão sexual; projetos de lei sobre Aids, células-tronco, homossexualidade; dificuldades concretas que a Igreja Católica coloca; o comportamento do Estado nesses debates; a posição dos parlamentares; os impactos causados pelo discurso da Igreja católica, as reações das organizações sociais implicadas, entre outras.

e) Todo este processo foi acompanhado de leituras teóricas, de maneira que o resultado da pesquisa foi fruto da interação entre o material empírico, as leituras teóricas, os diálogos durante as orientações e os acontecimentos que ocorreram nos campos analisados.

No processo teórico-metodológico, a revisão bibliográfica foi permanente, pois "é o que, em todas as etapas da pesquisa, nos fornece a fundamentação, que nos proporciona a confiança necessária para perceber que o trabalho tem sentido" (Santim, 1999, p. 10).

As leituras teóricas me colocaram em contato com o pensamento teórico de vários autores que abordavam o assunto. Alguns desses autores foram escolhidos como referência. A razão desta escolha se deveu ao fato de apresentarem um novo olhar sobre a discussão da presença da Igreja católica no espaço público.

As argumentações de Casanova (1994), Mouffe (1992), Burity (2003) e Vaggione (2005) sobre a legitimidade da presença das religiões no espaço público se tornaram uma referência importante para a análise.

CAPITULO I

A RELIGIÃO NA MODERNIDADE

A sociedade atual tem colocado em evidência uma realidade que cresce cada vez mais em todo o mundo, que é o interesse das religiões em participar de espaços onde se discute ou se decide sobre políticas públicas. Esta participação das religiões em assuntos leigos ou civis tem levantado sérios questionamentos sobre a legitimidade de uma determinada crença religiosa normatizar assuntos de interesse da sociedade em geral, independentemente da religião.

O Estado moderno é uma instituição que se distingue de outras formas de organização social anteriores por se definir, desde sua constituição, como racional e laico, com autonomia em relação a qualquer concepção religiosa. Seu objetivo é a busca do bem comum de todos os cidadãos, independentemente de credo ou filosofia, porém orientado por uma ética baseada na convivência social.

Wanderlei (2003) caracteriza a modernidade como a emergência da consciência, do indivíduo, da razão como instâncias necessárias e suficientes, enquanto que a religião cessa de ser constitutiva da vida social, da ordem pública e da moral comum.

A esse respeito Léger (1999) define a modernidade nos seguintes termos:

“A modernidade de uma sociedade se avalia essencialmente pelo lugar que atribui, em todos os registros da atividade humana, à autonomia do sujeito, isto é, a capacidade que cada indivíduo tem para determinar, conscientemente, a

orientação que quer dar a sua própria vida. Ao mesmo tempo, implica que os sujeitos individuais estejam em condições de definir, debatendo com outros sujeitos individuais (com cidadãos), as orientações da sociedade em que vivem. Em uma sociedade diferenciada e pluralista, nenhuma instituição poderá impor ao conjunto dos indivíduos e do corpo social um código global; o sentido da ação, seja individual ou coletivo, não se recebe de cima, mas se constrói individual e coletivamente. Assim é, em todo caso, o etos da nossa sociedade democrática” (Hervieu-Léger, 1999:299).

Poulat (1987) afirma que a Igreja se sentiu fortemente atingida pelas idéias proclamadas pelo liberalismo, o livre pensar, o livre exame, a liberdade de consciência e de religião:

“Em síntese, o individualismo liberal secretava o indiferentismo religioso e o ateísmo social, sociedade laicizada, não tendo mais necessidade de Deus para governar a sua marcha, o reservava à vida privada, na esfera íntima da consciência e da família” (Poulat, 1987:57).

Segundo Berger (2001), as dificuldades de relação da Igreja Católica com as idéias da modernidade são uma mostra dos equívocos das estratégias usadas:

“A reação inicial da Igreja foi de rejeição militante e, logo, desafiadora. Talvez o momento mais magnífico desse desafio tenha ocorrido em 1870, quando o Concílio Vaticano I proclamou solenemente a infalibilidade do Papa e a concepção imaculada de Maria, literalmente, ante o Iluminismo prestes a ocupar Roma encarnado no exército de Vítor Emanuel I. O Concílio Vaticano II, quase cem anos mais tarde, mudou consideravelmente essa postura de rejeição, guiado pela noção de aggiornamento e atualizando a Igreja, isso é, colocando-a em harmonia com o mundo moderno” (2001, p. 12).

Rosado (1999) mostra as dificuldades do catolicismo com o ideário da modernidade. Leva-nos a descobrir que a idéia de “direitos do homem”, da forma como foi pensada, surge como um desejo fundamental da modernidade de fazer um consenso universal. Essa ideologia se fundamenta na concepção iluminista do homem e entra em ruptura com os princípios católicos. Os “direitos do homem” são produto de uma concepção liberal da sociedade, do homem e do mundo. As resistências a essas concepções se concretizaram em ações para combatê-las ou fazer-lhes concorrência.

Não obstante, na prática, com freqüência os diferentes estamentos do Estado, especialmente os âmbitos legislativos, são pressionados pelos representantes de determinadas confissões religiosas com o fim de impor normas e condutas, próprias desse credo religioso, para o conjunto dos cidadãos, independentemente de serem, ou não, seguidores de uma confissão religiosa.

Segundo Giumbelli (2002), Bayle⁴ e Locke⁵ foram considerados os ideólogos de uma doutrina liberal das relações entre Estado e Igreja. A contribuição de Bayle foi sua defesa dos direitos da consciência e a de Locke foram as idéias sobre a necessidade da distinção entre as esferas civis e religiosas. A partir dessas idéias se originou um modelo de separação rigoroso entre Estado e Igreja que tem como pressupostos isonomia confessional e privatização da religião.

⁴ Bayle Pierre. “Comentaire philosophique sur ces parole de Jesus Christ, Contrains-les d’enter” (1686). In *De la tolerance*, Paris Pocket, 1992.

⁵ Locke John. “Carta acerca da tolerância” (1689). In *Os pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1973.

Esse modelo se traduziu na Europa durante a segunda metade do século XIX. De acordo com Ferrari (1988), esse modelo colocou várias exigências em termos jurídicos: a consagração do princípio da liberdade religiosa, tanto para às práticas como para o proselitismo; a abolição de restrições civis e políticas para os membros de religiões minoritárias; a supressão de qualquer referência a valores e conteúdos religiosos nas áreas reguladas pela lei; a igualdade de condições e de tratamento para todas as denominações; a não-aceitação de leis surgidas entre o Estado e representações eclesiais particulares. O Brasil adota esse modelo no fim do século XIX. A lei de separação, outorgada em 7.1.1890, se concretizou por meio do decreto 119A. A promulgação dessa lei, segundo alguns estudiosos no assunto, marcou uma nova configuração nas relações entre Estado e religião.

“Afinal, é muito provável que em nenhum lugar onde se tenha tentado a sua aplicação ele corresponda ao funcionamento efetivo das relações entre Estado e religião [...] Mas, se há algo constante nas histórias políticas e nas elaborações filosóficas que acompanhamos, trata-se exatamente do fato de que o Estado moderno nunca se desinteressou pela ‘religião’ e de que a ‘religião’, ao reivindicar seus ‘direitos’, teve de considerar o Estado. Ou seja, o próprio modo pelo qual a modernidade define a ‘religião’ estabelece um vínculo estrutural com o Estado” (Giumbelli, p. 47, 2002).

Mainwaring (1989), fazendo uma análise da Igreja Católica como instituição, afirma que:

“podemos compreender as mudanças nas instituições como uma tentativa de defender seus interesses e de expandir sua influência. Ele, em sua análise, nos diz que uma igreja se constitui a partir da fé que professa, mas, como uma instituição que é, tem de defender interesses,

especialmente os que têm a ver com sua unidade e posição “em relação às outras religiões, influência na sociedade e no Estado, o número de adeptos e sua situação financeira”.

As instituições, ao se preocuparem com sua preservação, muitas vezes adotam métodos que contraditórios com a mensagem religiosa inicial. Esta análise nos ajuda a entender a atuação de qualquer religião, em particular a católica, dentro da sociedade e as ambigüidades que, como instituição, enfrenta entre interesses e missão.

Foi a partir do Concílio Vaticano II (Gaudium e Spes) que a Igreja Católica fez uma análise mais aprofundada de sua relação com algumas premissas básicas da modernidade. Essa instituição aceitou a separação do Estado com a “Declaração sobre a Liberdade Religiosa” emitida pelo Concílio Vaticano II. Durante mais de 17 séculos grassava a crença de que as leis civis deveriam adequar-se aos ensinamentos da Igreja. O documento emitido no Concílio Ecumênico Vaticano II (Gaudium e Spes nº 42) mostra que a missão da Igreja é de ordem religiosa: *“A missão própria confiada por Cristo à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social: o fim que lhe propôs é, com efeito, de ordem religiosa.”*

Não obstante, recomenda que seus membros aceitem atuar no âmbito público, sendo coerentes com seus princípios:

“Os católicos peritos nos negócios públicos e firmes como devem ser na Fé e na doutrina cristã não recusem nelas participar, uma vez que, exercendo-os dignamente, podem atender ao bem comum e, ao mesmo tempo, abrir caminhos ao evangelho” (Concílio Ecumênico Vaticano II no documento Apostolicam Actuositatem, nº 14).

Estes dois enfoques carregam em si uma contradição que, dependendo do assunto sobre o qual se esteja deliberando, se torna mais ou menos aguda. No caso que nos ocupamos, ou seja, a natureza diferente do Estado e da instituição religiosa, a contradição é especialmente visível. Se a Igreja Católica, ainda que de natureza diferente, como uma instituição que é, defende interesses e poder na sociedade, então o conflito se coloca na base da luta por esses interesses.

Mas alguns parâmetros são necessários neste debate. Pegoraro (2001) contribui com esta discussão quando afirma que o Estado é o centro legislador da cidadania e a religião, por sua vez, é sempre a expressão das convicções de fé de um grupo humano. Fazendo uma distinção entre a ética e a religião, afirma que a ética avalia os comportamentos dos seres humanos, independentemente de sua convicção política ou religiosa, e é a base da legislação para todos os cidadãos, portanto a referência do Estado. Já a religião é sempre menos abrangente que a ética.

O Estado, na análise de Pegoraro (2001), *“é competente para legislar sobre os comportamentos dos cidadãos desde que respeite as regras gerais da ética, sem depender de credos, que são sempre internos aos grupos religiosos”*.

Por outro lado, esse mesmo Estado moderno, cuja legitimidade lhe é dada pelo exercício da cidadania de seus membros, carrega dentro de si fortes contradições e ambigüidades fazendo da cidadania um privilégio de alguns setores da sociedade.

Essas contradições se tornam mais complexas numa sociedade em que a população reforça o poder da Igreja por encontrar nela um refúgio espiritual e, em alguns casos, respaldo material. Pois uma população que vive

mal, que não tem moradia nem trabalho, na qual só 10% da população urbana detém 30% de toda a renda da população, o exercício da cidadania se torna um privilégio, mesmo que o Estado se defina como moderno. Diante da ausência de serviços, a população, entre outros caminhos, também recorre à religião. De tal forma que o divórcio existente entre o Estado e a população é o que dá legitimidade e força à instituição religiosa, como é o caso da Igreja Católica.

Nesse sentido, Kalichman (1993) diz que não podemos negar que a epidemia do vírus HIV aliada ao empobrecimento da sociedade brasileira e à deterioração da rede pública de saúde convertem as respostas oferecidas pelas diferentes tradições religiosas em um importante componente no quadro de atenção à epidemia no país. Iniciativas na área religiosa conseguem oferecer condições dignas de vida e de morte para as pessoas que vivem com o vírus HIV no país.

Também não se pode esquecer que os membros que compõem o Estado carregam sua própria ideologia e interesses, e sua composição é majoritariamente masculina e patriarcal. Os interesses conservadores encontram eco nas ideologias religiosas mais conservadoras, com as quais se articulam fortemente para impedir qualquer avanço que suponha liberdade e autonomia. A frente parlamentar pela vida e o grupo pastoral parlamentar católico no Congresso Nacional tornam-se referências para mostrar como, ao entrarem em pauta discussões em torno dos direitos sexuais ou direitos de reprodução, se articulam para defender a suas idéias.

Ávila (1993), referindo-se ao papel do Estado na legislação dos direitos de reprodução, diz que a proposta dos direitos de reprodução significa

um “confronto político acirrado que se situa no campo da ética, da moral e das relações de classe, gênero e raça”. Para ela, a incorporação de novos códigos sociais exigiria uma mudança da ordem simbólica patriarcal que tem regido sempre os princípios do Estado no Brasil.

Muitas das reivindicações dos homossexuais, das mulheres etc. encontraram obstáculos no Estado. Isso se deve ao fato de que a busca de autonomia e liberdade entra em contradição com os vários setores do Estado que ideologicamente estão contra essas propostas.

A Igreja Católica tem, historicamente, influenciado nos assuntos relacionados com a reprodução e a sexualidade. Isso demonstra que sua ação não fica apenas no nível pastoral, mas responde a outro dos seus objetivos, que é o de influenciar ou até definir o conteúdo das políticas sociais e da legislação. Por isso, as articulações e os contatos com os representantes dos poderes Executivo e Legislativo são fundamentais. Segundo Ávila (1993), essa atitude da Igreja Católica teve conseqüências na implantação de programas sociais, como no caso do PAISM⁶, cuja declaração como programa foi retardada por causa da polêmica levantada pela Igreja Católica para retirar o DIU (dispositivo intra-uterino) da lista dos métodos contraceptivos a serem oferecidos pelo serviço público.

Ainda que esta discussão aponte para a interferência da Igreja nas políticas, o problema de fundo é a presença deste ator e como ele se apresenta.

No transcurso desta discussão será mostrado o caráter tanto do Estado como da Igreja Católica. Apesar da existência de parâmetros que

⁶ Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

obrigam à delimitação clara dos papéis de cada uma dessas instâncias, algumas análises mostram as interferências e os problemas ocasionados. Também as fragilidades do Estado em dar respostas às necessidades dos seus cidadãos muitas vezes legitimam essas interferências. Esta discussão coloca elementos para nosso objeto porque o problema com a interferência é mais amplo, tem a ver com pergunta sobre o seguimento aos princípios e direitos dos cidadãos que são protegidos pela constituição, e portanto devem ser levados em conta em qualquer situação e por qualquer instituição que queira colocar-se no debate público com o Estado.

1. O PRINCÍPIO DO ESTADO LAICO

O Estado brasileiro define-se como independente de qualquer religião, tem como fundamento os valores da modernidade a respeito dos direitos humanos, da liberdade de consciência, da religião, da liberdade de expressão e da tolerância. Desse modo, define-se como um Estado laico com autonomia em relação a qualquer concepção religiosa.

Lamas (2001) sustenta que é imprescindível para a construção de uma nação justa que a razão se emancipe da fé. A separação Estado/Igreja é saudável porque permite que as pessoas acreditem no que querem, junto com outras pessoas, mas sem cair na tentação de querer impor a toda a sociedade as ditas crenças. Sobre o direito de decidir, ela afirma que as decisões sobre a vida privada dependem da consciência e dos valores de cada pessoa, e não dos ditados das instituições governamentais e religiosas:

“La coincidencia amorosa, el deseo sexual, la decisión de compartir la vida con otra persona, la Paternidad y la Maternidad no son decisiones públicas. Son expresiones individuales que conllevan derechos ciudadanos para su

ejercicio. Pero he aquí, que la Iglesia Católica no acepta que las personas tomen decisiones íntimas sobre su sexualidad y su reproducción” (Lamas, p. 1, 2001).

Segundo ela, só um Estado leigo pode oferecer o marco de respeito necessário para que a sociedade decida sobre estes temas segundo suas crenças religiosas. O laicismo é a base para um Estado democrático, que, a partir do princípio da soberania popular e da livre determinação dos indivíduos, pretende oferecer igualdade para as pessoas. Observa também que, sem pensamento leigo, não se desenvolvem nem a ciência nem a democracia moderna, e que o laicismo articula a convivência sobre a base da tolerância e do respeito à diferença.

O Estado laico assim entendido se constitui uma garantia para o desenvolvimento da ciência, da democracia e do direito de decidir, pontos considerados fundamentais na concepção do Estado moderno. Do mesmo modo, a democracia, entendida como um referencial importante da sociedade, possibilita e cria as condições para que as religiões possam, como qualquer outra entidade, agir dentro do campo democrático em um clima de respeito e tolerância. Nesse sentido a laicidade é colocada como um dos parâmetros que nortearam as relações entre a Igreja e o Estado.

Quando a Igreja Católica pretende proibir o exercício dos direitos conquistados, como o uso de anticoncepcionais, a livre orientação sexual, a possibilidade de interrupção de uma gravidez e o uso da camisinha, está querendo impor restrições às decisões das pessoas e, assim, como afirmava anteriormente Lamas (2001), entrar no campo da vida privada e intervir na intimidade, um dos princípios da privacidade pessoal: *“La defensa de la privacidad consiste en el derecho de la persona a no sufrir la intrusión gubernamental*

injustificada, en asuntos que la afectan como la sexualidad y la reproducción” (Lamas, 2001, p. 2).

Por isso, tanto a Igreja como o Estado, diante desses direitos, devem guiar-se pelo princípio da privacidade.

Roberto Blancarte (2001), numa análise das relações entre a Igreja e o Estado no México, afirma que a Igreja não se acostuma a atuar como associação independente e voluntária, mas tem buscado atuar sempre dentro do Estado, procurando sua proteção para crescer e para atacar outras religiões.

Esta afirmação pode ser entendida a partir da análise de Mainwaring (1989), quando afirma o caráter institucional da Igreja que a faz lutar por interesses além dos puramente religiosos.

O Estado não pode se preocupar com uma determinada moral; a sua preocupação está no campo de algum problema público, acima das opiniões religiosas. O Estado deve agir de acordo com os interesses dos cidadãos, e não das instituições religiosas.

O que está em jogo, para Blancarte (2001), são as conquistas das liberdades civis, a defesa dos direitos sexuais das mulheres, a liberdade educativa, o reconhecimento de que a consciência individual é a que, em última instância, decide sobre o que cada pessoa deve fazer.

Outro elemento importante desta discussão tem a ver com a neutralidade do Estado. Isto significa que ele não é neutro com relação a valores fundamentais dentro de uma sociedade democrática. A promoção da tolerância, o respeito à pluralidade religiosa, a separação Igreja/Estado, a

liberdade de consciência, a democracia e mesmo a própria liberdade religiosa indicam essa não-neutralidade.

Diniz (2006)⁷, ao afirmar que o Estado brasileiro é laico, garante que todas as religiões têm igual respeito. Afirmar a laicidade significa dizer que nas negociações públicas, por exemplo, o Estado não se pauta por crenças religiosas. Daí o Estado neutro reconhecer as religiões, mas não pautar suas decisões oficiais por nenhuma delas. Segundo a autora, não há como o Estado brasileiro respeitar e promover as crenças tomando partido por qualquer moralidade religiosa. Afirma que o *“Estado brasileiro se importa tanto com nossas crenças religiosas que ele se define como neutro”*.

Agora o desafio do Estado laico se dá quando as instituições políticas que compõem o Estado vêm cada vez mais a religião como um elemento de legitimação e de integração social. Isso mostra que a ameaça não vem das religiões, mas do próprio Estado, que busca legitimidade nas religiões.

O Estado laico procura estabelecer normas e valores comuns, além das crenças, como referenciais de um Estado democrático. Sem esse horizonte o Estado democrático corre o risco de perder as conquistas fundamentais dos seus cidadãos.

2. REALIDADE PARADOXAL: RELIGIÃO E SECULARIZAÇÃO

Faz-se necessário neste momento colocar algumas idéias sobre a presença da religião no mundo atual. Ao contrário das análises que pregavam o desaparecimento total, alguns estudos apontam uma efervescência, um crescimento e uma presença ativa quando, na verdade, parece que estamos convivendo com uma realidade paradoxal com relação à religião.

⁷ Intervenção no seminário Aids e Religião realizado em Brasília entre 6 e 7 de julho de 2006.

Um das primeiras idéias surgem de Pierucci (1977), que critica as análises que vêm na nova efervescência religiosa “o retorno do sagrado” como o fim do processo de secularização.

Contrariamente ao pensamento de autores que pregam o retorno do sagrado, ou a revanche de Deus, por causa da proliferação atual de movimentos religiosos, Pierucci considera que atualmente o panorama da religião não mudou: trata-se mesmo do declínio da religião. Ela perdeu o lugar axial que ocupava nas sociedades tradicionais e desde então sua situação não parou de piorar, ainda que de forma não-linear:

“Após a perda de espaço e poder no aparelho de Estado laicizado, que implicou a perda material de uma série de bens e domínios eclesiásticos, vieram [...] a perda de raízes na sociedade e a perda de alcance sobre a pluralização das esferas culturais autonomizadas; perda de influência no espaço público; perda de força e de autoridade sobre a vida cotidiana e perda de prestígio cultural na vida urbanizada [...]” (Pierucci, p. 104, 1977).

O autor caracteriza o momento atual da religião como uma perda de encanto para a sociedade, perda de atrativo na cultura moderna. Para ele, a religião atual não tem produzido um fato relevante que assombre a humanidade, fato que a ciência produziu, por exemplo, com a criação da ovelha Dolly. A religião não tem sido capaz de produzir, em benefício do seu próprio prestígio, respostas ou soluções inovadoras e criativas. As respostas têm sido adaptativas, acomodatórias e condescendentes com a própria modernidade que a descarta, afirma.

A diferença da religião, os resultados e procedimentos das descobertas científicas podem ser publicáveis, comunicáveis, replicáveis e

universalizáveis. Característica que a religião não faz nem pode porque os milagres, por exemplo, têm caráter pessoal: a cura da Aids para todos surgirá da potência do saber científico.

A esse respeito, as análises de Voyè (1999) vão de encontro às de Pierucci (1977) com relação à ciência quando diz que no início da modernidade a ciência era apresentada como meio para resolver toda classe de problemas de tipo material, físico, psicológico e social. Por seu intermédio, o mundo se tornaria cada vez melhor para muitas pessoas em diferentes aspectos. O fato de que a ciência pode ter efeitos perversos, e que seus avanços requerem a regulamentação de limites éticos, não é o único aspecto da ciência que induz algum tipo de apelo dirigido à religião. Certamente, ao contrário do que se esperava na modernidade, nos confrontamos com a incapacidade da ciência para resolver muitos problemas (pode-se pensar na pobreza, nas guerras ou na doença e na morte, por exemplo). Do ponto de vista das demandas urgentes dos indivíduos, a ciência, pelo seu caráter geral de longo prazo, não pode responder a esses apelos, visto que pela sua própria característica, seus resultados, não tem uma aplicabilidade imediata, sendo incapaz de oferecer as respostas urgentemente requeridas para resolver os problemas concretos e particulares que as pessoas pleiteiam no momento. Enfrentando doenças fatais – como câncer ou Aids, por exemplo –, os indivíduos não encontram conforto ao saber que somente dentro de alguns anos existirá a possibilidade de um medicamento para sua cura. Esse fato estimula as pessoas a procurar em outra parte (ou ao menos uma esperança de solução) o que não encontra na ciência.

Pierucci (1977), em sua análise, nos diz que o grau de envolvimento dos indivíduos com a religião pode variar de intensidade, passando de uma intensa participação religiosa a um período de desmobilização, desengajamento, desinteresse pela comunidade religiosa ou de decepção com a vida religiosa. Esse processo de relação intensa pode ser mais ou menos radical ou mais ou menos duradouro.

Sobre o Brasil o autor afirma que o contexto brasileiro apresenta de fato uma efervescência religiosa, que também pode ser entendida como um aumento da importância da religião na vida das pessoas. Essa realidade, porém, não significa ou não pode ser interpretada como o fim do processo de secularização; ao contrário, ajuda-o, acelera-o.

Ele entende que secularização é um processo de desenraizamento dos indivíduos e a melhor forma de conseguir isto é desconectar as pessoas de sua religião tradicional e da tradição religiosa, desfiliando-as de suas crenças tradicionais. A mobilidade religiosa das pessoas implica fazê-las duvidar da santidade da tradição religiosa, *“lançando-as no pós-tradicional, abrindo-as para a apostasia”*.

Para ele, entender o processo de secularização como uma passagem da hegemonia de uma única religião para um cenário diversificado de pluralismo religioso é a maneira de refutar as análises que afirmavam que a tese da secularização estava em crise. Nesse sentido, o pluralismo religioso não seria resultado da secularização, mas sim um fator de secularização crescente. A liberdade religiosa implica um grau mínimo de pluralização religiosa. Também afirma que *“Quando o prazer sexual passa a ser gozado por*

'corpos seculares' autonomizados do dever de procriar, estamos diante de uma secularização radical, 'altro che dessecularização'”(Pierucci, p. 117, 1977).

Pierucci se posiciona no sentido da reafirmação da secularização inevitável da sociedade. Ainda que explique que a realidade histórica atual pode ser entendida como paradoxal, no que se relaciona com a discussão em torno da tese da secularização. O que se pode ver é uma convivência de processos de secularização com uma mobilização religiosa intensificada, não existindo necessariamente uma exclusão entre elas, que se *“combinam, polinizam e exponenciam”*. Considera que se na sociedade atual podem existir e conviver, ainda que com seus conflitos, diversas formas de expressões religiosas, oferecendo soluções para os interessados em ditas propostas, é precisamente porque um processo de secularização atravessa a sociedade, embora em ritmos desiguais.

Outras análises apontam mais as mudanças sofridas pelas religiões para explicar a realidade atual. Para Charles L. Harper e Bryan F. LeBeau⁸ a religião continua a ser um potente fator na ordem global emergente e nos seus conflitos, mas está sendo revitalizada, reorganizada tanto em nível micro como em nível global. As formas e as estruturas continuam sendo importantes, porém estão sendo significativamente remodeladas e transformadas de modo que alguns consideram um declínio. A religião na América, e talvez em muitas partes do mundo, não está em um estado de declínio ou decadência pública. Consideram que não somente a esfera religiosa sofreu modificações com a modernidade; todos os campos foram afetados pelo seu impacto.

⁸ Harper, Charles L. e LeBeau, Bryan F. “Social change and religion in America: thinking beyond secularization”, extraído da Internet: <http://are.as.wvu.edu/sochange.htm>

Estes autores, contrariamente a Pierucci, analisam que o enfraquecimento da lealdade denominacional, as práticas religiosas tradicionais, as crenças em teologias distintas e doutrinas confessionais, o uso de valores seculares pelas religiões públicas que estão em vigor e efervescência demonstram as ambivalências e transformações pelas quais atravessa a reconfiguração atual do campo religioso, mas não são indícios de secularização. Concluem dizendo que esse processo de transformação acabará inexoravelmente com muitos aspectos da religião tal como a conhecemos, mas não acabará com ela.

Para dar seqüência às discussões é importante mostrar neste estudo as contribuições de Berger (2001), que era considerado um defensor dos argumentos expostos na teoria da secularização, mas atualmente, pela reconfiguração do campo especialmente religioso, analisa as limitações desta teoria para explicar o contexto atual do campo religioso e suas relações com a sociedade e com as diferentes esferas sociais.

Berger (2001) diz que é um equívoco supor que estamos em um mundo secularizado porque atualmente o mundo é mais religioso que em épocas anteriores.

O autor parte de uma concepção de que o ser humano é inevitavelmente religioso. Expressa essa idéia quando diz que a secularização como se dá no nível da sociedade não está necessariamente vinculada à secularização no nível da consciência individual:

“Algumas instituições religiosas perderam poder e influência em muitas sociedades, mas crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e

levando as grandes explosões de fervor religioso” (P. 10, 2001).

O contrário acontece com as instituições religiosas. Para ele, as instituições religiosas podem assumir um papel social e político, ainda que poucas pessoas confessem e pratiquem a religião proposta por essas instituições.

Voyé (1999) enfoca mais a realidade paradoxal, por um lado, a confirmação do processo de secularização em alguns lugares – a secularização é, geralmente, no nível social, um fato inquestionável na Europa –, e por outro a presença ativa de referências religiosas não somente em nível geral mas também em nível individual. Considera que esses aspectos modificam a posição do campo religioso sem invalidar os efeitos da secularização, mas esse panorama, ao contrário do que muitas vezes se sugere, não seria o retorno a uma situação pré-moderna. Concebe as características da própria modernidade como as causas para esse panorama paradoxal: o excepticismo ante a ciência por causa dos seus efeitos perversos e sua incapacidade para resolver muitos problemas, especialmente os de caráter imediato.

Acredita que a religião institucional não pode mais impor suas opiniões, sua moral, suas regras, na esfera pública ou sobre indivíduos que reivindicam autonomia. Os líderes religiosos têm de modificar seus discursos e suas apresentações, como também relegitimar algumas dimensões religiosas que foram eliminadas ou minimizadas com o objetivo de racionalizar a religião. *“Certamente a Igreja Católica institucional perdeu sua capacidade anterior de ser “um dossel sagrado” no nível social e de impor seu poder disciplinar sobre os indivíduos” (Voyé, 1999, p. 12).*

Nunes (2005) diz que o contexto brasileiro passou por enormes mudanças no campo religioso, nas igrejas e na sociedade. Ao fim das décadas de 1980 e 1990 viveu-se o aprofundamento do processo de democratização do Estado e da sociedade. Isso significou uma mudança quanto ao papel social da religião, na medida em que a sociedade civil constituiu órgãos de expressão próprios e de mediação com o Estado. O forte papel da Igreja como mediadora da sociedade, especialmente na época da ditadura, mudou. A Igreja se volta para um lugar menos público e mais religioso. A Igreja se reorganiza internamente, em especial pela ação/intervenção de Roma, que nomeou bispos com uma linha mais conservadora, condenando os bispos que seguiam uma linha mais “libertadora”.

A autora analisa, a partir das idéias de Camargo, que houve uma mudança significativa em torno do papel da religião na sociedade. Mas seu objetivo neste texto é mostrar que essas mudanças não se realizaram no sentido de um aprofundamento da relação da Igreja com a sociedade, mas, ao contrário, o que se deu foi um distanciamento profundo em relação a certos valores desenvolvidos na sociedade. Trata-se:

“del desfasaje entre la cultura moderna y sus valores, presentes en la sociedad brasileña, y la afirmación de ciertas normas y valores religiosos – católicos- desvinculados de esa cultura y hasta contrapuestos a ella” (Nunes, 2005, p. 171).

Esse distanciamento entre a Igreja e a sociedade, segundo a autora, não se deve unicamente a uma dinâmica interna de transformações institucionais. Não somente a Igreja se distancia da sociedade, mas é esta que também se separa da Igreja.

A partir da análise de várias manchetes de jornais e revistas brasileiros entre 1999 e 2002 que tratam da Igreja Católica e da religião, com o intuito de mostrar as mudanças produzidas no âmbito religioso na sociedade, tais como: a visão da religião não como herança, mas sim como uma opção; o número de católicos que decidem por casamentos não-oficiais; a diminuição do número de pobres que seguem a Igreja Católica; o aumento das igrejas evangélicas; o aumento das idéias conservadoras pelos padres cantores; o sincretismo público; o fim das relações entre a Igreja e o Estado como motivador para a proliferação de outras expressões religiosas; perda de influência da Igreja Católica; a defesa da ordenação de mulheres; críticas ao posicionamento da Igreja Católica diante da Aids; denúncias de abuso sexual de padres contra freiras; debates sobre o celibato e o papel da mulher na Igreja; e os casos de pedofilia na Igreja, a autora diz que o destaque colocado em alguns temas, como a diminuição do número de católicos, o sincretismo explícito e público e a vulnerabilidade social da Igreja, revelam as profundas alterações produzidas no campo religioso brasileiro nos últimos anos e indicam um processo de sacralização da religião, especialmente da Igreja Católica. Nunes afirma que *“la naturalidad del aura sacra con la que la institución se revestía se disuelve”*. Ante essa realidade, o catolicismo é colocado no mesmo patamar de possibilidades de adesão de fé, inclusive passa a ser julgado social e culturalmente com os mesmos critérios de coerência e autenticidade.

A autora considera que, apesar da diminuição do número de pessoas que se autodenominam católicas, ainda continua sendo numerosa a população católica – segundo dados do último Censo (2000), no Brasil, 73,8% da população se declara católica. É importante ressaltar na sua análise que

esses dados demonstram uma mudança de relação da sociedade, dos fiéis com a sua religião e com a sua igreja depositária dessa fé, em uma sociedade que culturalmente está impregnada por um etos cristão, especialmente católico.

O tratamento dado pelo catolicismo à sexualidade, o lugar que reserva às mulheres, as denúncias de estupro e pedofilia cometidos por membros do clero e as reações que causou a divulgação do documento sobre a homossexualidade são uma mostra da crise pela qual atravessa o catolicismo contemporâneo, posto que revelam as divergências existentes entre este e os valores da cultura moderna.

Retomando Pierucci (1977), quando diz que a separação entre a Igreja e o Estado operada na primeira República em 1890 e registrada na Constituição em 1891 é o fato inaugural, a pedra de toque da modernidade na esfera do religioso no país. Nunes também diz que a secularização do Estado é o fato político cultural fundador da configuração especificamente moderna do Brasil.

A autora afirma que o processo de secularização da sociedade e a pluralidade de ofertas religiosas são o que permite pensar os “funcionários” do sagrado como cidadãos com deveres e direitos, submetidos à legislação do país. Esse novo olhar sobre eles é o que tem permitido que nos meios de comunicação sejam publicadas denúncias – com aprovação da sociedade – de casos de pedofilia e de abuso ou violência sexual contra freiras cometidos por sacerdotes, fato impensável há alguns anos.

A mudança na forma de adesão às crenças religiosas, na qual se passa de um vínculo religioso por herança a um vínculo por opção pessoal,

abre espaço, segundo a autora, para a desmitificação do religioso e de seus funcionários, na medida em que social e culturalmente é aceitável migrar para qualquer religião que ofereça respostas mais satisfatórias às necessidades urgentes das pessoas crentes. Nunes considera também que o processo secularizador/dessacralizador está criando condições para a quebra da hegemonia católica no Ocidente, *“Parecería que se va agotando la forma católica de monopolizar la gestión del capital simbólico por parte del clero y sus mecanismos de legitimación”* (Nunes, 2005, p 181).

Segundo a autora, todo esse processo do *“espírito moderno”* sobre a sociedade outrora marcada pelo *“espírito cristão”* torna a Igreja Católica vulnerável às críticas, especialmente no campo dos direitos das mulheres e a forma como trata os assuntos relacionados com a sexualidade. Essas discrepâncias entre as proposições da Igreja e as expectativas dos fiéis constituem-se em um indicador da desestabilização do catolicismo e permitem que o foco do debate se direcione para o problema das relações entre a Igreja e os valores e a cultura moderna.

Nunes retoma as idéias de Léger quando analisa que a recusa dos discursos de autoridade é uma das influências das idéias da modernidade no fiel católico e afirma que a Igreja, como toda instituição social, para manter seus fiéis, deve adaptar-se aos novos contextos nos quais está inserida, que tradicionalmente tem tentado fazer isso afirmando sua exterioridade em relação à modernidade, atribuindo-se um papel profético e usando recursos de caráter religioso e disciplinar diante dos questionamentos feitos pela sociedade, mas atualmente, ainda fazendo uso desses recursos, sua legitimidade já não convence mais.

O papel dos meios de comunicação, expondo a crise que a Igreja atravessa, revela a complexidade dos problemas que enfrenta e que comprometem seu futuro como religião hegemônica.

As análises mostram a diversidade de posicionamentos em torno da situação atual da religião na sociedade. A teoria da secularização recebe críticas e formulações mais sistemáticas na década de 1960, pelo impacto da presença pública da religião nos conflitos mundiais e nos contextos políticos. A partir dessa época surgem críticas profundas sobre suas limitações, suas imprecisões, mas também defesas da sua contribuição.

Especificamente em Pierucci (1977) e Nunes (2005) pode ser vista a reafirmação da validade da teoria da secularização.

Nunes, Pierucci e Voyé apontam o distanciamento dos fiéis das normas religiosas como fatores importantes de secularização.

No campo empírico há indícios deste paradoxo: por um lado, a Igreja Católica tenta colocar na cena pública a pertinência de suas normas e, por outro, grupos organizados, como os homossexuais, comunidade científica, grupos religiosos, e uma grande parte da sociedade se posicionam contra essas idéias.

Mas também encontramos grupos organizados (médicos, juristas, psicólogos, parlamentares etc.) que usam argumentações religiosas para defender suas propostas. Este panorama mostra a presença do paradoxo da religião na sociedade.

3. PRESENÇA PÚBLICA DAS RELIGIÕES

A presença pública das religiões é uma das temáticas da atualidade, especialmente em um momento em que essa participação se torna mais dinâmica pela presença de forças religiosas distintas da católica. Argumentações sobre a legitimidade da presença pública das religiões no espaço público têm sido abordadas a partir das diferentes disciplinas. Tomando por base os debates em torno do HIV/AIDS, células-tronco e homossexualidade, nos quais a Igreja Católica tem tido papel ativo, este trabalho pretende dar elementos para ser analisada essa presença.

Especificamente nesses campos está o desafio da criação de uma política eficaz que contribua para as pessoas terem garantido o direito à prevenção de doenças, como afirmam a Organização Mundial da Saúde e a Constituição brasileira. É preciso também reafirmar o respaldo, por parte do Estado, ao direito à livre escolha e à criação de possibilidades para cidadãos e cidadãs se beneficiarem das pesquisas realizadas.

Os métodos propostos como forma de prevenção, entretanto, são os pontos de conflito na relação de parceria entre a comissão do HIV/AIDS da CNBB e o Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério de Saúde. A posição oficial da Igreja Católica recomenda às pessoas optarem pela castidade e abstinência, dentro e fora do casamento. A Igreja não aceita o uso de preservativos. O Ministério de Saúde, seguindo recomendações internacionais, considera que atualmente o uso de preservativos é uns dos métodos mais eficazes para as pessoas se protegerem do vírus.

A Igreja Católica tem se posicionado por meio de documentos oficiais e de entrevistas dos membros da hierarquia. Exemplo do posicionamento pode

ser constatado no seguinte documento, a propósito dos debates sobre as células-troco:

“A Igreja Católica (...) jamais poderá abrir mão do empenho de valorizar, promover e defender a vida humana. O direito à vida precede quaisquer outros direitos. Embora de fundamental importância, a ciência não pode ser considerada a única forma válida de saber, nem detém as respostas para todos os anseios da humanidade. A Igreja Católica, segundo o censo de 2000, é o grupo religioso mais numeroso do povo brasileiro. É inadmissível que, numa sociedade pluralista como a nossa, ela seja cerceada no seu direito de participar dos debates, comissões e outros mecanismos usados pelos Poderes Públicos para consulta à população, sobretudo em temas que afetam a vida e a dignidade da pessoa humana”. (Declaração sobre Exigências Éticas em Defesa da Vida, CNBB, 16 de agosto de 2005)

Porém, a concepção que a Igreja Católica tem sobre AIDS, células-troco e homossexualidade é amplamente questionada pela sociedade, e está permeada da forma como lida com a sexualidade. História na qual o catolicismo tem reforçado a idéia de que uma das funções principais das religiões seria o controle social da reprodução e da sexualidade.

Segundo Pierucci (1997), o momento atual caracteriza-se pela relativização das normas religiosas relacionadas à moral sexual, pois a família deixa de ser fator fundamental na acumulação e reprodução do capital. Como a religião foi relegada à esfera privada, lugar dos afetos, da sexualidade, dos prazeres ligados à procriação, a Igreja Católica se encontra no meio do dilema de estar relegada a uma esfera que também sofre os impactos das idéias da modernidade e da secularização. Na medida em que existe ruptura do vínculo entre sexualidade e procriação, e são os “corpos secularizados” e

autonomizados do dever de procriar os que entram em pauta, os imperativos religiosos fundamentados nesse vínculo deixam de ter sentido.

São apropriadas as argumentações que Casanova, (1994) Mouffe (1992) e Burity (2003) têm feito, a partir de diferentes enfoques, sobre a legitimidade da presença das religiões no espaço público. Para delimitar o campo de trabalho o marco de análise é a Igreja Católica como instituição religiosa, com uma organização estrutural com objetivos definidos que tem papel relevante no assunto.

A este respeito Roy (1990) analisa que a Igreja Católica Romana é uma das mais antigas instituições do mundo. Se expressa simultaneamente, três tempos: a) o tempo cotidiano, aquele da sociedade como um todo; b) o tempo histórico, que se estende por dois mil anos de existência; e 3) o tempo mítico, o de sua mensagem religiosa. Sobre o espaço considera que a Igreja católica tem uma tríplice leitura do espaço: a) um espaço restrito, a diocese onde é exercido o poder dos bispos; b) um espaço mais amplo, a igreja universal, com sede em Roma; e c) um espaço mítico, religioso propriamente dito.

Primeiramente será apresentada a análise de Burity (2003), que demonstra como a participação da Igreja, especialmente no processo de democratização do Brasil, foi fundamental para conseguir a sua legitimação. Essa participação distensionava e muda as resistências de uma sociedade laica, fundamentada no princípio de separação entre Igreja e Estado. Seguidamente, a análise de Casanova (1994), Mouffe (1992) mostra como as religiões podem participar da vida pública: sempre e quando seguem as normas definidas na

Constituição dos Estados democráticos e Vaggione (2005) faz uma análise das possibilidades desta presença tendo em conta as dissidências.

Essas análises se tornam referência importante para se perceber como tem agido a Igreja Católica na esfera pública, especialmente quando entram em pauta assuntos como HIV/AIDS, células-tronco e homossexualidade. A partir do campo empírico pretende este trabalho mostrar se a Igreja, quando se trata da defesa desses assuntos, alguns fortemente relacionados à sexualidade, rege-se pelos princípios constitucionais.

3.1. Razões da legitimidade da Igreja Católica no espaço público, segundo Burity (2003)

Burity, no texto⁹ Redes sociais e a construção da legitimidade política para a participação religiosa nas políticas sociais no Brasil, procura entender e avaliar as funções sociais da religião, ou seja, analisar o papel dos grupos religiosos, como novos atores políticos. Analisa, ainda, a partir dessas experiências, a redefinição do lugar do Estado na iniciativa e condução das políticas sociais. Apresenta reflexão sobre a inserção da religião nas redes de políticas sociais, enfocando as ações de combate à pobreza no Brasil, e como o papel tem sido construído no debate público. Considera que apesar da existência de uma “tradição laica no plano jurídico e institucional das relações Igreja-Estado no sistema republicano brasileiro – contrabalanceada pela massiva influência política e cultural da Igreja Católica Romana, respaldada no peso estatístico da quase totalidade da filiação religiosa dos brasileiros ao longo de séculos”, duas questões têm impacto na reconfiguração do status vigente: o crescimento quantitativo dos evangélicos e sua presença no cenário

⁹ BURITY JOANILDO A. Redes sociais e a construção da legitimidade política para a participação religiosa nas políticas sociais no Brasil. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, julho 2003.

político do país (a partir dos anos 80); e a concessão de recursos públicos destinados a implementar projetos dirigidos por organizações religiosas (em contexto mais amplo extensivo às organizações da sociedade civil).

Segundo Burity, a presença pública das igrejas e dos movimentos religiosos está relacionada às mudanças ocorridas pelo processo de democratização brasileiro nos últimos 20 anos, como também mudanças de tipo ideológico em âmbito internacional, que tiveram impacto no modelo de desenvolvimento implementado pelo regime militar como nos ajustes econômicos e políticos realizados ao longo dos anos 1990. Todo o processo de democratização possibilitou a presença pública de vários atores. Alguns a partir de iniciativas de grupos e movimentos religiosos, ligados à “ala progressista”, que introduziram demandas, valores e repertórios de ação.

Mas também assinala que o engajamento social e político de instituições e grupos religiosos, já em desenvolvimento desde a década de 1950, teve papel fundamental na redefinição das relações entre sociedade, política e religião. Participação que adquiriu grande visibilidade social no fim da década de 1970 e 1980: *“a igreja popular, as comunidades de base e os movimentos de bairro, a teologia da libertação, o movimento ecumênico de origem protestante (em alguns estados do país), o movimento de direitos humanos”* (Burity p, 12, 2003).

Outro evento significativo que deu impulso à participação política de católicos e protestantes foi o processo constituinte. Por um lado, propiciou a participação eleitoral dos evangélicos e, em um contexto de perda do dinamismo das forças progressistas, permitiu o ressurgimento da corrente mais conservadora da Igreja Católica.

“Tem-se assim um quadro complexo, que se vai formando pela justaposição, descontinuidade e recriação de

discursos sobre a presença cristã na sociedade e na política, os quais não apenas nunca foram unívocos como não se desenvolveram sem relação com discursos seculares e secularizantes oriundos dos campos cultural e político. Discursos antigos e novos, conservadores e radicais, mais ou menos abertos a influências “externas” (de outras tradições religiosas ou de discursos seculares), tanto entre os católicos como entre os protestantes. A forma específica como tais discursos se compuseram sempre dependeu de dois fatores: o contexto histórico em que se inseriram e a dinâmica própria do campo religioso e seus embates.” (Burity p, 13, 2003).

A participação pública das Igrejas desvenda novas realidades, como, por exemplo, a ruptura do quase monopólio religioso e cultural da Igreja Católica, e desafia a novas análises sobre o Estado e a sociedade. Para o autor,

“há resistências tradicionais dos discursos seculares, que acham imperativo manter a esfera política livre de interferências confessionais. Há ainda reservas e desconfianças em relação à tendência do discurso religioso a oscilar entre comunitarismo e sectarismo. Em ambos os casos, o caráter emocional daquele discurso e sua tendência a reivindicar acesso privilegiado à verdade podem de fato sufocar visões pluralistas e distorcer a esfera pública” (Burity p. 14, 2003).

As resistências podem ser verificadas quando analisado o campo empírico, no qual a oposição à participação pública da Igreja Católica se torna evidente dentro de um Estado que tem como princípio a laicidade, quando a presença pode tentar impedir processos e acordos em torno dessa participação: abertura para o diálogo, reconhecimento da existência legítima do outro e seus discursos, construção da verdade ou conclusões a partir de critérios emanados de fontes reconhecidas e aceitas pelo Estado etc. Nesse

caso, conclusões surgidas de critérios religiosos se tornariam problema para um Estado pluralista e laico.

Nos casos estudados, HIV/AIDS, células-tronco e homossexualidade, as resistências são evidentes, pois a reivindicação por parte da Igreja de que a sua verdade deve ser privilegiada coloca impasses sérios e verdadeiros no momento de serem implementadas políticas públicas ou discutidas leis.

Porém, para o autor, quando se analisa a presença pública das religiões, especialmente no caso brasileiro, é preciso levar em consideração “quando e de que forma estas vieram a ser “desqualificadas” ou distanciadas da esfera e do debate público”. Para ele, foi um processo peculiar das discussões sobre a religião na modernidade, no que eram necessárias a secularização da esfera pública e a privatização do discurso e da prática religiosas. Também se pode falar de um processo voluntário de distanciamento das religiões da esfera pública *“em nome da heterogeneidade intransponível das lógicas do temporal e do espiritual”*.

“Quanto à delimitação política da presença legítima da Igreja pode-se começar dizendo que dado o peso da associação entre Igreja Católica e Estado, no caso brasileiro, desde o período colonial, pareceu a muitos representantes das forças modernizadoras – políticos e intelectuais – que o destino das transformações sociais e políticas do país passava pelo afastamento da esfera pública de qualquer resquício de influência eclesiástica (ou religiosa). O arranjo institucional republicano introduziu a separação constitucional entre igreja e estado, embora não tenha alterado definitivamente a relação privilegiada do estado brasileiro com a Igreja Católica. Os conflitos entre igreja e estado, em diferentes momentos da história do país, colocaram a setores da elite política e da

burocracia estatal a necessidade de se demarcar a área de influência eclesiástica. E os momentos de radicalização ideológica de setores da Igreja, por sua vez, especialmente a partir dos anos de 1950, levantaram suspeitas entre os grupos no poder sobre a confiabilidade da instituição como parceira política. As críticas feitas por clérigos e leigos, bem como as declarações oficiais das igrejas questionando políticas e ações estatais, ou mesmo colocando em questão a própria aceitabilidade do regime capitalista, representavam um fator de distanciamento em relação a governos e setores da burocracia estatal” (Burity p. 13, 2003).

O autor deixa de mencionar outro fator importante para esse distanciamento, um dos núcleos de tensão com a sociedade moderna, conforme os dados analisados sobre AIDS, células-tronco e homossexualidade demonstram: o modo como lida com a moral sexual, e especialmente com princípios de autonomia e liberdade, podem dificultar a implementação de leis e/ou políticas públicas que respondam às reivindicações, por exemplo, dos direitos dos homossexuais. O que provoca distanciamento e conflito.

Ainda refletindo sobre as idéias do autor, todo o processo de participação pública das religiões foi permeado pelas discussões em torno da “incompatibilidade entre fé e engajamento social, ou a oposição entre religião e política”. No Brasil, as Igrejas se posicionaram pelo menos de duas maneiras frente à situação: assumindo o que Burity chama de “tradicionalismo religioso, que entende a religiosidade como um assunto que nada tem a ver com as questões seculares e passível de conviver com qualquer código ético ou social que não hostilize a religião”. Ou, ainda, assumindo a linha da reasserção conservadora da religião que tem como objetivo a reação a momentos de

politização do campo religioso, segundo Burity, não necessariamente rompe com a política, mas controla e reprime sua incursão no campo religioso.

Burity ressalta que

“em nenhum momento, ao longo dos últimos 50 anos da história brasileira, houve total ruptura entre igrejas e estado. sendo mais acurado dizer que dependendo da conjuntura de maior ou menor mobilização social e vigência ou não das instituições políticas republicanas, as relações entre estes dois campos foi mais ou menos colaborativa. O mesmo se pode dizer sobre o caráter mais mobilizador ou mais assistencialista da ação social das igrejas, a qual se manteve sempre presente, mas oscilou em ênfase e no sentido de crítica política ou meramente moral da ordem vigente”. (Burity p, 14, 2003).

A análise do campo empírico em torno do HIV/AIDS se torna exemplo como em certos momentos o Estado estreita essas relações. No caso da Aids, como será visto adiante, a forma como se organiza a Igreja, a enorme estrutura que possui e a capacidade de penetração que tem em todo o território nacional se tornam úteis para incluí-la na implementação de algumas estratégias, por parte do Estado, no combate ao HIV/AIDS. Mas essa colaboração tem seus custos para o Estado, por causa das divergências em torno da política de prevenção. A Igreja, além de ter uma motivação meramente religiosa para dar atenção aos doentes da Aids, como instituição social, tem interesse político. Essa articulação permite que a sua doutrina alcance maior cobertura e legitimidade se articulada com o Estado. Mas cabe ao Estado, tendo em conta critérios laicos definir este impasse.

Burity diz que as mudanças ocorridas nas relações entre sociedade, religião e política, no final dos anos 80, estão ligadas à presença ativa das

Igrejas e movimentos religiosos na esfera pública. O contexto de mudança social, político, econômico e ideológico teve implicações fundamentais no quadro de reabilitação do religioso¹⁰.

Mudanças estratégicas no campo da esquerda “intelectual e partidária” e clima favorável à participação da sociedade civil nas discussões em torno da ampliação do mercado permitiram a entrada, no espaço público, de vários atores, entre eles, as Igrejas. Seja pelo destaque público de seu compromisso com o social, ou porque a “religião (como manifestação simbólica ou como “capital social”) passou a ser um parceiro legítimo na ação social e política”. Essa reconfiguração permitiu, segundo Burity, um realinhamento ideológico que contribuiu para a reaproximação e legitimação das Igrejas do espaço público e a “(re)credenciá-las para assumir funções públicas junto aos setores pobres da sociedade brasileira” (Burity, 2003)

Alguns desses fatores podem ser entendidos a partir das análises do autor. *“No nível das lideranças partidárias ou da sociedade civil, o fato de que as principais instâncias eclesiais em plano nacional e internacional assumiram freqüentemente, a partir dos anos de 1970, posturas críticas face ao capitalismo, às ditaduras militares e, mais recentemente, aos efeitos sociais da globalização, representava mais um elemento de desarme da resistência ou rejeição de ter na religião um aliado importante na luta política”* (Burity, p. 17, 2003).

Também enfatiza a perda de sentido e sentimento de desorientação das pessoas, como profissionais de classe média, incluindo-se intelectuais e ativistas sociais, frente às mudanças ocorridas no campo político e cultural,

¹⁰ Um realinhamento ideológico propiciado pela hegemonia do neoliberalismo e a crise do socialismo real; a acentuação da diferenciação e pluralização no campo religioso; mudanças na posição das organizações religiosas frente à sociedade civil; uma relação mais intensa e multipolar com o Estado; e os efeitos desagregadores e acentuadores da exclusão social produzidos pelas políticas de abertura de mercado, estabilização monetária e ajuste fiscal dos anos 90. (Burity, p, 15, 2003).

motivadas pela crise do socialismo, o avanço das idéias neoliberais, a globalização e a crise do racionalismo e do cientificismo na ação política. Realidade que contribuiu para muitas pessoas se sentirem atraídas por temas ligados à espiritualidade, como maneira de buscar sentido para a vida por meio de espaços religiosos. *“Nessa nova postura menor resistência intelectual foi feita às razões pelas quais as pessoas se vinculam a uma religião, e maior simpatia foi demonstrada aos efeitos do pertencimento religioso sobre a auto-estima, a vivência coletiva e a solidariedade com as necessidades dos outros”.*(Burity, p, 18, 2003).

As pesquisas¹¹ de opinião que revelaram confiança da população nas Igrejas foram também fator decisivo para revelar a ação política e seu compromisso social. As Igrejas aproveitaram o clima favorável para ganhar mais espaço dentro da esfera pública, e os grupos políticos aproveitaram os dados para aliar-se e ganhar adeptos entre a população.

Em contraste com as pesquisas relacionadas pelo autor, que legitimam e confiam no compromisso social das Igrejas, o paradoxo está nas pesquisas que tratam de assuntos relacionados à moral sexual e aos direitos reprodutivos. Conforme revelou pesquisa Ibope realizada em 2005, os católicos discordam das posições da sua Igreja em relação a esses assuntos. E reafirmam o princípio da laicidade do Estado. Dado que tira parte da legitimidade conquistada no compromisso social.

Retomando a análise do autor, todo o clima de pluralismo e de mudanças no contexto político, econômico e ideológico teve repercussões sobre as relações entre as organizações religiosas e a sociedade civil. Outro

¹¹ Burity indica os textos de Moisés, 1995; Burity, 1998 e as análises encontradas em Poverty Reduction and Economic Management Network, 1999, Melo, 1999. Segundo Burity são análises indicadas para organismos multilaterais sobre as atitudes da população com relação às institucionalidade democrática no país.

impacto significativo é a diversidade de interesses e de posicionamentos no momento de reivindicar.

Percebe-se que a imagem das Igrejas, como grupos identificados social e ideologicamente, tem mudado. Dando margem a práticas que se direcionam à busca de construção de espaços e visibilidade pública por conta própria, ou em alianças de representantes religiosos com outros grupos, inclusive seculares, que determinam algum tipo de práticas sociais.

A partir das opiniões do autor, é importante registrar o fenômeno das dissidências ou divergências internas da Igreja Católica. Ou seja, pode-se perceber o clima de mudanças em grupos que ainda não se desvincularam da instituição, e se manifestam criticamente em relação a algumas posições da Igreja. Por exemplo, o estreitamento das relações entre o Estado e a Igreja em torno da Aids tem sido promovido a partir dessas dissidências internas. Talvez o fato tenha permitido alguma flexibilidade por parte da hierarquia para colocar à disposição a sua estrutura.

Para Burity, apesar de que se vivencia clima de pluralismo religioso, ainda é parcial, *“porque os padrões hierárquicos ainda fortemente disseminados no plano cultural (autoritarismo social), os efeitos da forte exclusão social e o estranhamento entre diversos setores das elites políticas e intelectuais em relação às expressões de cultura e religiosidade popular ainda prevalece atitude de preconceito e negação do diferente e de questionamento da legitimidade do outro..”* (Burity, p, 23, 2003)

Também analisa que o campo religioso brasileiro, desde 1970 sofre processo de diferenciação que o leva, no que se refere à Igreja Católica, à perda de hegemonia conquistada desde a época colonial. Perda com relação à

adesão de fiéis e à influência social e política, especialmente frente ao Estado, à educação e a grupos sociais.

Perda que, segundo Burity, vinha ocorrendo desde 1930, mas aprofunda-se a partir de 1980, com a proposta de uma “Igreja popular”, e atualmente com o avanço de movimentos de cunho conservador, como a Renovação Carismática, a Opus Dei, Comunione e Liberazione etc. A expansão desses movimentos revela o objetivo do Vaticano em neutralizar as propostas e os discursos de compromisso social da igreja progressista, apela às emoções e à reafirmação de valores e práticas tradicionais.

É importante ressaltar a conclusão do autor: mesmo se o catolicismo não estiver em uma situação delicada, a perda de influência é realidade no campo da política e da cultura, onde o ambiente secularizado predomina.

Mas Burity, em uma nota de rodapé, explica: *“Maior cuidado seria exigido da aplicação desta afirmação ao campo da política, uma vez que a historiografia das relações igreja-estado já de há muito estabeleceu a relativa fragilidade do primeiro pólo, mesmo durante os períodos colonial e imperial (devido à primazia do estado no regime de padroado). E mais ainda ao longo do período republicano (separação igreja-estado, concordatas, cisão entre igreja e estado durante a maior parte do regime militar e divisão com outras igrejas do espaço de representação dos valores e práticas religiosas na esfera pública)”* (Burity, p. 20, 2003).

Em resumo, a análise de Burity (2003) mostra a legitimação e confiança por parte da população na presença pública das religiões, entre elas a Igreja Católica. Esta atitude é motivada pelo descrédito e indignação com os políticos e governos, e pelo papel relevante que teve no fortalecimento da sociedade civil, criando formas de resistência à ditadura militar para a construção de uma

nova ordem democrática. Também assinala que as pressões externas dos organismos internacionais¹², com os quais as ONGs mantinham relações de parcerias, permitiram que as religiões tivessem um papel relevante no debate sobre as políticas públicas. Recomendavam que se incorporassem assuntos fundamentais, para uma maior equidade social, nos quais as práticas da população e a participação dos atores religiosos eram significativas.

Em outras palavras, a articulação da religião nas redes ou em parcerias com políticas sociais, especificamente em ações de combate à pobreza, no Brasil tem sido fundamental para a legitimação. As novas formas de relacionamento entre a sociedade civil e o Estado possibilitam a legitimação da participação religiosa nos espaços públicos.

No entanto, é importante ter em conta que no contexto no qual se concedeu legitimidade à participação pública da Igreja Católica, a perspectiva predominante que construiu maior consenso estava mais voltada para as questões sociais e políticas. As questões relacionadas à desigualdade de gênero, racial e sexual, por exemplo, não eram prioritárias. Precisamente as críticas feitas pela teologia feminista à Teologia da Libertação – corrente da igreja com certo protagonismo na luta pela democratização – foi justamente a não incorporação dessas questões na sua prática e conteúdo. Também as lutas atuais do movimento feminista e dos homossexuais refletem esse divórcio.

¹² ¹² Segundo Burity, organismos multilaterais e bilaterais de ajuda ao desenvolvimento (ligados ao sistema das Nações Unidas e aos Bancos Mundial, Interamericano de Desenvolvimento e mesmo, em muito menor grau, ao Fundo Monetário Internacional),

3.2 Possibilidades nas quais as religiões podem desenvolver um papel social no espaço público da sociedade moderna, segundo Casanova (1994)

Casanova (1994) classifica os anos 80 como marco para analisar o significado da presença pública das religiões. Considera que o novo e inesperado nos anos 80 não foi o aparecimento de novos movimentos religiosos, mas a revitalização e a participação pública das religiões, contradizendo os prognósticos da teoria da secularização, segundo a qual as religiões se tornariam marginais e irrelevantes no mundo moderno.

Para ele, a afirmação de que a religião é assunto privado é declaração constitutiva da modernidade ocidental. Primeiro porque assinala o fato de que a liberdade religiosa, no sentido de liberdade de consciência é, cronologicamente, a primeira liberdade e a condição prévia de todas as liberdades modernas. E segundo, como a liberdade de consciência está relacionada ao direito à privacidade, que é um dos fundamentos do espírito moderno, então a privatização da religião é essencial à modernidade. Outro aspecto de que a afirmação da religião como assunto privado tem a ver com a modernidade se relaciona com o processo de diferenciação das esferas, ou seja, o processo por meio do qual as esferas seculares se emancipariam do controle eclesial e das normas religiosas.

Retoma a crítica feminista sobre a separação público/privado, em que o feminino estaria localizado na esfera privada e o masculino na esfera pública, para dizer que talvez essa dicotomia representa melhor o significado da privatização moderna da religião, pois classifica a vida social como lugar mais adequado para a religião. "El lugar que la modernidad asigna a la religión es el "hogar", entendido no como el espacio físico de la casa, sino como "el lugar

permanente de los afectos de la persona”. O lar, segundo o autor, entendido como a esfera feminina por excelência: lugar do amor, expressão, intimidade, subjetividade, sentimentos, emoções, irracionalidade, moralidade, espiritualidade e religião. Compreendido dessa maneira, afirma que a privatização da religião é processo de feminização.

Apoiando-se em algumas críticas feministas¹³, diz que a feminização da religião teve efeitos empobrecedores sobre os âmbitos privado e público. A religião entendida sob o ponto de vista moral se tornou sentimental, subjetiva e privatizada, perdeu importância pública e se converteu em matéria de gosto individual e privado. Apoiando-se em Benhabib¹⁴, mostra limites do modelo liberal com relação ao espaço público: *“la necesidad crucial de mantener una clara diferenciación entre las esferas de la legalidad y de la moralidad, a fin de proteger precisamente todas las libertades individuales y el derecho a la privacidad, condujo a una concepción exageradamente jurídica de la división entre lo público y lo privado. (Casanovas, P. 97, 1994)*. Afirma que está em discussão é a necessidade de reconhecer que os mesmos limites devem estar abertos às controvérsias, às redefinições e às negociações.

Considera que atualmente se assiste à desprivatização da religião no mundo moderno. Por desprivatização entendam-se as novas evoluções históricas que contradizem as tendências seculares, e o fato de que as religiões se negam a aceitar o papel marginal e privado que as teorias da modernidade e da secularização lhes tinham reservado. Negam-se a ficar somente no cuidado pastoral, e não deixam de suscitar questões relativas à

¹³ Referências do autor: Ann Douglas, *The feminization of American Culture*, Nueva York, Alfred A. Kopf, 1977 e Nancy Coot, *The Bonds of Womanhood: Woman 'Sphere' in new England, 1780- 1835*, New Haven, Yale University, Press, 1997.

¹⁴ Referência do autor: Benhabib, Seyla. *Models of public Space*.

moralidade pública e privada e discutir assuntos relacionados às demandas do Estado e do mercado.

Isto se expressa no surgimento de movimentos sociais que são de natureza religiosa ou desafiam, em nome da religião, a legitimidade e a autonomia das esferas seculares do Estado e a economia de mercado.

Especialmente o segundo ensinamento diz que leva a repensar as relações entre modernidade e religiões, e especialmente os possíveis papéis que as religiões podem desempenhar na esfera pública das sociedades modernas.

Entende que a tese da secularização não consegue responder às críticas sobre a interpenetração mútua, entre a esfera religiosa e o Estado, mostrando, desta maneira, que as religiões se recusam a aceitar a esfera privada como seu lugar apropriado. Ao contrário, atualmente há a presença destacada da religião no espaço público.

Para ele, o impacto público das críticas religiosas não deveria medir-se unicamente pela capacidade de qualquer religião impor seu programa à sociedade ou suas exigências normativas globais sobre as esferas autônomas.

“En las sociedades modernas diferenciadas es a la vez improbable e indeseable que la religión vuelva a desempeñar una función de integración normativa sistemática. Pero traspasando limites, suscitando preguntas públicamente acerca de las pretensiones autónomas de las esferas diferenciadas de funcionar sin considerar las normas morales o las consideraciones humanas, las religiones publicas pueden ayudar a movilizar a las personas contra tales pretensiones, pueden contribuir al nuevo trazado de las fronteras o, como mínimo, pueden forzar o contribuir a un debate público sobre tales cuestiones. Independientemente del resultado o del

impacto histórico de tal debate, las religiones habrán desempeñado un papel público importante”. (Casanovas p. 68, 1994).

Com relação ao catolicismo considera que o Concílio Vaticano 2º trouxe o reconhecimento oficial, tardio, de legitimidade do mundo moderno. “O catolicismo moderno quer ser uma religião intramundana e pública (Casanova, p. 79, 1994)”.

Explicando as discussões sobre a separação Igreja/Estado, afirma que o princípio dessa separação pode ser interpretado de várias maneiras. Separação entendida como “separatismo estrito”, que recusa toda e qualquer intromissão governamental, e também qualquer regulação da religião por parte do Estado. O “separatismo benevolente”, que recusa a regulação do governo, mas exige apoio governamental à religião. No lado oposto, se encontra a interpretação “secularista” que, desconfiando das funções negativas da religião, defende a regulação da religião por parte do governo, mas exclui qualquer apoio do governo à religião. A separação “estatal” favorece tanto o apoio do governo como o controle absoluto do governo sobre a religião.

O autor leva em consideração que a necessária separação entre Igreja e Estado é um princípio fundamental dos Estados modernos. E essa separação tem dependido historicamente dos contextos, realidades e como essas relações se têm articulado historicamente em cada lugar. Separação completa, como pensada, não se tem concretizado historicamente, conforme mostra Casanova. Existem diferentes modelos históricos dessa separação. No caso do Brasil, apesar do princípio da laicidade, a articulação entre Igreja e Estado tem sido caracterizada pela interpenetração.

Para Casanova, ainda que a não-estatização e a separação são necessárias para garantir a liberdade religiosa com relação ao Estado, a liberdade do Estado com relação à religião e a liberdade da consciência individual com relação ao estado e à religião, isto não significa que a privatização seja garantia para estas liberdades.

O reconhecimento por parte do catolicismo do princípio moderno de liberdade de consciência¹⁵ foi acompanhado pelo abandono da sua identidade como instituição obrigatória. E a partir do Concílio Vaticano 2º a Igreja Católica, ao assumir o princípio de liberdade religiosa, deixou de ser “a Igreja”. Mesmo assim, ainda se recusa a aceitar o princípio de privatização absoluta da religião e da moral.

Segundo Casanova, na medida em que o princípio legal de separação está fundamentado no princípio moderno de liberdade de consciência, fundamento do direito inviolável à privacidade, sem o qual não pode existir nem um Estado democrático moderno nem uma sociedade civil moderna, então a desprivatização da religião pressupõe a privacidade da religião. E só pode justificar-se se o direito à privacidade e à liberdade de consciência está protegido legalmente da religião. Ou seja, a religião só pode entrar na esfera pública e assumir um papel se aceita e respeita o direito inviolável à privacidade e à inviolabilidade da liberdade de consciência.

Por isso, apresenta três condições que poderiam justificar a presença pública da religião. (Casanova p. 87, 1994).

a) Cuando la religión entra en la esfera pública para proteger no sólo su propia libertad de religión sino todas las

¹⁵ A doutrina católica reconhece esse princípio como originado da dignidade sagrada da pessoa

libertades y derechos modernos, y el mismo derecho de una sociedad civil democrática a existir contra un Estado absolutista, autoritario. El papel activo de la Iglesia católica en los procesos de democratización en España, Polonia y Brasil pueden servir para ilustrar este caso.

b) Cuando la religión entra en la esfera pública para cuestionar y rebatir la autonomía legal absoluta de las esferas seculares y sus exigencias de organizarse según los principios de la diferenciación funcional sin tener en cuenta consideraciones éticas o morales foráneas. Las cartas pastorales de los obispos católicos americanos en las que se pone en tela de juicio la “moralidad” de la carrera de armamentos y la política nuclear del Estado, como también la “justicia” y las consecuencias inhumanas del sistema económico capitalista, que tiende a hacer del derecho a la propiedad privada un valor absoluto y exige la autorregulación por medio de leyes mercantiles exentas de control, ejemplifican este segundo caso.

c) Cuando la religión entra en la esfera pública para proteger la forma de vida tradicional de la injerencia administrativa o jurídica, y durante el proceso expone cuestiones relativas a la creación de normas y formación de la voluntad a la reflexión colectiva y pública de la ética discursiva moderna. La movilización pública de la llamada «mayoría moral» y la postura pública católica respecto al aborto en apoyo del «derecho a la vida» son ejemplos de este tercer caso.

No primeiro caso, a religião, segundo o autor, contribuiria na constituição de uma ordem política e social liberal. Nos seguintes exemplos a religião poderia apontar, questionar e discutir os mesmos “limites” da ordem política e social liberal. A desprivatização da religião contribuiria para questionar a validade dos princípios e fundamentos normativos no modelo liberal da esfera pública.

Por isso afirma que a desprivatização da religião seria o processo por meio do qual a religião abandonaria a esfera privada para tomar parte nos debates em curso, na esfera pública indiferenciada da sociedade civil. Para ele, a questão não é se a religião é boa ou má para a política, funcional ou disfuncional para o sistema social, o desafio seria trazer critérios analíticos e normativos para diferenciar as diferentes formas de religião pública e suas possíveis conseqüências sociais e históricas.

Para o autor, o fator religioso é um dos que mais dinamizam a interação entre os diferentes âmbitos da sociedade civil e o Estado, pois poderiam levar à esfera pública assuntos que a modernidade tinha relegado à esfera privada. Por isso considera que a religião favorece o desenvolvimento da dimensão crítica e normativa da sociedade civil e contribui para manter a distância saudável desta com o Estado.

A partir do seu estudo afirma que a religião tem contribuição positiva para a sociedade, com capacidade de fortalecer e enriquecer a democracia, a defesa dos direitos humanos, as virtudes públicas e a participação política. A religião contribuiria para que assuntos como a bioética e a família possam tomar parte de uma moral pública e não fiquem relegadas ao âmbito de uma ética privada.

Podemos dizer que Casanova torna mais complexo o problema da presença pública das religiões, aprofunda as possibilidades em que esta pode se dar, como também os limites das próprias religiões.

Mas as reações ao texto do autor estão direcionadas às propostas das possibilidades do papel desenvolvido pela Igreja no cenário público.

Há que se ter em conta que a Igreja, como qualquer instituição social, tem interesses a defender. Nos casos estudados, AIDS, células-tronco e homossexualidade, constata-se que a idéia é converter-se em uma referência internacional legitimada na defesa da vida e da moral. Deve-se insistir que a análise não está em questionar a legitimidade da sua participação na esfera pública. O problema surge quando suas posições entram em choque com as determinações do Estado e da sociedade. Seu conteúdo está permeado de visões de mundo contrárias às conquistas modernas. A forma como entende as relações homossexuais e se posiciona com relação a estes, são totalmente contrárias à liberdade individual, como também às visões de mundo e princípios adotados pelo Estado. A defesa da vida conforme abordado pela Igreja Católica é outro assunto que precisa ser levado em conta. Conforme demonstrado na análise do campo empírico com células-tronco, as pesquisas e os estudos revelam novas concepções e compreensões sobre a vida, que se distanciam da adotada pela Igreja Católica. O grave problema é a impossibilidade de diálogo com a Igreja. As discussões sobre a vida devem nortear-se segundo a sua definição, que emana de princípios absolutos e transcendentais.

Há o impasse, portanto. Um mesmo assunto é tratado a partir de fontes diferentes. A Igreja parte de um absoluto: Deus fonte última da vida. Essa perspectiva não possibilita perguntas nem mudanças. Mas quando se toma como referência as descobertas da ciência, instala-se a tensão. Pois a partir das pesquisas novas interrogações aparecem e novas interpretações surgem sobre a vida. Mas conforme Casanova, frente a essa tensão cabe ao

Estado reafirmar o respeito ao direito inviolável à privacidade e à inviolabilidade da liberdade de consciência.

Com relação às discussões em torno do modelo de família, a capacidade de contribuir para o diálogo público sobre assuntos de caráter moral também se encontra limitada. Sua concepção de família tem como base princípios absolutos e fixos, ou seja, a família originada a partir do sacramento do matrimônio, entre casais heterossexuais, com a principal finalidade da procriação. Portanto, considera as relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo “anormais”, “patológicas”, “antinaturais”, sem nenhuma possibilidade de serem reconhecidas como modelo familiar. A posição fixa não se deixa interpelar por outras formas de relacionamentos, o que impossibilita o diálogo e a aceitação da sua contribuição.

O modo de interpretar e posicionar-se sobre os direitos dos homossexuais, dos problemas ocasionados pela infecção pelo HIV e pesquisas com células-tronco mostra os limites de uma instituição que parece entender os direitos humanos de maneira limitada e dicotômica: defende com veemência os pobres, a vida embrionária, denuncia as guerras, mas abdica de colocar rosto, gênero e sexo. Sua concepção de direitos humanos não entende os problemas, os direitos, as novas exigências e as propostas surgidas dessas realidades.

Pergunta emblemática: dentro de um Estado democrático é possível tomar como referência ética uma instituição religiosa que abertamente nega princípios fundamentais, como a liberdade de consciência e de escolha, e a autonomia?

3.3. O papel das religiões nas discussões públicas - Chantal Mouffe

As análises de Chantal Mouffe¹⁶ ampliam o debate sobre a presença pública das religiões, sob a perspectiva da teoria política. Mostra o que compreende como democracia liberal, e desenvolve proposta do modelo do pluralismo agonístico, no qual examina algumas questões relativas ao lugar da religião em uma democracia liberal do ponto de vista do seu modelo.

Entende que a democracia liberal é muito mais do que uma mera forma de governo, pois se refere ao ordenamento simbólico das relações sociais. Ela se refere a uma forma específica de organizar politicamente a coexistência humana, que resulta da articulação entre duas tradições diferentes: de um lado, o liberalismo político (estado de direito, separação de poderes e direitos individuais); de outro, a tradição democrática da soberania popular.

Coloca a aceitação do pluralismo como uma das características fundamentais da democracia liberal moderna. Considera que um estado liberal democrático, a fim de respeitar a liberdade individual e o pluralismo, tem que ser agonístico em matéria de religião e moralidade. Mas não pode ser agonístico quanto a valores políticos, pois por definição postula certos valores ético-políticos que são princípios de legitimidade. Considera que a principal tarefa do modelo do “pluralismo agonístico” na política democrática não é eliminar as paixões ou relegá-las à esfera privada, com o fim de estabelecer consenso racional na esfera pública; ao contrário, é incorporar e mobilizar as paixões para a vida democrática. Justifica sua escolha dizendo que a “democracia pluralista demanda consenso sobre um conjunto de princípios

¹⁶ Mouffe Chantal. Religião, Democracia Liberal e Cidadania, 1992

ético-políticos comuns, mas também requer a expressão de dissenso e as instituições através das quais os conflitos podem se manifestar”.

Faz a distinção entre “o político” e “a política”. Por “político” se refere à dimensão de hostilidade e antagonismo que é uma possibilidade sempre presente em toda sociedade humana; antagonismo que pode assumir rostos diferentes e emergir em distintas relações sociais. “A política”, por outro lado, é o conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer certa ordem e organizar a coexistência humana em condições sempre potencialmente conflitantes, porque são afetadas pela dimensão do político”. Para ela, como a dimensão do “político” é admitida, se pode conceber a “política” como a tentativa de conter a hostilidade e desarmar o antagonismo potencial que existe nas relações humanas. Para Chantal Mouffe, há a necessidade do político e a impossibilidade de um mundo sem antagonismos e conflitos. “Só aqui, no coração das contradições, a realidade assume, verdadeiramente, a sua dimensão política”.

Como resposta aos conflitos ou tensões próprias da democracia pluralista, Mouffe baseará seu estudo na distinção entre Inimigo e Adversário. Uma ordem democrática pluralista supõe que o oponente não seja visto como um inimigo a ser destruído, mas adversário cuja existência é legítima e deve ser tolerada. *“Um adversário é um inimigo legítimo, um inimigo com quem temos em comum uma adesão compartilhada aos princípios ético-políticos da democracia”.* (Chantal Mouffe, 15, 1992). Daí a importância de distinguir entre dois tipos de relações políticas: um de antagonismo entre inimigos, e outra de agonismo entre adversários.

Afirma que em uma democracia pluralista liberal, a implementação de separações fundamentais tem possibilitado a emergência da sociedade civil como domínio distinto: separações entre o público e o privado, Igreja e Estado, lei civil e lei religiosa. Afirma que a noção liberal de Estado secular não apenas implica a distinção entre Igreja e Estado, mas também a concepção da Igreja como associação voluntária.

Para Mouffe, dentro de um modelo agonístico o Estado liberal não deve ser neutro. Por isso, a separação entre Igreja e Estado, característica definidora da democracia liberal, não pode ser justificada pelo argumento da neutralidade. A própria “democracia liberal possibilita um regime de tolerância onde o Estado tolera uma multiplicidade de grupos religiosos, e força os grupos a se tolerarem mutuamente”. Como consequência da sua proposta do pluralismo agonístico¹⁷, a religião não deve ser relegada à esfera privada nem os símbolos religiosos devem ser excluídos da esfera pública, pois reconhece as formas religiosas como motivos legítimos para a ação política. Para Mouffe, o fato de apresentar a separação entre Igreja e Estado, religião e política e público e privado, como equivalentes, tem levado a confusões e “à idéia equivocada de que a separação entre Igreja e Estado significa a relegação absoluta da religião ao privado”. A consequência é que a separação entre Igreja e Estado é vista como implicando a exclusão de todas as formas religiosas da esfera pública.

¹⁷ Segundo Mouffe, essa proposta é contrária aos que defendem o modelo deliberativo, no qual todas as questões divisivas, como a religião, devem ser relegadas à esfera do privado a fim de permitir que se estabeleça um consenso racional no domínio público. Em sua compreensão, considerações religiosas não têm lugar legítimo na deliberação política, pois são expressão de paixões particularísticas.

Conclui que na medida em que as religiões atuem nos limites constitucionais, *“não há qualquer razão pela qual os grupos religiosos não deveriam poder intervir na arena política para pronunciarem-se em favor de ou contra certas causas”*.

“Acreditar que o campo da política deveria ser concebido em termos de “interesses”, como no modelo agregativo de pluralismo de grupos de interesse, ou em termos de “razão” e “moralidade”, como no modelo deliberativo, é perder o papel crucial desempenhado pelas paixões, valores, crenças e todas as formas de identificações coletivas na ação política. Mas ao tentarem impedir que todas aquelas motivações tenham papel no domínio político, muitos teóricos democráticos acabam eliminando as próprias forças que movem as pessoas à participação política”. (Chantal Mouffe p. 17, 1992)

Com relação às idéias expostas pela autora, a distinção entre inimigo e adversário e a distinção entre discurso agonístico e antagônico se tornaram úteis para analisar as relações da hierarquia da Igreja Católica com os atores envolvidos nos temas da pesquisa. Como analisado no campo relacionado à homossexualidade, a definição de discurso agonístico incorpora a possibilidade de diálogo, ainda que as tensões sejam fortes. As dissidências católicas abrem essa possibilidade de entendimento, sobretudo em assuntos relacionados à AIDS e à homossexualidade. As perspectivas diferentes sobre os homossexuais são um ponto que se entende melhor a partir da análise do discurso antagônico. Na análise do campo empírico talvez exista uma negação dupla, por parte dos homossexuais e da hierarquia religiosa, para esse diálogo ser possível.

Mouffe, em consonância com Casanova (1994), reafirma a necessidade de regular a participação pública a partir da coerência com as normas definidas pela Constituição.

São afirmações e condições que também norteiam o trabalho. Mas nas discussões em torno da implementação de políticas públicas ou de votação de projetos de lei sobre a AIDS, células-tronco e homossexualidade, a Igreja não leva em consideração os princípios nos quais se fundamenta a Constituição. Mas somente os princípios da sua doutrina moral. Portanto, a participação e a legitimidade pública estariam questionadas.

3.4. Entre reactivos y disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular – Vaggione 2005

Vaggione, (2005) em seu texto “entre reactivos y disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular”, nos diz que as teorias sobre a modernidade previam a retirada da religião. Mas, ao contrário, nos últimos anos as teorias sociopolíticas obrigaram-se a trabalhar exatamente no sentido oposto, pois as religiões se manifestaram com muito mais força e se mantêm como dimensão identitária. As instituições religiosas continuam sendo atores fundamentais nas sociedades contemporâneas, de tal forma que nem a globalização tem conseguido seu enfraquecimento. Muitas religiões encontram no mundo globalizado cenário propício para seu fortalecimento.

A presença da religião se torna problemática quando extrapola os limites da esfera privada na qual se situa e quando atores e instituições religiosas, ao participar da vida pública, não se despojam de idéias religiosas.

O autor pretende, com o texto,

“pensar en marcos teóricos que puedan, simultáneamente, incorporar el resurgimiento de lo religioso,

sobre todo a partir de la óptica de género y sexualidad, sin reducir el mismo a una incompleta modernización; revisar críticamente la secularización como modelo epistémico para entender las múltiples maneras en que la religión y definiciones de género y sexualidad se entrecruzan” (Vaggione, p. 58, 2005).

Pensar a secularização e suas limitações para analisar o ressurgimento da religião no mundo contemporâneo.

“En síntesis, es necesario arriesgar la posibilidad de pensar más allá de la secularización o la laicidad como instrumentos normativos para confrontar lo religioso”.

Afirma que a secularização cai em dois reducionismos: 1) a discussão da influência pública da religião é entendida como resultado da incompleta separação entre Estado e Igreja; por isso, propõe o conceito de politização reativa para analisar como os setores conservadores religiosos se articulam frente aos movimentos feministas e de minorias sexuais. 2) que a secularização tende a apresentar definição essencialista do fenômeno religioso, mostrando-o como um todo homogêneo, sem levar em consideração a diversidade de pensamentos e as dissidências internas.

Quanto à politização reativa, afirma que se por um lado há um setor religioso que defende a definição tradicional de família, há movimentos feministas e de diversidade sexual que, com sua agenda pluralista, repudiam qualquer construção essencial de família. Esses dois setores apresentam demandas em diversos cenários, e ambos buscam influenciar o Estado para conseguir a institucionalização legal do que pretendem. As Igrejas e o Vaticano, apesar de terem aceitado as definições do Concílio Vaticano 2º sobre

a separação do Estado, pressionam e negociam com os governos para os legisladores católicos votarem contrariamente nas questões relacionadas ao aborto e à homossexualidade. No campo empírico, mais especificamente frente ao HIV/AIDS e à homossexualidade, os dois discursos se tornam evidentes. É mais problemático o discurso oficial, pela forte carga de dogmatismo que carrega. Nos eventos internacionais ou nacionais, há estratégias planejadas, com intensa visibilidade pública. Nos documentos da Igreja – em âmbito do Vaticano como da CNBB – constata-se a forma explícita como planeja e executa sua ação: cartas dirigidas expressamente a deputados, senadores e ao presidente da República.

Considera que a busca por um Estado laico é fundamental, mas não esgota o tema da religião como fator de poder, pois as Igrejas não deixam de ser atores públicos nas sociedades contemporâneas. Alguns estudiosos analisam que a separação do Estado reposiciona a Igreja dentro da sociedade civil e, desse modo, com possibilidades de influenciar as políticas públicas.

O autor afirma que a separação entre Igreja e Estado implica que a instituição desempenhe um papel diferente, mas não por isso menos poderoso. Por um lado se articula como membro da sociedade civil e pressiona o Estado e a sociedade política. Seu ganho em autonomia possibilita que a Igreja seja instância crítica, o que gera maior legitimidade na sociedade. Em consequência, um maior poder simbólico na defesa dos princípios doutrinários. Afirma que Estados débeis e sociedades políticas deslegitimados potencializam, sem dúvida, esse poder¹⁸.

¹⁸ Roberto Blancarte (1992). La historia de la Iglesia Católica en México. Fondo de Cultura Económica, México.

Essa análise coincide com a de Casanova e Burity sobre a legitimidade conquistada a partir da sua articulação com a sociedade civil. No Brasil, no momento da luta pela democratização.

Na América Latina, ainda que a separação entre Estado e Igreja seja aceita como princípio democrático, a institucionalização dessa separação não é completa. A realidade, ainda que ambígua e parcial, tem significado para a Igreja maior autonomia e legitimidade nas ações, uma instância de posição crítica, conservadora ou progressista. Nos últimos anos a Igreja tem assumido postura crítica frente às políticas neoliberais adotadas pela maioria dos países latino-americanos.

Pode-se verificar, entretanto, que nos últimos anos a corrente conservadora tem conquistado maior hegemonia. Cria-se ambigüidade, pois as idéias conservadoras atingem primeiramente tudo o que está relacionado aos direitos individuais, como a livre orientação sexual, aborto, direitos reprodutivos etc. Suas ações ganham legitimidade quando denuncia o legado de miséria deixado pelo neoliberalismo, mas essa legitimidade se fragiliza pelas posições que defende.

É necessário propor modelos teóricos que analisem as diversas intervenções da Igreja como instituição social e política, sem descartar a necessidade de aprofundar a laicidade do Estado. É importante confrontar a Igreja como membro legítimo da sociedade civil. Por isso, propõe o conceito de politização reativa *“para captar tanto el accionar de la Iglesia como el de organizaciones religiosas conservadoras como parte de la sociedad civil que, aunque presionen al Estado, no violan el principio de laicidad”* (Vaggione, P. 61, 2005). Por

“reativo” entende a emergência e funcionamento de organizações que justificam suas ações em defesa de uma ordem tradicional ameaçada pelo feminismo e movimento das minorias sexuais. *“Frente al pluralismo y la relativización, la iglesia y organizaciones religiosas se constituyen en los defensores de un orden tradicional y natural montado sobre la familia”* (Vaggione, P. 62, 2005).

Para o autor, uma das características atuais da Igreja é reduzir ao mínimo o discurso religioso, e estrategicamente se articular em torno de discursos seculares, de caráter científicos ou legais. Mas ainda que os discursos sejam de caráter secular, apresentam alto nível de dogmatismo, semelhante ao das crenças religiosas. O “secularismo estratégico”, como o autor o denomina, mostra a facilidade com que os setores conservadores amalgamam e fundem discursos. O debate sobre o uso da camisinha se torna paradigmático. A Igreja afirma que as campanhas sobre o uso da camisinha para prevenir o vírus HIV/AIDS incentivam a promiscuidade. Essa posição justifica-se, segundo a Igreja, com argumentos de caráter científico, por meio do uso de estatísticas, estudo de casos etc. Para o autor, é criticável a interpretação que a Igreja faz dos dados coletados, mas a posição proibindo o uso da camisinha, ainda que motivada por princípios morais/religiosos, é justificada por ser baseada em evidências científicas.

Também a noção de politização reativa tenta mostrar uma dimensão geralmente excluída pela influência da teoria da secularização, ou seja, considerar a Igreja como um ator legítimo dentro do jogo democrático.

“En vez de representar la emergencia de una posición fundamentalista o dogmática, el concepto de politización pretende incluir estas organizaciones y su participación pública como una parte legítima del juego

democrático. Si la iglesia y organizaciones conexas han decidido ser parte de la democracia en la defensa de sus concepciones de familia es necesario entenderlos como actores que generan un espacio político” (Vaggione, P. 62, 2005) .

Insistir que a influência pública da Igreja na América Latina é resultado de insuficiente separação do Estado é tornar invisíveis os espaços alternativos nos quais se confronta e antagoniza a Igreja como ator público. Especialmente setores conservadores se mobilizam na América Latina contra os avanços no campo da sexualidade e gênero.

Vaggione diz que freqüentemente se entende a religião de uma forma essencialista, considerando-a homogeneidade sempre em defesa do patriarcado, não se dando importância às divergências internas. No entanto, essas divergências que geram dissidências religiosas são fundamentais para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

Sem negar que a religião é dimensão fundamental para entender o patriarcado e a homofobia, é necessário também reconhecer a existência de outras dinâmicas alternativas. É importante entender as consequências liberalizantes da religião, apesar dos seus conteúdos patriarcais, como também entender que o religioso é uma dimensão em constante mudança e adaptação. Parte dessas mudanças é resultado das reivindicações feministas e dos movimentos de diversidade sexual.

“Cuando se consideran temas conectados a género o sexualidad, la dicotomía religioso/secular es superpuesta, de diversos modos, con la de conservador/progresista. Lo religioso se define como esencialmente conectado al patriarcalismo y la perpetuación de la dominación de mujeres y minorías sexuales” (Vaggione, p. 62, 2005).

Baseando-se em pesquisas, coloca que religiões patriarcais podem trazer como conseqüências liberalizantes, por exemplo, o empoderamento das mulheres. Isso ocorreu nas práticas das Comunidades Eclesiais de Base, que contribuíram para a formação de cidadãs mais ativas e participantes na esfera pública.

Mas são efeitos inesperados de um processo que se propunha em primeiro lugar à mudança das condições sociais, sem incorporar, por exemplo, as desigualdades de gênero.

Uma das mudanças mais interessantes produzidas é a emergência, no interior de distintas denominações religiosas, de pessoas e grupos que se mobilizam para compatibilizar sua identidade religiosa com questões feministas e de diversidade sexual. Esse fenômeno de divergência ou dissidência religiosa mostra como o mesmo discurso que se usa para oprimir pode ser utilizado para libertar.

Com relação a essa afirmação, é bastante significativo como em muitos eventos e seminários organizados pelos GLBT se comprova interesse nas contribuições de organizações religiosas e de pessoas, especialmente católicas, críticas à postura oficial da Igreja¹⁹. Também são significativos o crescimento e a visibilidade de padres e pastores, que fazem celebrações religiosas e missas especialmente para a comunidade homossexual.

Para o autor, a modernidade e a secularização não estão diretamente conectadas. As pessoas têm modificado as formas de crer, mas

¹⁹ Esta afirmação é fruto da observação direta da autora quando tem participado destes eventos

não têm deixado de crer. Elas têm mais autonomia na construção das identidades religiosas.

Sobre as dissidências religiosas, Vaggione considera ser fenômeno político relevante para enfrentar o papel hegemônico da Igreja na América Latina. Diferencia o divergente e o desertor. Divergir é maneira de negociar identidades religiosas. O dissidente ou divergente reafirma sua identidade religiosa com o que está divergindo. Parece paradoxal, mas é uma afirmação de pertencimento e de identidade. Diferentemente do desertor, que esvazia o espaço de poder, o dissidente reafirma seu pertencimento. Ser divergente implica a articulação de um antagonismo, a construção de um espaço político, e para isso deve romper com os consensos impostos, mostrar a existência de fraturas que indicam um nível de pluralismo em realidades aparentemente homogêneas.

As divergências religiosas se apresentam em teologias feministas e queers. Essas teologias constroem as doutrinas oficiais, evidenciando que o patriarcado e a heteronormatividade são construções históricas e culturais e, portanto, uma característica que pode ser reconstruída. Também surgem vozes alternativas de organizações que se mobilizam politicamente e apresentam um modelo diferente de ser católico ou católica.

Segundo o autor, diferencia as organizações dissidentes a articulação de discursos religiosos como parte de inscrições políticas. Esses discursos não somente evidenciam a existência de uma multiplicidade de interpretações, mas também se tornam fontes de recursos éticos para temas como as novas tecnologias reprodutivas, pesquisas genéticas, aborto etc.

Em contraposição à politização reativa, que assume estrategicamente discursos seculares, o fenômeno das dissidências encontra sua potencialidade na incorporação pública de discursos religiosos.

Diante dessa realidade, a proposta do autor é incluir de maneira completa o religioso na esfera pública, com divergências e pluralismos. Para isso torna-se necessário gerar marcos políticos e legais que permitem a incorporação das dissidências.

A teoria da secularização, ao retirar o discurso religioso da esfera pública, pode favorecer a exclusão das dissidências e das divergências, e fortalecer a estratégia da Igreja Católica de reduzir as dissidências e o pluralismos a problemas de ordem organizacional, evitando sua inserção na vida pública. O desafio, segundo o autor, é que, além de insistir na separação entre Igreja-Estado, faz-se necessário considerar a Igreja e as organizações religiosas como atores políticos. Ou seja: a politização completa do fenômeno religioso em que se incluam as vozes plurais. Pluralismo também é fenômeno que se dá no interior das denominações religiosas e somente uma construção secular da esfera pública pode ocultar essa diversidade.

As idéias desse autor têm sido importantes para analisar o campo empírico. A sua proposta é bastante adequada, pois analisa o fenômeno religioso a partir das ambigüidades e complexidades na relação com a esfera pública.

O conceito de politização reativa e o das dissidências permite analisar a Igreja a partir do movimento, da forma concreta como atua. Na Igreja, como em qualquer outra instância social, residem as mesmas idéias e discussões que permeiam a sociedade. Por outro lado, conhecer como se

movimenta revela com mais propriedade as dificuldades com esse campo ou possíveis caminhos de articulação.

As instituições religiosas estão no espaço público. Além de continuar reafirmando a laicidade do Estado e a separação entre Igreja e Estado, deve-se continuar buscando formas de interpretação que contribuam para o entendimento da presença das religiões na sociedade. Ainda que existam princípios que regulam essa participação, ela está presente e ativa em espaços nos quais se considera fundamental.

A presença pública das dissidências religiosas fragiliza o discurso oficial da Igreja, pois são seus próprios argumentos doutrinários como recurso para defender e legitimar propostas contrárias às defendidas pelo oficialismo eclesial.

No entanto, há impasses na presença das dissidências religiosas. Seus argumentos são de caráter religioso, e por mais que, em determinado momento contribuam para legitimar e apoiar direitos e reivindicações de grupos sociais, a natureza do Estado é laica. E isso limita a real incidência dessas idéias no campo das políticas públicas ou de leis, a não ser que coincidam com os princípios constitucionais ou legais.

3.5. Impasses colocados pelo fundamentalismo religioso

O fenômeno do fundamentalismo religioso contribui para compreender a complexidade da presença das religiões no espaço público. O fundamentalismo tem acompanhado a modernidade, sempre presente como reação aos problemas daí surgidos. Especialmente como reação às noções de progresso, em que a idéia de Deus como parte central de toda a vida, pública e

privada, fica em segundo plano. As religiões, Deus e o Sagrado deixam de ser a referência para todos os acontecimentos.

É quase consensual a certeza de que o termo fundamentalismo tem sua origem no contexto cristão. Afirma-se como tendência do conservadorismo protestante americano, e como base fundamental interpretação literal e estreita da Bíblia. Fenômeno presente em várias tradições religiosas, inclusive no hinduísmo, budismo e catolicismo.

Chauí (2004) analisa que o contexto de exclusão social e de insegurança, em consequência da implantação de uma lógica política neoliberal, uma economia de mercado excludente e a idéia de uma modernidade regida pelo esplendor da razão e da ciência, sem religião, criou condição pós-moderna de insegurança e de medo que leva as pessoas de volta às seguranças e certezas que a religião oferece. Para a autora, pode-se compreender que essa “barbárie contemporânea” provoque o retorno do reprimido, ou seja, o ressurgimento do fundamentalismo religioso não só como experiência pessoal, mas também como interpretação da ação política.

O retorno dos fundamentalismos religiosos traz risco muito grande, pois as religiões podem sentir-se novamente chamadas como responsáveis pelo ordenamento e coesão sociais. Portanto, há a impossibilidade do desenvolvimento político na presença do fundamentalismo das religiões monoteístas reveladas, porque a política deixa seu lugar à violência como purificação do mal, e os políticos dão lugar aos profetas, ou seja, aos intérpretes da vontade divina.

Em relação ao catolicismo, o traço do fundamentalismo estará mais evidenciado nos procedimentos modernos, com os quais a tradição eclesiástica

busca resguardar as decisões doutrinárias obrigatórias. Enquanto os protestantes sublinham a infalibilidade da Escritura, os católicos acentuam a infalibilidade do magistério.

Chauí (2004) ajuda a entender as dificuldades das instituições religiosas quando diz que o problema se dá porque uma oposição não tem como se expressar em um espaço público democrático onde não pode e não tem como haver debate, pelos princípios dogmáticos das religiões.

“Por que se imaginan en relación inmediata con o absoluto, porque se imaginan portadoras de la verdad eterna y universal, estas religiones excluyen el trabajo del conflicto y la diferencia y producen la figura del otro como demonio y hereje, es decir como lo Falso y el Mal” (Chauí, p. 123, 2004).

Cabe o questionamento sobre o risco de retrocessos ou de que idéias fundamentalistas possam ser assumidas nas instituições modernas. Por isso se torna indispensável, para este estudo, analisar o conteúdo, idéias, doutrinas e propostas que, revestidos de conceitos seculares, podem passar despercebidos e serem assumidos sem questionamento. Torna-se indispensável aprofundar as concepções de gênero e de sexualidade, que justificam discursos e doutrinas.

CAPITULO II

AIDS - IGREJA CATÓLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O objetivo deste capítulo é analisar a maneira como se apresenta publicamente a Igreja Católica a partir de sua interação com o governo frente à epidemia de HIV/AIDS no Brasil. Tenta-se evidenciar o tipo de relação existente entre as duas esferas, como também os impasses e os conflitos dentro de um Estado laico e democrático.

A primeira parte situa de forma geral a problemática da AIDS, apresentando principalmente a maneira como o Estado, os governos e suas instituições têm reagido diante dessa realidade. Como o objetivo do trabalho não é uma abordagem profunda sobre a epidemia da AIDS, o ponto de partida será situá-la em âmbito geral, pontuando os principais problemas e o processo vivido no Brasil em torno da AIDS, enfocando-se especialmente as respostas do governo brasileiro.

A segunda parte tem como eixo principal a análise da relação entre a Igreja Católica e HIV/AIDS. O objetivo é mostrar a posição oficial, iniciativas, discursos e práticas em relação ao tema.

A terceira parte descreve a interação da Igreja Católica e o governo em torno do HIV/AIDS. A base é a análise de dois documentos paradigmáticos, pois mostram os argumentos e posições de ambas as partes.

O primeiro documento é a carta publicada no dia 08/12/2003, intitulada

”Posição do Programa Nacional de DST e AIDS frente à proibição de

divulgação da campanha da Sociedade Civil”, assinada pelo Programa Nacional de DST/AIDS - Ministério da Saúde. O segundo é a declaração da presidência da CNBB sobre a "Carta aberta" do Programa Nacional de DST/AIDS, do Ministério da Saúde, publicada em 09/12/2003. E também formam a base deste estudo entrevistas realizadas com pessoas que trabalham com HIV/AIDS - ligadas ao governo, a entidades governamentais e à Igreja Católica.

O estudo dos dados tem como princípio conhecer os atores envolvidos, argumentos apresentados por ambas as partes, e detectar elementos que possibilitarão a nossa reflexão. Sempre sob a ótica de que o objetivo é analisar a presença pública da Igreja Católica quando entram em pauta, no Congresso Nacional, projetos de lei ou elaboração de políticas públicas sobre AIDS, células-tronco e homossexualidade.

1.DEFININDO HIV E AIDS

1.1. O que é o HIV

No final dos anos de 1970, os médicos começaram a perceber o aparecimento de nova doença, afetando grande número de pessoas. A AIDS foi reconhecida como síndrome de doenças em 1981, e o vírus HIV, a sua causa, identificado em 1983. (Berer, 1997)

Nos anos de 1980, por meio de amostras de sangue e tecidos armazenados, foram identificados os primeiros casos de pessoas que morreram de doenças relacionadas ao vírus HIV.

O HIV, nome do vírus em inglês, significa vírus de imunodeficiência humana. A infecção adquirida por esse vírus é doença sexualmente transmissível. O HIV é transmitido, principalmente, por meio de relação sexual

vaginal ou anal sem proteção; sangue ou produtos de sangue infectados, passados em transfusões ou injeções; uso compartilhado ou reutilização de equipamentos destinados à injeção de drogas, com sangue infectado, sem a devida desinfecção e/ou higienização entre usos; gravidez e, talvez, parto.

Segundo Berer, a infecção se dá por meio do sangue. No sangue, o vírus ataca o sistema imunológico, encarregado de proteger o corpo de doenças, por meio da produção de células sangüíneas que as combatem. Entre essas células estão as chamadas “T4”, encarregadas de identificar os vírus e transmitir a informação a outras células, para produzirem anticorpos. Se o HIV entra na corrente sangüínea aloja-se dentro das células “T4” e se reproduz, ocasionando mudanças na estrutura genética das células. O vírus se reproduz rapidamente nas primeiras semanas após o contágio. Os anticorpos antiHIV reagem tentando matar o vírus, reduzindo-o a níveis mínimos. Mas os anticorpos não eliminam completamente o HIV do corpo, pois, possivelmente, alguns vírus se escondem dentro das células “T4”.

"A partir da corrente sangüínea, o HIV viaja para outras partes do corpo. O HIV foi isolado nas células do trato gastrointestinal, nos rins, nos pulmões, na medula, em algumas células do cérebro, nas glândulas supra-renais, nos olhos, no coração, nas articulações, no fígado, na pele e no timo. No entanto, o HIV não entra, necessariamente, em todos os tecidos possíveis. Isto pode explicar por que algumas pessoas contraem certas doenças relacionadas com o HIV, outras contraem doenças diferentes, e mulheres e homens nem sempre contraem as mesmas doenças (...) Nos homens, o HIV foi isolado na próstata e nos testículos. É encontrado em quantidades variáveis no sêmen dos portadores e, em alguns casos, na mesma concentração que normalmente é encontrada no sangue. O HIV vem sendo detectado também nas células do espermatozoide, onde, talvez, possa se reproduzir. Existe forte

evidência de que o esperma pode contribuir para a reprodução do HIV no interior do trato reprodutivo feminino, especialmente se houver alguma inflamação (...) Nas mulheres, o HIV vem sendo isolado no tecido cervical, na mucosa vaginal e cervical, na parede da vagina, no sangue menstrual e na placenta das gestantes". (Berer, p. 31,1997)

Mulheres e homens heterossexuais, bissexuais e homossexuais correm risco de infecção se mantêm relações sexuais sem proteção. A prevenção da transmissão sexual do HIV é a melhor forma para solucionar a epidemia da AIDS.

Depois de infectadas pelo vírus, é muito importante que as pessoas se protejam contra novas exposições, pois exposições repetidas aumentam a quantidade de HIV no sangue.

Os sintomas mais citados das pessoas infectadas pelo vírus HIV são febre, inflamação de gânglios, dor de garganta, irritação na pele. As pessoas normalmente não se dão conta de que foram infectadas, pois são sintomas comuns de resfriados, gripes e outras doenças.

1.2. O que é a AIDS

AIDS, nome da doença em inglês, significa Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida. O sistema imunológico está sendo impedido de funcionar. A expressão "síndrome" significa um grupo de sintomas ou doenças produzidas por uma só causa. No caso da AIDS, a causa é o HIV.

Quase todas as doenças relacionadas ao HIV podem ser tratadas se houver recursos disponíveis. As pessoas com HIV não se sentem, necessariamente, doentes. A AIDS pode se desenvolver rapidamente se a pessoa for exposta ao HIV repetidamente. Algumas pessoas têm o HIV por mais de 12 anos sem desenvolver a doença. Existem linhagens de HIV mais

virulentas, e o vírus pode tornar-se mais ou menos virulento na mesma pessoa com o passar do tempo. O estado de saúde pode, também, fazer uma grande diferença. O tratamento pode prolongar a vida, como a saúde, de forma substancial.

1.3. Evolução das designações atribuídas aos grupos visados pela epidemia do HIV e da AIDS no Brasil

O aparecimento da AIDS trouxe, para os especialistas encarregados de dar atenção ao problema, a necessidade de profunda reflexão sobre a designação dos grupos mais expostos a contrair a doença. A iniciativa foi necessária porque permite ação mais efetiva para elaborar formas de prevenção e atenção eficazes. São interessantes as análises de Kalichman e Figueiredo sobre a evolução das designações.

Segundo Kalichman (1993), em 1981 aparece, no MMWR (Morbidity and Mortality Weekly Report)²⁰, a primeira publicação oficial sobre AIDS.

1.3.1. Casos

Já em 1992, há outra publicação com os resultados de um dos estudos realizados pelo CDC²¹. Segundo Kalichman, nesse trabalho é elaborada a primeira definição, que tem a ver com a vigilância epidemiológica do que seriam os casos a serem procurados, notificados e estudados.

A definição de 'caso' é, portanto, o primeiro produto do saber operativo da vigilância, voltada, neste momento, para o reconhecimento padronizado de um novo problema de saúde.

²⁰ Segundo Kalichman, MMWR (Relatório Semanal sobre Morbidade e Mortalidade) é um boletim oficial do CDC, sobre informações e recomendações de saúde pública nos EUA.

²¹ CDC: Centers for Disease Control and Prevention. Órgão ligado ao departamento de saúde do governo dos EUA

“A definição de 'caso' para busca ativa expressa o conhecimento que foi sendo produzido sobre a doença no ano anterior. A definição de 'caso' era a seguinte: pessoas com menos de 60 anos e sem causas conhecidas de imunodeficiência, que apresentassem SK (Sarcoma de Kaposi) ou qualquer outra doença oportunista fatal ou debilitante, sendo ainda necessária a confirmação dos diagnósticos de SK ou das doenças oportunistas por biópsia ou cultura”. (Kalichman, p.15, 1993)

1.3.2. Fatores e grupos de risco

Em outro artigo publicado no MMWR, assume-se, segundo o autor, a ocorrência de casos entre “não homossexuais masculinos”. Baseados em características étnicas, clínicas e de hábitos, como o uso de drogas, sugere-se que os fatores de risco deveriam ser diferentes entre “homo e heterossexuais”.

“Os fatores de risco são delimitados, pela primeira vez, no MMWR, embora já tivessem sido citados no relatório do próprio CDC. Os fatores de risco são os conceitos epidemiológicos que passam a instrumentalizar a busca de causas para a síndrome”. (Kalichman, p.20, 1993)

Para o autor, a partir de estudos de novos casos começam a surgir evidências contra a hipótese de que a nova síndrome fosse restrita a homossexuais masculinos. Notas editoriais do MMWR afirmam:

“Os achados clínicos de novos pacientes são 'marcantemente similares' àqueles observados recentemente entre certos indivíduos, vindos dos seguintes grupos: homossexuais masculinos, heterossexuais usuários de drogas e haitianos recentemente chegados aos EUA” (Kalichman, p.22, 1993). A partir desse momento, segundo o autor, “além do nome escolhido, AIDS, e do agente causal inferido, a síndrome passa a contar com nova definição de caso, e os fatores de risco são agora claramente associados a grupos”. (Kalichman, p.25,1993)

Segundo Figueiredo,

"quando foi diagnosticado o primeiro caso de AIDS no Brasil, em 1982, os meios de comunicação anunciaram que era uma enfermidade que atacava o sistema imunológico e que estava crescendo entre os homossexuais masculinos americanos, que afetava também os hemofílicos e usuários de drogas injetáveis, provocando a morte de seus portadores (...). As repercussões das descobertas científicas nos anos 80 sobre a AIDS, sigla dada a partir da configuração Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, desencadeada pela presença de um vírus, o HIV, que infectava as pessoas por via sexual (mucosa e sêmen), pelo sangue e pela amamentação, parece que não repercutiram numa reflexão sobre a designação que se criou para os grupos visados pela doença, que continuaram a ser chamados 'grupos de risco', em outras palavras, os gays, os(as) trabalhadoras do sexo, os(as) usuários(as) de drogas injetáveis e, por falta de opção, os(as) hemofílicos(as), estes vistos como as vítimas da doença. A comunidade médica passou a designar apenas os componentes desses grupos de risco como alvo de ações específicas de prevenção". (Figueiredo, p.12,1998)

Para Figueiredo, a noção de 'grupo de risco' trouxe como consequência a falta de atenção a outros grupos sociais, que se consideravam inatingíveis, como as mulheres, os homens heterossexuais e adolescentes. Hoje, são precisamente os mais afetados pela doença.

Há mais consequências, segundo a mesma autora, da noção de 'grupo de risco': reforça a discriminação de grupos não aceitos por setores da sociedade, como homossexuais, usuários de drogas e prostitutas.

"Ser portador do vírus HIV, ou estar desenvolvendo a AIDS, já supunha que a pessoa havia feito algo errado, tinha se aproximado de um desses grupos marginais ou pertencia a um deles: era aidético. Ser portador do vírus ou ter AIDS trazia,

junto com a doença, a discriminação, o preconceito e a rejeição, quando não a vergonha de todos.” (Figueiredo, p.12,1998)

1.3.3. Comportamento de risco

Frente ao impacto negativo que a noção de 'grupo de risco' estava trazendo, em 1993 os profissionais da área começaram um processo de avaliação do conceito. Segundo Kalichman, artigos de MMWR, a partir de novos resultados de pesquisas em torno da AIDS, trazem notas enfatizando:

“A contínua vigilância dos comportamentos que podem resultar na infecção é essencial para o desempenho de campanhas educativas e de informações, e também para a avaliação do impacto dessas campanhas; podem, ainda, oferecer informações que permitam previsões sobre a incidência da AIDS”. (Kalichman, p.53,1993).

Os comportamentos e práticas dentro dos 'grupos de risco' passam a ser importantes.

Assim se desenvolveu a noção de comportamento de risco, que tentou associar a doença não a pessoas de determinados grupos, mas a condutas adotadas por elas, como o uso de drogas, prática de sexo com vários parceiros etc. O tipo de material usado nas campanhas, como folhetos e cartilhas, vai recomendar atenção às condutas.

“Reduza o número de parceiros, entre outras, mostrando a enorme carga moral que a prevenção da doença carregava, mesmo sem intenção. Pois, como poderíamos esperar que os (as) profissionais do sexo, prostitutas ou travestis, reduzissem o número de parceiros? E alguém que, eventualmente ou constantemente não se contentasse com a monogamia, o que faria? Novamente estavam se impondo padrões de comportamentos baseados numa moral majoritária, que supunha relações heterossexuais, monogâmicas e, de

preferência, vaginais, já que as relações anais expunham a um risco maior de infecção. Era, ainda, a prescrição de comportamentos”. (Figueiredo, p.13, 1998)

Novamente, como ocorrera com a adoção da noção de 'grupo de risco', a noção de 'comportamento de risco' apresentou-se limitada, pois não respondia às necessidades de prevenção para outros grupos que adquiriam a doença, como as mulheres monogâmicas, adolescentes grávidas - infectadas, passavam o vírus para seus bebês etc.

1.3.4. Situação de risco

Em 1994, frente à limitação, foi elaborado novo conceito: “situação de risco”, o qual tentava abarcar todas as pessoas, independentemente de padrões de comportamentos.

A atenção dirigia-se não apenas ao uso de drogas, mas ao uso de drogas injetáveis sem a troca de agulhas e seringas. Não era o número de parceiros o fator infectador, mas as relações sexuais sem o uso de preservativos; não mais ao fato de se ter relações hetero, homo ou bissexuais, mas à precaução em qualquer tipo de relação sexual. Essa visão trouxe, como consequência, o desenvolvimento de técnicas preventivas a serem utilizadas nas diversas situações: sexo oral, anal, vaginal, troca de seringas e agulhas, e esterilização das mesmas no uso de drogas injetáveis.

“Deixou-se de lado o julgamento das ações humanas e a busca de sua modificação, passando-se a reforçar a necessidade de incorporação de medidas preventivas em quaisquer que fossem essas ações. A partir daí, a visualização dos grupos de adolescentes, mulheres, homens heterossexuais, que vinham, crescentemente, sendo infectados, foi alvo das primeiras campanhas dirigidas a esses públicos. Surgiram projetos tentando enfatizar a educação para

a segurança frente a situações de risco.” (Figueiredo, p.14,1998)

O conceito representou avanço, pois motivou solidariedade com os grupos socialmente excluídos, e ajudou a criar consciência de que toda a sociedade é suscetível de infecção. E, portanto, era necessário reforçar a busca de condutas mais preventivas que prescritivas. Mas a ênfase continuou a ser dada ao indivíduo, pois se pedia responsabilidade pelas ações, que deviam ser mais precavidas e seguras, deixando-se de lado o contexto em que esse indivíduo estava inserido.

1.3.5. Vulnerabilidade

Como tentativa de responder aos desafios trazidos pela AIDS surge o conceito de vulnerabilidade a partir das pesquisas realizadas por estudiosos da Universidade de Harvard; entre eles, Jonathan Mann.

A noção de vulnerabilidade amplia o foco de atenção. Já não recai sobre o indivíduo isoladamente, mas ressaltando os múltiplos fatores que devem ser levados em conta para enfrentar a epidemia da AIDS. Retira-se a prevenção do nível individual, remetendo-a à complexidade cultural, social e política em que a pessoa se encontra. O conceito de vulnerabilidade permite avaliar e torna visíveis as estruturas sociais, políticas e culturais relacionadas, e que podem ajudar na abordagem da AIDS. Há, então, a vulnerabilidade programática (antes denominada institucional), que avalia a postura governamental perante a epidemia da AIDS, as ações do Ministério da Saúde no fornecimento e organização de recursos para a prevenção, a compra de preservativos etc. A vulnerabilidade social tem em conta a estrutura econômica e cultural em que a pessoa está situada, o nível de escolaridade média da

população, o desemprego e a renda média individual, a situação de igualdade e respeito social às mulheres, aos grupos minoritários, como homossexuais etc. A vulnerabilidade individual avalia a ação de prevenção de cada pessoa frente a uma situação de risco.

“Apesar de aparentemente mais confusa, a idéia de vulnerabilidade trouxe o conjunto que deve ser avaliado quando pensamos em prevenção de AIDS. Por exemplo, se num país a situação da maioria da população é de analfabetismo, as mulheres têm poucos direitos civis e os grupos de homossexuais não conseguem se organizar para obter ações de prevenção, conclui-se que um morador dessa nação esteja mais vulnerável que aquele que reside num país onde as mulheres podem separar-se, exigir de seus parceiros o uso de preservativos sem serem agredidas, e tenham mais escolaridade e informação para se organizar, reivindicando assistência à saúde e preservativos mais baratos; o mesmo acontece com as ações governamentais etc. Neste sentido, a vulnerabilidade seria medida através do cruzamento dessas informações de âmbito nacional, local e individual, permitindo a avaliação, não só a avaliação da exposição das pessoas de um país ou região à doença, mas também a intervenção nos itens considerados mais problemáticos. Este conceito tem sido divulgado cada vez mais, procurando enfatizar um olhar mais profundo sobre o tema, uma menor culpabilização das pessoas, levando a ações mais críticas e, ao mesmo tempo, a políticas que melhorem as condições de vulnerabilidade 'macro', para que sejam refletidas nas condições 'micro', onde todos atuam”. (Figueiredo, p.12,1998).

1.4. HIV/ AIDS e Mulheres

O HIV, hoje representa grande ameaça para as mulheres sexualmente ativas, inclusive as monogâmicas.

A evolução da epidemia tem mostrado que pode atingir qualquer indivíduo, independentemente de características pessoais ou sociais. O comportamento humano em relação à saúde é influenciado por fatores múltiplos e complexos. A situação acrescenta importantes obstáculos no que se relaciona à AIDS. Por isso ainda há muito a ser pesquisado sobre os fatores determinantes da conduta insatisfatória dos indivíduos, tendo em conta as recomendações de órgãos e profissionais da saúde, a fim de se evitar a AIDS.

Entender a relação que as mulheres desenvolvem com a doença é, ao mesmo tempo, entender padrões culturais que regem comportamentos de homens e mulheres no campo da afetividade e da sexualidade. Tarefa bastante complexa²².

Ainda que a informação sobre AIDS seja necessária para a prevenção da doença, não é suficiente para desenvolver as necessárias mudanças de comportamentos e conter a epidemia. Mulheres conseqüentes com crenças e princípios se infectam e não significa ignorância, mas o contexto cultural da infecção no qual vivem²³.

A experiência da relação entre mulheres e AIDS denota questões importantes que levam a concluir que a atitude das mulheres, longe de ser conseqüência de relações irresponsáveis, está relacionada à forma como se estabelecem relações entre homens e mulheres na sociedade (relações de gênero).

²² Martin, Denise, "Mulheres e AIDS: uma abordagem antropológica". Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 1995.

²³ Puello Orozco Yury. Mulheres, AIDS e Religião. Uma análise da experiência religiosa de mulheres portadoras do vírus HIV e AIDS. Dissertação de mestrado, PUC/SP, 2000

Segundo pesquisa do IBOPE²⁴, encomendada pelo Instituto Patrícia Galvão, a maioria das mulheres (52%) não mudou seu comportamento frente ao risco do vírus HIV/AIDS. De 1997, quando outra pesquisa foi publicada pelo Instituto Patrícia Galvão, a 2004, somente 19% das mulheres passaram a usar preservativos como forma de se proteger do vírus HIV/AIDS. A pesquisa aponta ainda que a dificuldade de uso do preservativo não está relacionada à falta de informação sobre os perigos da transmissão, pois 87% dos entrevistados concordam com a afirmação de que *“para ter segurança de verdade é preciso usar sempre preservativo nas relações com parceiro fixo”*.

O dado mais alarmante, entretanto, é que a maior parte dos entrevistados diz saber que existem riscos de se infectar mesmo tendo parceiro fixo, e 91% concordam com a idéia de que mesmo as mulheres casadas e aquelas que têm namorado fixo correm um alto risco de pegar AIDS porque seus parceiros mantêm outras relações que as mulheres desconhecem.

A mesma pesquisa mostra também que 84% dos entrevistados, tanto homens como mulheres, concordam que *“as mulheres não conseguem convencer os maridos e parceiros a usar sempre camisinha”*. A maior dificuldade para as mulheres exigirem o uso da camisinha, reflexo de questão cultural e de gênero, deixa-as mais vulneráveis à infecção pela AIDS.

A partir da bibliografia existente sobre mulheres e AIDS (Villela, 1996); (Barbosa, 1996, 2004); (Guimarães, 1996); (Santos, 1996); (Guimarães, 2001), constatam-se questões importantes sobre as dificuldades que as mulheres têm para se prevenir: dificuldade de exigir camisinha do parceiro, não

²⁴ Dados disponíveis no site do Instituto Patrícia Galvão em www.patriciagalvao.org.br/

questionamento sobre o comportamento dele, crença na capacidade de conhecer seus parceiros, a importância da fidelidade e confiança, as mulheres já usam outros métodos contraceptivos, o questionamento ao companheiro pode levá-las a sofrer violência de diferentes tipos, a dependência financeira, a crença que a camisinha reduz o prazer sexual ou o tabu de falar sobre sexo, solicitar o uso da camisinha pode significar a condenação ou suspeita do comportamento do companheiro. O não uso da camisinha talvez indique o desejo de manter relação estável. Associa-se o uso da camisinha a comportamentos desviantes e imorais.

A falta de preocupação das mulheres vem dada pela garantia que os princípios morais parecem dar à instituição do casamento ou às relações afetivas. É de tal forma assumido, que esses princípios morais parecem querer classificar as pessoas que podem ou não ser infectadas pelo vírus da AIDS. A doença é associada à promiscuidade, ao comportamento desviante, à vida desregrada. Tudo em oposição à vida sadia, com um só parceiro, em relações marcadas pelo afeto e amor. Há forte inter-relação entre os discursos religiosos e a forma de pensar da sociedade, que mantém a vivência de relações conjugais baseada em uma concepção de gênero tradicional, rígida, e reproduz as representações sobre a sexualidade advindas de pressupostos religiosos, tornando as mulheres heterossexuais casadas mais vulneráveis à infecção pelo vírus HIV/AIDS.

1.4.1. Preservativo Feminino

O preservativo feminino é comercializado no Brasil desde 1997, e distribuído, na rede pública de saúde, a partir de 2000. Como estratégia de prevenção permite ampliar as possibilidades de escolha e de opções,

especialmente por parte das mulheres. Pode ser um canal para sua autonomia nos relacionamentos afetivo-sexuais. O fato de existir preocupação em pesquisar métodos adequados para o corpo feminino é algo positivo, mas ao mesmo tempo um desafio não tentar substituir o preservativo masculino pelo feminino, porque se incorreria novamente, de acordo com o que os estudos de gênero têm revelado, em responsabilizar as mulheres pelos cuidados na saúde sexual e reprodutiva, deixando os homens ao lado desses compromissos.

A experiência brasileira no uso do método tem mostrado alta aceitabilidade por parte das mulheres. Dentro dos aspectos positivos elencados, inclui-se poder ser controlado pelas próprias mulheres, não depender da ereção do parceiro (ao contrário do preservativo masculino), prevenir as DST/AIDS, e não ter contra-indicações nem efeitos colaterais conhecidos.

Mas o maior impasse indicado relaciona-se ao manuseio. As mulheres sentem dificuldades em lidar com o próprio corpo durante a colocação, pois não ficam à vontade com o autotoque vaginal. Há mais fatores que podem impedir maior uso e acesso ao preservativo por mulheres: alto custo - superior ao preservativo masculino; requerer conhecimento (ou aprovação do parceiro) - pode causar constrangimentos para a mulher a reação negativa do homem; o barulho ocasionado durante a relação sexual com preservativos femininos e a falta de estoque nos serviços de saúde.

Todos esses aspectos indicam que os recursos técnicos de prevenção não garantem sua incorporação na prática cotidiana, caso não exista preocupação para conhecer, administrar e responder aos conflitos e dificuldades que se apresentam.

2. HIV E AIDS NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesta parte do trabalho usarei como referências principais os trabalhos realizados por Jane Galvão e Paulo R. Teixeira, fontes importantes pela trajetória, vínculo e produção teórica em torno do HIV/AIDS no Brasil²⁵. Galvão incluiu-se no grupo das primeiras autoras que realizaram estudos tendo em conta as respostas das entidades religiosas frente ao vírus HIV/AIDS. Torna-se, portanto, referência fundamental para o estudo.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, atualmente existem no mundo cerca de 40 milhões de pessoas que convivem com o HIV/AIDS. No Brasil, desde o início da epidemia, há 25 anos, o HIV já infectou cerca de 820 mil pessoas. Dessas, cerca de 370 mil desenvolveram AIDS e 171 mil morreram. No Brasil, como em muitos países, a proliferação da epidemia está mudando: sai das grandes cidades e atinge cada vez mais o interior. Por isso, no mapeamento do HIV/AIDS existem categorias que ajudam

²⁵ Jane Galvão é mestra em antropologia social e doutora em saúde coletiva. Foi coordenadora geral da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDFS (ABIA) e coordenadora da Unidade de Articulação com ONG da Coordenação Nacional de DST e AIDS/ Ministério da Saúde.

Paulo Roberto Teixeira – Médico formado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Botucatu), com especialização em dermatologia pela Universidade Federal Paulista (ex-Escola Paulista de Medicina) e em saúde pública pela Faculdade de Saúde Pública de São Paulo/USP. Criou o primeiro programa para prevenção e controle da AIDS da América Latina, em 1983. Coordenou o Programa de AIDS do Estado de São Paulo em vários momentos, de 1983 a 1987, 1990 a 1991 e 1995 a 1996. Desde sua criação, a política pública para AIDS sempre esteve pautada na integralidade, defesa dos direitos humanos, respeito à cidadania e responsabilidade social. Nessa perspectiva, a assistência e a prevenção são indissociáveis e complementares.

Em 1994, desenvolveu trabalhos de consultoria para a Organização Pan-americana de Saúde (Opas); de 1996 a 1999, ocupou a função de consultor técnico do Programa de AIDS nas Nações Unidas (UnAIDS) para América Central e Cone Sul.

Em 2000, ocupou a direção da Coordenação Nacional DST/ AIDS, Ministério da Saúde. Em sua gestão, propôs a quebra de patentes dos remédios importados, caso os preços não baixassem. Projetou o Brasil no cenário internacional lutando pela integralidade das ações (assistência e prevenção), posição esta que divergia dos consensos internacionais que pregavam apenas a prevenção nos países pobres e em desenvolvimento. Ajudou a organizar o Fundo Mundial para a AIDS, Tuberculose e Malária. Sob sua coordenação, o Programa Nacional DST/ AIDS -- considerado a mais relevante ação de saúde pública em 2002 - recebeu o Prêmio Bill e Mellinda Gates. O prêmio, equivalente a US\$ 1 milhão, foi integralmente usado para projetos de casas de apoio a portadores de HIV/ AIDS.

no seguimento da epidemia: por exemplo, interiorização da AIDS e a feminização da AIDS - demonstra que mais mulheres estão sendo infectadas pelo marido.

Os últimos dados sobre o HIV/AIDS no Brasil foram revelados pela pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) em 2005, sobre Comportamento Sexual e Percepções da População Brasileira sobre HIV e AIDS. O estudo conclui que o brasileiro, hoje mais intensamente, usa preservativo em sua primeira relação sexual. Na população geral de indivíduos entre 16 e 19 anos, o uso da camisinha na primeira relação cresceu de 47,8%, em 1998, para 65,8%, em 2005. Na faixa etária de 20-24 anos, saltou de 37,7% para 55,2%, no mesmo período.

Os resultados foram avaliados pelo coordenador do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde, como fruto das políticas públicas implementadas para abordar a situação da AIDS no país.

Teixeira define políticas públicas:

“como o conjunto de diretrizes e referenciais ético-legais adotados pelo Estado para fazer frente a um problema que a sociedade lhe apresenta. Em outras palavras, política pública é a resposta que o Estado oferece diante de uma necessidade vivida ou manifestada pela sociedade. Ao responder, o Estado empresta ao problema maior ou menor importância, define seu caráter (social, de saúde, policial, etc.), lança mão de instrumentos para o seu equacionamento, define responsabilidades (ministérios, Congresso, Judiciário etc.) e adota, ou não, planos de trabalho, ou programas.” (Teixeira, Paulo Roberto, 1997).

O vírus HIV/AIDS, ao ser catalogado como epidemia que colocava em risco a sociedade, gerou atenção do Estado. E ao campo da saúde foi

dirigida a responsabilidade inicial, criando a primeira política pública relativa à AIDS no Brasil. A ação inicial foi o primeiro marco político adotado pelo Estado, influenciando decisões posteriores sobre o assunto. Naquele primeiro momento se construíram os referenciais éticos, legais e políticos que caracterizam a experiência brasileira.

A partir de 1986, o Ministério da Saúde reconhece a gravidade do problema da AIDS para a saúde pública brasileira. Também em 1986 é criado o Programa Nacional de AIDS, implantado em todo o país. A partir daí se desenha um panorama da dimensão da epidemia e se inicia a implementação de diretrizes e estratégias comuns em âmbito nacional.

A criação do primeiro Programa de AIDS no Estado de São Paulo tornou-se fundamental para articular o programa nacional. Segundo Teixeira, uma das características fundamentais do primeiro programa nacional de HIV/AIDS foi que, além de incorporar “o referencial não discriminatório e de defesa dos direitos dos afetados”, oferece normatizações nas áreas clínicas e epidemiológicas, além de organizar grupos de trabalho sobre aspectos sociais, legais e direitos trabalhistas.

As ações de organizações da sociedade civil trouxeram para o Programa Nacional a marca da luta contra o preconceito e a discriminação.

“Nem todas as reações foram favoráveis às ações propostas e desencadeadas. Setores da própria saúde reagiram diante da suposta importância exagerada que se estava dando a um problema de pequena dimensão, e que dizia respeito a um grupo minoritário da população. Representantes do Ministério da Saúde afirmavam, em eventos onde se debatia o problema, que a AIDS não satisfazia os critérios epidemiológicos de “transcendência”, “magnitude”, e

“vulnerabilidade” necessários para determinar intervenções no âmbito das instituições responsáveis pela saúde pública no país. Esta reação embutia, com pesos variáveis, equívocos a respeito do que eram efetivamente problemas de saúde pública e fortes doses de preconceito em relação aos homossexuais.” (Teixeira, p.50, 1997).

Cabe ressaltar que já nos anos de 1980 se previa aumento da epidemia entre as mulheres²⁶. Mas apesar dos indicativos, somente em 1994 o Programa Nacional de DST/AIDS discute a dimensão do problema. A realidade está inserida na fragilidade das políticas públicas relacionadas à saúde das mulheres. Uma das reivindicações do movimento de mulheres tem sido a implementação de serviços de saúde da mulher integrados e sistemáticos, que abarquem todos os assuntos relacionados à saúde das mulheres, especialmente a saúde sexual e reprodutiva.

Galvão e Teixeira afirmam que a interação entre a sociedade civil, a mídia, setores progressistas da saúde pública, a resposta governamental e os empréstimos do Banco Mundial e a questão dos medicamentos para enfrentar a epidemia do HIV/AIDS dá especificidade à trajetória da AIDS no Brasil. Fator importante, ainda, é a interlocução, dos setores governamentais e não governamentais, com o cenário internacional).

A sociedade civil se destaca pelas conquistas em torno dos direitos das pessoas com HIV/AIDS, e na promoção da informação dirigida à população brasileira. A relação AIDS/sociedade civil foi responsável pela visibilidade dos grupos que lutavam pelos seus direitos, como os gays, Associações das Profissionais do Sexo e travestis.

²⁶ Cf. Parker, Richard. Quebrando o Silêncio. Mulheres e AIDS no Brasil, ABIA/IMS/UERJ, 1996

Ainda que existam desigualdades nas iniciativas estaduais e municipais, a resposta brasileira não tem paralelo com a que está acontecendo em outros países em desenvolvimento. A existência de Coordenações Estaduais e Municipais de AIDS, a criação da Comissão Nacional de AIDS, a proliferação de comitês, comissões e grupos de trabalhos, e a presença ativa da sociedade civil são mostra da resposta e responsabilidade brasileira frente à epidemia.

Desde seu início, a luta contra a epidemia do HIV/AIDS se caracteriza pela preocupação em envolver outros setores²⁷, a fim de serem formuladas as políticas nacionais que traduzem a tentativa de tratar o HIV/AIDS como um problema de interesse nacional e não somente de saúde.

A articulação entre prevenção e tratamento da AIDS tem sido estratégia fundamental no Brasil para o controle da epidemia. A assistência e tratamento na rede pública de saúde para as pessoas com HIV/AIDS demonstram a responsabilidade no enfrentamento do problema. Existe reconhecimento mundial pela forma eficaz como o Brasil trata o assunto. Analistas afirmam que a fragilidade e as dificuldades para implementar o modelo brasileiro em outros lugares se devem ao fato que o modelo está sustentado, por um lado, em empréstimos, e em outro, na decisão nacional de distribuir medicamento.

Um dos desafios em relação à epidemia relaciona-se ao contexto de vulnerabilidade. É real que a epidemia da AIDS afeta de forma desigual as populações que vivem em situações vulneráveis. Conforme mostram os

²⁷ Conselhos Regionais e Federal de Medicina, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério da Justiça, Universidades, ONGs, Associações Brasileiras de Planejamento Familiar etc.

estudos, as desigualdades sociais e individuais (de gênero, raça e econômicas etc) são fator determinante para a propagação da epidemia²⁸. A situação de pobreza aparece como campo propício para a disseminação da AIDS. Os dados se confirmam pela última pesquisa realizada pelo CEBRAP²⁹, que assinala como as desigualdades regionais ainda persistem, e as Regiões Norte e Nordeste apresentam taxas superiores a 10% de aumento em relação a outras regiões.

O estudo também revela que apesar do aumento do uso do preservativo, a diferença de gênero necessariamente precisa ser superada: o índice do uso do preservativo entre as mulheres ainda é menor do que entre os homens. Entre homens, o uso do preservativo na primeira relação sexual passou de 45,1%, em 1998, para 68,3%, em 2005, na faixa etária de 16-19 anos; e de 44,0% para 57,5%, na faixa etária de 20-24 anos. Nas mulheres, cresceu de 51,0% para 62,5%, na faixa de 16-19 anos, no mesmo período; e de 30,0% para 52,4% na faixa de 20-24 anos. Entre as mulheres, a confiança no parceiro é um dos principais argumentos para não usar preservativo, nas duas faixas etárias pesquisadas.

Outro desafio refere-se à criação de estrutura de trabalho menos vertical, com mais apoio e participação de mais setores envolvidos. Como afirma Teixeira:

“Ao se consolidar o Programa e fortalecido institucionalmente, e apoiado em projetos de cooperação

²⁸ Villela, 1996, 1997, 1999; Santos, 1994; Bianco, 1998, Berer: 1997; Barbosa, 1999; Azize, 1998; Parker, 1999.

²⁹ Pesquisa sobre Comportamento Sexual e Percepções da População Brasileira sobre HIV e AIDS (1998-2005), realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)

técnica e financeira com organismos internacionais, o Programa Nacional passa a conceber de forma centralizada as normas e atividades a serem implementadas em todo o país. De parceiros ou interlocutores, os programas estaduais passam a ser considerados executores de propostas elaboradas e coordenadas em Brasília.”(Teixeira, p. 60, 1997) .

Tem sido importante o controle social exercido pelas organizações não governamentais que trabalham com AIDS. Para ser delineado o mapa da história da AIDS no Brasil, é relevante o papel da sociedade civil nas relações de parcerias.

Fundamental, ainda, a articulação com a academia. Do distanciamento à preocupação. Os centros de formação do setor de saúde tinham olhar voltado para doenças relacionadas à situação de pobreza. E a epidemia da AIDS era vista, no início, como doença que não afetava os pobres.

Atualmente, o Brasil é dos poucos países com políticas públicas regulamentadas pelo Ministério da Saúde para fornecer, gratuitamente, medicamentos para todos os pacientes. Na média global, apenas 20% dos pacientes são tratados. O desafio para o Brasil é atingir as regiões mais pobres e distantes, como as populações indígenas.

O grande tema mundial é o descobrimento de uma vacina. Teixeira diz³⁰:

“É um erro grave julgar que a doença esteja sob controle. Ainda há enormes entraves ao uso da camisinha, principalmente com a escalada do conservadorismo americano. Os Estados Unidos exercem pressão sobre as Nações Unidas, e condicionam o financiamento de programas em países

³⁰ Entrevista dada a Cristiane Segatto. 25 anos de AIDS. Publicada na revista *Época*, número 422, p. 73 – 19 de junho 2006

pobres à adoção da abstinência sexual. Por pressão americana, o governo de Uganda tem tornado irregular a distribuição da camisinha. A UnAIDS, órgão da ONU de combate à AIDS, é mantida basicamente com o dinheiro das nações ricas, como os Estados Unidos. Cada vez mais os países precisarão de ajuda porque terão de tratar mais gente e com remédios mais caros”.(Revista Época, número 422, p. 73, 2006)

A direção do Programa de AIDS da Organização Mundial da Saúde, a cargo de um brasileiro, propôs a ampliação do acesso aos antiretrovirais em países pobres e em desenvolvimento, e teve papel decisivo na Declaração de Doha (2001). Pela primeira vez a Organização Mundial do Comércio (OMC) reconheceu que o acordo internacional de patentes não deve se sobrepôr às questões de saúde pública. Pelo menos 3 milhões de pessoas vivendo com o HIV deverão receber medicamento antiretroviral em todo o mundo, principalmente na África, graças ao seu árduo trabalho.

Um fator importante tem acompanhado todos estes anos de reivindicações, os esforços do Estado brasileiro em responder da melhor forma possível aos desafios dessa epidemia.

As diferentes visões em torno da abordagem do problema sempre estiveram impregnadas pela discriminação e preconceito, e essa constatação permeia todo o trabalho de luta contra o HIV/AIDS.

A história mundial de seguimento à epidemia está marcada, além da preocupação em encontrar forma concreta e eficaz para contra-arrestar a proliferação da epidemia, pelos diversos interesses ideológicos, econômicos, religiosos e políticos, os quais, muitas vezes querendo impor sua visão, têm

dificultado a implementação das políticas públicas e as propostas de prevenção.

Teixeira assinala as dificuldades, no início, com o próprio Ministério da Educação, para atividades de prevenção serem incluídas no currículo escolar. Também analisa que as campanhas de prevenção, concebidas e elaboradas com a participação de entidades e pessoas vinculadas ao HIV/AIDS, sempre enfrentavam dificuldades para a veiculação. *“Embora, supostamente, o governo conte com dez minutos diários para a veiculação de matéria institucional, sempre foi difícil ocupar esse espaço”.* (Teixeira, p. 61, 1997).

A realidade atual mostra panorama diferente. Desde 1995, quando criado o Projeto Escolas, o governo federal promove ações relacionadas às DST/AIDS em escolas. Em 2003, foi lançado o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Consiste em estratégias articuladas entre os Ministérios da Saúde e Educação, que levam para o espaço escolar a discussão sobre educação preventiva e promoção à saúde, com oferta de preservativos. A ação inicialmente era voltada a adolescentes e jovens de escolas públicas, de 13 a 24 anos. A partir de março de 2005, a estratégia estendeu-se a estudantes a partir dos 10 anos - inseridos somente nas ações educativas e estratégias específicas para a sua faixa etária.

Em âmbito mundial, os esforços se encontram desestabilizados pela força das propostas conservadoras.

Como afirma Chequer³¹:

³¹ Pedro Chequer é diretor do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde. Afirmção contida no artigo Desafios e Metas do Programa Nacional de DST e AIDS para 2006. Publicado no site: www.agenciaAIDS.om.br/artigos no dia 21/03/06.

“Vê-se, portanto, que o Brasil, longe de necessitar introduzir ou avaliar novas metodologias na área de prevenção da transmissão sexual - que não a do uso sistemático e consistente do preservativo, necessita sim ampliar sua capacidade de disponibilização do insumo, incluindo aí o preservativo feminino. A estratégia do ABC³² não se mostra operacionalmente factível e suas vertentes A ou AB devem ser vistas como imposição moralista, não factíveis de implementação e que ferem aspectos básicos e essenciais da natureza humana. Longe de representar uma intervenção científica, refletem a concepção errônea, equivocada e às vezes fruto de mentes doentias, que de fato incorporam o conceito de verdadeiros túmulos caiados, para usar a figura bíblica tão apropriada para esse enfoque”.

A afirmação do diretor do programa de AIDS corresponde às discussões em torno das políticas de prevenção, e responde às tentativas do governo norte-americano de pressionar e condicionar a ajuda e financiamento aos países à implementação de estratégias de prevenção que tenham como ponto central o que se tem denominado ABC – Abstinência, Fidelidade e Preservativos³³.

Diversas instituições e pessoas vinculadas ao trabalho sobre o HIV/AIDS reagiram diante do que consideram imposição por parte do governo dos EUA nas políticas adotadas no Brasil.

A ABIA³⁴ se pronunciou por meio de documento nos seguintes termos: “Acreditamos que somente uma política coerente, baseada na

³² Abstinence, Be faithful and if its necessary, use Condom.

³³ Nome do documento da Usaid - documento destinado ao Congresso norte-americano

³⁴ Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS – ABIA. Fundada em 1986, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, é um grupo de profissionais de diversos setores da vida política e do movimento social nacional com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira para enfrentar o HIV/AIDS no Brasil, formando uma rede de solidariedade. O acompanhamento das políticas públicas de saúde, educação e prevenção, tratamento e assistência, e direitos humanos, é a base do trabalho.

participação cidadã, na autonomia, no bom senso, na pesquisa científica e no uso do preservativo, poderemos frear a disseminação das DST/AIDS não só no Brasil, mas em todo o mundo. O respeito às diferenças culturais, à soberania e ao conhecimento é essencial para o enfrentamento de uma epidemia ainda incurável. É inadmissível que, em pleno século XXI, ainda vejamos ideologias comuns na Idade Média - ou Idade das Trevas - serem postas em prática por um governo que se diz democrático, laico e desenvolvido. Exigimos respeito à nossa soberania e ao livre-arbítrio do cidadão frente a este documento”³⁵.

Também Correa se posiciona:

“Esta lógica impositiva de uma agenda moral na área de HIV tem sido, desde 2001, um elemento estratégico da política norte-americana. É uma tentativa de erosão à política de prevenção nacional, é um desrespeito aos direitos humanos. Quando houve a suspensão da parceria, em maio do ano passado, eu e outros observadores tínhamos que a USAID e os EUA tentariam outros atalhos para pressionar o Brasil. Por exemplo, a alocação desses recursos destinados ao Brasil para ONG conservadoras e/ou religiosas norte-americanas, que os repassariam diretamente para ONGs brasileiras com a mesma ideologia. Não duvido que isto já esteja acontecendo. Esta iniciativa de manter este documento no site é uma estratégia de criar atalhos para os procedimentos e lógicas do executivo”³⁶.

Já Parker, especialista na área do HIV/AIDS, enfatiza que a abstinência é muito limitada e restrita diante da epidemia.

³⁵ Documento intitulado:” USAID- Agência de Cooperação do governo norte-americano, insiste em confrontar nossa soberania e o Programa Nacional de DST/ AIDS” publicada, o dia 13/03/2006.

³⁶ Sonia Correa, pesquisadora e coordenadora do Grupo Internacional para Sexualidade e Política Social, em entrevista publicada no site www.abiAIDS.org.br, no dia 13/03/06

Com igual atitude crítica, o Grupo de Cooperação Técnica Horizontal em HIV/AIDS divulgou documento em que afirma:

“rejeitam toda e qualquer recomendação relacionada à prevenção do HIV que não esteja fundamentada em evidências cientificamente comprovadas; seja baseada em ideologias e/ou doutrina; violem os direitos humanos e a dignidade humana; discriminem a pessoa por qualquer comportamento, profissão, orientação sexual ou estilo de vida; agridam a soberania das nações³⁷”.

O uso do preservativo é a forma mais segura e efetiva para prevenir a transmissão sexual do HIV. Nas campanhas de massa e intervenções específicas é imprescindível incentivar o uso constante, a fim de bem informar a população e garantir seu acesso.

É ineficaz promover a abstinência e a fidelidade, porque essa estratégia ignora a realidade cultural dos países da região, além do direito individual para fazer as próprias escolhas.

A maneira mais eficiente de prevenir a transmissão do HIV e da AIDS é proporcionar e garantir aos cidadãos informações e condições para o desenvolvimento saudável da sexualidade, respeito à dignidade, proporcionando igualdade de gênero, social e econômica. Frente a essas constatações, o GCTH³⁸ também considera no seu documento que a imposição da estratégia do ABC é danosa porque:

“As mensagens são contrárias ao exercício da sexualidade humana e, conseqüentemente, geram dúvidas sobre os métodos eficazes de prevenção; relegam a segundo

³⁷ Documento divulgado pelo site do Programa Nacional de AIDS, no site: www.AIDS.gov.br, no dia 31/05/06

³⁸ Sigla usada para denominar Grupo de Cooperação Técnica Horizontal em HIV

plano o uso do preservativo - barreira mais eficiente à transmissão sexual do HIV; promovem uma falsa sensação de segurança, aumentando a vulnerabilidade dos parceiros sexuais, sobretudo das mulheres; levam alguns jovens, que se "abstêm", a aumentar comportamentos de risco, incluindo sexo oral e anal sem proteção; discriminam as pessoas de hábitos diferentes, fazendo com que se sintam julgadas pelo seu estilo de vida, não adotando as formas mais seguras de prevenção"

39

As controvérsias em torno das estratégias políticas para a prevenção mostram a complexidade para implementar políticas públicas. No caso da AIDS, não somente existem desafios em relação a uma epidemia que coloca em risco a vida humana, mas também há forças e ideologias políticas, econômicas e religiosas.

Mas como enfatizavam os representantes das entidades governamentais e não-governamentais e especialistas envolvidos no tema, a situação se torna mais complexa quando se deve ter em conta fatores culturais, políticos e científicos no momento da definição da melhor estratégia de ação.

Pelos resultados obtidos até hoje e as estratégias adotadas no Brasil, pode-se avaliar como um "sucesso" a política de atenção ao HIV/AIDS. As respostas do Estado, por meio da elaboração e implementação de políticas, estiveram sempre ligadas às mobilizações realizadas por organizações e movimentos vinculados ao assunto. É importante salientar esse aspecto, pois já há 25 anos presente no Brasil, a AIDS continua exigindo forte mobilização e

³⁹ Fragmentos do documento do Grupo de Cooperação Técnica Horizontal em HIV/ AIDS da América Latina e do Caribe divulgados no site do Programa Nacional de AIDS, www.aids.gov.br, no dia 31/05/06

ações constantes. Cabe ao Estado e à sociedade civil organizada a responsabilidade pela reflexão e ação.

As divergências em torno da melhor estratégia de prevenção, e os interesses ideológicos e religiosos ocultos nos levam ao campo da relação entre a Igreja Católica e o HIV/AIDS.

3. HIV E AIDS: DESAFIOS PARA A IGREJA CATÓLICA

Desde o aparecimento do vírus HIV e da AIDS, o universo simbólico valeu-se das mais diversas formas para tentar explicar a epidemia emergente: castigo divino, praga moderna, genocídio etc., citando algumas expressões mais correntes. O HIV e a AIDS aparecem questionando as bases profundas da existência humana, as relações sociais, construções culturais e religiosas, e nos obrigam a pensar sobre nossas crenças e certezas, ou seja: a nova realidade nos leva a interpelar nossa visão religiosa.

Diante do assunto, há diversidade de posições dentro das Igrejas. No espaço católico, particularmente, registram-se as mais variadas crenças, idéias e práticas. Mas a posição oficial da Igreja Católica muitas vezes tenta reduzir a complexa realidade social ao âmbito das condutas individuais:

"Em 1981, quando o mundo tomou consciência da existência da AIDS, escutaram-se muitas vozes provenientes das comunidades cristãs, emitindo juízos e condenações. As chamadas igrejas históricas, entre elas a Igreja Católica, guardaram, durante anos, um significativo silêncio, que manifestava que a epidemia da AIDS as desafiava, tanto em sua teologia, como em sua própria autocompreensão". (Orlov, p.9, 1994)

A AIDS transformou-se em uma questão não apenas de caráter ético e moral, mas abarca aspectos profundos das religiões. As Igrejas cristãs sentiram-se desafiadas e chamadas a tomar posição:

“Em novembro de 1989 a Igreja católica convocou, no Vaticano, uma consulta internacional através do Pontifício Conselho para a Pastoral de Agentes Sanitários. Nessa ocasião o Papa João Paulo II pronunciou mensagem que se intitula ‘A Igreja frente à AIDS’” (Orlov, 1994).

Em termos gerais, a mensagem é uma convocatória da Igreja para que todos(as) os(as) católicos(as) implementem ação pastoral de prevenção e assistência às pessoas portadoras de AIDS.

Nas campanhas realizadas como forma de prevenção à AIDS, em que se incentiva o uso de preservativos, como, por exemplo, a camisinha, parte da hierarquia da Igreja Católica sempre esteve em posição contrária. Sua doutrina prega o uso de métodos contraceptivos denominados naturais, nos quais se supõe não haver a interferência humana frente aos desígnios de Deus. A posição oficial da Igreja Católica recomenda às pessoas optarem pela castidade e a abstinência dentro e fora do casamento, e não aceita o uso de preservativos. A Igreja Católica, frente à AIDS, também estimula a fidelidade conjugal como um dos valores fundamentais dos(as) cristãos(ãs), o qual deve ser levado em conta sobretudo em tempos de AIDS. Por trás da postura da Igreja Católica inscreve-se a lógica de sua posição ambígua em relação à sexualidade.

Segundo Galvão:

“o aparecimento da AIDS propiciou, no Brasil, diferentes tipos de manifestações por parte das diversas tradições religiosas: artigos na grande imprensa ou nas suas

publicações internas, realização de seminários, formação de grupos de reflexão, atuação, assistência etc. Dependendo da 'vocação' e do 'mandato' de cada uma das diferentes religiões, as respostas foram sendo delineadas.” (Galvão, p.109, 1997)

Existe variedade de respostas das religiões em relação à epidemia. Há ações mais voltadas à evangelização em algumas; as pentecostais enfatizam principalmente o lado da cura; na Igreja Católica suas diretrizes são estabelecidas pelo Vaticano e seguidas, com adaptações regionais, em todo o mundo. A ação está mais voltada às atividades pastorais.

Com relação à epidemia do HIV/AIDS, é importante ter em conta a forma como tradicionalmente as religiões atuam para responder às demandas sociais. Deve-se reconhecer que a presença do vírus HIV/AIDS no mundo impôs desafios às diferentes religiões, a ponto de fazer serem repensadas formas tradicionais de atuação: práticas de serviço, assistência, tratamento e apoio espiritual.

Quando o HIV/AIDS aparece no Brasil, na década de 1980, poucas instituições, governamentais e não-governamentais, estavam preparadas para dar resposta à epidemia. Em 1985, é fundada, em São Paulo, a primeira organização da sociedade civil preocupada com o HIV e a AIDS (GAPA - Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS). A preocupação das instituições religiosas ocorre mais tarde. A demora se dá, especialmente, porque a sociedade civil e as entidades religiosas trataram o aparecimento do vírus como restrito ao campo da moral. Pouco mais tarde esse enfoque é reavaliado, decidindo-se incorporá-lo como urgente linha de atuação.

Os anos de 1980 são considerados o marco de referência do aparecimento do vírus HIV/AIDS no Brasil, e se encontra com o momento

histórico do auge da Teologia da Libertação. Com proposta clara de opção pelos pobres, tendo como base a teologia e o auxílio das ciências sociais, a Teologia da Libertação chamava ao compromisso social os cristãos, por meio de uma práxis libertadora. A Igreja estava envolvida em debates e práticas políticas e sociais, que naquele momento lhe pareciam mais prioritários. Talvez esse contexto explique o porquê da atenção ao vírus HIV/AIDS não ser considerada assunto prioritário à época. Os atores e movimentos que faziam parte da Teologia da Libertação, como a maior parte da sociedade e da própria Igreja Católica, encaravam a AIDS como algo que não fazia parte das doenças dos pobres.

Nos primeiros anos da epidemia do HIV e da AIDS, no Brasil, a Igreja Católica, antes de encarar a AIDS como doença, a definiu como causa da “decadência moral” do indivíduo.

O surgimento da AIDS possibilitou a oportunidade para muitas religiões retomarem assuntos de caráter moral: sexo - morte, promiscuidade - doença, amor – fidelidade etc. Dedicaram-se aos temas antes que às ações mais concretas. Por exemplo, as reflexões bíblicas giraram em torno de textos como o de Sodoma e Gomorra e o Apocalipse⁴⁰, enfatizando reflexões negativas frente à doença e aos doentes:

“Desde o início a AIDS foi jogada para dentro do discurso religioso. Os cientistas ainda não tinham determinado exatamente a origem, as formas de transmissão, a evolução

⁴⁰ Cf. Bíblia Sagrada, Edição Pastoral: Livro do Apocalipse e Gênesis - Capítulos 18 e 19, sobre Sodoma e Gomorra. De acordo com a Bíblia, são duas cidades que teriam sido destruídas por Deus. Frequentemente o texto é usado como referência para justificar biblicamente posições contrárias à homossexualidade. Mas existem outras interpretações: o texto seria reflexão sobre a corrupção e a injustiça, ou sobre o respeito e acolhida aos hóspedes. Cf. Bíblia Sagrada, Edição Pastoral.

clínica e a história natural do vírus, e já se tinha uma explicação “teológica” para a doença” (Bernardi, p. 1, 2004).

Uma das primeiras e públicas manifestações religiosas contra a AIDS no Brasil veio da Igreja Católica, em 1985. Dom Eugênio de Araújo Salles, cardeal-arcebispo de Rio de Janeiro, escreveu o artigo "O mal e a covardia dos bons"⁴¹. Nele, o autor aborda a AIDS como castigo divino, resposta da natureza contra as "inversões" que estavam ocorrendo no campo da sexualidade.

A forma como tradicionalmente a Igreja Católica se articula nas diferentes esferas da sociedade e do Estado é elemento fundamental para sua ação e discurso facilmente ganharem visibilidade. Diante da AIDS ou em relação a qualquer outro assunto.

Contrariamente ao discurso negativo de líderes religiosos, surgem iniciativas religiosas que buscam dar resposta positiva e menos discriminatória aos doentes de AIDS.

Especialmente nos anos de 1990, há forte investimento em casas de apoio, especialmente por parte da Igreja Católica, em todo o Brasil.

A CNBB produziu, em 1992, o documento "A Igreja e a AIDS", para ser lançado no dia 1º de dezembro. O documento faz um chamado à solidariedade e ao trabalho pastoral com os doentes. Por outro lado, ao abordar a educação e prevenção, coloca a ênfase em uma *"visão sadia da sexualidade, que incentive a viver a fidelidade na união do homem e da mulher no matrimônio, superando formas de promiscuidade e libertinagem"*. O documento ressalta o compromisso de apoiar ações educativas ou legislativas que tenham

⁴¹ Publicado no Jornal do Brasil no dia 27 de julho de 1985

como fim oferecer informações sobre a AIDS; compromete-se em conscientizar pessoas da própria Igreja, estimular pastoral específica sobre o assunto e criar casas que dêem apoio às pessoas com a doença.

Para a Igreja Católica, a AIDS se converteu em questão emergencial, a ser tratada com atenção. Enfatizando o dever evangélico, os doentes eram tratados com compaixão e assistência direta. A Campanha da Fraternidade⁴², em 1995, cujo lema foi "Eras tu, Senhor?", referia-se ao rosto sofrido dos excluídos. Um desses rostos era o de uma pessoa com AIDS.

A mudança no perfil da epidemia e a presença no interior da própria Igreja Católica também forçaram resposta rápida. As respostas religiosas no Brasil são muito diversas frente à epidemia do vírus HIV e da AIDS; algumas não fazem parte da linha de atuação oficial. Muitas vezes, são iniciativas individuais de religiosos(as) ou leigos(as). Há, também, o caso de muitas ações religiosas de combate à AIDS serem desenvolvidas no marco das atividades que já se realizam. Por exemplo, a atuação das pastorais sociais⁴³, que incorporam, dentro das prioridades, a AIDS. Atualmente existem investimento maciço e presença marcante da Igreja Católica no assunto AIDS.

E ainda está estabelecida relação de parceria entre o governo e a Igreja Católica para fazer frente ao HIV/AIDS. Relata o representante do Ministério da Saúde na comissão formada em 1999 pela Igreja Católica para enfrentar a AIDS e que se tornou o início das relações:

⁴² Uma das mediações da evangelização no Brasil é a Campanha da Fraternidade, organizada pela CNBB, e ocorre anualmente no período da Quaresma. A partir de um tema específico e de um lema, mobiliza os fiéis para a reflexão e a ação. (Manual da Campanha da Fraternidade, 1998, CNBB, "Natureza e História da Campanha da Fraternidade". Ed. Salesiana. Dom Bosco, São Paulo, SP, 1997).

⁴³ São dez as pastorais sociais sob a coordenação nacional da CNBB e de seu setor Pastoral Social: Pastoral Carcerária, da Criança, do Menor, dos Migrantes, da Mulher Marginalizada, dos Nômades, Operária, dos Pescadores, da Saúde, da Terra.

“O irmão Henrique⁴⁴ aborda e sensibiliza, em um aeroporto, o presidente da CNBB – dom Jaime Chemelo – fazendo o mesmo com o diretor do Programa de DST/AIDS do Ministério da Saúde – Pedro Chequer. Deste consegue apoio para a articulação entre Funasa, Arquidiocese de Manaus, médicos e doentes de AIDS, resultando em um centro de convivência e referência para a ampliação de articulações. Da CNBB resultaram reuniões profícuas, inicialmente reservadas, na sede da CNBB, em Brasília, entre sua presidência e representantes do Ministério da Saúde, e depois ampliadas para organizações católicas em oficinas. O ministro da Saúde compareceu às plenárias e deu tempo à escuta de pormenores em reuniões reservadas. Nestas ficou evidente para o Ministério e para a Igreja que os trabalhos que vinham sendo realizados no campo da AIDS ainda não estavam devidamente dimensionados qualitativa e nem quantitativamente. Embora fosse significativo o número de projetos financiados pelo governo, eram uma fração dos realmente realizados em capacitação, assistência e prevenção. Alguns bastante originais em metodologia e outros na cobertura e capilaridade oferecida ao atingir populações marginais à marginalização conhecida” (Costa Filho, p. 10, 2004)

Havia interesse do governo e da Igreja Católica em relação à primeira iniciativa. Na Igreja Católica existia simpatia pela causa, mas também muito receio; não somente pela abordagem moral que o assunto trazia, mas pela repercussão que teria uma iniciativa conjunta com a política oficial.

Como será observado adiante, a AIDS tem desafiado a Igreja Católica a partir de sua prática, concepções de assistência, relações com

⁴⁴ Ir. Henrique José Gouvêa de Sá. Membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Arquidiocese de Manaus. Fundou, em Manaus, um centro de convivência de pessoas vivendo com AIDS. Deu início às articulações entre o governo e a CNBB, assim como com entidades católicas, nacionais e internacionais que trabalham com AIDS. Faleceu em 2003

outras entidades sociais e relações com o Estado. E nesse caminho está até hoje.

3.1. Discursos paradigmáticos

A partir do item anterior pode-se perceber que a Igreja Católica passa de distanciamento a atitude mais próxima e preocupada diante da AIDS. Surge um discurso engajado e atento.

O aparecimento do HIV/AIDS tem evidenciado as divergências internas da Igreja Católica, quando se trata de discutir direitos reprodutivos e sexualidade. Bom número de membros da hierarquia católica tem apoiado publicamente posições contrárias ao posicionamento conservador. O que é mais contundente quando se constata que bispos, padres e freiras, por cargo ou função, deveriam ser os representantes e defensores legítimos do posicionamento oficial da Igreja.

Como anotado anteriormente, o artigo do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio de Araújo Salles, "O mal e a covardia dos bons", em 1985, tornou-se referência da posição contrária de parte da Igreja sobre o tema. Por isso, é importante mostrar neste estudo distintas posições de duas autoridades da Igreja, exemplos de que não há unanimidade. Dois cardeais⁴⁵, ou seja, autoridades máximas da Igreja Católica⁴⁶ abaixo do Papa. Dois discursos paradigmáticos para nosso estudo. Não significa que outros personagens não tenham aparecido em cena mostrando a contradição. Mas, por serem duas autoridades da Igreja, os discursos são relevantes, mostra das

⁴⁵ Os cardeais são nomeados pelo Papa em ocasiões específicas, na presença dos restantes membros do Colégio Cardinalício (Consistório). Os cardeais têm como uma de suas funções eleger o Papa.

⁴⁶ Estruturalmente, a Igreja Católica é hierarquizada. Sua autoridade máxima é o Papa, que governa a Cidade do Vaticano, Estado independente, no centro de Roma, também conhecido como a Santa Sé.

ambigüidades existentes na Igreja Católica. No item seguinte, sobre as práticas, haverá outras personagens.

O primeiro posicionamento é o de dom Paulo Evaristo Arns, na época cardeal-arcebispo da Arquidiocese de São Paulo. Figura reconhecida pelo seu compromisso e contribuição com os direitos humanos e o processo de democratização do Brasil:

"Nunca falei contra o uso de preservativos. Isso se deve deixar para as pessoas decidirem. O que a gente sempre diz é que você não deve prejudicar nem a si e muito menos ao outro. Muito menos porque você está matando. Então, como diz a moral, desde o começo da humanidade: se você tiver que escolher entre dois males, escolha o menor. Se você usa a camisinha, este é o menor mal. Senão você mata... e você não é doido de matar, é?". (dom Paulo Evaristo Arns, ao jornal Folha de S. Paulo, 16.4.1995).

Dom Paulo Evaristo, aposentado de suas funções, mostra, uma vez mais, sintonia com os direitos humanos. Uma posição flexível e independente da defendida oficialmente pela Igreja Católica.

Por outro lado, há o texto de dom Eugênio Sales, então cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, pessoa conhecida pela sintonia com as determinações oficiais da Igreja Católica e críticas à Teologia da Libertação:

"Merece destaque, nessas considerações, a AIDS, que pode ser mortal. Ainda e apesar dos esforços, não há vacina nem remédio para quem foi infectado com o vírus HIV. Embora transmitido apenas no uso de drogas injetáveis, nas relações sexuais e em algumas outras circunstâncias, aumenta assustadoramente a epidemia. Doloroso contraste: a ciência consegue prolongar a vida dos infectados, e este fato se transforma em meio eficaz de mais propagação da doença".

“Multiplicam-se as nocivas relações hetero ou homossexuais, pois cresce o número de elementos infectados, apoiados pela campanha do sexo 'seguro'... O governo brasileiro recentemente mudou sua estratégia em relação às campanhas de prevenção da AIDS. Hoje enfatiza, também, o diálogo entre os parceiros sexuais. Mas isso está longe de resolver o problema. Tal promoção não leva à mudança de comportamento sexual e não alerta para o fato de que, empregando o preservativo, a pessoa ainda corre grave risco de contrair o vírus, uma vez que ele é passível de falha”. (Dom Eugênio Araújo Salles: "Carnaval e AIDS", Jornal do Brasil, 13.2.1999)

A arquidiocese de Rio de Janeiro foi uma das poucas instituições religiosas que se fizeram presentes, desde o início do problema, nas conferências internacionais e nacionais sobre AIDS. Por meio de seus assessores médicos, a arquidiocese enviou a essas conferências trabalhos sobre AIDS. Os artigos de dom Eugênio refletem o trabalho desenvolvido.

Nos discursos dos cardeais há dois temas que permanecem atuais. Primeiramente, a referência ao direito de cada um decidir por si mesmo, e o discurso moral sobre a escolha do “mal menor”. Dom Paulo, mesmo apresentando posição aberta, não deixa de considerar o uso da camisinha como um mal menor. Por outro lado, há as discussões em torno do uso do preservativo como forma de prevenir a epidemia e o desacordo de parte da Igreja. Motivo de permanente discordância é o uso da ciência como referência e parâmetros para as determinações do governo, e as críticas a esse mesmo governo pela forma como enfoca as campanhas de prevenção.

Refletem, os dois cardeais, a diversidade de posicionamentos e de práticas, realidade da Igreja Católica diante do assunto. O que também acontecerá, como se verá mais adiante, nas articulações com o Estado.

3.2. Diversidade de práticas

Apesar das contradições e posturas contrárias à divulgação do preservativo como forma de prevenção, a Igreja Católica tem prática significativa de atenção ao problema da AIDS, permeada pelas diferentes óticas presentes na instituição.

Diversas entidades católicas de âmbito internacional estão comprometidas com a erradicação da AIDS. Algumas apóiam, indistintamente, projetos católicos e não confessionais. Segundo dados apresentados pelo cardeal Javier Lozano Barragán⁴⁷, 26,7% dos centros no mundo que tratam os doentes por causa do HIV/ AIDS pertencem à Igreja Católica⁴⁸.

Mostra desses lugares e práticas marcantes no Brasil encontra-se a seguir:

Em 1987, é fundado o ARCA (Apoio Religioso Contra a AIDS - projeto do ISER). A partir de perspectiva ecumênica tentava dar resposta mais positiva à realidade da AIDS.

O Projeto Esperança foi criado em 1987, pela Arquidiocese de São Paulo, para oferecer atendimento jurídico, apoio religioso e distribuir cestas

⁴⁷ Presidente do Conselho Pontifício para a Pastoral da Saúde.

⁴⁸ “A Caritas Internacional trabalha em 102 Países. Segundo as respostas ao inquérito que fizemos na Santa Sé resultam ações contra a pandemia em 62 Países: 28 em África, 9 na América, 6 na Ásia, 16 na Europa e 3 na Oceânia. Além do pessoal local (religioso e não religioso) distinguem-se neste campo Congregações e Associações internacionais tais como as Vicentinas, Caritas Internacional, Comunidade de Santo Egídio, Camilianos, Juaninos, Jesuítas, religiosas de Madre Teresa, o Hospital do Menino Jesus da Santa Sé e os Farmacêuticos católicos”. Dados apresentados no discurso realizado na XXVI Sessão Especial da Assembléia geral da ONU sobre HIV/ AIDS em Nova Iorque, 2 de Junho de 2006. Cf. www.vatican.va

básicas. São Paulo é o primeiro Estado a dar respostas religiosas (e não religiosas) ao problema. O Centro de Referência e Treinamento em AIDS (CRT-AIDS) incentivou, em 1988, a formação do Grupo Religioso de Educação Apoio e Solidariedade, o qual, com caráter ecumênico, reunia diferentes tradições religiosas. A finalidade era traçar áreas de atuação e capacitar os integrantes das diversas religiões representadas.

Em 1992, houve o episódio que ficou conhecido como "Caso Sheila"⁴⁹. Portadora de HIV, sua matrícula foi negada na escola. O Colégio São Luís, tradicional colégio católico pertencente à Ordem dos Jesuítas, foi um dos primeiros a oferecer vaga à menina.

Dom Luciano Mendes de Almeida, que presidia a CNBB, declarou⁵⁰:

"Não é a escola, mas os médicos que podem avaliar se uma criança com AIDS deve conviver com seus colegas". A atitude de não aceitar a menina na escola foi tachada por dom Luciano como "discriminação inadmissível".
Jornal do Brasil, de 9/5/1992

Fato bastante significativo ocorrido em 1999, que se refere ao compromisso da Igreja Católica, foi a criação da Comissão Nacional DST/AIDS da Pastoral da Saúde - CNBB. Formada por religiosos e leigos, pessoas ligadas a pastorais de diferentes Estados, padres, representantes de organizações da sociedade civil que trabalhavam com AIDS e o coordenador nacional de Direitos Humanos da Comissão Nacional DST/AIDS do Ministério

⁴⁹ Sheila Cortopassi De Oliveira de cinco anos foi proibida de fazer a matrícula em uma escola particular porque era portadora do HIV. Esse fato obteve enorme repercussão em todo o país. Permitiu que a questão fosse discutida publicamente, e pela primeira vez, resultou numa resposta formal dos Ministérios da Saúde e da Educação, que emitiram a Portaria Interministerial 796 de 29.05.92, garantindo o ensino para crianças com HIV/ AIDS. Para mais informações www.forumAIDSsp.org.br

⁵⁰ Jornal do Brasil, de 9/5/1992.

da Saúde. Como representante da CNBB foi eleito o bispo dom Eugène Adrian Lambert Rixen. A comissão tinha como objetivos: a) conscientizar os diversos setores da Igreja, assumindo a AIDS como a dimensão missionária do terceiro milênio; b) ser elo e intercâmbio entre as diversas ONGs que trabalham com a AIDS; c) elaborar subsídios de prevenção educativa; d) articular parcerias com as diversas esferas do governo para trabalhos de prevenção educativa; e) criar comissões de DST e AIDS em âmbito regional diocesano; f) articular ações e orientações unificadas nos trabalhos de assistência; g) contribuir e acompanhar a formulação das políticas públicas direcionadas ao vírus HIV e à AIDS.

Por considerar que uma das atividades realizadas pela comissão também mostra as ambigüidades em relação à prática, a ela será dada atenção especial, mostrando os elementos significativos.

Em junho de 2000, realizou-se o II Encontro⁵¹. O tema de reflexão foi: “AIDS - desafios para a Igreja do Brasil”. Participaram bispos, padres, diáconos, religiosos e religiosas, agentes de pastorais, lideranças de ONGs que trabalham com a AIDS, instituições, membros do governo federal, assessores da CNBB, com o objetivo de traçar estratégias.

Foi significativa a palestra do doutor em Teologia, frei Antônio Moser, do Instituto Teológico Franciscano, sobre as mudanças no comportamento sexual e as conseqüências morais. Segundo ele, para enfrentar a realidade da AIDS, era indispensável uma reflexão teológico-pastoral que tivesse como modelo a pedagogia de Jesus, forma de superar os preconceitos religiosos. Disse ainda sobre a necessidade de incentivar a

⁵¹ Estive no evento como convidada. Portanto, alguns dados são fruto da observação direta. Realizado em Itaiaci, município de Indaiatuba, São Paulo, de 12 a 15 de junho de 2000.

Pastoral Familiar, reconhecendo não haver apenas um modelo de família, mas famílias com configurações diferentes. Ao mesmo tempo, acrescentou, seria necessário revalorizar o Evangelho da Sexualidade, apresentado sob uma visão empolgante, que redimisse o prazer e superasse a tirania à qual estava atrelado.

Após a exposição, as perguntas dos participantes evidenciaram a ambigüidade e a contradição existentes na Igreja. Frei Moser, que tinha expressado posição aberta, ao responder às perguntas formuladas, qualificou de “desvio sexual” a homossexualidade, e a masturbação como algo “patológico”, que deve ser corrigido. As respostas provocaram muita polêmica.

Momento importante no qual também surgiram as contradições internas da Igreja Católica foi a intervenção de dom Eugène Rixen, em um discurso diferente da posição oficial da Igreja - mesmo tendo sido indicado para integrar a comissão de DST e AIDS da Pastoral da Saúde da CNBB. Esclareceu que sua posição era pessoal e corresponderia a uma “ala da Igreja”; inspirava-se na declaração dos bispos franceses sobre a AIDS, mas não coincidia com a posição da CNBB. Dom Eugène Rixen ressaltou a responsabilidade que a Igreja tem em relação à mudança de comportamentos, questionou os valores apresentados aos jovens, condenou a exclusão de pessoas da vida religiosa por causa da AIDS, e enfatizou a necessidade de a Igreja permanecer em constante diálogo com as culturas, os meios de comunicação e a sociedade.

Momento álgido do encontro foi a participação do delegado do Vaticano, monsenhor Javier Lozano Barragán, presidente do Pontifício Conselho da Pastoral da Saúde da Santa Sé, que apresentou os estudos

oficiais, feitos pela Igreja Católica, sobre a AIDS no mundo. Ao longo de sua intervenção fez afirmações proibitivas ao uso da camisinha, reafirmando a posição oficial da Igreja:

“A Igreja é heterossexual”. Colocou sua vida como exemplo: “O ato sexual não é necessário, e quem desobedece a essas normas não é católico”. Em relação aos padres portadores do vírus HIV e da AIDS, declarou: “Eles foram infectados por transfusão de sangue”.

Também presente ao encontro, dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, defendeu o uso da camisinha como um “mal menor”. Reconheceu o direito de recorrer “à consciência” como recurso válido e recomendado pelo magistério em caso de dúvida. “A consciência é o melhor caminho”, afirmou.

A Comissão Nacional DST/AIDS Pastoral da Saúde – CNBB, composta por diferentes pessoas e entidades, incluindo as não católicas, desafia e questiona a Igreja. Em 2001 foi criada a Pastoral de DST/AIDS – CNBB, forma encontrada pela Igreja Católica para abordar o problema a partir da sua própria estrutura e concepções.

Momento significativo que marca as relações Igreja católica e AIDS foi causado pelas declarações feitas aos meios de comunicação pelo padre Valeriano Paitoni⁵², nas quais se manifestou em desacordo com a posição oficial católica.

“Desde que a epidemia da AIDS começou, o clero não soube se colocar no lugar certo. Quis ocupar o lugar dos cientistas. Enquanto a ciência nos educa e garante que o

⁵² Pe. Valeriano Paitoni é membro da congregação dos Missionários da Consolata e pároco da Igreja Nossa Senhora de Fátima, da Arquidiocese de São Paulo. Coordena uma casa de atendimento a crianças portadoras do vírus HIV e da AIDS, na zona norte de São Paulo.

preservativo é uma das maneiras mais eficazes de proteção contra a doença, a Igreja diz não. Fecha os olhos para provas científicas. Estamos mergulhados em um problema de saúde pública, e quem deve enfrentá-lo são as autoridades competentes. O Vaticano não pode atrapalhar. Diante do avanço do HIV, condenar a camisinha constitui um erro tão grave quanto os que atingiram negros e índios, populações que, recentemente, receberam do Papa um pedido de perdão. No futuro, sem dúvida nenhuma, teremos de nos desculpar de novo pelos enganos cometidos em relação à AIDS”.

Se o preservativo protege a vida, não há por que o encarar como um mal menor. Trata-se, isso sim, de um bem maior. O único de que dispomos para driblar a AIDS com segurança.

Quando a Igreja afirma que proíbe a camisinha para impedir o aumento da promiscuidade, está desvalorizando a capacidade humana de crescer, de conquistar os tesouros espirituais. Não é por causa do preservativo que alguém vai se tornar mais promíscuo. Essa concepção dá ouvidos à fraqueza humana, não à grandeza. E a função da Igreja é confiar na humanidade, acreditar que o homem pode se transformar para o bem. Fidelidade e castidade são valores do reino de Deus, próprios da fé. Só que não podemos usá-los para frear uma pandemia.

“Não se pode impor a fidelidade. Pode-se, no máximo, incentivá-la. Diante da AIDS, não basta pregar os valores do reino de Deus. É necessário reconhecer que as pregações nem sempre têm eficácia imediata e que, portanto, não substituem métodos científicos capazes de assegurar a vida.” Folha de S. Paulo, p. A11, 02/07/2000).

Dom Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo, reagiu:

“Diante da entrevista do padre Valeriano, hoje publicada, e considerando a clara e reiteradamente afirmada

doutrina do Papa e da Igreja, que condena o uso do preservativo, declaro, por dever de consciência, em comunhão com o Papa e a Igreja, que é inaceitável a atitude do padre Valeriano, defendendo o uso do preservativo e distribuindo-o (...) Fui obrigado, com sincera dor, por tratar-se de um irmão na fé e no sacerdócio, a publicar esta nota de repúdio, como tentativa de correção fraterna, a qual não exclui outras providências administrativas e pastorais cabíveis, para corrigir essa lamentável situação". (Folha de S. Paulo, 04/07/2000, cad.A, p.5).

As duas experiências mostram as divergências internas, muitas vezes não tratadas no espaço público. Aparecem publicamente o silêncio e a disposição de unir esforços no trabalho com os portadores.

Desde 1988 há diversas iniciativas, como encontros, seminários e oficinas. No Rio de Janeiro aconteceu a "*Consulta Latino-americana das Igrejas sobre o HIV e a AIDS*", organizada pelo CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) e CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), apoiada pelo Conselho Mundial de Igrejas. O ISER realizou, por meio do ARCA, dois grandes encontros nacionais (1989 e 1990), os "*Encontros Brasileiros de Ação Pastoral frente à AIDS*", reunindo principalmente católicos e protestantes, além de ativistas e profissionais da saúde. Em 2003 foi promovida a "*Oficina Teológica sobre estigmas relacionados ao HIV/ AIDS*", apoiada pelo UNAIDS, na Namíbia, em 2003. Em 2005 houve, em Porto Alegre, o "*Simpósio Latino-americano e Caribenho de reflexão da Igreja Católica no mundo da AIDS: enfrentando a epidemia na América Latina e Timor Leste*". Também em 2005, em Bogotá, aconteceu o "*Encontro sobre HIV/ AIDS*", promovido pelo CELAM⁵³. São exemplos dos vários

⁵³ Conselho Episcopal Latino-americano.

eventos realizados pelas instituições religiosas entre elas, a Igreja católica para enfrentar a AIDS.

As publicações também são possibilidades exploradas pelas Igrejas para falar sobre HIV e AIDS. Publicações católicas conhecidas, como a revista *“Família Cristã”*, informam intensa e seguidamente sobre HIV e AIDS. As editoras católicas, como Edições Paulinas e Vozes, se interessam em publicar livros sobre o tema. A Pastoral DST/AIDS publicou *“Viu e teve compaixão: Igreja e AIDS”*, em 2003; *“Igreja e AIDS: presença e resposta”*, 2004; e *“Vulnerabilidade social e AIDS: o desafio da prevenção em tempos de pauperização da epidemia”*, em 2005.

Apesar de toda a ambigüidade, a Igreja Católica está envolvida pastoralmente. Atualmente, segundo informações da Pastoral DST/AIDS, há, no Brasil, cerca de 150 ONGs ligadas à Igreja Católica que trabalham com AIDS. Existe diversidade de posições, dentro das ONGs ou grupos, em relação à pregação oficial da Igreja Católica: adere-se ao posicionamento oficial ou, mesmo discordando, continuam seus trabalhos cautelosamente, como extensão de sua obra missionária. Um terceiro setor tem posição mais crítica em relação à Igreja Católica, elaborando argumentos para questionar a posição oficial.

O panorama apresentado suscita questões, apontadas nos capítulos anteriores.

A Igreja Católica, como instituição social, recebe os impactos ocorridos nos campos social e político.

Os conflitos em torno da AIDS refletem o que tem acontecido com outras instituições sociais implicadas no tema. No caso brasileiro, o campo da saúde também apresenta divergências em torno do assunto.

Em se tratando da Igreja Católica, a explicitação das divergências se torna relevante para a análise, pois historicamente se apresenta como instituição monolítica, em que a prática e o discurso devem ser pautados pela posição oficial, aplicando punições a quem diverge publicamente.

O fato de a AIDS obrigar a Igreja a se posicionar tem feito com que as contradições apareçam, o que possibilitou o fortalecimento e o respaldo público a quem dela diverge.

As idéias que sustentam as diferenças ancoram-se em conflito histórico da Igreja Católica: encontram-se no bojo dos valores da cultura contemporânea e na afirmação das normas e valores religiosos contrários a esses valores.

Os desacordos internos em torno da sexualidade demonstram que não somente os leigos rejeitam as doutrinas sobre a moral sexual, mas também os próprios membros da hierarquia não se encontram satisfeitos com essas doutrinas, e não as aceitam na totalidade. Como aparece na pesquisa, usam argumentos não religiosos para justificar posições, mostrando autonomia para se manifestar. Resgatam argumentos do próprio magistério, e os articulam aos seculares.

A não aceitação dos discursos e normas que vêm da autoridade pode ser entendida como uma das influências das idéias da contemporaneidade, não somente no fiel, mas também na hierarquia católica.

A realidade prática os confronta com as idéias da sua religião. O contato direto com as pessoas, suas aspirações e experiências, e organizações, lhes permite avaliar as posições. O abismo entre as expectativas dos fiéis e as proposições da igreja lhes abre o desafio de adaptar-se aos novos contextos, inclusive reformulando a forma como a instituição busca essa adaptação.

Como analisa Nunes (2005), a Igreja tradicionalmente tem tentado adaptar-se aos novos contextos, afirmando sua exterioridade em relação à modernidade, atribuindo-se papel profético, e usando recursos de caráter religioso e disciplinar frente aos questionamentos da sociedade; entretanto, atualmente, ainda utiliza esses recursos, mesmo que não convençam mais.

As pessoas vinculadas a práticas e discursos diferentes ao oficial aprofundam as ambigüidades internas, pois mostram, a partir da sua própria identidade religiosa, o porquê e com o quê estão divergindo. Como afirma Vaggione (2004), ser divergente implica a articulação de um antagonismo, a construção de um espaço político, e para isso deve-se romper com os consensos impostos, mostrar a existência de fraturas que indicam um nível de pluralismo em realidades aparentemente homogêneas. Carregando essas divergências internas e ambigüidades a Igreja se encontra participando, ao lado de outras instituições, no campo da AIDS.

3.3. Igreja Católica, AIDS e relações com o governo.

O surgimento do HIV/AIDS no Brasil, ao ser caracterizado como ameaça à sociedade, pelas conseqüências nefastas que provoca, gera demanda ao Estado. Como observado no item anterior, ao setor da saúde é dirigida a primeira demanda, e é do mesmo setor que surge a primeira política

pública relativa à AIDS no Brasil. Mas à medida que avança o tempo, a epidemia da AIDS exige abordagens e mais atores envolvidos na busca de soluções para freá-la.

Hoje há avanço no tratamento da epidemia, não somente do ponto de vista médico, mas de diferentes perspectivas e áreas: jurídica, cultural, econômica, política, social, religiosa. São conhecidas as discussões no campo jurídico sobre os direitos dos portadores, pesquisas em torno da sexualidade, discussões teóricas a respeito de categorias que contribuem da melhor maneira possível para o entendimento da epidemia, os estudos sócio-econômicos e seu impacto nos portadores.

O Programa Nacional de AIDS, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, tem, em sua estrutura, a “Unidade de articulação com a sociedade civil e direitos humanos (SCDH)”. Por meio desse órgão delineou-se a estratégia de articulação com entidades religiosas para ser combatida a AIDS.

A Igreja Católica é uma das presenças marcantes no compromisso de colocar freio à epidemia do HIV/AIDS.

Destaca-se a parceria, organizada e estruturada, entre a Igreja Católica e o governo, resultando na Comissão de DST e AIDS, criada em 1999. Desde 2001 passou a configurar-se como Pastoral DST/AIDS – CNBB.

Teixeira (1997) afirma que a participação da Igreja Católica na construção do cenário brasileiro determinante de políticas públicas em HIV/AIDS não teve o caráter intervencionista observado em muitos países da América Latina. Até hoje, porém, como se observa na afirmação, a relação nem sempre tem sido tranqüila, especificamente no que se refere às estratégias políticas de prevenção:

“Através da imprensa ou de encontros com autoridades, onde costumam “apresentar suas preocupações”, representantes da Igreja Católica têm contribuído para criar situações mais ou menos favoráveis para a adoção de um discurso oficial, particularmente no que se refere às recomendações destinadas à prevenção da transmissão sexual do HIV/AIDS. Assim é que na reunião de ministros de Saúde sobre programas de prevenção da AIDS, realizada em Londres, Inglaterra, em janeiro de 1988, a representação brasileira afirmou que um dos desafios do programa nacional era romper as resistências da Igreja Católica, como consta dos anais da reunião publicados pela OPS/OMS” (Teixeira, p.51, 1997).

Casanova (1994) analisa o que disse Teixeira, e afirma que para medir o impacto público das religiões não somente deveríamos ter em conta a capacidade de imporem exigências normativas ou programas sobre as esferas autônomas, mas a capacidade de exercerem papel importante, suscitando publicamente perguntas acerca de assuntos morais ou humanos que as esferas autônomas não levariam em conta. Contribuindo, assim, para a criação de debates sobre os temas.

Por causa do posicionamento da Igreja Católica, especialmente sobre as estratégias de prevenção, o governo se viu forçado a assumir postura pública oficial sobre o HIV/AIDS, evidenciando as discordâncias, mas ressaltando o interesse por parte do Estado em criar e manter relações de parceria com a Igreja.

Na apresentação dos dados da pesquisa sobre comportamento sexual e percepções do HIV/AIDS, o ministro da Saúde enfatizou seu posicionamento e o desacordo com outros princípios não pautados pelas determinações científicas:

"Os dados mostram, mais uma vez, que a política adotada pelo governo está no caminho adequado, valorizando a evidência científica como referência para o processo educativo, sem levar em conta aspectos alheios a esses princípios".⁵⁴.

A referência é clara em relação às propostas da Igreja Católica e à política do presidente estadunidense George W. Bush, de adoção da prática do ABC, anteriormente referida, como forma de prevenção. Proposta que encontra grande rejeição em setores da sociedade civil e em pessoas ligadas à Igreja.

Mas nos interessa mostrar a interação da Igreja Católica com as políticas de Estado sobre o HIV/AIDS.

A Igreja Católica, em consequência de seu compromisso evangélico e identidade, sente-se chamada a responder aos apelos de uma sociedade afetada ou estado de sofrimento por uma epidemia que coloca a vida em risco. Motivada pela sua doutrina e mensagem de consolo e misericórdia se sente no dever de estender a mão ao doente, ao débil, como o justifica em documento:

"Nós, considerando a profunda vocação humanista da Igreja, buscamos responder à pandemia... Em muitas de nossas ações, como o bom samaritano, no Evangelho, nos aproximamos e levantamos o ferido, o sofredor; tratamos de suas feridas, lhe damos de comer; compartilhamos com ele o que temos, cuidamos dele, nos comprometemos..."⁵⁵.

O Estado, como parte do seu dever, pensa nas estratégias mais eficazes para conter a propagação da epidemia: a articulação com os atores sociais é uma delas.

⁵⁴ Declaração feita pelo ministro da Saúde, Saraiva Felipe, a propósito da apresentação dos resultados da Pesquisa sobre Comportamento Sexual e Percepções do HIV/AIDS (1998-2005)

⁵⁵ Fragmento da "Carta do Simpósio Latino-americano e Caribenho de reflexão da Igreja Católica no mundo da AIDS: enfrentando a epidemia na América Latina e Timor Leste", divulgada como conclusão da reunião realizada em Porto Alegre – Brasil, em junho de 2005.

A Igreja Católica, pela história, a forma como está estruturada, a credibilidade - as pesquisas o demonstram, a abrangência nacional – está em lugares nos quais a ausência do Estado é gritante -, é forte parceiro do Estado. Essa é análise do secretário-executivo da Pastoral da Igreja Católica sobre DST/AIDS, frei José Bernardi:

“A igreja, apesar de tudo, é uma instituição que tem credibilidade e favorabilidade para dar repostas satisfatórias nesse campo: possui estrutura, recursos humanos, meios de comunicação, acessa pessoas espontaneamente e dispõe de voluntários.”⁵⁶

Para o Programa Nacional de DST e AIDS (PN-DST/AIDS), o interesse nas religiões parte da necessidade de trabalhar na questão da AIDS e da religião com o respaldo das instituições mais diretamente envolvidas com o tema, como ONGs e instituições religiosas.

3.3.1. A sexualidade no centro das estratégias de prevenção

Em meio a todas essas relações há ponto chave para o nosso estudo. O HIV/AIDS tem como uma das protagonistas principais a sexualidade humana. E sobre a sexualidade humana estarão centradas as estratégias políticas para entender e conter o problema. A Igreja, porém, tratará o assunto tendo como princípio a sua doutrina, ou seja, tentando ser coerente com o seu pensamento. O Estado procurará responder com os princípios constitucionais e os valores surgidos das conquistas modernas no que diz respeito à autonomia e liberdade da pessoa.

⁵⁶ Texto apresentado na Oficina organizada pelo UNAIDS - programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV e AIDS para teólogos de diferentes tradições cristãs, em Windhoek, Namíbia, de 8 a 11 de dezembro de 2003.

O documento elaborado na oficina sobre estigmas relacionados ao HIV/ AIDS⁵⁷ ressalta que estigmatizar pessoas que vivem com HIV e AIDS é o maior obstáculo à prevenção, tratamento e assistência eficazes. O texto observa que a teologia cristã tem, às vezes, reforçado estigmas e aumentado a probabilidade de ocorrer discriminação⁵⁸, elencando os temas em relação aos quais a teologia cristã reforça preconceitos. E, a partir da explicitação, o texto mostra novos argumentos teológicos que visam à superação dessas concepções. O documento mostra que a atribuição de estigmas sustenta-se na conexão que se faz entre sexualidade e pecado:

“Um exemplo desse fato é a premissa amplamente aceita de que o HIV sempre é contraído em relações sexuais “pecaminosas”, e a tendência adicional de se considerar o pecado sexual como o mais grave de todos. Por essa razão, o sexo pode trazer o estigma da pecaminosidade e também ser estigmatizado entre outros pecados. Conseqüentemente, as pessoas que vivem com HIV e AIDS estão sujeitas a uma atribuição de estigmas mais profunda, que os separa da categoria dos pecadores “menores” (relatório, 2003, p. 15).

⁵⁷ Texto resultado da Oficina “Estigmas relacionados ao HIV e à AIDS: uma estrutura para reflexões teológicas”, organizada pelo UNAIDS - programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS para teólogos de diferentes tradições cristãs, em Windhoek, Namíbia, de 8 a 11 de dezembro de 2003.

⁵⁸ No documento está definida a palavra estigma: “Estigma” é uma palavra de difícil definição. No entanto, geralmente implica a rotulação de uma pessoa ou um grupo de pessoas como indignas de inclusão na comunidade humana, resultando na sua discriminação e ostracismo. Essa rotulação geralmente tem a ver com alguma condição física, psicológica ou moral percebida, que tornaria um indivíduo indigno de inclusão plena na comunidade. Podemos estigmatizar pessoas que consideramos impuras, sujas ou perigosas, diferentes de nós, que têm estilo de vida diferente do nosso ou simplesmente são estrangeiras. Nesse processo, construímos estereótipos prejudiciais e perpetuamos a injustiça e a discriminação. O estigma freqüentemente envolve exercício consciente ou inconsciente de poder sobre pessoas vulneráveis e marginalizadas. (p. 13)

A sexualidade aparece como o núcleo a partir do qual era tratada a epidemia. No início, a AIDS foi analisada sob a ótica do pânico moral: a sexualidade aparecia como o foco central.

A esse respeito, Mann (1989), ao referir-se ao problema da AIDS, fala de três epidemias: a primeira seria o crescimento silencioso entre várias populações; a segunda, constituída pelo adoecimento das pessoas como consequência da infecção por HIV; a terceira, as respostas e as reações sociais, culturais, econômicas e políticas ao HIV/ AIDS, sendo a discriminação e o preconceito a marca dessas respostas. A discriminação se dá, sobretudo, porque a identificação dos primeiros casos de AIDS entre homossexuais estabeleceu vínculo entre AIDS e “desvio e perversão sexual”. Essa discriminação foi assumida por lideranças religiosas, como já analisado neste estudo.

O papel ativo das pessoas diretamente implicadas com a AIDS em defender seus direitos foi fator fundamental para ser questionada essa visão negativa. Sobretudo porque a noção de direitos humanos passou a ser amplamente utilizada por diferentes segmentos ligados à realidade da AIDS.

O programa estratégico de ações afirmativas do setor de direitos humanos do Programa Nacional de AIDS afirma:

“O governo reitera com este programa os seguintes compromissos: combater a discriminações racial, étnica e de gênero. Pesquisar as relações entre racismo, sexismo e vulnerabilidade ao HIV/AIDS. Promover a igualdade por meio de programa de ações afirmativas”⁵⁹.

⁵⁹ Site do Programa Nacional de AIDS: www.AIDS.gov.br

O governo, ONGs e pessoas comprometidas com a busca de soluções têm reunido esforços para superar os entraves provocados pelas diferentes visões em torno da sexualidade.

Os desencontros e as preocupações em relação a eles, podem ser percebidos na seguinte entrevista:

“As campanhas de massa do governo são na verdade o maior fator de desencontro nas políticas públicas. Esse desencontro não é muito claro em seus fundamentos para ambas as partes, governo e religiões. O governo toma o preservativo como um instrumento, cientificamente baseado na prevenção da AIDS, e usa os recursos da mídia para suas campanhas. Conseqüentemente essas campanhas têm estética de apelo sensual, pois são construídas ao gosto da sensualidade popular. Para a Igreja há um paradoxo nessas campanhas: são um estímulo às práticas sexuais em tempo de AIDS e, portanto, incentivo ao aumento da circulação do HIV e conseqüentemente à expansão da AIDS e da morte”. (Raldo Bonifácio Costa Filho)

A proposta da Igreja Católica de incentivo à fidelidade e à abstinência como forma de prevenção tem sido um dos pontos críticos na relação com o governo e a sociedade.

O assunto permite várias possibilidades de análise:

De acordo com o que é demonstrado pelas pesquisas, especialmente as análises de gênero e de tipo cultural, o incentivo a outros métodos de prevenção é avaliado positivamente. Não mais apenas a fidelidade e a abstinência defendidas pela Igreja, que se tornam inviáveis diante de uma epidemia que precisa ser eficientemente controlada. Mas a Igreja insiste na proposta. O que a leva à atitude de defender, em todo o mundo, esse modo de prevenção?

Uma resposta inicial poderia se dar a partir da análise de Chauí (2004). Afirma que, diante de uma situação de descontrole social e incertezas, as religiões podem sentir-se novamente chamadas como responsáveis pelo ordenamento e coesão sociais. No caso da AIDS sua presença agrava a situação de decomposição social. Vêm à superfície, por exemplo, evidências da ausência de acesso à saúde. E mais: alastra-se especialmente nos países mais pobres. Algumas religiões defendem que as causas são o descontrole social, a falta de valores, promiscuidade sexual, vida liberal etc. Portanto, as práticas sexuais precisam ser “controladas” a partir do incentivo à volta de valores familiares e religiosos, os quais têm sido deixados em plano inferior.

A fidelidade e a abstinência, enfim, seria a proposta mais adequada, por parte da Igreja Católica, para responder à realidade da AIDS.

Insistir nessa defesa é a reafirmação da orientação hierárquica da Igreja, a partir da qual as relações sexuais devem ser realizadas por casais heterossexuais, dentro do casamento, com o objetivo de procriar. Além disso, a Igreja tenta demonstrar que a AIDS resulta da falta de valores, especialmente no campo da moral. Portanto, a presença da Igreja, como “mãe e mestra”, se tornaria, então, essencial.

A análise de Ortiz (2001) quer demonstrar que, no contexto da globalização, as religiões universais devem competir não apenas com os demais credos religiosos, mas também com propostas globalizadas de orientação da conduta. A AIDS possibilitaria à Igreja Católica recompor seu campo de ação e colocar-se como presença necessária no mundo moderno.

Na entrevista de Raldo percebe-se, como analisado no item 3.2., que parte da Igreja acolhe e coloca em prática sua proposta:

“A parcela da Igreja que trabalha com AIDS tem tido muito sucesso quando a inclui na sua ação missionária (abstinência e fidelidade), e aí vamos encontrar efetividade e experiências originais que fazem diferença na atenção e prevenção da epidemia de HIV e AIDS”. (Raldo Bonifácio Costa Filho)

Em uma sociedade crítica quando se trata de propostas que vêm da Igreja, consideração sobre o assunto é dada a partir do princípio da eficácia. Conforme o mesmo Raldo:

“O Estado sabe, e a Igreja também, que a pregação sobre abstinência e fidelidade nunca foi internalizada pela sociedade brasileira. O Estado sabe, por meio de pesquisas (o PN-DST/AIDS), que os escolares escutam em primeiro lugar o que a medicina diz e, neste aspecto, a Igreja ocupa lugar secundário em relação aos profissionais de saúde” (Raldo Bonifácio Costa Filho).

Mesmo se for eficaz na prática interna da Igreja, na ação missionária, deve-se questionar a porcentagem da população que adere ao que é pregado pela hierarquia católica. Se implementada como política pública, que eficácia teria diante de uma epidemia da magnitude da AIDS? É complexo avaliar uma política pública que se baseia na fidelidade e na abstinência, valores estreitamente ligados aos direitos e ao foro íntimo de cada pessoa.

Não se pode deixar de considerar os estudos, especialmente de gênero e tipo cultural, que demonstram a inviabilidade ou as dificuldades dessa proposta em uma cultura marcada por concepções androcêntricas e machistas. Em decorrência dessas concepções, as mulheres se encontram vulneráveis à AIDS, quando se trata da vivência da sexualidade e do campo geral da saúde sexual e reprodutiva. Por ser a AIDS uma epidemia assentada no campo da

sexualidade, os estudos demonstram que ainda há muito a fazer. Qualquer proposta deve ter em conta o contexto e a realidade nos quais está inserida:

“A mensagem tradicional da Igreja em matéria de sexualidade é a de abstinência antes do casamento e monogamia depois. Segundo os antropólogos sociais, castidade e casamento eram, na origem, ligados a regulamentos concernentes à propriedade (particularmente à mulher-como-propriedade); mais tarde, esses regulamentos foram reforçados mediante codificações religiosas. Decorre disso que, na maioria das culturas, supõe-se como normal a abstinência antes do casamento e a fidelidade conjugal no casamento. Na prática, porém, a realidade é bem outra, e todos sabem disso. A visão de castidade e abstinência é uma noção que não coincide com a realidade. Ela é apenas de uso público, goza de aprovação social e religiosa, e se presta para ocultar os verdadeiros fatos da vida real. E isso complica muito a tarefa dos planejadores da saúde pública, que devem lidar com o que acontece na realidade tal como é, e não como o que alguns gostariam que ela fosse. Complica também a tarefa da Igreja porque ela só pode combater com eficácia o HIV se reconhecer as contradições morais implícitas nessa disparidade”. (Paterson, p.4, 2005)

No contexto atual de afirmação de valores - liberdades democráticas, autonomia individual, direito de decidir -, a proposta da abstinência e fidelidade é entendida como negação ou retrocesso no que se refere aos direitos conquistados.

Valores não podem ser impostos como políticas públicas. Valores são escolhas e decisão pessoal. Não desconsiderando a existência de diretrizes éticas que devem ser seguidas por todos, e nas quais estão fundamentadas as leis. Conforme expressa Pegoraro:

“O Estado é competente para legislar sobre os comportamentos dos cidadãos desde que respeitem as regras gerais da ética, sem depender de credos que são sempre internos aos grupos religiosos”. (Pegoraro, 2001).

O governo e a Igreja Católica, a partir dos desafios da AIDS, devem ter em conta que lidam com uma sociedade que reafirma a autonomia e o direito de decidir. As políticas públicas devem responder a esse “espírito moderno”, a partir do qual as relações amorosas, o desejo sexual, a paternidade e a maternidade não são decisões públicas, mas direitos individuais que implicam, para o seu exercício, a incorporação como direitos dos cidadãos.

3.3.2. Articulação das divergências

As relações entre o governo e a Igreja Católica se concretizam nas atividades realizadas em parceria e no financiamento de projetos vinculados à Igreja. Atualmente há⁶⁰, no Estado de São Paulo, 29 casas católicas de apoio que trabalham com AIDS, e são financiadas pelo governo federal. O número cresce quando somadas as ONGs e outros movimentos.

As explicações sobre o motivo de o governo financiar grupos religiosos estão na entrevista realizada com Paula de Oliveira, vinculada ao Centro de Referência e Treinamento em Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (CRT/ AIDS) do programa estadual de AIDS de São Paulo:

“Acontece que é assim, eu até entendo que não se possa financiar o trabalho religioso por conta do proselitismo, eu acho que por isso o edital não contempla os grupos religiosos, porque pode cair no proselitismo religioso, as

⁶⁰ Segundo dados do cadastro do Centro de Referência e Treinamento da coordenação estadual de DST/AIDS do Estado de São Paulo.

peessoas trocarem fé pela informação. Os grupos religiosos trabalham há anos sem o dinheiro do governo, essa não é a questão, eles têm outras formas de recursos. Como é uma questão polêmica, é mais difícil conseguir recursos, as pessoas até entendem o recebimento de doação para fazer um trabalho com asilo. Eu não sei se conseguiria com essa mesma facilidade para fazer ações de prevenção de AIDS” (Paula de Oliveira, CRT/AIDS-SP e coordenadora do grupo de trabalho com religiões).

Desde 2002, o Programa Estadual de DST/AIDS de São Paulo coordena o Grupo de Trabalho de Religiões (GT Religiões), integrado por representantes de diferentes denominações religiosas e entidades ligadas à saúde, especialmente à AIDS. Seu objetivo é discutir formas adequadas de prevenção e produção de material educativo para a população, além de articulação de parcerias para o desenvolvimento de trabalhos de prevenção.

Na mesma entrevista, Paula comenta o interesse demonstrado pelas religiões:

“Apesar das dificuldades e divergências entre alguns conceitos religiosos e as políticas de prevenção, os grupos se propuseram a desenvolver ações voltadas à prevenção as DST/AIDS. As comunidades religiosas são importante foco de atuação, uma vez que a epidemia de DST/HIV/AIDS vem aumentando entre a população em situação de pobreza. O trabalho da Igreja Católica junto à população de diversos estratos socioeconômicos e, conseqüentemente, a criação de vínculos de confiança com seus fiéis são fatos conhecidos. Inclusive há relatos de pessoas que procuram lideranças religiosas em busca de orientação para questões pessoais. Essa realidade nos levou a considerar esses espaços privilegiados, do ponto de vista de acesso à população, para abarcar o trabalho de prevenção às

DST/AIDS". (Paula de Oliveira, coordenadora do grupo de trabalho com religiões)

Como analisado nos itens anteriores, cada entidade católica é exemplo da diversidade de práticas existentes na Igreja em relação ao HIV/AIDS, e também em relação à posição oficial da instituição.

Na entrevista com Maria Ângela, as explicações mostram as ambíguas relações da Igreja e políticas do governo sobre HIV/AIDS:

"Estou vinculada a uma entidade católica que trabalha com os portadores do HIV/ AIDS. Além da assistência aos doentes, também trabalhamos com a prevenção. Pensamos que é um dever mostrar todas as formas de prevenção para as pessoas; por isso, quando temos que falar do uso do preservativo, convidamos uma pessoa do Programa de AIDS para que colabore com esta parte, e assim não ter problemas". (Maria Ângela⁶¹, 25 anos, religiosa de uma congregação católica de São Paulo).

Nessa relação tem prevalecido uma tensão que, tanto para algumas pessoas vinculadas ao governo como para alguns membros da hierarquia católica deve-se, sobretudo, ao papel polêmico dos meios de comunicação. Mas há outros sujeitos que não pensam desse modo. São as organizações da sociedade civil, especialmente de mulheres e homossexuais, para as quais a relação entre AIDS e religião não é tão tranqüila.

Será mais bem analisada a questão em itens posteriores.

Há concordância por parte das entidades ligadas ao governo e da Igreja Católica em reconhecer o potencial da instituição católica em realizar amplo trabalho com a população em situação de epidemia. A proximidade com

⁶¹ A pedido da entrevistada, o seu nome e o da Congregação não será divulgado.

as comunidades locais, vínculos de confiança, estrutura, credibilidade e recursos humanos são reconhecidos pelos dois lados.

O ponto de discordância se encontra, como anotado, nas estratégias políticas de prevenção. É o fator nuclear que nos leva a analisar essas relações.

Um dos fatos marcantes para a análise das relações entre a Igreja e o governo são a campanha e a divulgação do vídeo “Perdão”⁶². O slogan da campanha é referência à posição da Igreja Católica contra a camisinha, manifestada pelo cardeal colombiano Alfonso López Trujillo, presidente do Conselho para a Família do Vaticano. O vídeo exige da Igreja responsabilidade diante das vítimas da AIDS. O ponto de conflito surge quando é feito um pedido de abertura de inquérito civil, pela Arquidiocese do Rio, para impedir a exibição do vídeo⁶³. Diante dessa situação, o Programa Nacional de DST e AIDS divulgou carta aberta⁶⁴ na qual lembra: 1) O princípio democrático do Estado e a participação de uma parcela da própria Igreja na construção da democracia

⁶² O vídeo, parte da campanha “Pecado é não usar”, contra a posição da Igreja católica sobre a AIDS, foi produzido pela ONG de profissionais do sexo Davida, Fórum de ONG/AIDS de São Paulo, Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+) e Grupo Gay da Bahia (GGB). A campanha foi apoiada pela Articulação Nacional de Luta contra a AIDS, que reúne mais de 500 ONGs/AIDS de todo o país. O vídeo foi criado por Flávio Waiteman e produzido pela Lux Filmes, de São Paulo. Em poucas frases apresenta seu conteúdo: “Depois de séculos, a Igreja pediu perdão pela Inquisição”; “depois de décadas, a Igreja pediu perdão aos judeus por ter se calado frente ao nazismo”; “quanto tempo vai levar para a Igreja pedir perdão pelas vítimas da AIDS?”. A última cena mostra uma camisinha e o slogan da campanha: “Pecado é não usar”. Imagens de celas da Inquisição, de campos de concentração, de Hitler e de vítimas da AIDS ilustram o filme.

⁶³ O principal argumento da Arquidiocese do Rio para obter a proibição do vídeo era que se comparava a Igreja Católica ao regime nazista. O juiz Sérgio Jerônimo Abreu da Silveira, da 4ª Vara Cível do Rio, escreveu em sua decisão: “Teve este juízo a oportunidade de assistir à fita, entendendo que o programa levado ao ar não objetivou comparar a Igreja Católica com o regime nazista”. Atualmente o processo está em andamento, em segredo de Justiça.

⁶⁴ A carta foi publicada no dia 08/12/03 com o título: Posição do Programa Nacional de DST e AIDS frente à proibição de divulgação de campanha da Sociedade Civil e assinada pelo Programa Nacional de DST/ AIDS - Ministério da Saúde

brasileira - “Estamos em um país democrático, democracia esta que parcela da própria Igreja ajudou a construir, com a coragem de religiosos como dom Paulo Evaristo Arns e inúmeros outros”; 2) Resgata a Constituição, como a Carta Magna, sob a qual deve existir o Estado - “Temos uma Constituição que defende as liberdades fundamentais como direito inalienável”; 3) Enfatiza a relação entre essas liberdades fundamentais e a “livre manifestação do pensamento e a liberdade de credo”; 4) Declara a neutralidade do Estado e do governo brasileiro frente à religião:

“O governo brasileiro não discute os dogmas e valores morais e individuais; seria um erro uma política pública baseada no respeito à universalidade, à diversidade e na realidade cultural da sociedade preconizar condutas que não são compartilhadas por todas as pessoas”; 5) Declara e justifica o porquê de não estar de acordo com a proposta de prevenção da Igreja Católica ao vírus HIV/ AIDS - “As estratégias (abstinência e fidelidade conjugal) são inadequadas enquanto política de saúde pública para a prevenção do HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis”;

6) Sobre a relação com a Igreja Católica expressa respeito e reconhece sua contribuição na luta contra a AIDS - “Respeitamos a Igreja Católica, reconhecemos a contribuição que ela tem dado na luta contra a AIDS no Brasil”; 7) Lembra o papel do Estado como protetor dos direitos dos cidadãos - “É papel do Estado garantir a saúde física de todos os cidadãos”; 8) Critica fortemente o uso de recursos teológicos, como estratégia usada pela Igreja para fazer prevalecer sua posição e questionar as determinações baseadas em recomendações da OMS para a prevenção, não somente da AIDS, como também das doenças sexualmente transmissíveis:

“No entanto, a Igreja erra quando, para fazer valer o seu ponto de vista teológico, lança dúvidas sobre verdades científicas há muito comprovadas, pondo em risco a vida de pessoas que, por obediência religiosa, acabam se descuidando. Quando lidamos com vidas humanas não temos o direito de errar”;

9) Deixa claro que a verdade deve prevalecer como um princípio fundamental por parte do Estado na sua relação com os cidadãos, ou por parte da Igreja na sua relação com os fiéis. Entende que a Igreja mente quando divulga publicamente que o preservativo não protege. Para isso é importante que cada um tenha claro qual é o seu papel. E a carta define o papel das religiões - “Tentar melhorar a saúde espiritual do Planeta”.

A CNBB⁶⁵, em reação ao documento, fez um pronunciamento escrito⁶⁶, no qual usa como argumentos: 1) Seu “empenho na prevenção, no acolhimento, no tratamento e na assistência a pessoas afetadas pelo vírus da AIDS e na superação de preconceitos diversos em relação a essas pessoas”; 2) Reconhece o papel da ciência e da técnica na definição da eficácia dos preservativos: “A Igreja deixa à ciência e à técnica o juízo sobre a eficácia dos diversos tipos de preservativos destinados à prevenção e ao combate da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis”; 3) Cataloga como honesto seu papel de divulgar

⁶⁵ CNBB – A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL é uma instituição que congrega os bispos do Brasil. Tem como objetivos: manter e aprofundar a união entre os próprios bispos; estudar assuntos de interesse para a Igreja no Brasil, a fim de obter uma ação pastoral mais organizada; deliberar em assuntos de sua competência, que estejam de acordo com o direito comum; manifestar a comunhão com a Igreja do mundo inteiro, por meio da comunhão e colaboração com a Igreja de Roma e outras conferências episcopais; manter relacionamento com os poderes públicos, para o bem comum.

⁶⁶ No dia 9 de dezembro de 2003, a CNBB publicou em Brasília a Declaração da presidência da CNBB sobre a "Carta aberta" do Programa Nacional de DST e AIDS, do Ministério da Saúde. Assinada pelo cardeal Geraldo Majella Agnelo, presidente da CNBB, e dom Antônio Celso de Queirós, vice-presidente da CNBB.

que os preservativos não são 100% seguros, e divulgar outros métodos possíveis para a prevenção:

“Julga ser honesto, em relação aos usuários, avisar que os preservativos não são 100% seguros, e também admitir que há outros métodos eficazes para evitar a transmissão da AIDS e de doenças sexualmente transmissíveis”;

4) Defende seu papel “propositivo” e não impositivo com a sociedade, e não aceita o que denomina “a demonização preconceituosa de suas convicções”; 5) Recusa o que considera a “imposição, à sociedade, de um pensamento oficial e único sobre a matéria em questão”; 6) Defende seu lugar como parte de uma sociedade democrática quando recomenda às pessoas comportamentos moral e socialmente responsáveis - “Entende que essa sua atitude é correta e socialmente responsável, e que é seu direito e dever, num país democrático e pluralista, falar abertamente de suas próprias convicções à sociedade”; 7) Reafirma sua posição frente à política de prevenção:

“A Igreja é contrária ao uso dos preservativos como método de prevenção contra a AIDS, não somente por razões de ordem moral (dogmática), mas por motivos educativos e pedagógicos, que estão na ordem da racionalidade”;

8) Considera que os argumentos morais são relevantes para entender o significado antropológico da sexualidade humana; 9) Reafirma a sexualidade humana a partir do seu modelo tradicional:

“uma dimensão da pessoa é chamada à comunhão interpessoal, ao dom recíproco de um homem e de uma mulher, à elaboração comum de um projeto de vida destinado a durar no tempo e aberto a gerar filhos e a educá-los, gerando, ao mesmo tempo, um povo, uma história, ambientes de afetividade e de solidariedade recíproca, na responsabilidade partilhada diante da vida, nas suas diferentes circunstâncias”;

10) Expressa sua preocupação com a distribuição sistemática de preservativos nas escolas da rede pública de ensino porque poderia ser entendido como um “incentivo ao exercício, sem limites e sem critérios, da sexualidade”.

Os dois documentos são referencial importante para serem analisadas as relações. Mostram explicitamente as posições, os pontos comuns e as divergências.

Há o reconhecimento do compromisso de parcela da Igreja Católica no combate ao vírus HIV/AIDS, e a ciência como referencial último sob (sob!) o qual se deve guiar o Estado.

A importância da democracia enfocada sob diferentes perspectivas: o governo reconhece a contribuição da Igreja na construção da democracia brasileira, regendo-se, entretanto, por uma Constituição que afirma a neutralidade do Estado frente aos argumentos religiosos; a Igreja Católica recorre a princípios democráticos para defender seu lugar como parte de uma sociedade democrática.

Por parte da Igreja, há divergências em relação aos argumentos morais nas discussões sobre HIV/AIDS. E o governo critica os recursos teológicos usados pela Igreja como estratégia para fazer prevalecer os argumentos. O centro da divergência está na divulgação do uso do preservativo como um dos métodos mais eficazes para frear a disseminação do vírus HIV/AIDS. O Programa Nacional de AIDS, seguindo a OMS, recomenda o uso dos preservativos (camisinha masculina e feminina) para a proteção contra a AIDS. A fidelidade e a abstinência não poderiam ser propostas como política pública, pois seriam ignorados a realidade cultural e os direitos de cada pessoa fazer escolhas em relação à sexualidade; já a Igreja considera que a

abstinência e fidelidade são métodos tão eficazes e seguros como o preservativo, e precisam ser divulgados.

Ponto significativo no debate é o uso de princípios verdadeiros que devem nortear as discussões: o governo, por meio do Programa Nacional de AIDS, considera que a Igreja mente quando divulga que o preservativo não protege; já a Igreja afirma que sua atitude é honesta quando divulga que o preservativo não é 100% seguro.

A esse respeito Diniz argumenta:

“Quando ultrapassa o escrutínio da ciência, como comprovadamente eficaz... não importa o índice, se 95, 98 ou 100%... como instrumento comprovadamente eficiente para prevenção e para que as pessoas tomem decisões de cuidados sobre sua própria vida e sobre a vida das pessoas ao seu redor, ela passou para aquilo que é o pressuposto para o debate científico e para decisões de Estado”⁶⁷.

A Igreja Católica reafirma: a heterossexualidade é o modelo normativo da sexualidade, e a procriação a contribuição das pessoas para a criação de um povo e a continuidade da história.

Os dois documentos levantam pontos interessantes de análise. Por exemplo, é preciso assinalar as tendências atuais, em âmbito mundial, de reconhecimento político da presença das religiões nos eventos fundamentais das sociedades modernas - pode ser conferido no que foi apontado nos itens anteriores. No caso do Brasil, deve-se, em grande medida, ao fato da sociedade civil ser protagonista nos debates públicos e na elaboração das

⁶⁷ Débora Diniz - Departamento de Política Social da Universidade de Brasília. Conferencia apresentada no seminário AIDS e Religião com o título Bioética e Direitos Humanos.

políticas públicas. Como bem analisa Burity, nesse contexto nos encontramos: a Igreja discute as políticas em torno do HIV/AIDS em quase todo o mundo:

“Assim, a inclusão de novos atores na formulação e implementação das políticas públicas, ouvindo-os, institucionalizando sua participação e legitimando parcialmente suas demandas (sejam as substantivas, sejam as de adoção de procedimentos e metodologias participativas na gestão das políticas), articulava-se à transferência a estes de responsabilidades públicas. “Fazer” passou a ser não só um índice da eficiência e senso de iniciativa da sociedade – que não poderia mais “esperar pelo Estado” – como um ônus da prova para a factibilidade das propostas vindas da sociedade civil e mesmo uma condição para que esta fosse levada a sério. Quem “faz” sabe melhor, mostra que suas propostas funcionam, demonstra estar “antenado” com o mundo e merece mais atenção. Quem “não faz” é um crítico estéril, um imobilista, um atrasado” (Burity, p. 48, 2003)

Questão importante para a análise está na constatação de que, no interior da própria instituição católica, existe pluralidade de práticas e de discursos no campo do HIV/AIDS - como já havia sido anotado. A diversidade tem reflexos nas relações com o governo. O grupo majoritário, o qual se articula com os programas do governo, inclui-se na ala da Igreja denominada “progressista”, ou seja, pessoas que têm posição diferenciada e crítica frente às posturas mais conservadoras da ala majoritária da Igreja. Mas mesmo nesse grupo crítico, existem discursos e práticas diversas. Como podemos verificar na entrevista de Paula:

“Então, se um padre está fazendo um trabalho, e há padres fazendo um trabalho de prevenção nas comunidades, inclusive trabalho de concepção e contracepção, não vamos colocar esse padre em uma mesa, porque, a não ser que ele queira, porque meu interesse é o combate da epidemia, não é

mudar a postura institucional dele, então, eu não vou expor, para que seja punido. Agora se ele quiser falar abertamente, é uma outra conversa, e a gente sabe da história de padres que abriram essa possibilidade, que trabalharam, e a hora que souberam do trabalho, tiraram ele daquele espaço” (Paula, coordenadora do GT religiões)

No que se refere ao governo, representado no Programa Nacional de AIDS, constata-se interesse no trabalho com grupos religiosos. São promovidos seminários nacionais, existem grupos estaduais de trabalho com religiões, financiamento feitos por entidades religiosas para projetos sobre AIDS, materiais de divulgação sobre AIDS e religião etc.

A coordenadora do grupo de trabalho com religiões em São Paulo comenta esse interesse:

“Esperar que mude uma postura institucional para fazer isso, a epidemia não espera a mudança da postura institucional, a gente optou por trabalhar com as pessoas que estão trabalhando,... A gente não tem essa pretensão, de convencer, a gente quer somar. Em todas as denominações religiosas há as pessoas que aderem à proposta, e há pessoas que não aderem. A algumas posturas religiosas a mídia dá destaque, a outras não. Eu não vou, em momento nenhum, comprar a idéia de que não se pode usar camisinha, eles sabem isso, mas há determinados grupos que dizem assim: eu não posso trabalhar com isso, mas eu posso trabalhar, por exemplo, com pré-natal”. (Paula, coordenadora do GT religiões).

A entrevistada relata como o governo percebe a forma de a Igreja Católica trabalhar com a comunidade: proximidade com as pessoas, laços afetivos, respeito, importância da figura do sacerdote dentro da comunidade. Dados que permitem avaliar positivamente o quanto é pertinente se inserir

nesses grupos. No que se refere à AIDS, é necessário entender e conhecer a vida das pessoas em seu cotidiano. Ninguém melhor que o padre sabe disso:

“A gente vai trabalhar facilitando e procurando melhorar a ação lá da ponta, que atinge muito mais o cotidiano das pessoas que estão próximas, que as posturas institucionais mais macro; lógico que as pessoas sabem quais são as posturas institucionais macro, mas elas não têm vínculos afetivos com essa coisa maior, elas têm vínculo afetivo com o seu sacerdote, que está ali com ela, com a família dela, que dá carinho, que as repreende, dá apoio. E é esse que ela vai escutar; a hierarquia está muito longe, muito longe do cotidiano das pessoas, e da vida das pessoas. Temos trabalhado bem isso, respeito à figura do sacerdote, respeito à comunidade, aos valores dessa comunidade, e tudo soma”. (Paula, coordenadora do GT religiões).

Chama a atenção o fato de as divergências não levarem à ruptura do governo com a Igreja Católica, pois há muitos pontos de interseção, que dão solidez à relação.

Também pode-se constatar, na entrevista de Paula, o horizonte do Estado laico, que desvia as discussões de caráter moral e religioso do preservativo para o campo das necessidades pessoais. O Estado orienta, portanto, o debate sobre a AIDS, deixando de lado as questões religiosas, dando respostas adequadas no campo da saúde pública.

Para algumas lideranças religiosas, o compromisso com a AIDS é um dos desafios da Igreja, forma de expandir o compromisso além das fronteiras da própria organização religiosa.

No trabalho sobre AIDS feito em comum - instituições governamentais e membros da Igreja -, mais que relações de tensão e

desafios, há a vontade de procurar potencialidades que favorecem os resultados positivos.

Para a Igreja, mesmo discordante da política de prevenção, a participação lhe garante mostrar que o Estado precisa da sua ajuda, e que a instituição tem papel social reconhecido e legitimado pelo próprio Estado. Com ou sem a presença do governo, consegue ter legitimidade e penetração na vida cotidiana das pessoas.

A Igreja “aproveita” as fragilidades do Estado para divulgar valores e idéias. A presença das diversas Igrejas no combate à AIDS legitima e fortalece as ações do Estado, pois, como demonstraram pesquisas internacionais e nacionais, as religiões têm maior credibilidade que os governos e os políticos. É reconhecida a preocupação mundial da Igreja em dar resposta ao drama da AIDS. Para isso, participa e organiza eventos, ecumênicos e não ecumênicos, nos quais se debate o tema. O que, sem dúvida, revela mudança de estratégia a partir da instituição.

A disseminação do vírus HIV/AIDS é, inegavelmente, grande preocupação em todo o mundo. Em decorrência, há a criação, pela ONU, de comissões específicas para o planejamento de congressos, encontros intergovernamentais, investimentos em pesquisas e criação de políticas específicas.

Tem-se, muitas vezes, imagem negativa da Igreja a partir de suas posições acerca das políticas de prevenção. Posições sempre questionadas, especialmente por estudiosos e pesquisadores que se contrapõem aos métodos de prevenção defendidos pela instituição religiosa. A situação leva a Igreja a ser vista, apesar de parceira, como obstáculo para os responsáveis

pela implementação de políticas sobre AIDS. As posições oficiais são mesmo contraditórias à imagem de instituição defensora da vida.

A Igreja percebe os impactos negativos que causa sua postura sobre a prevenção. Por isso investe, maciçamente, na assistência aos portadores. Ainda que não mude sua posição, a entrega e a disposição de suas estruturas para a assistência fazem com que a contribuição seja fundamental. Talvez seja uma das razões pelas quais atua com extrema dedicação na área do HIV/AIDS.

Tem-se a impressão que ao Estado não interessa o debate de idéias implementadas por práticas católicas que contradizem a política do Programa Nacional de AIDS. A ele bastam os resultados, pois defende mecanismos eficazes, e nisso é a Igreja parceira confiável.

Vale enfatizar que, até hoje, a política do Estado não se pauta pela posição da Igreja Católica. Ainda que a proposta do ABC seja ponto de pauta para os próximos eventos, nada demonstra que será implementada, pois os resultados obtidos pelo governo têm sido efetivos, como demonstram as pesquisas.

Mas se apesar de tudo, o governo considera que é importante a relação, isso se deveria ao fato de que a não participação da Igreja tiraria a legitimidade política do Estado na área. A instituição religiosa tem trabalho intenso de assistência aos portadores do vírus HIV/AIDS, e bem avaliado.

Sobressai, especialmente, a instituição que pode oferecer infraestrutura às políticas do governo. Essas motivações podem ser encontradas nas pessoas ligadas à Igreja.

O governo, por sua vez, também “aproveita” as divergências internas da Igreja, como disse a Paula, na entrevista. Isso demonstra que a maioria das lideranças apresenta poucos problemas ao governo, pois se mantêm em silêncio, mesmo discordando das propostas da Igreja. Quando essas lideranças aparecem publicamente, a Igreja toma atitude pouca dialógica. O trabalho silencioso das lideranças religiosas é fortemente explorado pelo Estado.

A estratégia política usada pelo programa de AIDS é não buscar o confronto, mas o diálogo, explorando potencialidades. Conforme Paula justifica, o motivo pelo qual o governo se une aos grupos religiosos são as respostas às necessidades pessoais. Respostas que neutralizam as tensões da relação.

Como demonstram os documentos, o Estado reage quando pressionado pela sociedade civil, que o obriga a posicionar-se diante das propostas da Igreja. O Estado não se confronta diretamente com a Igreja. Afinal, no caso em questão, os benefícios trazidos pela Igreja são maiores que os perigos.

Torna-se importante retomar o pensamento de Blancarte (2001). Afirma que o desafio do Estado leigo se dá quando as instituições políticas que o compõem enxergam, cada vez com mais acuidade, a religião como elemento de legitimação e integração social. Ou seja: a ameaça não vem das religiões, mas do próprio Estado, que busca legitimidade nas religiões.

Deve-se atentar para a opinião de uma entrevistada, representante da sociedade civil:

“O governo tem como uma das suas funções a discussão e implantação de políticas que respondam às

necessidades das pessoas e a de mobilizar e colocar à disposição sua infra-estrutura. Tenta cumprir suas metas como governo, cumprir o seu papel como gestor. Agora, tem que ter cuidado sobre qual é a área de interseção, para que um não se meta nos assuntos de outro. A religião tem a sua verdade, ela cuida do futuro, do bem-estar, não dá conta das exigências complexas das pessoas. A sociedade civil tem que puxar uma discussão a partir da própria sociedade civil, sobre essas relações com a Igreja. Cada segmento deveria discutir esses assuntos, pois é importante a participação dos diretamente envolvidos. Sou uma mulher portadora, e acho isso.” (Juçara Portugal)⁶⁸.

O impasse passa a existir quando a Igreja tenta controlar a vida privada do indivíduo, o que está explícito nos documentos e entrevistas:

“Só os homossexuais sabemos o que significa a fala da Igreja contra nós. Tudo bem, temos que aproveitar sua boa vontade de juntar-se a todos nós e colocar à disposição tudo o que tem para combater a epidemia da AIDS. Mas, por favor, não tente se meter na nossa vida, com os seus dogmas. Isso não vamos aceitar. O programa tem o dever de reforçar sua política sobre o uso do preservativo” (Edílson Ricardo, mov. Gay de Alagoas)

Quando estão em jogo valores e opções de vida, o discurso secular aparece fortemente entre os implicados. Interpelados por estes os representantes do governo, assumem uma posição pública.

É fundamental a análise de Diniz (2006), ao afirmar ser necessário reconhecer o Estado brasileiro como democrático e laico. Mas a laicidade deve ser entendida como neutralidade moral e não pluriconfessionalidade. Ou seja, o Estado brasileiro reconhece, promove e protege a diversidade de religiões, e

⁶⁸ Juçara Portugal Santiago. Representante do capítulo brasileiro da comunidade internacional de mulheres vivendo com HIV/AIDS/ ICW/ Brasil.

não se confunde com as pautas morais dessas religiões. O enfoque, desafiador, mostra o marco ou linha divisória no entendimento das relações entre Igreja Católica e o Programa Nacional de AIDS.

Percebe-se que as tensões em torno das evidências científicas dos métodos propostos ficam diluídas, quando o governo põe em prática o princípio de laicidade do Estado, entendendo que deve fundamentar as decisões da saúde em evidências científicas e não em crenças religiosas. Débora Diniz completa a análise:

“Para o Estado brasileiro, o uso da camisinha não é fenômeno moralmente neutro. Reconhece-se, por evidências científicas, sua importância para a prevenção da epidemia, para cuidados reprodutivos ou mesmo planejamento reprodutivo. Ou seja, a camisinha é valorada pelo Estado brasileiro como instrumento de prevenção e cuidados em saúde pública. O Estado laico não é neutro diante da camisinha. Valora-se a sua descoberta, produção e distribuição pela população” (Diniz, 2006⁶⁹).

Ambas as partes silenciam-se em torno da sexualidade, base do conflito sobre o uso do preservativo. O tema reaparece quando a sociedade civil o recupera como essencial à análise do problema.

Deve-se enfatizar que a sociedade civil não é um todo homogêneo, acima dos conflitos e desafios. Também nela residem contradições e ambigüidades, ou, como afirma Vargas (1996), permeiam-na conteúdos autoritários, conservadores, sexistas, racistas, classistas e homofóbicos.

⁶⁹ Débora Diniz - Departamento de Política Social da Universidade de Brasília. Conferência apresentada no seminário AIDS e Religião, no dia 7 de julho 2006, com o título Bioética e Direitos Humanos. Texto gravado e transcrito.

A relação de parceria entre Igreja e governo, na qual se neutralizam os pontos de conflito em função de um objetivo comum, pode responder às lógicas diferenciadas entre uma modernidade, que tem como características a diferenciação e autonomia das diferentes esferas sociais, e uma concepção de democracia, que pressupõe o direito de todos participarem em igualdade de condições.

As mulheres e os homossexuais enfatizariam com maior intensidade o ideário da modernidade. O desafio está nas relações com uma instituição religiosa que, como já analisado, fundamenta sua doutrina e estrutura organizativa em concepções divergentes dos direitos conquistados principalmente pelas mulheres e homossexuais. Pateman (1996), a esse respeito, afirma que a distinção entre público e privado tem constituído, física e simbolicamente, a expressão e a reprodução da demarcação genérica que eliminam os temas considerados privados da discussão no público.

São pertinentes as análises de Vargas (1999). Ressalta que as percepções iniciais dos feminismos coincidiam em afirmar o Estado como entidade homogeneamente patriarcal:

“El estado, mas allá del aparato estatal o el sector público, es también un conjunto de relaciones sociales que establece cierto orden em um territorio determinado, que lo respalda com uma garantia coercitiva centralizada. A través de um orden legal, el cual no es igualitário ni socialmente imparcial, sino que respalda o ayuda a reproducir situaciones de poder que son asimétricas, legitimadas por la dimensión ideológica de la unidad nacional” (Vargas, p. 2, 1996).

A relação entre AIDS, Igreja Católica e governo não está determinada somente pela boa vontade dos interessados, nem são aleatórias.

Mas perpassadas por contradições, ambigüidades e interesses em torno da democracia, Estado, entidades religiosas e entendimento do papel da sociedade civil.

Mas cabe desafio maior ao Estado, pois tem a obrigação de garantir os direitos conquistados pelos cidadãos. No tocante à AIDS, ainda que as relações com a Igreja Católica provoquem nos cidadãos bem-estar maior, o Estado deve rebater e contestar argumentos religiosos, sem justificativa científica, que significam risco aos indivíduos.

Relações com entidade religiosa dão ao Estado caráter especial, seja pela história, doutrinas ou interesses. Cada segmento da sociedade civil tem papel fundamental.

Como analisa Raldo no trecho a seguir, um dos problemas principais nas duas instâncias tem a ver com as relações de poder presentes em ambas. Como enfatiza Machado (1981), há uma prática social constituída historicamente e, como tal, presente no Estado e na Igreja Católica:

“A dimensão problemática é a do Poder, pois é neste terreno que as questões começam a surgir e criam dualidades sociedade/Igreja ou Estado/Igreja. A dualidade é imposta pela luta de poder. Na sociedade brasileira ocorrem estes dois movimentos, e a AIDS os tem desvelado, em especial no campo da moral. Vide a abstinência e a fidelidade ante a AIDS como dividem a verdade. O Estado quer que a Igreja abandone estes princípios no discurso da prevenção em nome da verdade científica. A Igreja os mantém como princípio de uma verdade espiritual. É uma luta equivocada, ou melhor, é pura luta de poder: quem manda mais nas subjetividades dos cidadãos/fiéis? O Estado sabe e a Igreja também, que a pregação sobre abstinência e fidelidade nunca foi internalizada pela sociedade brasileira. O Estado sabe, por meio de

pesquisas (o PN-DST/ AIDS), que os escolares escutam em primeiro lugar o que a medicina diz, e neste aspecto a Igreja ocupa um lugar secundário em relação aos profissionais de saúde. A parcela da Igreja que trabalha com AIDS tem tido muito sucesso quando a inclui na sua ação missionária, e aí vamos encontrar efetividade e experiências originais que fazem diferença na atenção e prevenção da epidemia de HIV e AIDS".(Raldo Bonifácio Costa Filho- consultor do PNDST/AIDS)

Na entrevista encontra-se assunto importante para a nossa discussão: a moral e a sexualidade seriam o campo no qual o Estado e a Igreja⁷⁰ mediriam forças na luta pelo poder. O controle da sexualidade seria uma das funções não somente da religião, mas também do Estado, para manter o poder.

É adequada a discussão de Blancarte (2001). Afirma que a Igreja não se acostuma a atuar como associação independente e voluntária, mas sempre tem tentado permanecer dentro do Estado, procurando proteção para crescer. O compromisso diante do drama da AIDS e suas relações com o Estado seriam área propícia, que permite à Igreja comunicar-se com a sociedade a partir de suas perspectivas. Porém, essa comunicação se dá permeada por contradições, recusas e aceitaçãoes. Mas é espaço privilegiado que a legitima ainda mais na sua ação política.

A análise de Blancarte mostra as relações de “aproveitamento” da Igreja frente ao Estado, como busca de proteção para seus objetivos. Essencial

⁷⁰ Parece-me interessante a análise que Machado (1981) faz sobre a compreensão de poder em Foucault. Esta compreensão se torna adequada na medida em que, tanto a Igreja como o Estado, são duas esferas da sociedade que defendem interesses para sobreviver. Não se pode considerar que o Estado seja a fonte de todo poder, ou seja, o Estado não é a expressão totalizadora de todos os poderes. Não obstante, Foucault não pretendia minimizar o papel do Estado nas relações existentes, senão ir contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, negando as redes de poderes existentes na sociedade moderna, sem que, necessariamente, venham do aparato do Estado (Machado, 1981, p.13).

a análise de Mainwaring, (1989) ao dizer que uma Igreja se constitui a partir da fé que professa, mas como instituição, tem que defender seus interesses, especialmente os ligados à sua unidade e posição em relação com as demais religiões, influência na sociedade e no Estado, número de adeptos e situação financeira.

A análise ajuda a entender a atuação de qualquer religião dentro da sociedade, e as ambigüidades que enfrenta, como instituição, na dualidade interesses/missão. As instituições, ao se preocuparem com a própria preservação, freqüentemente adotam métodos contraditórios à mensagem religiosa inicial.

O Estado brasileiro, em se tratando de políticas públicas, a ele cabe recusar propostas em desacordo com seus princípios. Deve fazer prevalecer suas fontes de referência, a conclusão do saber científico, para as determinações.

A AIDS também faz divergirem as determinações da ciência e da religião. Mas a opção pela ciência é o sinal de sua centralidade como saber secularizado. A religião perde seu lugar frente ao Estado como elemento de referência em suas conclusões fundamentais.

Em relação à Igreja, cabe ao Estado determinar essas relações, “lembrando” à Igreja o seu lugar. Mas, por outro lado, mesmo se definindo como “laico”, o Estado deve levar em conta as características religiosas da sociedade. Não cabe ao Estado definir-se pelo pensamento e proposições éticas e morais de determinada religião, mas ser sensível às realidades presentes na sociedade - religiosa, não religiosa, de tipo cultural, costumes - sempre e quando não entram em contradição com os princípios constitucionais.

A entrevista de frei Luiz Carlos mostra como os fiéis católicos se percebem como cidadãos e religiosos dentro de uma sociedade laica:

“O Estado brasileiro é, pela sua Constituição, um Estado laico. Isto não significa que as questões religiosas sejam indiferentes ou não façam parte do cotidiano das pessoas que constituem esse mesmo Estado. Embora seja um religioso, sou um cidadão com direitos e deveres, por isso devo exercer meu direito de intervir nas políticas públicas e no controle social, pois faço parte da sociedade e contribuo com os impostos, recurso que deverá ser colocado para o bem de todos. Isso quer dizer que sou um cidadão religioso. Pauto-me pelas leis que regem o conjunto da população brasileira, mas me oriento pelos critérios que vêm da fé. Eles não são contraditórios. Antes, à própria ética religiosa corresponde um compromisso social e, por isso, de participação na construção da sociedade. A responsabilidade no campo da saúde é do Estado, mas num estado democrático e representativo das forças sociais é questão de sabedoria considerar as religiões como parceiras na ação” (Frei Luiz Carlos Lunardi, assessor da Pastoral DST/AIDS – CNBB)

A AIDS está permitindo, especialmente nos atores diretamente envolvidos na solução do problema - governo e Igreja Católica -, delimitar, com bastante clareza, o lugar de cada um na abordagem da epidemia.

Os próprios católicos reivindicam do Estado a necessidade de serem levados em conta o ethos religioso da sociedade e os interesses de cada pessoa com quem trabalham. Há a necessidade do Estado ser eficaz no combate à epidemia.

À Igreja não é negada a participação dentro da democracia brasileira, mas sua participação é ambígua, pois a epidemia da AIDS se encontra em um terreno bastante complexo e difícil de lidar: a sexualidade

humana, carregada de crenças, mitos, preconceitos, repressões, desigualdades de gênero e de raça.

Há maturidade em quem lidera as relações. Não se perde de vista o papel do Estado e os limites quando se trata de convergências e divergências com uma religião como a católica, que historicamente relaciona-se – e o influencia - com o Estado brasileiro.

Não se pode deixar de mencionar o papel da sociedade civil, indicador para medir como são aceitas as propostas da Igreja Católica. É da sociedade civil que vem a maior desconfiança sobre as propostas da Igreja.

O conflito localiza-se nas estratégias políticas de prevenção. Não obstante, quando se evidencia o conflito, o governo assume e divulga publicamente o seu posicionamento, deixando explícitas as divergências.

Porém, como a articulação principal se faz por meio dos grupos críticos às propostas oficiais da Igreja - grupos dissidentes – ambas as partes silenciam estrategicamente quando se trata de conflitos. Para os grupos dissidentes, o trabalho silencioso não os colocaria em risco e em confronto público com a instituição eclesial. O governo beneficia-se desse silêncio, pois seu interesse localiza-se na cooperação da Igreja com seus projetos. O trabalho com as dissidências deixa em aberto que as probabilidades de mudanças e articulação com as Igrejas, conforme Vaggione ressalta (2004), surgem das relações com esses grupos.

A relação entre AIDS, Igreja Católica e governo não está determinada somente pela boa vontade dos interessados, nem são aleatórias. Mas é uma relação perpassada por contradições, ambigüidades e interesses

em torno das democracias, dos Estados, das entidades religiosas e do entendimento do papel da sociedade civil.

Existe política pública com estratégias definidas para frear a epidemia da AIDS. O governo, ainda que conhecendo a posição divergente da Igreja Católica, a convoca a contribuir para a realização das metas do seu projeto de ação, seguindo suas definições. Porém, a convocação fortalece a Igreja. Mesmo indiretamente, a ela oferece espaço e legitimidade para divulgar a sua posição sobre a AIDs.

O problema surge porque as propostas de prevenção da Igreja Católica não têm ressonância e acolhida por parte da sociedade. A debilidade causa efeito inesperado: a Igreja se sente desafiada a repensar a própria posição.

No caso da AIDS, os posicionamentos públicos da hierarquia católica trazem questionamentos à própria Igreja, o que possivelmente contribuirá para se ver obrigada a reavaliar o conteúdo.

O desafio continua nas mãos do Estado: tem que velar para as propostas dos “convidados” não entrarem em choque com os princípios definidos.

CAPITULO III

CÉLULAS TRONCO - IGREJA CATÓLICA E PROJETO LEI DE BIOSSEGURANÇA (LEI 11.105/05)

Este capítulo tem como finalidade apresentar como a Igreja se apresenta na esfera pública a partir dos debates realizados no Congresso Nacional sobre a votação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/05), que previa a regulamentação e estabelecimento de regras para a pesquisa, cultivo e comercialização dos organismos geneticamente modificados (OGM), entre eles as células-tronco e os alimentos transgênicos.

Mais especificamente nos interessa como a Igreja Católica intervém nos debates para a aprovação das pesquisas em torno das células-tronco. Como se verá adiante, é assunto que traz à tona as divergências em torno do que se considera vida e seu início. Temas que, postos na esfera pública, levantam acirrados debates.

Assunto no qual a Igreja se sente chamada a intervir, relacionado às concepções do que é vida. Nos critérios da Igreja, deve prevalecer a defesa incondicional da vida e da dignidade humana e, portanto, qualquer lei deve estar embasada em critérios éticos e morais que a respaldam.

A análise deste capítulo baseia-se em pesquisa realizada em jornais, sites do governo, da Igreja Católica (Vaticano e CNBB), e órgãos vinculados às pesquisas com células-tronco, os quais publicaram documentos e entrevistas de pessoas ligadas ao assunto.

Serão privilegiados, especialmente, documentos e entrevistas nos quais se revelam articulações entre a Igreja e o Congresso Nacional, como também as posições envolvidas no tema, e a participação da Igreja Católica.

Tentar-se-á detectar quais os critérios seguidos pela Igreja para se fazer presente no Congresso Nacional, quais mecanismos usa para se articular com os congressistas, e como deputados e senadores justificam a aliança com a Igreja no debate.

1. INTRODUÇÃO AO TEMA

Alguns esclarecimentos são necessários, principalmente os relacionados ao Projeto Genoma Humano e à Clonagem, assuntos ligados ao estudo da Genética e que têm recebido visibilidade e centralidade na discussão pública.

O termo genoma Raskin (2004)⁷¹ refere-se ao conteúdo total de material genético de um organismo, seja uma bactéria, vírus ou ser humano. Jornada de pesquisas, iniciada em 1988, em centenas de laboratórios espalhados por mais de 20 países, teve como objetivo decifrar o genoma humano, e foi denominado Projeto Genoma Humano (PGH).

O primeiro passo para atingir o objetivo aconteceu com a descoberta da seqüência do genoma humano, ou seja, a determinação da ordem exata dos 3 bilhões de bases nitrogenadas que o compõem. Essa seqüência tem aproximadamente 99,9% de similaridade em todos os humanos. A revelação dessa seqüência à comunidade mundial ocorreu em 12 de fevereiro de 2001,

⁷¹ Raskin Salmo. A Conquista Do Genoma Humano. Membro do Human Genome Organization (HUGO). Informação obtida no site <http://www.genetika.com.br/midia/nutrição.html>

resultado da soma de esforços de iniciativas isoladas de pesquisadores e dez anos de colaboração científica internacional, coordenada pelo Human Genome Organisation (HUGO).

Em junho de 2000, os líderes do grupo público (PGH) e do privado (Celera) de pesquisadores, respectivamente Francis Collins e Craig Venter, concordaram em revelar juntos que haviam praticamente concluído as tarefas. Utilizaram duas das mais importantes revistas científicas internacionais, a Science, que publicou a seqüência obtida pela Celera, e Nature, que por sua vez publicou a seqüência obtida pelo PGH.

As seqüências obtidas pelo PGH e pela Celera são extremamente parecidas. Todas as estimativas efetuadas por especialistas quanto ao número de genes da espécie humana giravam em torno de 100 mil. Porém, o número de genes encontrados por ambos os grupos de pesquisa do genoma humano foi de 30 mil, ou seja, 1/3 do normalmente estimado.

Mais polêmica que o Projeto Genoma Humano, a clonagem tem causado intenso debate na sociedade brasileira, principalmente quando essa técnica, já empregada em bactérias, plantas e animais, passou a vislumbrar o ser humano. A clonagem é basicamente uma forma de reprodução assexuada (sem a união do óvulo e do espermatozóide), da qual se originam indivíduos com genoma idêntico ao do organismo provedor do DNA.

Segundo Barata (2001), *“a idéia de clonagem surgiu em 1938, quando Hans Spermann, embriologista alemão (Nobel de Medicina de 1935), propôs um experimento que consistia em transferir o núcleo de uma célula em estágio tardio de desenvolvimento para um óvulo”*. Em 1952, Robert Briggs e Thomas King, da Filadélfia, realizam a primeira clonagem de sapos, a partir de células

embrionárias. Em 1984, Steen Willadsen, da Universidade de Cambridge, clonou uma ovelha a partir de células embrionárias jovens. Um grupo de pesquisadores da Universidade de Wisconsin clonou uma vaca, a partir de células embrionárias jovens do mesmo animal (1986). Em 1995, Ian Wilmut e Keith Campbell, da estação de reprodução animal na Escócia, partiram de células embrionárias de nove dias, para clonar duas ovelhas idênticas. No ano seguinte surgiu a ovelha Dolly, clonada por esses mesmos pesquisadores a partir de células congeladas de uma ovelha. Essa foi a grande inovação, e que criou a grande repercussão do caso, clone originado não de uma célula embrionária, mas de uma célula mamária. Em 1997, a ovelha Dolly teria seu nascimento anunciado, marco de uma nova era biotecnológica”. (Barata, p. 2, 2001)

Segundo Barata (2001), a clonagem de animais no Brasil foi iniciada em março de 2001, com o nascimento da bezerra Vitória, da raça simental, a partir de uma experiência desenvolvida pelo projeto de biotecnologia de reprodução animal da Embrapa. Mas há também a possibilidade de animais serem clonados para fins terapêuticos, servindo à experimentação ou visando à produção de órgãos compatíveis com o ser humano.

No que se refere à clonagem humana, os maiores benefícios esperados pela comunidade científica estão na área da terapia de órgãos e tecidos por meio das células-tronco. No Brasil, muito se tem feito no ramo de pesquisas com células-tronco adultas, extraídas do cordão umbilical de recém-nascidos ou da medula.

2. O QUE SÃO AS CÉLULAS-TRONCO⁷²

Células-tronco são células imaturas que, se multiplicadas, podem dar origem a tecidos diferenciados (órgãos como o coração). Diferentemente das células-tronco, as células já diferenciadas se reproduzem com as próprias especificidades. Assim, as células da mucosa oral, por exemplo, ao se reproduzirem, dão origem exclusivamente a células da mucosa oral. Existem dois tipos de células-tronco, denominadas embrionárias e adultas.

2.1. Caracterização das células-tronco

2.1.1. Células-tronco embrionárias têm a capacidade de se multiplicar rapidamente, e dar origem a diversos tecidos. A fecundação do óvulo pelo espermatozóide produz seqüência de reproduções celulares que formam um grupo de células com características muito peculiares. Ao se multiplicarem, originam células idênticas a elas mesmas e, a partir de um momento determinado, têm a capacidade de produzir qualquer tipo de tecido do organismo, até chegar à produção completa dos diferentes órgãos. Daí o nome “células-tronco embrionárias”.

O núcleo do interesse sobre as pesquisas relacionadas com as células-tronco embrionárias centra-se nas propriedades de reprodução das mesmas células e de células diferenciadas. De acordo com os especialistas, a chave do tratamento pode estar nesse tipo de célula, em qualquer variedade de tecido, na substituição de células lesadas por outras células do mesmo tipo que têm vitalidade plena. De acordo com a capacidade de produzir espécies diferentes de tecidos, existem dois tipos de células: células-tronco embrionárias totipotentes e células-tronco embrionárias multipotentes.

⁷² De Oliveira Ércio Amaro. Células-tronco. (2001). Artigo publicado no site <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?602>

2.1.2. As células-tronco embrionárias totipotentes têm a capacidade de produzir todos os tecidos, e mesmo o tecido da placenta. Formam-se nas primeiras 72 horas após a fecundação do óvulo, e são o primeiro grupo de até 32 células. A produção da placenta e dos órgãos anexos ocorre somente quando essas células totipotentes são implantadas no útero. Ainda não é possível identificar qualquer distinção de tecido específico nesse grupo celular.

2.1.3. Células-tronco embrionárias multipotentes têm a capacidade de produzir qualquer espécie de tecido, exceto o da placenta. Formam-se a partir do quinto ou sexto dia após a fecundação, momento no qual se constituem em grupo de 64 células.

2.1. 4. Células-tronco adultas são as mais conhecidas, se encontram na medula óssea, consideradas células maduras. Multiplicam-se mais lentamente do que as embrionárias, e sua capacidade de geração de variedades de tecidos diferenciados é limitada. O tratamento com esse tipo de células-tronco adultas já está se implementando: o transplante de medula óssea para tratamento da leucemia é realidade na medicina. Nesse tratamento, a medula óssea do doador provê células-tronco que fabricarão novas células sanguíneas sadias. Como as embrionárias, podem ser qualificadas, quanto à capacidade de originar diferentes espécies de tecidos, em células-tronco adultas unipotentes e células-tronco adultas oligopotentes.

2.1. 5. Células-tronco adultas unipotentes se encontram em órgãos formados e dão origem a um único tipo de tecido. A função dessas células é reparar determinados tecidos.

2.1. 6. As células-tronco adultas oligopotentes podem ser encontradas no tecido intestinal, capazes de produzir mais de um tipo de tecido.

3. PROJETO DE LEI NO BRASIL SOBRE CÉLULAS-TRONCO

O debate público ampliado envolvendo a sociedade brasileira acerca do tema surge quando do encaminhamento, em 2003, ao Congresso, do projeto de biossegurança. O projeto propunha a regulamentação e o estabelecimento de regras para a pesquisa, cultivo e comercialização dos organismos geneticamente modificados (OGM), entre eles as células-tronco e os alimentos transgênicos, e substituir a legislação de 1995, descaracterizada por inúmeras medidas provisórias e decisões judiciais.

O eixo inicial das discussões em torno do projeto se deu em relação à legalização do plantio de soja e outros alimentos transgênicos em território nacional para, a seguir, dar espaço às discussões acerca do uso de células-tronco embrionárias. No primeiro momento, os principais opositores ao projeto eram os movimentos sociais e grupos ligados às questões ambientais. O segundo momento das discussões apresenta maior intensidade a partir de 2004. Tratava-se da questão da clonagem de seres humanos para fins terapêuticos, o que dividiu a comunidade científica e encontrou rejeição da sociedade civil e de comunidades religiosas. Posteriormente, a discussão direcionou-se para o uso de embriões nas pesquisas com células-tronco, reagrupando a comunidade científica em torno do grupo de defesa, e em oposição aos grupos contrários ao projeto, fortemente influenciados por doutrinas cristãs. A sociedade ficou dividida. Entretanto, era forte o apelo humanitário trazido pelas pesquisas com células-tronco embrionárias:

possibilidades de serem tratadas as doenças degenerativas e quadros decorrentes de acidentes. Parcela significativa da população apoiou o projeto. A mídia colaborou ao apoiar o argumento dos benefícios de tratamentos e ceder espaço aos especialistas para defenderem a proposta. O projeto de biossegurança tramitou no Congresso por cerca de dois anos, até ser caracterizado nos termos da lei, em outubro de 2005 (lei 11.105/05), com a sanção presidencial. Por meio dessa lei, cientistas podem manipular, para pesquisa, embriões obtidos por fertilização in vitro congelados há mais de três anos e sob autorização dos fornecedores do material genético.

O artigo 5o da lei 11.105/05 diz:

“Art. 5o É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições: I – sejam embriões inviáveis; ou, II – sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos contados”.

Houve reação das pessoas vinculadas ao governo em torno do projeto de lei.

No dia 30 de maio, o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no STF, contra o artigo da Lei de Biossegurança. Para Fonteles, as pesquisas vão contra o artigo 5º da Constituição, que garante o direito à vida. Segundo ele, a vida começa na fecundação, e os pesquisadores estariam destruindo um embrião:

"por certo inobserva a inviolabilidade do direito à vida, porque o embrião humano é vida humana, e faz ruir fundamento maior do Estado democrático de Direito, que radica na preservação da dignidade da pessoa humana. É, objetiva e certamente, mais promissora que a pesquisa com células-tronco embrionárias, até porque com as primeiras resultados auspiciosos acontecem, do que não se tem registro com as segundas"(Folha de S. Paulo, Ciência, página: A14, 31/05/05).

O então ministro da saúde, Humberto Costa, no programa Diálogo Brasil⁷³, se posicionou:

"Esperamos que o parecer da maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal seja pela garantia da constitucionalidade da lei". O ministro afirmou que as células embrionárias têm mais capacidade de se diferenciar do que as adultas, e por isso manifestou a posição do governo de que elas possam ser usadas em pesquisas no Brasil. "Confio no bom-senso do STF, pois se trata de um artigo muito importante para o desenvolvimento do país". (Programa Diálogo Brasil, TV Cultura, 08/06/05)

Ainda com a liberação do uso de células-tronco aprovada na Lei de Biossegurança 11.105/05, ficou fora a questão em torno da geração de embriões especificamente com a finalidade de pesquisas ou tratamentos, inclusive com a compra de óvulos e sêmen para essa produção.

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirmou:

⁷³ O Diálogo Brasil é parceria entre a Radiobras, TV Cultura de São Paulo e a TVE Brasil do Rio de Janeiro. O programa é mediado pelo jornalista Florestan Fernandes Jr. e exibido ao vivo todas as quartas-feiras, com uma hora de duração, integrado à rede pública de televisão, sendo veiculado em 19 Estados e no Distrito Federal. O programa citado foi apresentado no dia 8 de junho de 2005, sobre o tema "Discussão sobre o uso de células-tronco embrionárias". Participaram o então ministro da Saúde, Humberto Costa, Lenise Garcia (professora da Universidade de Brasília (UnB), especialista em microbiologia), Cláudia Batista (professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), Mayana Zatz (professora da USP, especialista em genética humana).

“a decisão não implica retrocesso nas pesquisas científicas, até porque não é uma técnica totalmente desenvolvida e pode aguardar uma nova iniciativa do governo. A iniciativa precisa ser do Executivo, e o governo poderá enviar ao Congresso um projeto de lei para regulamentar especificamente a “clonagem terapêutica”. Segundo a senadora, procedia a preocupação dos parlamentares ligados à Igreja, que “se sentiam inseguros em liberar a clonagem sem instrumentos que pudessem coibir o mau uso pelos inescrupulosos”. (Jornal do Senado. Ano X – Nº 2.010 – Brasília, quinta-feira, 16 de setembro de 2004, p. 4)

4. FATORES DE CONFLITOS EM TORNO DO USO DE CÉLULAS-TRONCO EMBRIONÁRIAS

Segundo Pranke (2004), a polêmica entre grupos favoráveis e contrários às pesquisas e uso de células-tronco embrionárias se dá em torno do uso de embriões como fonte desse tipo de células-tronco. Podem ser identificados três temas relacionados à polêmica: o status de humanidade do embrião, o destino de embriões não utilizados em fertilização artificial e a produção de embriões para pesquisa ou tratamento (por clonagem ou não).

4.1. Status de um ser humano

A base dessa discussão se baseia nas premissas dessas células serem ou não consideradas com o status de um ser humano, ou seja, se esse embrião já pode ser considerado uma pessoa. Identificam-se três pontos de vista relacionados à questão. Primeiramente, os que defendem que a vida humana começa no momento da fertilização, o embrião tem os mesmos direitos de uma pessoa, merecedor de todo o respeito e deve ser protegido como tal, pois possui os mesmos direitos éticos e civis de qualquer ser humano. Essa seria a linha de argumentação dos grupos contrários às pesquisas e da maioria das pessoas sob influência das doutrinas cristãs. À

comunidade científica e aos grupos de defesa das pesquisas que avançam nas formas de tratamento de doenças degenerativas e de quadros decorrentes de acidentes (como as pessoas paraplégicas), caberiam os dois outros pontos de vista. O segundo ponto seria o dos que consideram o embrião um conjunto de células e julgam que ele não merece nenhuma diferença de tratamento que qualquer outro grupo celular. O terceiro ponto relaciona-se àqueles que se posicionam no nível intermediário: defendem que o embrião, embora organismo vivo, tem status especial, mas não o status de ser humano; por isso não se justificaria protegê-lo como a uma pessoa.

4.2. Utilidades dos embriões não utilizados

A segunda discussão refere-se ao destino dado aos embriões congelados nas clínicas de fertilização e que não foram ou não serão utilizados pelos casais para a reprodução. O prazo máximo de armazenamento desses embriões nas clínicas de fertilização é de até cinco anos após o início do congelamento. O fato gerou polêmica em todo o mundo, quando os primeiros prazos de armazenamento venceram. Por exemplo, em 1996, na Inglaterra, houve debate sobre a obrigatoriedade de que todos os embriões ingleses congelados fossem destruídos, o que efetivamente aconteceu. O mesmo fim tiveram os embriões congelados em outros países, entre eles o Brasil.

4.3. Embriões para pesquisas

O terceiro ponto de debate tem a ver com a defesa, por parte de pesquisadores, da geração de embriões especificamente para pesquisas ou tratamentos, inclusive com a compra de óvulos e sêmen. Produzir embriões em laboratório com o objetivo único de utilizá-los para a pesquisa terapêutica tem

sido considerado antiético e, ainda mais condenável, se o objetivo for o lucro por meio do comércio de embriões.

4.4. Posições em torno das células-tronco

4.4.1. Posição de alguns cientistas

Segundo a geneticista Lygia Pereira⁷⁴,

“Além dos dilemas éticos envolvidos na destruição do embrião para a obtenção das CTs (células-tronco – inserção da autora) embrionárias, aqueles contra seu uso argumentam que, se permitida a geração de embriões clonados para pesquisa, isso abrirá uma brecha para a clonagem reprodutiva e surgirá um comércio de embriões/óvulos. Toda nova tecnologia está sujeita ao mau uso. Esse risco não justifica a interrupção do desenvolvimento daquela tecnologia. O que precisamos é de legislação e mecanismos de vigilância que nos protejam dos riscos do uso degenerado dos embriões/óvulos para pesquisa, sem impedir o avanço da mesma” (matéria publicada na Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, no dia 10/02/2004, no site www.comciencia.br/reportagens)

Em relação ao argumento de que não há necessidade do uso das células-tronco embrionárias para terapia de reposição de tecidos, pois existem as células-tronco adultas, encontradas principalmente na medula óssea e no sangue do cordão umbilical e placentário, Pereira se posiciona:

“Sem dúvida, as CTs (células-tronco – inserção da autora)... adultas são uma fonte promissora e não polêmica de tecidos autólogos para transplante. No entanto, ainda não podemos garantir que essas possuam o mesmo potencial de diferenciação que as CTs embrionárias. Assim, o momento é de abrir o leque das pesquisas, investir em todos os tipos de CTs para determinarmos o potencial terapêutico de cada uma

⁷⁴ Lygia Pereira é bióloga e professora do Instituto de Biociências, da Universidade de São Paulo.

delas. Além disso, o que aprendermos com as pesquisas com as CTs embrionárias nos permitirá manipular as CTs adultas de forma a explorar toda a sua capacidade de transdiferenciação". (matéria publicada na Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, no dia 10/02/2004, no site www.comciencia.br/reportagens)

O médico Drauzio Varella⁷⁵, em entrevista, opina:

"Seria um crime permitir sob qualquer pretexto a clonagem de seres humanos. Da mesma forma, é um crime o que está para acontecer: impedir por lei o uso de células-tronco embrionárias no tratamento de doenças graves. Dada essa explicação inicial, é possível entender a diferença entre clonagem reprodutiva e clonagem terapêutica:

1) Na clonagem reprodutiva, o núcleo de uma célula adulta é introduzido no óvulo "vazio" e transferido para um útero de aluguel, com a finalidade de gerar um feto geneticamente idêntico ao doador do material genético.

2) Na clonagem terapêutica, as células-tronco jamais serão introduzidas em algum útero. O DNA retirado de uma célula adulta do doador também é introduzido num óvulo "vazio", mas, depois de algumas divisões, as células-tronco são direcionadas no laboratório para fabricar tecidos idênticos aos do doador, tecidos que nunca serão rejeitados por ele.

Independentemente de julgamentos morais, a clonagem reprodutiva deve ser proibida por lei, porque não existe a menor segurança de que bebês gerados por meio dela serão bem formados. Na clonagem terapêutica, no entanto, os tecidos são obtidos em tubos de ensaio. A clonagem terapêutica oferece a possibilidade de repor tecidos perdidos por acidente ou pelo passar dos anos e de tratar doenças

⁷⁵ Drauzio Varella é médico cancerologista, formado pela USP. Atualmente, dirige no rio Negro um projeto de bioprospecção de plantas brasileiras com o intuito de obter extratos para testá-los experimentalmente em células tumorais malignas e bactérias resistentes aos antibióticos. Esse projeto é apoiado pela FAPESP e realizado nos laboratórios da UNIP (Universidade Paulista).

neuromusculares, infartos, derrames cerebrais, Alzheimer e outras demências, cegueira, câncer e muitas outras.

Até que essa tecnologia encontre seu lugar na clínica, há problemas técnicos difíceis de resolver, mas o Brasil é um dos poucos países que têm o privilégio de contar com pesquisadores preparados para enfrentar tal desafio, desde que nossos legisladores não cometam os crimes que estão prestes a cometer.”(Folha de S. Paulo, Ilustrada, página: E14, 01/05/2004)

Na avaliação de Mayana Zatz, coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano:

“Houve uma confusão entre os conceitos de clonagem reprodutiva, clonagem terapêutica e terapia celular com células-tronco. A clonagem reprodutiva, que seria a tentativa de produzir uma cópia de um indivíduo, deve mesmo ser condenada e proibida(...) Mas a clonagem terapêutica, uma técnica de transferência de núcleo celular, é apenas um dos métodos para se obter células-tronco para terapia celular ou medicina regenerativa. O resultado desta "confusão" poderá trazer sérios prejuízos para a pesquisa e colocar o Brasil na dependência de importar tecnologia de países que autorizam essa investigação” (Revista Pesquisa da Fapesp No.97–março 2004. www.revistapesquisa.fapesp.br).

O Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) posicionou-se em carta enviada aos senadores:

“O Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), reunido em 11/02/04, manifesta grande preocupação com os termos da Lei de Biossegurança recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados e presentemente em discussão no Senado da República. A lei, nos termos que foi aprovada, criará sérios obstáculos à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico em um setor no qual a transferência de tecnologia,

da descoberta à sua aplicação, é extremamente rápida. Nessa área, de importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social, bem como para a soberania nacional, o Brasil conquistou competência equivalente à dos países mais adiantados, competência que pode ser revertida em grande benefício para a população nas áreas de alimentos, agropecuária e saúde. O Conselho Superior da FAPESP apela aos senhores parlamentares para que ouçam os representantes acreditados da comunidade científica no sentido de transformar o texto da lei em instrumento de progresso e independência tecnológica, evitando assim danos irreparáveis aos mecanismos de geração de conhecimento e de riqueza". (Revista Pesquisa da Fapesp, 97 – março 2004. www.revistapesquisa.fapesp.br).

O então ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, declarou:

"Há resistências localizadas contra a liberação dessas pesquisas, essenciais para o desenvolvimento da ciência brasileira. O MCT vai atuar firmemente em favor da liberação, no que, tenho certeza, contará com o apoio da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências" (Folha de S. Paulo, Ciência, página A10, 20/07/04)

Lenise Garcia, professora da Universidade de Brasília (UnB), especialista em microbiologia, é contra o uso de células-tronco embrionárias:

"A visão da Igreja coincide com a da ciência. A maioria dos cientistas concorda que a vida começa com a fecundação. A visão de que o ser humano começa com o sistema nervoso é uma visão daquele que está interessado em usar as células-tronco". (programa Diálogo Brasil, TV Cultura, 08/06/05)

Cláudia Batista, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em células-tronco, ressalta:

*"Após a fecundação, estaríamos interferindo em todo o programa de desenvolvimento de um indivíduo da espécie humana. Não houve uma discussão nacional. A informação é importante para formar a opinião pública".
(programa Diálogo Brasil, TV Cultura, 08/06/05)*

Eliane Azevedo, professora da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia: *"Devemos lutar contra as doenças, mas não podemos promover mortes precoces de uns para adiamento da morte de outros". (Jornal da USP Especial, ano XIX, número 677, 08/03//04)*

Ainda que existam divergências entre os cientistas, praticamente há consenso em torno da necessidade da aprovação e normatização de leis que regulamentem as pesquisas científicas no Brasil.

Existe uma posição majoritária desfavorável em relação às pesquisas para fins reprodutivos, conforme exposto por alguns cientistas.

4.4.2. Posição dos juristas

Os juristas acreditam que a investigação científica é moralmente neutra, mas não possui neutralidade a utilização que dela seja feita, os fins e os interesses a que serve e as conseqüências sociais de sua aplicação.

A liberdade de investigação, porém, estaria limitada somente quando fosse contra os interesses, valores ou bens jurídicos definidos pela Constituição.

A liberdade de pesquisa é um princípio. Mas para os juristas deve ser regulada para preservar a integridade e a dignidade das pessoas. Esses limites devem estar, no entanto, devidamente fundamentados, e não podem ser inspirados por preconceitos morais, religiosos ou sentimentos inconsistentes, ou seja, receio e temor em relação à biotecnologia moderna.

4.4.3. Posição dos portadores de deficiência

Várias organizações de portadores de deficiências físicas acompanharam as discussões, esperançosos de ser aprovada uma lei que beneficiaria toda a comunidade. Diversas pessoas portadoras de deficiência acompanharam a votação no Congresso.

Muitos expressaram descontentamento com as posições contrárias à liberação das células-tronco embrionárias para pesquisas:

"Quero expressar minha indignação em relação à reportagem 'Fonteles contesta pesquisa com embrião' (Ciência, pág. A14, 31/5), no que se refere à ação de inconstitucionalidade no STF contra o artigo da Lei de Biossegurança, que autoriza a utilização de células-tronco de embriões humanos para pesquisa.

Sou portador de distrofia muscular progressiva de Becker, uma doença degenerativa dos músculos. Minha única esperança de cura, de levar uma vida normal como a do procurador-geral Cláudio Fonteles, são as pesquisas feitas com as células-tronco.

Faço um acompanhamento médico na Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto (SP), e cada vez que vou até lá, tenho uma resposta esperançosa dos médicos quanto a essa cura. Por se tratar de uma doença rara, seu acometimento é de um caso a cada 30 mil pessoas. Ela é pouco conhecida.

Será que o senhor Cláudio Fonteles - católico fervoroso, como diz o texto - possui algum parente que depende de estudos como esse para se curar de alguma doença? Será que a Igreja Católica possui algum padre, bispo ou cardeal com esse tipo de doença?

Não é o direito à vida e à preservação da dignidade humana o que a Igreja Católica e o senhor Fonteles tanto pregam?

Só quando sentimos na pele o problema é que temos a dimensão do que ele representa. A legalização do uso de células-tronco embrionárias pode salvar vidas!". (Marçal Luiz Casagrande, Folha de S. Paulo, Painel do Leitor, Página A3, 01/06/2005)

A presidente da Associação de Distrofia Muscular, Mayanna Zatz, defende a aprovação da lei:

"As células-tronco embrionárias têm o potencial de formar qualquer tecido do corpo humano", explicou. Segundo ela, "existem mais de sete mil doenças genéticas que atingem 3% das crianças que nascem de pais normais. Como exemplo, ela citou o câncer, diabetes e doenças cardíacas". (Agência Câmara⁷⁶, 1/12/04)

O pai do cantor Herbert Viana afirmou:

"Esse é um direito que não pode ser negado aos pacientes, que têm nessas pesquisas uma esperança para melhorar de vida. Não liberar essa pesquisa por causa de questões religiosas seria um retrocesso. Voltaríamos ao tempo da Inquisição, porque pesquisa científica não pode ser misturada com questões religiosas. Um direito que não pode ser negado aos pacientes. É uma obrigação do governo liberar as pesquisas, porque a maioria dos lesados é militar da polícia ou por acidentes em estradas". (Hermano Viana, Agência Câmara, 1/12/04)

4.4.4. O debate das células-tronco e os meios de comunicação

Uma das forças significativas nesse debate tem sido a imprensa.

Existe, especialmente por parte dos grupos contrários à aprovação do projeto,

⁷⁶ Comissões discutem pesquisas com células-tronco (Agência Câmara, 1/12/04) [sitewww.camara.gov.br/internet/agencia/materias](http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias)

a análise de que os meios de comunicação estariam tomando partido. Surgem perguntas sobre o papel dos meios de comunicação, a necessidade de informar todas as implicações das pesquisas, os interesses por trás da aprovação da Lei de Biossegurança. Alguns jornalistas se posicionaram sobre o papel da imprensa.

O jornalista e editorialista do jornal Folha de S. Paulo, Hélio Schwartzman⁷⁷, afirmou:

"Embora o veículo primário para a divulgação de informações médicas e a discussão de seus aspectos éticos sejam os jornais e publicações especializadas, a mídia leiga também tem um papel a desempenhar. É ela que mais freqüentemente leva a informação à população em geral. E a discussão bioética não pode, evidentemente, ficar restrita aos cientistas. É a sociedade, por meio de suas instituições políticas, deve definir se a clonagem terapêutica, por exemplo, será aceita. O cientista precisa, é claro, ser ouvido, mas a palavra final é da sociedade. O risco de instrumentalização da mídia existe e não está restrito ao campo da medicina. Vale para tudo. Mas a busca pela independência, que já é uma característica de parte da mídia, tende a contrabalançar um pouco esse perigo. Se um dos grandes jornais brasileiros descobrisse que seu repórter recebe 'por fora' dos laboratórios, não tenho dúvida de que esse seria um caso - e justo - de demissão sumária". (Hélio Schwartzman, 10/02/04, <http://www.comciencia.br>)

Para o presidente da União de Juristas Católicos⁷⁸ do Rio de Janeiro,

⁷⁷ Comissões discutem pesquisas com células-tronco (Agência Câmara, 1/12/04) [sitewww.camara.gov.br/internet/agencia/materias](http://www.camara.gov.br/internet/agencia/materias)

⁷⁸ Paulo Silveira Martins Leão Júnior, "Falsas expectativas - grande manipulação da verdade: indução do Congresso Nacional a erro sobre a Lei de Biossegurança", Rio de Janeiro, 17/11/04, www.montfort.org.br/seção/imprensa)

“Fica, pois, a pergunta: a quem interessa a gravíssima manipulação das informações e da verdade dos fatos sobre a matéria, que tem sido feita pelos meios de comunicação social em geral, induzindo o Congresso Nacional a aprovar a destruição de embriões para fins de pesquisa, com base em falsas expectativas de cura com terapia inexistente de células-tronco embrionárias humanas, projeto de Lei de Biossegurança, iludindo a boa fé das pessoas?”. (Paulo Silveira Martins Leão Júnior, Rio de Janeiro, 17/11/04, www.montfort.org.br/seção/imprensa).

Cláudio Cohen⁷⁹, professor de bioética da Faculdade de Medicina da USP e presidente da Comissão de Bioética do Hospital das Clínicas da USP, declarou:

“O papel educativo da imprensa poderia ser melhorado para auxiliar a sociedade a elaborar e aceitar os novos conceitos que a ciência proporciona e que trazem conflitos bioéticos. Por exemplo, o novo conceito de morte (morte encefálica), o novo conceito de vida (células-tronco, clonagem), ou ainda a quem pertence a vida - ao indivíduo, à sociedade ou a Deus - quando se fala de aborto ou eutanásia. Esses conceitos são de difícil assimilação e ainda não existem valores plenamente normatizados ou universalizados aceitos, eles geram enormes conflitos entre os filósofos, os cientistas, os religiosos e a sociedade. A imprensa precisa incentivar a discussão dos novos limites da vida que a ciência nos oferece.(...) Na questão das células-tronco a discussão bioética passa pelo conceito do indivíduo sobre o que é vida. Isso vale também para o que fazer com os embriões congelados nos casos de inseminação artificial. A mídia tem se posicionado favoravelmente, e eu também, a respeito das pesquisas sobre as células-tronco. Porém, tem-se falado muito pouco sobre esse assunto e a sociedade ainda não tem uma noção a

⁷⁹ Entrevista concedida à jornalista Juliana Schober para a matéria intitulada “Células-tronco desafiam a mídia”, publicada no site [-http://www.comciencia.br](http://www.comciencia.br), realizado pela SPBC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no dia 10/02/04.

respeito do que venha a ser célula-tronco e o desenvolvimento desse tipo de terapêutica” . (Cláudio Cohen, 10/02/04, <http://www.comciencia.br>).

A jornalista e fundadora do Movimento em Prol da Vida (Movitae), Andréa Bezerra de Albuquerque⁸⁰, disse:

“A divulgação sobre pesquisas com células-tronco, pela mídia, é falha e sensacionalista. Os cientistas contam com a divulgação, querem a veiculação, mas sabem que são muitos os erros que saem na mídia. Quando são citados os grupos religiosos e toda a polêmica sobre células-tronco, só é ouvida a Igreja Católica, que é contra. A única contra, diga-se de passagem. A Rede Globo é campeã nisso, nunca fala sobre o assunto. Quando fala coloca um padre para dizer que é contra. Os judeus são a favor e nunca são ouvidos, assim como os umbandistas, espíritas, presbiterianos, budistas etc.” (Andréa Bezerra de Albuquerque, 10/02/04, <http://www.comciencia.br>)

Há diversos posicionamentos em torno do papel dos meios de comunicação nos debates. Afirma-se sobre o papel positivo que desempenham como fonte de informação. Mas os católicos ratificam a posição oficial da Igreja em relação aos meios de comunicação. Para a Igreja, quase nunca favorecem a apreciação positiva a respeito da participação da hierarquia nos debates públicos. Segundo o posicionamento da Igreja, seus pronunciamentos são utilizados quase sempre somente para suscitar polêmicas.

5. A IGREJA CATÓLICA DIANTE DAS PESQUISAS COM CÉLULAS-TRONCO

5.1. Posição da Santa Sé

⁸⁰ Entrevista concedida à jornalista Juliana Schober para a matéria intitulada “Células-tronco desafiam a mídia, publicada no site -<http://www.comciencia.br> realizado pela SPBC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no dia 10/02/04.

No "*Documento da Santa Sé sobre a clonagem humana*⁸¹", publicado no site do Vaticano no dia 27 de setembro de 2004, e entregue a todos os embaixadores creditados junto à Santa Sé para que o enviassem aos seus governos, a Igreja Católica expressa sua posição sobre a utilização de células-tronco de embriões para clonagem reprodutiva ou terapêutica. O documento também foi apresentado na Assembléia Geral das Nações Unidas, pelo arcebispo Celestino Migliore, observador permanente da Santa Sé na Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 22 de outubro de 2004, para que seja proibida, em todos os países, a utilização de células-tronco retiradas de embriões, especialmente para fins terapêuticos.

Diz o documento:

1. A Santa Sé está convencida de que é necessário apoiar e promover as pesquisas científicas em benefício da humanidade. Por isso, a Santa Sé encoraja as pesquisas que estão sendo realizadas nos campos da medicina e da biologia com o objetivo de curar doenças e melhorar a qualidade de vida de todos, contanto que sejam respeitadas para com a dignidade do ser humano. Esse respeito exige que toda pesquisa que for incompatível com a dignidade do ser humano seja excluída por razões morais.

2. Há duas possíveis fontes de células-tronco para a pesquisa humana; em primeiro lugar, as células-tronco "adultas", que são obtidas a partir do sangue do cordão umbilical, a partir da medula óssea e a partir de outros tecidos, e, em segundo lugar, as células-tronco "embrionárias", que são obtidas pela destruição de embriões humanos. A Santa Sé opõe-se à clonagem de

⁸¹ Tradução do original em inglês publicado no site do Vaticano, em http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/2004/documents/20040927_cloning_en.html

embriões humanos com o propósito de destruí-los para coletar suas células-tronco, ainda que por um objetivo nobre, pois isso é incompatível com o fundamento e os motivos da investigação biomédica humana, ou seja, o respeito da dignidade do ser humano. Por outro lado, a Santa Sé aplaude e encoraja a pesquisa com células-tronco adultas, pois é completamente compatível com o respeito pela dignidade dos seres humanos. A plasticidade inesperada das células-tronco adultas possibilitou o uso bem-sucedido desse tipo de células indiferenciadas e que se auto-renovam para curar vários tecidos e órgãos humanos (1), especialmente as lesões cardíacas depois de um enfarto do miocárdio (2). Os múltiplos avanços terapêuticos demonstrados utilizando células-tronco adultas e a promessa que contêm para outras enfermidades, como desordens neurodegenerativas e diabetes, fazem as iniciativas de apoio a esta frutífera linha de pesquisa adquirirem um caráter urgente (3).

Acima de tudo, é consenso universal que o uso de células-tronco adultas não acarreta nenhum problema ético.

3. Em contraste, a pesquisa com células-tronco embrionárias humanas tem sido atravancada por importantes dificuldades técnicas (4). Os experimentos com células-tronco embrionárias ainda não produziram nem um único êxito terapêutico indiscutível, nem sequer em modelos animais (5). Ademais, as células-tronco embrionárias causaram tumores em modelos animais (6) e podem provocar câncer se administradas em pacientes humanos (7). A menos que esses graves riscos sejam eliminados, os experimentos com células-tronco embrionárias não terão nenhuma aplicação clínica (8). Sem

contar os problemas técnicos, a necessidade de extrair essas células de embriões humanos vivos levanta problemas éticos da mais alta ordem”.

No documento, a Santa Sé, depois de reconhecer que a Igreja não se opõe às pesquisas científicas, afirma que não só a clonagem reprodutiva é algo extremamente condenável – como é geralmente admitido pelos cientistas – mas que também a clonagem terapêutica, usando células-tronco de embriões, é ainda mais condenável, pois transforma seres humanos em fornecedores de órgãos de reposição.

Argumenta:

1) É imoral usar seres humanos – tirando-lhes a vida – para curar outros seres humanos;

2) É cientificamente comprovado que o uso de células-tronco de adultos é eficaz e elimina problemas de rejeição, quando se utilizam células-tronco da medula do indivíduo a ser curado;

3) Não há nenhuma prova científica de que a utilização das células-tronco de embriões seja eficaz;

4) Há grave risco de que a utilização de células-tronco embrionárias possa ser causadora de câncer e de problemas patológicos.

O documento se encontra respaldado por vasta bibliografia de pesquisadores da área.

Em entrevista ao jornal O São Paulo, o arcebispo dom Elio Sgreccia⁸² se posiciona sobre as pesquisas na área da genética, reconhecendo os benefícios da ciência para a humanidade:

“Hoje, através destas descobertas, se podem fazer coisas belíssimas pelo bem da humanidade. As células-tronco são células especiais que se conservam no indivíduo também na idade adulta. São células indiferenciadas que ainda não são destinadas a um tecido do corpo humano, mas podem ajudar um músculo ou órgão quando necessário. Agora que foram descobertas, podem ser tiradas do corpo. Elas se encontram em grande abundância no sangue e em imensa quantidade no cordão umbilical. Podem ser conservadas, multiplicadas e, quando necessário, introduzidas num corpo muito doente. Pode ser um coração infartado, um rim doente, um olho, e nós hoje sabemos através de experiências feitas em laboratório nos animais e muitas vezes no homem que levam a esperar muita coisa boa. Isto é bom. E nos sentimos felizes que os governos financiem estas pesquisas.”

Porém, há conflito, segundo o arcebispo, quando:

“estas descobertas podem ser usadas, como a energia atômica, para o mal da humanidade. Assim hoje há quem pense tomar estas células do embrião humano matando esse embrião. É lícito manipular plantas e animais como é lícito comê-los. A dignidade do homem, porém, é diferente. Quando se tomam os embriões humanos, além de saber como foram produzidos, para que foram congelados, e tomá-los para fabricar medicamentos, estamos diante de uma crueldade, porque trata-se de seres humanos. Destruí-los para fazer-nos remédios representa uma crueldade nova”. Também comentou as críticas às posições da Igreja Católica:

⁸² Assessor do Papa em assuntos de bioética, vice-presidente da Pontifícia Academia para a Vida e professor de bioética no Hospital Escola Agostinho Gemelli, de Roma, o arcebispo dom Elio Sgreccia ministrou curso de bioética ao clero arquidiocesano de São Paulo, dos dias 9 a 12 de agosto de 2004.

“Quando o Papa fala contra a guerra ou contra as injustiças econômicas do mundo, como fez em muitas encíclicas, todo mundo aplaude, tanto crentes quanto não crentes. Quando, porém, ensina que se deve tratar bem o corpo humano e, portanto, a sexualidade humana, que é a origem da vida, do amor e da família, quando ensina que não se deve tocar na vida no seu início, quando embrião, que não se deve reproduzir o ser humano na proveta, uma vez que 95% dos embriões são perdidos, o Papa é criticado como se fosse uma interferência indevida”.

Ratifica sua opinião sobre a não efetividade das células-tronco:

“A segunda consequência que todos precisam conhecer é que há sinais muito concretos que essas células-tronco, quando tiradas dos embriões, não produzem o efeito que delas se espera, não produzem o mesmo efeito quando tomadas do ser adulto. Porque essas células são muito ativas. Elas têm como finalidade construir o organismo todo. Quando transferidas para um organismo doente, em vez de curar esse organismo, causam tumores, porque a finalidade é (falta algo) organismo todo e não uma parte”.

Sobre as críticas à Igreja no Brasil:

“Aqui no Brasil não se deveria jamais falar que a Igreja é contra a ciência e não incentiva a pesquisa científica. Porque a Igreja esteve sempre próxima da ciência. E todas as questões sociais e econômicas que há no Brasil, como na América Latina, sempre foram iluminadas pela doutrina da Igreja Católica. E muitos pastores deram a vida pela verdade e pela justiça social. Não serão jamais a fé e a pregação do magistério da Igreja que atrapalharão o progresso humano”. (dom Elio Sgreccia, 06/07/04 – jornal O São Paulo)⁸³.

⁸³ Entrevista publicada no site oficial da CNBB: <http://www.cnbb.org.br/index.php> sob o título Bioética

Os argumentos contidos no documento do Vaticano são a referência para os membros da hierarquia católica que se posicionam sobre o tema.

5.2. Posição da Igreja Católica no Brasil

No Brasil, o momento forte da discussão sobre o assunto aconteceu a propósito da votação do projeto de lei sobre biossegurança.

No debate não somente a Igreja Católica tomou posição, mas outras religiões se fizeram presentes por meio da união das bancadas evangélica e católica no Congresso.

Segundo pesquisas, são cerca de 120 os deputados abertamente identificados com os maiores grupos cristãos do Brasil. A Frente Parlamentar Evangélica, criada em 2003, tem cerca de 60 deputados, além de três senadores, dois terços deles ligados à Igreja Universal do Reino de Deus e à Assembléia de Deus.

A Igreja Católica do Brasil se posicionou publicamente sobre o assunto em vários documentos divulgados pela CNBB⁸⁴. Entre eles, a “Declaração da CNBB sobre o Projeto de Lei de Biossegurança a propósito da Reunião em Brasília, de 24 a 26 de agosto de 2004. Carta da CNBB aos deputados, sobre a votação do Projeto de biossegurança do dia 28/02/2005 assinada em Brasília; Carta Enviada pela CNBB aos senadores no dia 24/06/2004; carta intitulada Ciência e Ética a serviço da Vida publicada no 23/06/2005; As células-tronco e os Embriões Humanos, assinada por dom Geraldo M. Agnelo, cardeal arcebispo de Salvador e presidente da CNBB. E o artigo "Biogenética: Esperanças, Ilusões e Riscos”, publicado na página Tendências/ Debates da Folha de S. Paulo, 07/11/04.

⁸⁴ Podem ser encontrados no site oficial da CNBB: <http://www.cnbb.org.br/index.php>

Esses documentos revelam a posição da Igreja sobre o uso de células-tronco para pesquisas. Questionam, por exemplo, se ter inserido no projeto de lei sobre biossegurança, que enfoca mais questões da vida animal, assunto tão importante como as pesquisas com células-tronco em seres humanos. Em todos os textos, há o reconhecimento de que a descoberta das células-tronco é conquista científica, que abre esperanças de terapias eficazes para algumas doenças até então sem solução. Mas consideram que as pesquisas estão em fase inicial e, portanto, é imperioso o debate a fim de se ter conhecimento maior, o que certamente traria mais segurança à reflexão. Os documentos revelam preocupação com os interesses econômicos e os possíveis usos inadequados – comércio de embriões. Convocam a serem sempre levados em conta os valores éticos e morais que perpassam a cultura sobre a defesa e a dignidade da vida humana.

Mas não concordam com a produção de embriões para a retirada de células-tronco, pois consideram que as células-tronco existem não somente no embrião, mas também na placenta, no cordão umbilical e em algumas partes do organismo humano adulto, de onde podem ser retiradas sem comprometer a existência. E defendem que há terapias que não afetam a dignidade humana e o valor inviolável da existência.

Segundo o padre Júlio Monari⁸⁵:

“A Igreja Católica defende a existência de vida humana, desde a fecundação, como algo divino. A vida humana é um dom de Deus, só Ele é senhor da vida, nesse sentido ela reveste-se de um caráter sagrado. O

⁸⁵ Ex-assessor de dom Paulo Evaristo Arns e atual professor de História do Cristianismo e Bioética do Instituto Teológico Pio XIX e do Centro Universitário Assunção.

mandamento bíblico não matarás é indicador dessa sacralidade, abrange a vida desde a fecundação até a morte natural. Não é permitido, portanto, destruir um embrião para obter células-tronco, como tampouco abreviar a vida de um ser humano para extrair órgãos para um transplante, a fim de salvar outra vida"(...) O embrião já é uma vida, que deve ser respeitada por inteiro. o único meio de reprodução humana admitido pelo catolicismo é originado da relação entre homem e mulher. A Igreja não permite em hipótese alguma a fecundação in vitro, seja ela homóloga, feita com os gametas do casal, ou heteróloga, com um óvulo ou espermatozóide que não provêm do casal" (padre Monari⁸⁶, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico 10/12/01).

O padre Márcio Fabri⁸⁷ afirma:

“A Igreja Católica vê uma questão de fundo: o respeito com que se deve tratar o embrião humano. Não faz oposição à terapia celular nem ao emprego de células-tronco. Em última análise, nem mesmo pretende definir o embrião inicial filosoficamente como pessoa humana. Mas propõe enfaticamente que, desde o momento da fertilização, seja tratado como pessoa humana. Esse posicionamento ético não se fundamenta apenas em convicções religiosas. A Igreja busca apoio além delas, em argumentações racionais de cunho científico. Muitas delas encontram adesão também fora de espaços religiosos e são conhecidas no debate mundial sobre o assunto. A possibilidade de obtenção de células-tronco sem fertilização já é conhecida, notadamente a partir do cordão umbilical e da medula. Essa possibilidade tem sido um argumento a mais, enfatizando que há alternativa para o avanço das pesquisas, ao mesmo tempo em que se respeita o

⁸⁶ A clonagem sob o olhar da religião. Matéria publicada na Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 10/12/01, no site www.comciencia.br/reportagens

⁸⁷ Doutor em Teologia, vice-presidente do Núcleo de São Paulo da Sociedade Brasileira de Bioética e membro da Câmara Técnica de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp).

embrião humano”. (Jornal da USP, especial, ano XIX, número 677, 08/03/04).

As diversas entrevistas dadas pelos representantes da hierarquia católica, freqüentemente divergindo em diversos assuntos, são unânimes diante das discussões sobre células-tronco.

Não significa a ausência de divergências ou posições diferentes. Mas pode ser decorrência de o debate em torno das células-tronco fundamentar-se no tema “vida”, e é ainda assunto pouco discutido na Igreja, prevalecendo sempre a posição divulgada nos documentos oficiais.

5.3. A Igreja Católica e a Vida Humana

Torna-se oportuno uma breve análise sobre o tema da vida na esfera hierárquica católica.

Para a Igreja Católica, a vida humana, dom divino, tem caráter sagrado. Portanto, atentar contra ela é ferir o próprio Deus.

Assim está na encíclica *Evangelium Vitae*:

“A vida humana é sagrada porque, desde a sua origem, supõe a “ação criadora de Deus” e mantém-se para sempre numa relação especial com o Criador, seu único fim. Só Deus é o senhor da vida, desde o principio até o fim: ninguém em circunstância alguma pode reivindicar o direito de destruir diretamente um ser humano inocente”. No. 53. (Evangelium Vitae. Carta Encíclica de João Paulo II sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana).

Vários estudos mostram que a teologia moral é a que menos tem sido questionada dentro da doutrina católica. Alguns temas permeiam tendências e correntes de pensamento sem serem avaliados profundamente. Uma das críticas feitas pela Teologia da libertação refere-se, precisamente, ao

fato de que a doutrina sobre a vida e sobre a ética sexual não é questionada e nem reinterpretada, Pelo contrário, alguns teólogos assumiram a posição oficial sem nenhum questionamento.

Vuola (2000) afirma a esse respeito:

“Cuando los teólogos de la liberación hablan de la “opción radical y absoluta por la vida” y de la vida humana como “un valor absoluto”, no especifican lo que quieren decir con “Vida” (...)En el caso de otros teólogos de la liberación, su silencio con respecto a temas de ética sexual, combinados con una defensa radical y absolutista global de la vida humana, permite por lo menos pensar que los teólogos de la liberación apoyan las enseñanzas oficiales de del Vaticano” (Vuola, P. 212, 2000).

As críticas que se referem à conceituação e à compreensão sobre a vida na Igreja Católica surgem especialmente por parte das mulheres, principalmente teólogas feministas. A compreensão da vida a partir de outros ângulos é resultado da incorporação de temas tradicionalmente excluídos das reflexões teológicas masculinas, como as questões reprodutivas, por exemplo.

Uma das críticas das teólogas feministas sobre a concepção de vida defendida pelos teólogos diz respeito ao fato de que as definições têm sido feitas sem ser incorporada a vida das mulheres. A vida cotidiana é uma das categorias propostas pelas teólogas para enfatizar as condições concretas da vida das mulheres, e mostrar as contradições entre o discurso abstrato sobre a vida e a realidade não incorporada.

Se o discurso sobre a vida é premissa ética e teológica fundamental, torna-se necessário especificá-lo, concretizá-lo e diferenciá-lo, tendo em conta as novas realidades.

Segre afirma:

“Assim como o desenvolvimento das técnicas de transplantes de órgãos vitais, a partir de doadores “mortos”, passou a exigir a pré-definição do momento de morte, para que esses fossem viáveis, o desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida está estimulando um questionamento do momento de início da vida, para que, pelo destino que não se sabe qual dar aos embriões excedentes, este outro avanço científico (a reprodução assistida) não seja obstaculizado.(...) há que se encontrar uma forma, que a lei avalize, de se poder descartar embriões. E, para que isso possa ocorrer, será necessário que se modifique o conceito de momento de início da vida, uma vez que, na maioria dos países, o direito à vida é cláusula pétrea das Constituições (exceção seja feita, conforme já se referiu, aos países em que, embora se reconheça como momento de início da vida a fecundação, permite-se a prática do aborto)” (Segre⁸⁸, 2004).

As críticas à doutrina católica sobre a vida mostram as limitações do enfoque, porque têm como ponto de partida um princípio abstrato, absoluto, imutável e universal, que não pode explicar outras realidades. Fox (1995), citado por Vuola (2000), diz que esses princípios correspondem a modelos de interpretação adotados pelo catolicismo para explicar suas doutrinas, especialmente na área da moral. Segundo o autor, entre esses modelos se encontram o modelo classicista e o modelo histórico de consciência.

O modelo classicista predomina na doutrina católica. Entende a realidade a partir do eterno, imutável e absoluto, conduzindo os ensinamentos pelo correto, incorreto, natural, em contraposição ao antinatural. E a consciência histórica, segundo o autor, outorga maior importância ao particular,

⁸⁸ Segre, Marco. A propósito da utilização de células-tronco. Texto publicado no site www.comciencia.br no 10/02/04

ao contingente, ao histórico, ao individual, e reconhece a necessidade da continuidade e da descontinuidade.

6. IGREJA E CONGRESSO NACIONAL

Como anunciado na introdução do capítulo, deve-se analisar os mecanismos por meio dos quais a Igreja se articula com o Congresso Nacional⁸⁹ e como é entendida essa articulação.

Serão expostos os mecanismos colocados em prática pelos parlamentares católicos.

6.1. Mecanismos de articulação da Igreja Católica no Congresso Nacional

Desde 1990, a Igreja Católica atua organizadamente no Congresso, por meio do Grupo Pastoral Parlamentar Católico, que tem perfil diferente de grupos que se identificam como bancadas, isto é, que se articulam com a finalidade de conseguir determinada interferência nas votações do Congresso.

O bispo auxiliar de Porto Alegre, dom Antonio Cheuiche, explica o que é o Grupo Parlamentar Católico: "Ao que tudo está a indicar, já se tem uma idéia clara do que o Grupo não é. Ele não é um partido político; não é uma frente parlamentar; e não é uma instância da Igreja dentro do Congresso Nacional ou das Assembléias Legislativas; não é uma estratégia para angariar votos dos católicos, nem, muito menos, uma espécie de revide ao grupo evangélico. Mas o que é, então, o Grupo? É um espaço onde aprofundar a identidade católica de seus membros; onde dar continuidade à sua formação

⁸⁹ O Congresso Nacional é a instituição brasileira responsável por exercer o Poder Legislativo no âmbito federal. Como um dos Poderes do Estado, tem como função legislar e fiscalizar os demais poderes, administrar e julgar. O Congresso Nacional é composto por duas casas: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. O Senado representa os Estados-membros, e os seus membros são eleitos pelo sistema majoritário. A Câmara representa o povo, sendo os seus membros eleitos pelo sistema proporcional. Informações tomadas do site http://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_Nacional

religiosa sobre os pontos mais candentes das exigências políticas da fé, e sobre o compromisso do legislador católico face aos desafios de uma realidade sociopolíticoeconômica[...] O Grupo Parlamentar Católico resulta, enfim, em um espaço de testemunho da fraternidade política, pois reúne os que estão unidos na mesma fé, não obstante suas divergências ideológico-partidárias, absolutamente necessárias para o funcionamento do Estado democrático" (citação extraída do texto do padre Ernane Pinheiro⁹⁰, agosto, 2001)

Segundo o assessor do atual coordenador do grupo Pastoral Parlamentar Católico (o coordenador é o deputado padre José Linhares):

"O grupo se reúne toda terceira quinta-feira de cada mês, nas dependências da CNBB, para participar de uma celebração eucarística. Atualmente o grupo conta com 125 deputados e 15 senadores de diferentes partidos, sendo o deputado padre José Linhares o atual coordenador" (Marcelo Lopes⁹¹)

Em outra parte da entrevista Marcelo afirma:

"Dependendo do assunto a ser tratado no Congresso, o grupo se articula para lutar pelos interesses, por exemplo, quando entram em votação projetos de lei sobre o aborto, casamento homossexual ou células-tronco" (Marcelo Lopes)

Segundo pesquisa realizada por Aldana (2000), a vinculação de parlamentares ao grupo é feita por meio do envio de uma carta do coordenador aos parlamentares que afirmam na sua ficha pessoal professar a religião católica.

⁹⁰ Ernane Pinheiro. Análise de conjuntura, Congresso Nacional – Visão Global. Uma leitura pessoal, agosto, 2001. www.cln.org.br

⁹¹ Informações obtidas por meio de entrevista realizada com Marcelo Lopes no dia 07/08/06

O Grupo Pastoral Parlamentar Católico não é ligado oficialmente à Igreja. Aldana (2000) comenta:

“Embora o GPC⁹² não seja ligado oficialmente à Igreja, seus membros, subdivididos em grupos, buscam ou são buscados por algum setor da Igreja que lhes dá assessoria e/ou lhes pede apoio nos momentos de votar medidas que dizem respeito a interesses da Igreja” (Aldana, p. 27, 2000)

Conforme mostra a entrevista de Lopes, o grupo é suprapartidário, mas sobre a composição e a coesão ideológica do Grupo Aldana registra:

“O grupo não é um todo coeso, nem em termos de composição partidária, nem ideológica, e no que tange à linha doutrinária católica apresenta as mesmas tendências presentes na hierarquia e no corpo teológico do magistério da Igreja no Brasil. Existem no interior do GPC subgrupos.... Um mais conservador, radical, apoiado pelo setor Família da CNBB, articulado com o Conselho Pontifício da Congregação da Família do Vaticano, e com a assessoria permanente do movimento Pró-Vida. Outro, da linha “carismática” – ligado ao grupo do vice-presidente Maciel. O terceiro provém do grupo original. Caracteriza-se por posições ideológicas de esquerda, situando os temas concretos dentro da macropolítica.” (Aldana, p.33, 2000).

Também é espaço de articulação da Igreja com o tema a participação no Sistema CEPs/ CONEP – Comitês de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, órgão criado em 1996, iniciado por meio da Resolução n.196/96 editada pelo Conselho Nacional da Saúde, instância do Ministério da Saúde.

⁹² Grupo Parlamentar Católico.

No texto⁹³ “Reflexões sobre os Comitês e Comissões de Bioética no cenário brasileiro”, oferecido pelo Grupo de Assessoria da CNBB para Questões de Bioética, os assessores se manifestam:

“Neste caso em particular, o processo que levou à referida Resolução contou com a efetiva participação de vários setores da sociedade civil e significativa contribuição de setores da Igreja, não só nas audiências públicas realizadas, mas também na participação de representantes do clero e das pastorais nos grupos técnicos de trabalho”.

A partir dessa participação, a CNBB organizou em 2004 o Grupo de Assessoria da CNBB para Questões de Bioética, composto por especialistas, para colaborar nas questões de bioética. A partir dessa idéia se criaram as Comissões Diocesanas de Bioética, com o objetivo de esclarecer questões polêmicas sobre células-tronco, eutanásia e distanásia, aborto, anencefalia e outros temas pertinentes à moral cristã, e que dizem respeito à dignidade do ser humano.

Com a participação nos dois espaços, a Igreja, utilizando argumentos surgidos dos estudos e informações obtidas, tem efetiva participação nas discussões sobre as células-tronco.

6.2. Documentos emitidos pela Igreja Católica para debater o tema das células-tronco

As cartas enviadas pelo presidente da CNBB aos deputados e aos bispos são dois documentos importantes para o estudo, pois revelam a forma de atuação e de relação da Igreja Católica com o Congresso.

⁹³ Reflexões sobre os Comitês e Comissões de Bioética no cenário brasileiro, oferecidas pelo Grupo de Assessoria da CNBB para Questões de Bioética. Texto extraído do site oficial da CNBB: www.cnbb.org.br

6.2.1. Carta da CNBB aos deputados sobre a votação do Projeto de Biossegurança“

“Em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), queremos expressar ao Senhor e à Senhora Parlamentar saudações fraternas no início deste ano legislativo.

Constatamos que está em votação, em fase final, o Projeto sobre biossegurança, com temas importantes, inclusive com aspectos referentes à Bioética.

Os últimos decênios vêm apresentando grande progresso no campo da biogenética e da biotecnologia, abrindo perspectivas tanto no sentido da cura de certas doenças como também no aprimoramento da nossa vida na terra.

Contudo, com as esperanças erguem-se novas interrogações e preocupações. Essas interrogações não são apenas científicas, mas, sobretudo, de cunho ético.

Queremos louvar o empenho de nossos parlamentares que, ao longo dos últimos anos, se têm dedicado ao conhecimento da problemática, por meio de debates e seminários.

Isto bem mostra como os representantes eleitos/as pelo povo têm consciência do peso de suas decisões, mormente daquelas que dizem respeito às manifestações da vida em suas múltiplas formas.

Alegramo-nos com as conquistas da ciência, que permitem sanar certos males oriundos de causas genéticas, e com a crescente expectativa da biotecnologia agir eficazmente em certas deficiências de cunho genético. O progresso da ciência e da tecnologia abre novas possibilidades para que possamos levar adiante a missão que o Criador nos confia.

Neste sentido, nos congratulamos com as pesquisas recentes e o uso responsável de células-tronco

adultas encontradas no cordão umbilical, na medula óssea e um pouco espalhadas por todo o corpo humano.

É necessário, no entanto, rejeitar com firmeza a produção de embriões, ou a utilização de embriões já existentes, tanto para pesquisas, quanto para eventual produção de tecidos e órgãos. Para a pesquisa com células-tronco embrionárias seria necessária a supressão dos embriões, e a vida humana deve ser respeitada, sempre, desde o seu início até o seu termo.

Preocupa-nos a maneira pouco aprofundada com a qual certas pessoas e entidades se pronunciam em relação à denominada terapia gênica, como se por meio dela pudessem ser sanados todos os males do mundo. A vida saudável não se reduz aos genes nem aos organismos, mas remete a relações sociais, econômicas, políticas, afetivas e espirituais. Há pessoas e grupos que mais parecem vendedores de ilusão de vida fácil do que preocupados com a saúde e a vida de todos.

Ainda que devemos buscar minorar os sofrimentos dos deficientes vítimas de falhas genéticas, preocupa-nos igualmente a exploração emocional oriunda da exposição de deficientes na mídia.

Diante destes pressupostos e baseados no Evangelho da Vida, confiamos que os Senhores não se deixarão dobrar pela pressão de grupos que investem na biotecnologia para auferir lucros.

A liberação, sem mais, de embriões para obter células-tronco, se nos afigura não como sinal de progresso, mas como sinal de uma postura antiética sem precedentes na história humana.

Na certeza de que nossos legisladores hão de se orientar pelo valor supremo da vida humana, na elaboração

*das leis, pedimos a Deus que os guie no alto desempenho de sua missão legislativa*⁹⁴. (Brasília, 28/02/05)

Podem ser assinaladas questões relevantes na carta. Os bispos,

1. Reconhecem os progressos da ciência na área da biogenética e da biotecnologia.

2. Mas frente aos avanços nessa área, expressam preocupação e interrogações a partir do ponto de vista ético.

3. Avaliam que existe pouca informação e há desconhecimento sobre o assunto, constatado nos pronunciamentos pouco aprofundado de algumas pessoas e entidades.

4. Expressam satisfação porque há parlamentares que se preocupam em se informar sobre o assunto por meio de seminários e debates.

A CNBB tem promovido seminários⁹⁵ para debater assuntos relacionados ao

⁹⁴ Carta assinada pelo Cardeal Geraldo Majella Agnelo Arcebispo de São Salvador da Bahia - Presidente da CNBB; Dom Antônio Celso de Queirós - Bispo de Catanduva, SP Vice-Presidente da CNBB; Dom Odilo Pedro Scherer - Bispo Auxiliar de São Paulo Secretário-Geral da CNBB. Site oficial da CNBB: www.cnbb.org.br

⁹⁵ Na entrevista realizada pela Agência Zenit e concedida á jornalista Naitê Santos o dia 07/06/05, Dom Odilo Pedro Scherer, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fala do seminário "A Dignidade da Vida Humana e as Biotecnologias" e frente à pergunta feita pela jornalista: Qual a intenção da CNBB ao convidar senadores, deputados, juristas e profissionais de saúde?. Dom Odilo responde que:

"Nem sempre as informações veiculadas são suficientes para que as pessoas que têm responsabilidades possam decidir e se manifestar com pleno conhecimento. A CNBB, promovendo essa reflexão, quer oferecer a oportunidade para aprofundar alguns aspectos importantes da bioética e expor o seu pensamento de maneira fundamentada".

Em relação às outras questões (aborto, uso de embriões na pesquisa, aborto de anencéfalos), é preciso colocar sempre a questão básica: a vida humana é um bem não-disponível à decisão e à vontade de outrem, mas deve ser respeitada por si mesma; é intocável. E quando vacilamos nessa questão, a sociedade entra por um caminho muito perigoso. Aquilo que se decide hoje contra os outros, amanhã pode voltar-se contra nós. Em relação aos embriões, coloca-se esta questão primordial: trata-se de vida humana? De ser humano? Se a resposta for afirmativa, então a vida desse ser deve ser respeitada, como se fosse uma criança já nascida ou uma pessoa adulta.

A CNBB está com diversas iniciativas para esclarecer a população, quer por meio de artigos, entrevistas, chamando cientistas e pessoas capazes de explicar as questões com conhecimento científico. Fez até um livrinho com entrevistas com cientistas para explicar essas

tema, convidando deputados e senadores para participar de espaços de discussão.

5. Reafirmam sua posição expressada em vários documentos: são favoráveis somente às pesquisas com células-tronco adultas.

6. Não concordam com a produção de embriões ou a utilização de embriões existentes para pesquisas.

7. Justificam sua posição usando o argumento de respeito pela vida humana em todas as etapas. E o pedido para que os legisladores se guiem pelo valor da vida humana em suas decisões.

8. Prevalece a crítica ao papel dos meios de comunicação no encaminhamento do assunto. Entendem que a mídia pode estar manipulando emocionalmente a sociedade, usando os deficientes.

9. Expressam preocupação pelos interesses que estão por trás da votação do projeto.

6.2.2. Carta aos bispos sobre a votação do Projeto de biossegurança

A carta intitulada “*Carta aos Bispos sobre a votação do Projeto de biossegurança*”⁹⁶, divulgada no dia 1º de março de 2005, assinada pelo secretário geral da CNBB, afirma:

“Escrevo-lhe por uma questão importante e urgente. O presidente da República pediu “urgência” à Câmara dos Deputados na votação do Projeto de Lei de Biossegurança, que prevê a liberação dos transgênicos, o uso de embriões humanos na pesquisa científica (células-tronco embrionárias) e a clonagem humana. O presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, está colocando a questão em votação

questões. É preciso participar, buscar, interessar-se. Sobretudo quem tem o dever de legislar e decidir deve fazê-lo. O Seminário que a CNBB oferece também é para isso”.

⁹⁶ Pode ser encontrada no site oficial da CNBB: <http://www.cnbb.org.br>

entre hoje e amanhã, e não pode deixar de fazê-lo, pelo regimento da Câmara.

Sobre a clonagem humana há unanimidade de rejeição; sobre os transgênicos há forte pressão dos ruralistas, pois estão em jogo, sobretudo, o cultivo e a comercialização de soja transgênica. Sobre o uso de embriões humanos para a pesquisa científica há forte pressão de diversos grupos, desde cientistas, feministas e certos setores da imprensa.

A pesquisa sobre embriões humanos é fortemente defendida por aqueles que afirmam ser ela “a única esperança de cura” para várias doenças neurológicas e outras. Acontece que essa pesquisa está longe de mostrar resultados positivos; pelo contrário, o emprego de células-tronco embrionárias animais desencadeia tumores no organismo dos animais, sobre os quais são feitas as pesquisas. Além disso, no caso dos humanos, a pesquisa sobre células-tronco embrionárias implica a destruição dos embriões humanos para obter as células-tronco embrionárias.

Nesta tarde de terça-feira fiz visita ao presidente da Câmara, com assessores e cientistas. Expus-lhe nossa preocupação. Ele está sob imensa pressão dos diversos grupos, cada um querendo defender sua posição. De toda maneira, ele deverá cumprir o regimento da Câmara. Mas mostrou-se muito receptivo com nossa visita e se disse plenamente de acordo com nossa posição. Porém, não é ele quem decide, mas os deputados. Se for possível, por favor, façamos esta mobilização, pois o momento é muito importante. Na Câmara dos Deputados há um clima de enorme pressão sobre os deputados. Há grupos de paraplégicos postados à entrada do gabinete do presidente da Câmara.

Que podemos ainda fazer neste momento? Eis, então, minha sugestão e pedido: seria muito importante que todos os bispos entrassem em contato imediatamente com os deputados federais de sua região, para falar com eles e pedir-

lhes que votem contra a liberação da pesquisa com células-tronco embrionárias. Aprová-las significaria votar em favor da experimentação com seres humanos.

Percebi que muitos parlamentares ignoram literalmente o significado de tudo o que está em questão com este projeto de lei.

É importante que os deputados sintam que o voto de seus eleitores está em jogo e que a Igreja tem grande capacidade de mobilizar a sociedade quando se trata de questões vitais. O pensamento da perda do apoio das bases políticas não agrada a nenhum parlamentar". (dom Odilo Pedro Scherer , bispo auxiliar de São Paulo, secretário geral da CNBB, 01/03/05).

1. A carta demonstra a forte presença da hierarquia da Igreja Católica brasileira dentro do Congresso Nacional. As visitas realizadas e os contatos oferecem ao secretário geral da CNBB conhecimento profundo sobre a tramitação do projeto de lei de biossegurança.

2. Conhecendo o vínculo de Severino Cavalcanti⁹⁷ com a Igreja Católica, percebe-se o relacionamento estreito dos dois personagens, importantes em suas instituições (CNBB e Congresso Nacional). A efetividade dessas relações é demonstrada pela explicitação da sintonia com as posições. "... e se disse plenamente de acordo com nossa posição".

3. Os argumentos usados para o não apoio ao projeto de lei giram em torno do questionamento da não efetividade das pesquisas: "está longe de

⁹⁷ Severino Cavalcanti, deputado federal pelo Partido Progressista (PP), foi eleito, em fevereiro de 2005, presidente da Câmara para o biênio 2005-2006. Acusado de receber propinas para prorrogar a concessão de um restaurante da Câmara, viu-se obrigado a renunciar ao mandato, em setembro de 2005. Católico praticante, integrava o grupo pastoral de parlamentares católicos, e era conhecido por ações contra qualquer projeto de lei que favorecesse os direitos dos homossexuais, das mulheres, ou mesmo o projeto de lei sobre as células-tronco. Seus argumentos sempre estavam em sintonia com a doutrina católica.

oferecer resultados positivos”, e em torno da destruição dos embriões. Trata-se de “atentado contra a vida humana” e, portanto, se sentem no dever de defendê-la.

4. A carta leva a pensar em uma inversão de papéis dos atores principais nessas discussões. Por parte da comunidade científica, uma das justificativas para a defesa da aprovação do projeto era a argumentação humanitária, ou seja, a ênfase colocada no bem que as pesquisas poderiam trazer à descoberta de tratamento para algumas doenças. Para a Igreja, as preocupações estão centradas nos paraplégicos, grupo que se beneficiaria dos resultados das pesquisas. Eles são listados como um grupo a mais para pressionar os deputados, ao lado dos cientistas, feministas e imprensa.

5. O interesse político - medir força com os demais atores políticos - se torna o objetivo central para a Igreja Católica.

6. O documento mostra a forma como a Igreja se percebe: tem forte influência na sociedade brasileira, especialmente em assuntos vitais, ou seja, que têm a ver com questões ligadas à vida humana.

7. O jogo de forças fica claro quando a Igreja acredita que pode usar a influência para impedir o apoio dos eleitores aos parlamentares. O impacto que tem para os parlamentares a possibilidade de ser usada essa influência surte efeitos positivos para seus objetivos, como bem expressa a carta: “O pensamento da perda do apoio das bases políticas não agrada a nenhum parlamentar”.

8. Mostra também o papel fundamental dos bispos. Mobilizá-los significa colocar para funcionar todas as estruturas organizativas e humanas, e o espaço geográfico de que dispõe a Igreja Católica.

As duas cartas permitem analisar a presença pública da Igreja Católica no cenário brasileiro.

Deve-se partir do pressuposto de que as instituições religiosas, como qualquer outra em Estado democrático, têm o direito de participar e expressar opiniões e propostas, sempre e quando se guiem pelas normas constitucionais que regem o Estado democrático brasileiro. Serão expostos os pontos em comum, para melhor ser situada a análise feita neste estudo.

1. Cada uma das cartas explicita o vínculo da Igreja Católica com o Congresso Nacional. A Igreja informa-se sobre os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional do seu interesse, tais como aborto, células-tronco e homossexualidade. Assuntos, segundo sua avaliação, que precisam da sua presença por causa das questões de cunho moral envolvidas.

2. Nas duas cartas há questionamento às pesquisas com células-tronco. São utilizados argumentos que vão desde a responsabilidade com a vida ao questionamento pela não efetividade das pesquisas.

3. O argumento da defesa e o respeito pela vida são o argumento constante para justificar a preocupação e a presença nos debates.

4. Percebe-se uma autoridade em assuntos éticos e morais, com responsabilidade, perante a sociedade, de velar pelos assuntos concernentes à vida.

5. Apresenta-se como instituição reconhecida socialmente, com forte influência na sociedade.

Alguns fatores podem ser analisados:

Conforme constatado, a lei aprovou o uso dos embriões obtidos em fertilização in vitro nas clínicas, contrariando a posição da Igreja Católica de só usar as células-tronco adultas para as pesquisas.

Várias forças poderosas estavam à frente dos debates: diversas denominações religiosas, entre elas a Igreja Católica, cientistas, meios de comunicação e portadores de deficiência. Havia dois grupos. Em um, as forças religiosas, compostas por deputados e membros do poder estatal contrários à aprovação da lei. De outro, os cientistas, portadores de deficiência e alguns meios de comunicação⁹⁸ que se colocaram como defensores do projeto.

Mais que em termos de perdas e ganhos, é melhor analisar a situação a partir do tema em debate e do contexto da aprovação da lei. É realidade que o projeto de lei de biossegurança sofria pressão dos produtores

⁹⁸ Várias editoriais do jornal Folha de S. Paulo expressavam o desacordo com a interferência da Igreja Católica nos debates na aprovação do projeto. "O substitutivo da Lei de Biossegurança, aprovado ontem pelo Senado, é menos ruim do que a versão da Câmara, mas ainda fica aquém do desejável. Considerando-se, porém, que a peça voltará a ser apreciada pelos deputados, entre os quais é grande a força dos lobbies religiosos, manter o projeto como está já caracterizaria um triunfo da razão.

A Lei de Biossegurança trata de dois temas polêmicos: organismos geneticamente modificados (OGMs) e pesquisa com células embrionárias humanas. Depois de anos de ácidos debates, a resistência aos OGMs entre os parlamentares declinou. São poucos os que hoje fazem objeções ao plantio e à comercialização da soja transgênica num quadro de regras estáveis para a aprovação de novas culturas de OGMs, observados os princípios de cautela e de plena informação para o consumidor. O substitutivo do Senado dá conta desses aspectos, de modo que não se prevêem maiores dificuldades quando o texto retornar à Câmara.

Mais complicado é o tema da pesquisa com células-tronco embrionárias humanas, cuja capacidade de converter-se em todo tipo de tecido as torna sérias candidatas a curar inúmeras doenças degenerativas e até a servir de matéria-prima para a "fabricação" de órgãos sobressalentes para transplantes. Setores ligados a igrejas se opõem a esse tipo de investigação científica, porque ela implica a destruição de embriões.

O projeto original da Câmara proibia todo tipo de pesquisa. O substitutivo do Senado permite testes com embriões excedentes de clínicas de fertilização - que acabariam sendo destruídos de qualquer maneira -, mas veda a chamada clonagem terapêutica, que permitiria cultivar células perfeitamente compatíveis com o sistema imune do paciente, eliminando o problema da rejeição.

Espera-se que o interesse público e científico prepondere e os deputados não revertam o tímido avanço que o Senado introduziu no texto. Posições religiosas são perfeitamente respeitáveis, mas, num Estado laico e democrático, não podem pretender-se universais. (Folha de S. Paulo, Editorial Nas mãos da Câmara, Página A2, São Paulo, 07/10/04)

rurais para que fosse liberada a produção de alimentos transgênicos ao comércio. O interesse econômico exercia pressão para que o governo aprovasse a lei. Além disso, as células-tronco entram no projeto rápida e inesperadamente, pois era projeto que precisava ser feito em separado, pela novidade do tema e quantidade de interrogações que a pesquisa provoca.

Para alguns membros da Igreja⁹⁹ e dos opositores à aprovação do projeto, os meios de comunicação também pressionaram fortemente os deputados para se posicionarem favoravelmente. Esse fato pesou muito no momento de tomar a decisão.

Mas isso não se torna algo extraordinário, pois a Igreja Católica, conforme demonstrado na carta, também exerce clara pressão sobre os deputados, inclusive usando recursos semelhantes. Mas no caso das células-tronco sua intervenção não surtiu os efeitos desejados.

O panorama apresentado em torno da participação da Igreja Católica nos debates sobre o uso de células-tronco para pesquisas dá elementos para ser analisada a sua participação na esfera pública a partir da atuação ativa no Congresso Nacional, por ocasião da votação da Lei de Biossegurança.

7. PRESENÇA PÚBLICA QUESTIONADA

Frente aos debates em torno das células-tronco, tornou-se evidente a controvérsia em torno de dois discursos, provenientes de dois tipos de conhecimento historicamente em conflito: conhecimento científico versus

⁹⁹ Um representante significativo da Igreja neste debate me informou em conversação informal que alguns deputados se haviam sentido pressionados por parte de alguns meios de comunicação para que votassem favoráveis ao projeto, caso isto não acontecesse seus nomes seriam excluídos de qualquer notícia nestes meios.

conhecimento religioso. O primeiro, embasado em pesquisas científicas passíveis de reformulações e de mudanças por meio de comprovações empíricas, e o outro resultado de doutrinas embasadas em dogmas religiosos, sem possibilidade de reformulações, pois por terem como base a crença em um ser moralmente superior aos seres humanos, não admitem diferenças de opinião naquilo que se relaciona aos seus princípios máximos.

A presença pública destes dois atores, com a explicitação dos discursos na sociedade, é cenário propício para analisar o papel da religião. Nesse caso, a presença pública da Igreja Católica.

A sociedade brasileira, ainda que com um forte ethos religioso, é regida por idéias e valores das sociedades modernas, nas quais prevalece a idéia de direitos, autonomia, liberdade e relatividade das idéias religiosas para as decisões sobre a vida privada. Pode ser constatado nos resultados da pesquisa realizada pelo Ibope¹⁰⁰, em 2005, que concluiu:

“86%, das pessoas que se autodenominam católicas consideram que uma pessoa pode usar anticoncepcionais e continuar sendo um bom católico;

97% disseram ser favoráveis ao uso do preservativo no combate ao HIV/AIDS;

95% aprovam a distribuição da pílula contraceptiva nos postos de saúde;

74% de brasileiros se declararam favoráveis à oferta de aborto legal nos serviços públicos de saúde;

¹⁰⁰ Resultados da pesquisa IBOPE/OPP/008/2005 de fevereiro de 2005 para Católicas pelo Direito de Decidir – CDD-Br, denominada Pesquisa de Opinião dos católicos brasileiros sobre direitos reprodutivos, relação Igreja-Estado e temas relacionados, dividida em Anticoncepção, Aids e Anticoncepção de Emergência e Aborto, Estado Laico e Políticas Públicas.

76% dos brasileiros com grau de instrução superior manifestam-se favoráveis à permissão do aborto em alguns casos;

85% de católicos considera que o presidente, caso seja católico, deve governar baseado na diversidade de opiniões que existem no país.

86%, das pessoas que se autodenominam católicas, na pesquisa consideraram que no Executivo, Legislativo, Judiciário, deputados e os juízes devem tomar decisões baseados na diversidade de opiniões que existem no país". (Pesquisa Ibope, fevereiro 2005).

As contradições entre o discurso oficial e a posição majoritária dos fiéis se tornam indicador das mudanças produzidas no âmbito religioso, como também podem ser indicador do distanciamento da sociedade em relação ao ideário católico.

Diferentemente de outros temas e, apesar da forte pressão da Igreja Católica e de forças aliadas, a lei foi aprovada.

7.1. Dois discursos na cena pública: o científico e o religioso

Ciência e Religião são ícones de modelos de sociedade. Na interpretação do modelo iluminista, a ciência foi considerada a espinha dorsal das sociedades modernas, e a religião o fundamento da sociedade medieval, sinônimo de obscurantismo que devia ser superado nas sociedades modernas. Visão que continua subjacente, tornando-se presente em alguns momentos.

O cenário da votação do projeto de biossegurança mostrou o conflito histórico. Até a própria Igreja, em diversas ocasiões, expressou desconforto quando questionada pela participação nos debates:

"Em meio aos debates, não poucas vezes a Igreja Católica e outras expressões religiosas são acusadas de

estarem travando a marcha do progresso”. (frei Antônio Moser, teólogo franciscano, “Biosegurança: Escolhe o caminho da vida”, 03/04, www.cnbb.org.br)

“Ora, hoje acontece um fato estranho. Quando o Papa fala contra a guerra ou contra as injustiças econômicas do mundo como fez em muitas encíclicas, todo mundo aplaude, tanto crentes quanto não crentes. Quando, porém, ensina que se deve tratar bem o corpo humano e, portanto a sexualidade humana que é a origem da vida, do amor e da família, quando ensina que não se deve tocar na vida no seu início, quando embrião, que não se deve reproduzir o ser humano na proveta, uma vez que 95% dos embriões são perdidos, o Papa é criticado como se fosse uma interferência indevida. A ciência é um grande recurso que, utilizado para o bem dizemos: muito bem! Quando alguém, porém, se serve dele para o mal ou para seus interesses devemos dizer: isso é mal! ”.(dom Elio Sgreccia¹⁰¹ 06/07/04).

Ainda que exista um cenário de legitimidade da sua participação no espaço público, há assuntos nos quais o conteúdo religioso não é bem aceito. O discurso sobre a vida, fortemente usado nos debates sobre o aborto, soava contraditório frente às reivindicações dos cientistas, neste caso e, especialmente, dos portadores de deficiência, de que a aprovação possibilitaria o desenvolvimento de pesquisas que iriam dar qualidade de vida às pessoas.

Mesmo se os documentos emitidos sobre as células-tronco tivessem extensa bibliografia, o discurso em torno da defesa da vida não apresentava elementos novos. Como analisado por Vaggione (2004), a Igreja usa o que ele denomina “secularismo estratégico”, ou seja, forma de reduzir ao mínimo seu

¹⁰¹ Entrevista publicada no site oficial da CNBB: <http://www.cnbb.org.br/index.php> sob o título de Bioética

discurso religioso, estrategicamente se articulando para usar discursos seculares, de caráter científico ou legal.

A criação e a participação em espaços de discussão com especialistas no assunto das pesquisas com células-tronco são mostra dessa mudança, conforme dom Odilo:

“CNBB está com diversas iniciativas para esclarecer a população, quer por meio de artigos, entrevistas, chamando cientistas e pessoas capazes de explicar as questões com conhecimento científico. Fez até um livrinho com entrevistas com cientistas para explicar essas questões”.(entrevista para a Agência Zenit, 07/06/05).

Mas apesar de a igreja fazer esse esforço, os posicionamentos são embasados em suas doutrinas. Justificadas por princípios dogmáticos, não têm caráter transitório e, portanto, devem resistir às mudanças do tempo. Isso fica corroborado na constituição apostólica sobre as universidades católicas:

“...uma investigação metódica, em todo o campo do saber, se conduzida de modo verdadeiramente científico e segundo as leis morais, nunca pode encontrar-se em contraste objetivo com a fé” (Constitución Apostólica Ex corde Ecclesiae, sobre as universidades católicas, I parte. 17, 15/08/90).

Concordando com Diniz (2006), nas regras para as universidades católicas a identidade confessional e a dogmática católica seriam as diretrizes que definiriam e avaliariam as pesquisas científicas. A identidade confessional não se propõe a ser complemento para a pesquisa científica, mas como o núcleo que nortearia as pesquisas, na medida em que existe uma regra inegociável: *“a fidelidade à mensagem cristã tal como é apresentada pela Igreja” (Constitución apostólica Ex corde Ecclesiae, sobre as universidades católicas I parte. No 13.3, 15/08/90).*

Pelas conclusões da votação da lei percebe-se que, no atual cenário, a argumentação científica tira legitimidade e fragiliza o discurso religioso. A eficácia da Igreja Católica, procurada para dar atenção a diversos outros assuntos – à AIDS, por exemplo -, ficou relegada a segundo plano pelo próprio governo. A presença da Igreja na esfera pública, no caso das células-tronco, encontrou resistências por parte de atores fundamentais na composição do Estado brasileiro.

A legitimidade da participação no espaço público dependerá dos assuntos e dos atores.

A mesma Igreja, ainda que tenha sofrido mudanças e use novas estratégias para responder às realidades atuais, tem que rever seus posicionamentos. Porém, neste empreendimento de readequar seu discurso religioso ao campo político ou “politizar o discurso religioso”, primeiramente não pode perder de vista um olhar para a sua tradição para confrontar e avaliar as mudanças dessas origens. Mas conforme Burity (2000) analisa:

“caráter desta leitura pode ser conservadora ou progressista, dependendo do contexto em que é articulada. A heterodoxia é uma posição relacional, que só se define face a uma posição ortodoxa hegemônica, bem como face a um campo de forças externo à religião. Na repolitização do discurso religioso podemos encontrar do integrismo mais reacionário ao pluralismo mais radical, passando por posições centristas e pragmáticas...” (Burity, p. 12, 2000).

No debate público em torno das células-tronco, há sinais de que a sociedade interpretava o discurso religioso como contrário ao progresso das ciências. Como demonstrado, em muitos pronunciamentos a Igreja sentia-se incomodada com isto. Pereira retrata bem essa visão:

“Confusões conceituais à parte, é uma lástima que o país ceda às pressões de grupos religiosos e proíba de forma radical a pesquisa com embriões humanos. Concordo que este seja um material biológico precioso, mas a proibição total representa um atraso para o desenvolvimento da ciência no país. Poderíamos criar mecanismos de vigilância e legislações que permitissem esse tipo de pesquisa por grupos qualificados, credenciados de acordo com sua capacidade demonstrada na área - isso foi feito com muito sucesso em relação ao acesso a materiais radioativos, por exemplo. O Brasil perde uma grande oportunidade de ter uma vantagem competitiva na promissora área de pesquisa com CTs embrionárias. A permissão controlada nos tornaria líderes nesse tipo de pesquisa na América Latina, atraindo pesquisadores de outros países que nos ajudariam na formação de novos pesquisadores nessa área. Depois de tantos anos de investimento em pesquisa, temos os cérebros, temos a infra-estrutura - agora nos falta a lei” (Lygia Pereira, 10/02/2004. “Clonagem terapêutica e polemica”. ww.comciencia.br/reportagens. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico).

Por outro lado, a postura da Igreja reforça muitas vezes essa imagem: no seu discurso sempre transparece uma desconfiança ou dúvidas sobre a capacidade ética da humanidade, preocupada com os efeitos perversos ou com a não efetividade das descobertas científicas, como explicitado nas cartas. Seriam algumas motivações para fazer-se presente publicamente. Muitas vezes se apresenta como a única preocupada com a defesa da vida, sem fazer perguntas sobre sua concepção de vida e sem ter em conta critérios éticos surgidos de outras fontes, também válidos e sérios. Inclusive, transparece pouca preocupação com as novidades trazidas pelas

pesquisas sobre a vida humana. Apesar de seus argumentos estarem, segundo a Igreja, fortemente respaldados por farta bibliografia científica, a interpretação que faz sempre leva a legitimar sua doutrina.

Diniz (2006) afirma:

“A única harmonia ética possível de ser antevista por uma pesquisa científica é com o ordenamento constitucional de uma democracia: nenhuma pesquisa científica aceitável faz uso de meios ou apresenta resultados que desconsiderem o ordenamento jurídico ou infrinjam direitos fundamentais”. (Diniz, p. 30, 2006).

Estes fatores fazem com que a presença pública da Igreja, reconhecida e legitimada em assuntos que têm a ver com as condições sociais, conflitos de guerra, compromisso humanitário, seja debatida quando a Igreja reafirma suas posições tradicionais sobre os temas. No caso das células-tronco fica evidente que o ponto de partida da Igreja são os princípios absolutos.

E mais, um dos efeitos dessa participação pública são as polarizações de forças. Ainda que, internamente, entre as forças em debate exista diversidade de pensamentos sobre o assunto, os grupos participantes se apresentam coesos diante das posições da Igreja. A análise de Casanova (1994) mostra que a presença pública das religiões pode contribuir, na sociedade, elencando perguntas sobre questões morais que podem levar ao debate público. Entretanto, encontra seus limites quando, diante da reação da sociedade aos discursos da Igreja Católica, se perdem de vista posições e contribuições para o aprofundamento do tema. Pelas posturas dogmáticas e absolutas e a desconfiança nas escolhas, e as novas descobertas, pela não revisão dos seus posicionamentos acatando críticas, inclusive dos seus

próprios fiéis, a função que Casanova lhe atribui de contribuir no avanço dos debates sobre assuntos morais fica questionada.

A postura da Igreja é grande perda para a humanidade, pois se trata de uma instituição que tem tradição de produção de filosofia, argumentos morais, e que em determinado momento se converteram em referências importantes para a sociedade. Ainda que criticada em alguns aspectos, não se pode deixar de salientar essa tradição.

7.2. Duas instâncias em cena: a política e a religião

Com a formação da República, orientada por princípios laicos, definem-se as esferas do Estado e da religião. No Brasil, a separação entre a Igreja e o Estado realiza-se oficialmente na Primeira República, em 1890, e em 1891 se registra na Constituição. Entende-se por separação entre Igreja e Estado a delimitação das fronteiras e a independência de atuação de cada uma, sob a proteção de garantias institucionais, como a liberdade de consciência e a independência das autoridades civis e políticas em relação às autoridades eclesiásticas.

Já a Igreja Católica assume de maneira oficial a separação entre Igreja e Estado no mundo com a “Declaração sobre a Liberdade Religiosa”, emitida pelo Concílio Vaticano II. Durante mais de 17 séculos dominou a crença de que as leis civis deveriam adequar-se aos ensinamentos da Igreja.

Os princípios laicos tornam-se alicerces sobre os quais se constrói a democracia. O Estado, segundo estes princípios, deve agir de acordo com os interesses dos cidadãos e não das instituições religiosas. Agora, o Estado laico não é uma instituição política neutra com relação a valores, pois se encontra vinculado à realidade concreta da convivência social, como são a tolerância e o

respeito à pluralidade religiosa, a separação Igreja/Estado, a liberdade de consciência, a democracia e mesmo o princípio moderno de liberdade religiosa.

A laicidade do Estado, entendida do ponto de vista da neutralidade, significa que o Estado brasileiro reconhece e protege a diversidade de religiões, inclusive deve levar em conta o ethos religioso da sociedade. De tal maneira que as decisões tomadas pelo Estado tenham como base a sensibilidade em relação à realidade e às crenças do conjunto da sociedade brasileira. No entanto, sendo um Estado laico, não cabe a ele definir políticas ou leis segundo princípios morais específicos.

Do ponto de vista das relações entre religião e política, o assunto se torna mais complexo se não há clareza quanto ao princípio da laicidade do Estado. Os cidadãos que guiam sua vida por crenças religiosas são também membros da sociedade laica, e isso se torna complexo porque as determinações religiosas têm implicações morais e sociais, e as pessoas expressem suas convicções de fé nas atividades como cidadãos na sociedade.

Mas não é pelo fato de ter como fonte as idéias religiosas que propostas morais não sejam tidas em conta para o âmbito político. Elas devem ser discutidas e, inclusive, podem ser incorporadas como referências éticas, na medida em que estejam em conformidade e não entrem em choque com os valores do Estado moderno e com o conjunto da sociedade. O problema existe quando as doutrinas e práticas religiosas se opõem aos valores e às leis do Estado laico.

No caso das células-tronco, o argumento fundamental da Igreja para ter participação ativa no debate é o da defesa incondicional da vida. Sua

preocupação se deve ao fato de que a utilização dessas novas técnicas possa levar a uma "desumanização", colocando em risco o respeito à vida.

Porém, a preocupação também faz parte do Estado e da sociedade. No artigo 5º da Constituição, a inviolabilidade do direito à vida aparece como uma das garantias referendadas pela Constituição, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.

Isto significa que o Estado e a sociedade brasileira também têm referências éticas como parâmetros. São fontes emanadas da cultura, dos costumes e das próprias religiões. No caso do catolicismo, a cultura brasileira é permeada por esses referenciais. A ética é considerada uma das referências do Estado para legislar, pois avalia o comportamento dos seres humanos, independentemente de convicção política ou religiosa.

Reafirma-se, ao longo deste estudo, a posição de que as religiões, dentro de uma sociedade democrática e plural, têm direito de participar da vida pública, sempre e quando guiadas pelas normas constitucionais. Entendendo a pluralidade, conforme Mouffe (1999), não somente como a incorporação de concepções diversas que não trazem conflitos, mas a incorporação de diferentes concepções, assumindo divisões e conflitos.

O fator religioso por tudo o que tem significado na configuração dos Estados modernos, foi interpretado como algo que não tinha lugar nas sociedades modernas. Por isso surge a necessidade da separação entre as Igrejas e o Estado. Embora a participação no espaço público de algumas instituições religiosas lhes tenha dado legitimidade, como apontado em outros capítulos, no caso da Igreja Católica, ainda assim, essa participação causa controvérsia, especialmente em assuntos ligados à moral. Conforme Mouffe,

esses fatores não devem ser considerados negativos e motivos de exclusão. Ao contrário, devem ser levados em conta, quando contribuem para o aprofundamento dos debates.

Porém, com relação à participação da Igreja no cenário público nas discussões em torno das células-tronco, algumas questões merecem ser apontadas com o intuito de mostrar os vazios e os problemas percebidos. Não se pretende fazer uma leitura maniqueísta, entre o Estado e a Igreja, mas tentar desvelar a dinâmica dessa atuação para uma melhor análise.

Nos documentos estudados e nas participações públicas, não há, por parte da Igreja, referências ao artigo 5º da Constituição, importante referência laica, emanada das preocupações da sociedade para a defesa da vida humana.

A efetividade das discussões, num ambiente plural e democrático, deve ser conseguida por meio do aprofundamento de cada uma das opiniões, e também pela disposição de todas as partes de deixar de lado as próprias convicções e acolher outros argumentos em favor do bem maior, que é o bem-estar da sociedade.

Assim como o Estado tem o dever de levar em conta o sentido religioso da sociedade, também as instituições religiosas devem sentir-se sensibilizadas frente aos valores defendidos pelo Estado, os quais têm que responder às reivindicações da sociedade civil e da sociedade em geral.

O Estado também tem fragilidades e vazios. Seus representantes defendem interesses e ideologias. Por isso, é fundamental o papel da sociedade civil organizada, com propostas e reivindicações. Assim também a criação de normas constitucionais para delimitar e controlar sua atuação. Mas é

a referência da cidadania e, portanto, aos cidadãos, que deve prestar conta, e são os cidadãos que devem exigir.

No estudo dos documentos sobre as células-tronco, os argumentos estão referendados por ampla bibliografia; mas, na análise desses documentos, não há mudanças em relação às posições tradicionais da Igreja. O que pode ser entendido, conforme Vaggione (2000), como estratégia que a Igreja usa para revestir seus posicionamentos com argumentos seculares; no entanto, os dogmas permanecem.

A Igreja, ao ocultar ou reduzir seu discurso religioso, não se apresenta publicamente com a sua identidade religiosa, ou seja, como instituição religiosa. O que entra em contradição com as propostas de Mouffe (1999) e de Casanova (1994), quando analisam que a incorporação desse tipo de discurso pode contribuir ao debate, enriquecendo-o, na medida em que são forças que movem as pessoas à participação política.

Se o discurso da Igreja não apresenta novidade, não traz novas interrogações às surgidas das pesquisas, a contribuição fica limitada e se torna, mais que contribuição, obstáculo ao debate.

Quando a Igreja reveste seu discurso religioso de argumentos seculares, oculta a identidade religiosa e se posiciona inadequadamente. A estratégia indica que pode não estar disposta a rever posicionamentos a partir dos questionamentos externos.

Por que a Igreja não obteve êxito em sua tarefa de impedir a votação do projeto de lei?

Uma das primeiras argumentações pode ser a de que, para a sociedade, a liberação das pesquisas não significava atentado contra a vida

humana, conforme afirmava a Igreja. A sociedade tem outras referências éticas, além das religiosas, para guiar sua vida. Essas fontes são emanadas do Estado, cultura, entorno familiar, costumes, grupo social e identidade de gênero, entre outros pontos.

Há a reflexão sobre o papel dos legisladores e do governo. Talvez se sentiram independentes em relação aos argumentos da Igreja, porque, entre diversos motivos, não se consideravam ameaçados pela sua base social. O projeto de lei para ser aprovado teve que ser revisado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado. Este fato lhes garantia a não violação de nenhum princípio constitucional.

Com relação à liberdade de pesquisa, o Estado também deverá impor restrições, mas determinadas por acordos constitucionais e não por moralidades surgidas de religião específica.

A sociedade está mais sensibilizada à incorporação de direitos e criação de políticas públicas que beneficiem as pessoas portadoras de deficiência do que pelo debate de idéias e discursos da Igreja. Essas podem ser as razões pelas quais o discurso da Igreja teve pouco eco na sociedade, assim como entre os legisladores e o governo.

Fato relevante refere-se à ausência de vozes divergentes na própria Igreja. Pode ter ocorrido por causa do fato de que as vozes divergentes pouco se interessaram pelo assunto ou o tema ainda era novidade, e não há um discurso elaborado. Ou, em uma conjuntura na qual a vida está fragilizada, representantes religiosos preferem não expor publicamente idéias divergentes sobre o tema. A voz oficial prevaleceu nesses debates.

A Igreja está consciente do seu direito de participar da vida pública como qualquer esfera social, e sabe que a maioria da sociedade a respalda, a legitima e a reconhece como autoridade em assuntos morais.

Se a Igreja se apresenta publicamente com contribuições relevantes diante das incertezas e interrogações que as novas pesquisas trazem à humanidade, com certeza sua presença será bem-vinda, colaborando para o conhecimento e para a Ciência. Fica limitada, entretanto, quando busca argumentos científicos a fim de respaldar posições tradicionais. Ao usar os argumentos da Ciência para reforçar os próprios, lhes dá caráter dogmático, o que totalmente contrário à Ciência, que deve estar sempre aberta ao diálogo, aos questionamentos e às mudanças.

8. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nos debates em torno das células-tronco evidenciou-se que a Igreja Católica, para defender posicionamentos, tem estratégia clara de atuação no Congresso Nacional. A participação em espaços estratégicos e a articulação com parlamentares são os mecanismos usados para conseguir objetivos.

Por meio dos documentos estudados constata-se um plano definido de atuação, além de clara interpretação das lógicas que transitam no Congresso Nacional. No caso dos parlamentares, a Igreja domina as estratégias capazes de pressioná-los. E conseguir que se aliem às propostas. A participação da Igreja no espaço público não é improvisada, mas compõe-se de um plano, com estratégias definidas sobre os assuntos nos quais deve atuar intensamente, como a defesa da família, defesa da vida e a moral. Por isso, está sempre presente nos debates sobre aborto, direitos dos homossexuais, AIDS e células-tronco.

Há interesse na formação e informação sobre temas que, segundo a instituição, são importantes para o desenvolvimento da sua missão. Mas deve-se levar em conta que a Igreja, atualmente, se volta à tradição, à obediência às normas, ao rigor teológico, ao seguimento rígido das normas emanadas do Vaticano. Portanto, essa formação, ainda que contemporânea, não pode se contrapor às próprias doutrinas, especialmente em um momento no qual é rígido o controle sobre qualquer produção teórica que tenha relação com a instituição.

A estratégia usada - assessorar-se de especialistas em determinados assuntos – restringe-se ao fortalecimento de argumentos, e não uma tentativa de rever dogmas e posições oficiais, reinterpretando-os e aceitando-os, se preciso fosse.

A novidade trazida pela Igreja aos debates atuais é que seus documentos são referendados por extensa bibliografia, mas o conteúdo é o mesmo. Talvez sejam razões a partir das quais crescem as críticas e se debilita a adesão às propostas.

CAPITULO IV

A HOMOSSEXUALIDADE E A IGREJA CATÓLICA

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre “homossexualidade e direitos humanos” vem ocorrendo em diversos países. Na Europa, já são realidade leis que favorecem a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. No Brasil existem diferentes projetos de lei no Congresso que dizem respeito aos direitos dos homossexuais. Isso demonstra a grande atividade e a organização do movimento homossexual.

Porém, em contraposição ao clima de afirmação de direitos, há resistências por parte de alguns setores, especialmente o religioso, que tentam impedir qualquer iniciativa que favoreça os direitos dos homossexuais.

Este capítulo tem como finalidade analisar como a Igreja se apresenta na esfera pública, a partir dos debates em torno da homossexualidade.

Mais especificamente, interessa a este estudo centralizar a análise nos documentos e pronunciamentos sobre o assunto. Dois eventos serão a referência: debates surgidos quando da votação do projeto de lei 1151/95, intitulado Projeto de Parceria Civil entre Pessoas do mesmo Sexo, e a Proposta de Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação Sexual – apresentada pelo governo brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Um dos argumentos usados pela igreja para justificar sua participação ativa no debate diz respeito à “defesa dos valores familiares”. A

aprovação de projetos de lei como os citados é indício de que valores religiosos e morais têm sido relativizados, pela inclusão de propostas “antinaturais”, que “ofendem” os planos de Deus.

Por outro lado, há um movimento homossexual ativo, sensibilizando, cada vez mais, os diferentes setores da sociedade com propostas, pesquisas e pronunciamentos. Além de participar, com os Poderes do Estado, da elaboração de leis que permitam o exercício dos seus direitos.

A fim de conhecer detalhadamente o pensamento da Igreja Católica, serão examinados documentos publicados pelo Vaticano e pela Igreja Católica no Brasil, por meio de seu organismo principal, a CNBB. Esses documentos são o “Pronunciamento sobre a Família”, divulgado na 34^a Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itaiçi, município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, de 17 a 26 de abril de 1996; a participação do padre Leonard M. Martin, diretor do Instituto Teológico-Pastoral do Ceará e presidente da Sociedade Brasileira de Teologia Moral, na sétima audiência pública sobre o projeto de Parceria Civil entre Pessoas do mesmo Sexo, realizada em 15 de outubro de 1996; o documento “A propósito do Projeto de Lei de união civil de pessoas do mesmo sexo”, assinado pelo então secretário geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno Assis, publicado no dia 17 de outubro de 1996; a última carta assinada pelo então secretário geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno Assis, e dom Aloysio José Leal Penna, responsável pelo Setor Família e Vida da CNBB, publicada em Brasília, a 9 de maio de 2001, dias antes de entrar em votação pela última vez o projeto de lei 1.151/95. A carta foi dirigida aos deputados.

Serão utilizadas entrevistas com pessoas ligadas ao movimento GLBT¹⁰² e assessores de deputados, além de material produzido no Congresso sobre o assunto.

O objetivo é detectar quais os critérios seguidos pela Igreja para fazer-se presente no Congresso Nacional, os mecanismos para articular-se com os congressistas, e como alguns congressistas justificam a aliança com a Igreja nesse debate específico.

1. DEFININDO ALGUNS CONCEITOS

Em consequência da multiplicidade de interpretações sobre o tema, torna-se apropriado situar conceitos reinterpretados a partir do avanço das pesquisas, como também da necessidade de criar linguagem menos discriminatória e preconceituosa.

São adequadas as definições usadas no Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual: Brasil Sem Homofobia, pois são produtos das entidades que se articulam para debater os problemas relacionados aos grupos GLBT. As definições expressam as interpretações dos movimentos de gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, entidades do governo, da saúde etc.

Eis as definições, como expostas no texto do programa Brasil Sem Homofobia ¹⁰³

a) Identidade sexual

¹⁰² Gay, Lésbicas e Transgenero

¹⁰³ Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. pág. 29-30.

É o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. A identidade sexual é o sentimento de masculinidade ou feminilidade que acompanha a pessoa ao longo da vida. Nem sempre está de acordo com o sexo biológico ou com a genitália da pessoa.

b) Orientação sexual

Orientação sexual é a atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa sente pela outra. A orientação sexual existe num continuum que varia desde a homossexualidade exclusiva até a heterossexualidade exclusiva, passando pelas diversas formas de bissexualidade. Embora tenhamos a possibilidade de escolher se vamos demonstrar, ou não, os nossos sentimentos, os psicólogos não consideram que a orientação sexual seja opção consciente que possa ser modificada por ato da vontade.

c) Homossexualidade

A homossexualidade é a atração afetiva e sexual por uma pessoa do mesmo sexo. Da mesma forma que a heterossexualidade (atração por uma pessoa do sexo oposto) não tem explicação, a homossexualidade também não tem. Depende da orientação sexual de cada pessoa.

d) Homossexuais

São aqueles indivíduos que têm orientação sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo.

e) Gays

São indivíduos que, além de se relacionarem afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, têm um estilo de vida de acordo com essa sua preferência, vivendo abertamente sua sexualidade.

f) Bissexuais

São indivíduos que se relacionam sexual e/ou afetivamente com qualquer dos sexos. Alguns assumem as facetas de sua sexualidade abertamente, enquanto outros vivem sua conduta sexual de forma fechada.

g) Lésbicas

Terminologia utilizada para designar a homossexualidade feminina.

h) Transgêneros

Terminologia utilizada que engloba tanto as travestis quanto as transexuais. É um homem no sentido fisiológico, mas se relaciona com o mundo como mulher.

i) Transexuais

São pessoas que não aceitam o sexo que ostentam anatomicamente. Sendo o fato psicológico predominante na transexualidade, o indivíduo identifica-se com o sexo oposto, embora dotado de genitália externa e interna de um único sexo.

2. SITUANDO O MOVIMENTO GLBT

Segundo Mariante (2004), no fim do século 19 surgiu na Alemanha o primeiro movimento em defesa dos direitos dos homossexuais, liderado pelo cientista Magnus Hirschfeld, que chegou a fundar um instituto voltado à questão da livre orientação sexual. Ao mesmo tempo, deputados do Partido Social-Democrata Alemão propuseram no Parlamento a supressão dos dispositivos legais que criminalizavam a prática da homossexualidade. O crescimento do movimento foi interrompido com a ascensão do domínio do nazifascismo, especialmente na Alemanha, Itália e Espanha, e eclosão da Segunda Guerra Mundial.

O assassinato do escritor e poeta Federico Garcia Lorca é emblemático das repressões e mortes sofridas pelos homossexuais no regime totalitário.

Com o fim da Segunda Grande Guerra ressurgiu o movimento. A partir de 28 de junho de 1969, com a revolta de Stonewall - levante de travestis e gays de New York, Estados Unidos, contra os abusos dos policiais, o movimento homossexual cresceu. E então se iniciaram as Paradas do Orgulho Gay no mundo inteiro, com a criação de organismos internacionais de luta pelos direitos dos homossexuais.

A partir da década de 1960, com a explosão dos movimentos sociais de minorias e o fortalecimento dos estudos de gênero, melhor se observa a organização na luta pelos direitos de igualdade das minorias.

No Brasil, a história do movimento homossexual está diretamente ligada à criação do jornal *Lampião*, editado no Rio de Janeiro por intelectuais homossexuais, e a criação do Grupo SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, importante segmento do movimento homossexual na década de 1980. Os movimentos homossexuais, a partir de 1980, passaram então a multiplicar-se em todo o Brasil, procurando a afirmação de identidade e reivindicando direitos para homossexuais como cidadãos.

Os movimentos de cidadania e direitos homossexuais existentes no Brasil comungam a reivindicação de direitos e a afirmação de identidade baseadas na liberdade de escolha ou opção sexual, ou seja, em sua própria sexualidade, tentando pautar seu discurso, portanto, em um “direito à diferença”.

Baseiam-se, os movimentos, em pressupostos legais ou teóricos, como o princípio da igualdade estabelecido pela Constituição Nacional e Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou até a tentativa de legitimação das diferentes opções sexuais. A maioria dos grupos de cidadania homossexual procura diminuir as disparidades entre a pretensa maioria heterossexual e a chamada homossexualidade.

É importante destacar a participação do Brasil na AILGA - Associação Internacional de Gays e Lésbicas, federação mundial que reúne organizações locais e nacionais que têm como objetivos a promoção e defesa da igualdade de direitos para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) em todo o mundo.

A ILGA tem mais de 400 organizações, representando cerca de 90 países, em todos os continentes.

Entre as múltiplas organizações no Brasil¹⁰⁴, há a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT, rede nacional composta por 165 organizações – grupos de gays, lésbicas, travestis e transexuais, direitos humanos e AIDS, criada em 31 de janeiro de 1995. Sua missão é fortalecer e organizar as entidades e promover a construção de uma sociedade livre e igualitária.

Atualmente a ABGLT tem cinco linhas de trabalho prioritárias¹⁰⁵: Brasil Sem Homofobia; Resolução Brasileira na ONU sobre Orientação Sexual e Direitos Humanos; Advocacy para aprovação de leis e garantia de orçamento para políticas afirmativas voltadas para GLBT; garantia da manutenção de

¹⁰⁴ Existe diversidade de movimentos e organizações que aglutinam as várias expressões de GLBT no Brasil. Como o objetivo deste trabalho não é a análise de cada organização, somente algumas serão apresentadas de maneira descritiva, como amostra do panorama no Brasil.

¹⁰⁵ Informações obtidas no site oficial da instituição: <http://www.abglt.org.br/port/index.php>

recursos para prevenção e assistência em HIV/AIDS para gays e outros homens que fazem sexo com homens, diante da política federal de descentralização para os Estados e municípios; e a promoção do Estado laico.

Espaço importante é o Senale – Seminário Nacional de Lésbicas, instância estratégica de discussão e encaminhamento das determinações políticas do movimento lésbico no Brasil. Surgiu no Rio de Janeiro em 1995 e acontece anualmente. O 29 de agosto, Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, nasce do primeiro Senale.

Pessah (2005) justifica o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica:

“Essa foi a primeira data em que no Brasil se reuniram mais de 100 lésbicas de vários Estados para debater, pensar e falar sobre as nossas questões como lésbicas. Porque numa sociedade que tem por norma a heterossexualidade, se não mencionamos, se não mostramos que existimos, somos ignoradas: afinal, o que não se vê não existe. E o que não se conhece dá medo, ódio e desperta fantasias negativas. Em outras palavras, alimenta a discriminação”(Pessah106, 2005)

O movimento GLBT é segmento inserido no contexto brasileiro: promove debates, reivindica, apresenta propostas, torna-se mais e mais solidificado, contribuindo para o fortalecimento da democracia.

Em relação ao significado da diversidade dentro do movimento, Facchini¹⁰⁷ (2004) analisa:

¹⁰⁶ Mariana Pessah, Mulheres Rebeldes: Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. O texto pode ser encontrado no site <http://lists.indymedia.org/pipermail/cmi-mulheres/2005-August/0827-rq.html>–

¹⁰⁷ Facchini, Regina. O lugar do sujeito político: bissexuais e transgêneros na LBL. Texto escrito a partir de exposição apresentada no Encontro Nacional da Liga Brasileira de Lésbicas, realizado em São Paulo, em novembro de 2004. Pode ser encontrado no site <http://www.paradasp.org.br/modules/articles/article.php?id=16>

“O movimento homossexual inicia a partir dos anos 90 um processo de segmentação e multiplicação dos sujeitos políticos. Esse processo tem por objetivo visibilizar sujeitos e demandas específicas. Assim, em 1993, no Encontro Brasileiro de Lésbicas Homossexuais, passa-se a indicar separadamente as lésbicas, e em 1995, no 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, aprova-se a visibilização específica das travestis. Mas se por um lado esse processo permite ampliar a visibilidade específica dos sujeitos, por outro tende a gerar uma lista cada vez maior de sujeitos políticos segmentados e letrinhas que estão longe de esgotar a diversidade de vivências das (homo)sexualidades e identidades de gênero no interior do movimento”. (Facchini, Regina 2004)

Uns dos principais instrumentos para dar visibilidade às reivindicações do movimento foi a criação da Parada do Orgulho GLBT, realizada em diversos lugares do mundo. Segundo a Associação da Parada GLBT de São Paulo, atualmente são cerca de 70 paradas GLBT em diversos lugares do Brasil. Os temas das paradas são escolhidos de acordo com a reivindicação ou problema prioritário do movimento. São Paulo é atualmente a cidade da maior Parada GLBT mundial, chegando a aglutinar, em 2005, segundo estimativas da mesma Associação, 2 milhões e 500 mil pessoas.

As paradas GLBT se encontram relatadas no histórico do site da Associação da Parada gay de São Paulo desta maneira:

“1ª Parada - 28/06/1997 - Somos muitos, estamos em todas as profissões - 2 mil pessoas.

2ª Parada - 28/06/1998 - Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos - 7 mil pessoas. Nascia a Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de São Paulo.

3ª Parada - 27/06/1999 - Orgulho Gay no Brasil, rumo ao ano 2000 - 35 mil pessoas. Deixamos de ser um grupo de grupos ativistas por trás da organização e formamos a Associação, que a partir de então seria responsável pela Parada e outros eventos relacionados à comunidade GLBT. Foi também o primeiro ano em que essa sigla foi usada, dando visibilidade social e política para os bissexuais (B), travestis e transexuais (T). O dia 28 de junho entrou para o calendário oficial da cidade de São Paulo, e a participação do público ultrapassou todas as expectativas.

4ª Parada - 25/06/2000 - Celebrando o Orgulho de Viver a Diversidade - 120 mil pessoas. Após o grande sucesso do ano anterior, tivemos um calendário mais completo, com exposição de fotografias, lançamento de livros e debates. O tema refletiu nossa vontade de retratar toda a diversidade presente na comunidade homossexual.

5ª Parada - 17/06/2001 - Abraçando a Diversidade - 250 mil pessoas. Crescendo a cada ano, a parada contou com a participação de mais de 12 carros em sua quinta edição. Fato importantíssimo foi a participação do provedor de internet IG, que surpreendeu o mercado ao ser o grande (e primeiro) patrocinador privado do evento. Sua logomarca podia ser vista em todo o percurso. A diversidade foi novamente o tema escolhido. Com um público de 250 mil pessoas, a 5ª Parada do Orgulho GLBT abraçou todas as pessoas na avenida, com a esperança de um mundo mais solidário, humano e participante.

6ª Parada - 02/06/2002 - Educando para a Diversidade - 500 mil pessoas. A Parada Gay de São Paulo se torna uma das maiores do mundo. Em sua sexta edição, contou com 500 mil participantes, 25 trios elétricos e uma mídia intensa. Desta vez, a educação contra o preconceito foi o tema. Queríamos transformar um evento grandioso como esse em algo que deixasse uma mensagem de cidadania, respeito e amor ao próximo.

7ª Parada - 22/06/2003 - Construindo Políticas Homossexuais - 1 milhão de pessoas. Um milhão de sonhos. Um milhão de vozes. Uma só reivindicação: “queremos políticas homossexuais”. Com esse tema, a Associação trouxe para o debate a necessidade de se ter políticas específicas para a comunidade GLBT. Travestis e transexuais da Associação estavam presentes com um trio elétrico próprio, e as lésbicas contagiaram a multidão com muita alegria, aumentando, naquele ano, a participação feminina.

8ª Parada - 13/06/2004 - Temos Família e Orgulho – 1 milhão e 800 mil pessoas. Mais uma vez, o tema coloca a população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, afirmando sua origem da própria sociedade. Foi o ano em que a Parada do Orgulho GLBT de São Paulo tornou-se a maior do mundo, contabilizando números nunca antes alcançados em uma manifestação política do gênero.

9ª Parada - 29/05/2005 - Parceria civil, já. Direitos iguais! Nem mais nem menos – 2 milhões e 500 mil pessoas. Com o tema “a APOGLBT cobra do Legislativo a aprovação do Projeto de Parceria Civil entre pessoas do mesmo sexo, parado no Congresso Nacional há exatos dez anos, sem ser votado”. (Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo: www.paradasp.org.br/modules/articles)

2.1 Contexto de Violência e Discriminação

De 1948 a 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considerou a homossexualidade como transtorno mental. Em 17 de maio de 1990, a assembléia geral da OMS aprovou a retirada do código 302.0 do Capítulo V: Transtornos Mentais (Homossexualidade) da Classificação Internacional de Doenças, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”. A nova classificação entrou em vigor entre os países-membros das Nações Unidas em 1994.

“A homossexualidade foi retirada da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina em 1985 (vários anos antes de a OMS fazer o mesmo), e o Conselho Federal de Psicologia¹⁰⁸, por sua vez, determinou, em 1999, que nenhum profissional pode exercer “ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas”.(Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p. 15).

A violência contra homossexuais é uma das principais preocupações do movimento GLBT. A violência generalizada, e mais especificamente contra os travestis e transgêneros, é forma alarmente de discriminação por orientação sexual ou homofobia no Brasil. Nos últimos anos, centenas de gays, travestis e lésbicas foram assassinados no país. O 5º relatório anual (2003) sobre as Minorias Sexuais da América Latina e Caribe, elaborado pela Comissão Internacional de Direitos Humanos da Comunidade Gay e Lésbica (IGLHRC), destaca que o maior número de denúncias reunidas provém do Brasil. Além das mortes por homofobia, o documento registra violações dos direitos humanos como os casos de desigualdade no sistema educacional; obstáculos ao direito dos transexuais para conservar a identidade de gênero; ações de impedimentos para a participação política dos homossexuais; e casos de desigualdade no sistema de saúde; além de agressões físicas e verbais perpetradas por civis, bem como agressões ou detenções policiais baseadas na orientação sexual.

¹⁰⁸ Cf. RESOLUÇÃO CFP N° 001/99, de 22 de março de 1999 - “Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual”.

Segundo relatório apresentado pelo Grupo Gay da Bahia:

“Entre 1980-2005, foram assassinados no Brasil 2.511 homossexuais, em sua maior parte vítimas de crimes homofóbicos, onde o ódio da homossexualidade se manifesta através de requintes de crueldade, como são praticados tais homicídios. São Paulo e Pernambuco são os Estados mais violentos. Entre as vítimas, ricos empresários, muitos cabeleireiros, padres e pais-de-santo, funcionários públicos. Os afrodescendentes são maioria. Menos de 10% dos criminosos são levados a julgamento.

Dentre as vítimas, 72% gays, 25% travestis, 3% lésbicas. Para uma população estimada em 20 mil indivíduos, as transgêneros (travestis e transexuais) são proporcionalmente mais agredidas que as lésbicas e gays, que somam mais de 18 milhões de brasileiros, 10% da população.

No Brasil registra-se, portanto, um crime de ódio anti-homossexual a cada três dias. Dois por semana. Oito por mês. Uma média de 100 homicídios anuais. A partir de 2000 essa média vem aumentando: 125 crimes por ano, sendo que em 2004 atingiu o recorde: 158 homicídios”. (Relatório Anual 2005: Assassinatos de Homossexuais no Brasil. Fonte: Grupo Gay da Bahia)

As análises mostram que esses dados não significam aumento das mortes por homofobia. Passou-se a divulgar e a condenar, a partir da criação de espaços de recepção, coordenação e articulação das denúncias.

O fato demonstra o crescimento e a eficácia política das organizações de homossexuais.

Em maio de 2004, em consequência do trabalho de muitas organizações de homossexuais, em especial da ABGLT, foi lançado o Programa Brasil sem Homofobia, realizado em parceria com a Secretaria

Especial de Direitos Humanos do governo federal e vários ministérios (Cultura, Justiça, Relações Exteriores, Trabalho, Saúde, Esporte), além da Secretaria Especial da Mulher e Secretaria da Promoção de Políticas de Igualdade Racial.

“a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Com o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. (Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, p. 11, 2004).

A principal ação do Programa foi a criação de 17 centros de referência em direitos humanos, especializados em violência homofóbica, que atendem a vítimas de violência por preconceito sexual e prestam assistência jurídica, psicológica e social às vítimas. Os centros estão localizados nas principais capitais brasileiras.

A violência contra as pessoas homossexuais foi justificada ao longo da história pela medicina, psicologia, projetos políticos, culturais e doutrinas religiosas. Porém, os mecanismos apresentados pelas organizações homossexuais no Brasil demonstram a eficácia das articulações, parcerias e políticas educativas. O preconceito e a discriminação não são somente assunto que se combate com punições. Por isso, há a necessidade da criação de políticas adotadas pelos governos para fazer frente a essa realidade. O projeto

contra a homofobia pode tornar-se caminho de criação de processo social menos discriminatório contra os diferentes.

2.2 Frente Parlamentar

A Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual é composta por deputados e senadores que decidiram lutar pela aprovação de leis antidiscriminatórias no Congresso, com o objetivo de combater toda discriminação, o preconceito e a homofobia, além de articular a apresentação e a aprovação de proposições legislativas de interesse da comunidade GLBT. Atualmente são cerca de 100 deputados e senadores, o que representa 20% do Congresso. A deputada Iara Bernardi (PT-SP) é a coordenadora da Frente na Câmara dos Deputados.

“A Frente Parlamentar pela livre expressão sexual da Assembléia Legislativa de São Paulo nasceu inspirada na Frente Parlamentar do Congresso Nacional, em 2003. Seu objetivo é discutir iniciativas voltadas à cidadania plena dos GLBT. O deputado Ítalo Cardoso é o coordenador da Frente em São Paulo, integrada por 15 deputados. As atividades estão voltadas para dar maior visibilidade às lutas dos GLBT, e a criação e apoio de políticas que beneficiem essa população”. (Luiz Espanha – assessor de imprensa do deputado Ítalo Cardoso e coordenador dos trabalhos da Frente em São Paulo).

Não existe no país lei aprovada em defesa dos direitos do grupo formado por gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. No Brasil, nem mesmo é crime a discriminação por causa da orientação sexual.

Tramitam atualmente 28 projetos de lei referentes aos direitos da comunidade GLT no Congresso Nacional, disciplinando desde a união civil

entre pessoas do mesmo sexo (PL 1151/95), a mudança de prenome por transexuais (PL 6655/2006), até o que institui o Dia Nacional do Orgulho Gay (PL 379/03). O projeto de lei 5003/01, da deputada Iara Bernardi (PT/SP), que determina a criminalização da homofobia, tem recebido maior atenção, pelos dados expressivos de violência contra homossexuais e o clima de impunidade. O projeto prevê sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual. O PL 5003/01 já passou por todas as comissões, está pronto para ser votado.

Segundo Roberto de Jesus:

“O Brasil vive situações bastante contraditórias no que diz respeito aos assuntos LGBTs. Temos hoje uma das maiores Paradas Gays do mundo, com mais de 1 milhão de pessoas nas ruas, mas ainda não temos um ordenamento legal que garanta direitos básicos para os LGBTs. Temos uma Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual formada por quase 80 deputados e senadores, mas não conseguimos aprovar leis federais devido à intolerância de deputados religiosos (católicos e evangélicos). Nosso Projeto de Parceria Civil entre pessoas do mesmo sexo está no Congresso desde 1996, apesar dos esforços dos grupos LGBTs brasileiros, mais de 200 em todo o país. Temos muita violência institucionalizada e crimes homofóbicos,. Existe dificuldade de acesso e permanência das travestis nas escolas públicas, bem como na inserção do mundo do trabalho. Não existem leis que criminalizam a homossexualidade”.(Roberto de Jesus, Beto de Jesus, representante da Associação Internacional de Lésbicas e Gays - International Lesbian and Gay Association (Ilga) – e da ABGLT)

Ainda que problemas existam, a sociedade brasileira tem avançado em relação à organização dos direitos dos homossexuais. O grande público

presente nas atividades realizadas pelas organizações demonstra maior sensibilização aos problemas e aos direitos dos GLBT.

Por outro lado, a não aprovação de leis que favoreçam os direitos dos homossexuais demonstra o alto índice de oposição a essa luta, especialmente no Congresso Nacional, que cerceia o reconhecimento dos homossexuais como cidadãos plenos. As Frentes Parlamentares são novidade e resposta às articulações e reivindicações das organizações GLBT no país.

3. DOIS CASOS PARADIGMÁTICOS

3.1 Proposta de Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação sexual – apresentada pelo governo brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da ONU

A Comissão de Direitos Humanos da ONU, formada por um grupo rotativo de 53 Estados membros da ONU, eleitos para a Comissão, é espaço no qual a política global define o subtexto fundamental do debate. A reunião principal acontece durante seis semanas, a cada ano, na cidade de Genebra, na Suíça, nos meses de março e abril.

A Comissão é um dos fóruns centrais da ONU nos quais ocorrem as discussões sobre direitos humanos. Realiza audiências de relatos e informes de especialistas independentes sobre violação dos direitos humanos. Define as áreas prioritárias de atuação da ONU em relação aos direitos humanos, aprova resoluções que definem normas e pontos importantes dos direitos humanos, negocia acordos sobre o assunto. É espaço de depoimentos das ONGs. Tem crescido o número de informes sobre violência e discriminação relacionadas à sexualidade.

O governo membro pode enviar delegação à reunião de Genebra a fim de negociar e votar na qualidade de representantes daquele país. Geralmente as decisões se tomam por consenso, porém o processo de votação tem sido usado freqüentemente. Os Estados membros da ONU que não são membros da Comissão podem enviar delegados que comparecem como observadores, e participam ativamente das negociações, mesmo que ao final não votem. ONGs com status consultivo também podem comparecer à CDH como observadoras, com direitos de participação limitados.

O principal mecanismo por meio do qual a Comissão opera é tornar pública situação de violação de direitos humanos de qualquer país. Isso contribui para os governos tomarem atitudes concretas.

Em outras palavras, a despeito da falta de medidas que obriguem a execução e fiscalização, anexas às resoluções, os governos consideram a Comissão espaço importante, e nela querem proteger sua reputação.

O trabalho da Comissão é gerenciado pelo Gabinete do Alto Comissariado dos Direitos Humanos (ACDH) da ONU. O ACDH fornece apoio a boa parte do trabalho em favor dos direitos humanos.

Na 59ª sessão da CDH (2003), a delegação brasileira apresentou “Proposta de Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação sexual”. Desde a Conferência Mundial da ONU sobre o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (2001), em Durban, o Brasil vem insistindo para incluir termos referentes à orientação sexual e direitos humanos no contexto da ONU.

Em abril de 2003 a delegação brasileira na Comissão de Direitos Humanos da ONU apresentou a Resolução sobre Orientação Sexual e Direitos

Humanos. A resolução reconhece a existência de discriminação com base na orientação sexual em todo o mundo; afirma que a discriminação contraria o estabelecido em todos os principais instrumentos de direitos humanos; e convoca todos os governos a promover e proteger os direitos humanos, independentemente da orientação sexual.

A resolução provocou posicionamento contrário de diversos países e religiões, entre eles o Vaticano, Zimbábue, Paquistão, Malásia, Arábia Saudita e Bahrain.

Apoiaram a resolução o Japão, União Européia, América Latina, países do centro e do leste europeu.

Por causa da forte pressão, a Comissão de Direitos Humanos resolveu, por votação, adiar o aprofundamento das discussões sobre a resolução, para a sessão da Comissão em 2004.

Mas em 2004 a missão do governo brasileiro presente na 60ª sessão, em Genebra, enviou carta ao presidente da Comissão solicitando o adiamento da votação da Resolução intitulada “Direitos Humanos e Orientação Sexual” para 2005, quando aconteceria a 61ª sessão. A justificativa apresentada foi que a resolução não tinha apoio suficiente para ser aprovada.

Em 2005 a resolução não foi apresentada, sendo a decisão justificada, pelo governo, para tentar melhor articulação com os países da região, especialmente com o Mercosul. Outro motivo são as mudanças ocorridas na ONU. Houve mudança na concepção da Comissão, que passou a ser chamada de Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU.

Roberto de Jesus, representante do Brasil na Associação Internacional de Gays e Lésbicas, e participante do processo da resolução afirma:

“Quando da primeira apresentação, em 2003, houve pressão contrária dos países islâmicos, que tentaram impetrar moção de 'não-ação', rejeitada. Mas no final, a Comissão votou pela postergação das discussões para a 60ª sessão, ou seja, essa que aconteceu em março/abril passado. Como já foi amplamente divulgado, o Brasil não fez a apresentação na sessão de 2004. Minha análise para a não apresentação está relacionada aos acordos econômicos junto aos países árabes, com a pressão do Vaticano/CNBB) e as posturas à direita do governo Bush. Não acredito que houve real esforço do governo brasileiro, e sinal disso é que o presidente Lula nunca falou nada sobre o apoio à Resolução..

Se conseguisse de fato os apoios necessários para a aprovação, sua situação ficaria difícil com os acordos que quer firmar com os árabes, fiéis opositores da Resolução, além de ficar na berlinda com o Vaticano/CNBB e com o governo Bush. Optou pela desmobilização, rifando os GLBTs brasileiros e os demais no mundo todo”. (Roberto de Jesus)

Frederico Duque Estrada Meyer, ministro conselheiro da missão do Brasil em Genebra, assinalou:

”Apenas a África do Sul e o Equador têm a proteção à orientação sexual em suas constituições. Outros países têm de uma maneira geral, mas especificamente são esses dois os únicos. Aconteceu o seguinte: houve uma surpresa, porque ninguém esperava que fôssemos lançar essa resolução. Se por um lado nós tivemos o apoio imediato da União Européia, da Nova Zelândia, do Canadá e dos países do Leste Europeu, por outro lado tivemos grande oposição, inicialmente dos países islâmicos, que não reconhecem o conceito de orientação sexual. Eles dizem que isso não existe. Tivemos também a

oposição de alguns países latino-americanos, que sofreram grande pressão exercida pelo Vaticano, pela Santa Sé, e vários países reverteram seu voto, passaram de abstenção a dizer que iriam votar contra. O que foi uma pena, algo que lamentamos, nenhum país latino-americano co-patrocinou a nossa resolução". (entrevista concedida a Mayara Fagundes, cientista política e produtora dos programas e boletins diários da Rádio da ONU em Nova York), em abril de 2004)

A Resolução está suspensa, e a coalizão de grupos GLBT elabora nova proposta para ser apresentada com outros países.

3.2 Projeto de Parceria Civil entre Pessoas do mesmo Sexo - Nº 1.151/95

Respondendo a uma reivindicação do movimento GLBT, foi proposto o Projeto de Parceria Civil entre Pessoas do mesmo Sexo, de autoria da então deputada Marta Suplicy: Projeto de Lei Federal nº 1.151/95, que tem como objetivo o reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo.

Na proposta original, o Projeto estabelece que a união civil entre pessoas do mesmo sexo constitui-se mediante registro em livro próprio, nos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, devendo os/as interessados/as comparecerem perante os oficiais de Registro Civil levando: a) prova de serem solteiros/as, viúvos/as ou divorciados/as; b) prova de capacidade civil plena; e c) instrumento público de contrato de união civil. O contrato tratará sobre disposições patrimoniais, deveres, impedimentos e obrigações mútuas, somente podendo suas regras serem aplicadas retroativamente quando houver disposição expressa e nos casos em que tenha havido concorrência para a formação do patrimônio comum. O estado civil dos contratantes não poderá ser alterado na vigência do contrato, e o registro de

constituição ou extinção da união civil deverá ser averbado nos assentos de nascimento e de casamento das partes.

Sobre a extinção da união civil, o projeto diz que acontecerá pela morte de um dos contratantes ou mediante decretação judicial. Qualquer das partes poderá pedir a extinção da união civil, demonstrando as razões que o levam a pedir essa extinção. Define-se como crime, sujeito à detenção de seis meses a dois anos, manter contrato de união civil com mais de uma pessoa ou mudar de estado civil, por meio do casamento com pessoa de outro sexo, na vigência do contrato.

Para garantir a divulgação da união civil entre pessoas do mesmo sexo e assegurar direitos previdenciários, de pensão e de imigração, são propostas alterações de artigos específicos das Leis n°s 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), 8.213/91 (Lei de Benefícios Previdenciários), 8.112/90 (Estatuto dos Servidores Públicos Federais) e 6.815/80 (Lei dos Estrangeiros). Na esfera da Administração Pública, os Estados, os municípios e o Distrito Federal disciplinarão, por meio de legislação própria, os benefícios previdenciários de seus servidores que mantenham contrato de união civil. Desde a data de sua constituição, são garantidos aos contratantes os direitos à sucessão regulados na Lei n° 8.971/94, definindo-se como impenhorável o bem próprio e comum dos contratantes de união civil com pessoa do mesmo sexo. No caso de perda da capacidade civil de qualquer dos contratantes, a outra parte terá a preferência para exercer a curatela.

O projeto é justificado a partir de argumentos que vão da afirmação de que a heterossexualidade não é a única forma de expressão da sexualidade até a afirmação de que a homossexualidade deixou de ser catalogada como

doença pelo Conselho Federal de Medicina, antecipando-se à Organização Mundial de Saúde, já em 1985. Outras partes da justificativa estão relacionadas ao direito à orientação sexual, aos relacionamentos duradouros, à situação de violência, à solidariedade. Há pontos importantes: a necessidade de reafirmar que não é um projeto que propõe o casamento, e os aspectos jurídicos.

Segundo a autora do projeto, *“a aceitação legal da união civil entre pessoas do mesmo sexo encorajará mais gays e lésbicas a assumirem sua orientação sexual”, reduzindo “problemas criados pela necessidade de esconder a própria natureza, de não ser reconhecido (a) socialmente, viver em isolamento ou na mentira”.*

Ao longo do processo, o projeto tem sofrido muitas alterações, mas sem afetar o conteúdo principal. Uma das principais alterações diz respeito ao nome do projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo: passa a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo. E a outra modificação fundamental foi a incorporação, no substitutivo: explicita que nos contratos de parceria civil registrada são vedadas quaisquer disposições sobre adoção, tutela ou guarda de crianças ou adolescentes em conjunto, mesmo que sejam filhos de um dos parceiros.

“A sociedade vive uma lacuna frente às pessoas que não são heterossexuais. Elas não têm como regulamentar a relação entre si e perante a sociedade, tais como pagamento de impostos, herança etc... Essa possibilidade de parceria só é reconhecida entre heterossexuais (...) O projeto procura disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo e não se propõe dar às parcerias homossexuais status igual ao casamento. O casamento tem status único. Esse projeto fala de “parceria” e “união civil”. Os termos “matrimônio” e “casamento” são reservados para o casamento heterossexual, com suas implicações ideológicas e religiosas”. (projeto de Parceria Civil entre Pessoas do mesmo Sexo)

Das 11 audiências públicas realizadas a partir do projeto, é fundamental para este estudo a sétima delas, que aconteceu em 15 de outubro de 1996. Esteve presente o padre redentorista Leonard Martin. O texto apresentado intitulava-se *"Homossexualidade numa perspectiva cristã. Subsídios para a avaliação do Projeto de Lei nº1.151, de 1995, que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências"*¹⁰⁹.

Após a exposição do padre Martin, os deputados se manifestaram:

O deputado Philemon Rodrigues posicionou-se contra o projeto porque, segundo ele, *"o projeto é contra os ensinamentos da Bíblia, livro que deve reger a moral, a ética e o bem-estar da família, e a Bíblia condena o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo"*.

O deputado Salvador Zimbaldi afirmou que o projeto, *"mesmo que seja uma invocação da modernidade, é uma inversão de valores, principalmente no que diz respeito à instituição da família. O projeto pretende desvirtuar a família, que é a célula mestra da nossa sociedade, e procura glorificar o homossexualismo"*.

Os dois deputados fizeram declaração de voto e de crenças religiosas.

O deputado Fernando Gabeira fez um depoimento crítico, em relação à exposição do padre Martin como à posição de Igreja Católica, e aos deputados que antepõem as próprias crenças como base para legislar.

Para o deputado Gabeira, o padre Martin foi "ambíguo" em sua exposição, possibilitando com que todos se identifiquem com ela. Segundo o deputado:

¹⁰⁹ Material gentilmente cedido pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Núcleo de Revisão de Comissões da Câmara dos Deputados. Texto de redação final. Brasília 15/10/96.

“a Bíblia é um livro espetacular, importantíssimo; no entanto, existem outros livros sagrados: o Alcorão, o Upanishad e vários outros que se referem a outras religiões. Também há pessoas que não acreditam em nenhum livro sagrado, que não crêem em Deus. Os deputados devem também legislar para elas”.

Para ele, a Igreja Católica tem posição absolutamente conservadora, e a posição que o padre apresentou não tem o apoio oficial da Igreja Católica.

O deputado questionou também o termo “tolerância”, como uma posição anticristã:

“Tolerância, no meu entender, é o atributo de quem se coloca numa posição superior; de alguém que vê o defeito de outras pessoas e decide que vai aceitá-lo, apesar da sua existência; de alguém que vai trabalhar no sentido de incorporar isso”. [...] os homossexuais do Brasil não estão pedindo tolerância, piedade, nem que os considerem pessoas iguais às outras. Eles são iguais. O que eles estão pedindo, apenas, é que uma união civil de pessoas que pagam impostos, que desempenham atividade absolutamente consoante com todas as definições legais do País, seja reconhecida”.

O deputado Lindberg Farias manifestou a sua preocupação com a expressão usada no texto do padre Leonard Martin: *“Homossexual como condição definitiva”*, por considerar que inferioriza os homossexuais:

“Quero também registrar minha posição contrária a essa idéia de que os homossexuais são pessoas que já nascem biologicamente definidas, e que não existe o livre arbítrio para decidir sobre sua sexualidade. Acho que a essência do projeto não é defender os homossexuais porque são coitadinhos e não podem se curar. Não é nada disso. É a defesa de pessoas livres, que decidem sobre sua orientação sexual”.

O deputado Costa Ferreira manifestou sua identificação com o posicionamento da Igreja, assim como com a colaboração levada ao plenário pelo padre Leonard Martin. Afirmou:

“Tenho acompanhado os pronunciamentos de um dos prelados católicos que gosto muito de ouvir, dom Eugênio Sales, que tem apresentado a todo o País, através de seu programa dominical, a posição da Igreja, que o padre tão bem externou para este plenário. Gostaria de dizer aos nossos colegas que vivemos em um País que realmente não é muçulmano ou budista; é um País composto por uma maioria de católicos e evangélicos. Temos também outras religiões e, assim como em todo país democrático, todos os segmentos da sociedade estão representados neste Parlamento. Seria bom que as pessoas não se intitulassem donas dos votos que as elegeram para esta Casa, para, com isso, defenderem posições alheias aos sentimentos que emanam do povo brasileiro. Deus criou macho e fêmea, homem e mulher, para que procriassem e assim pudessem gerar a família que povoa toda a terra: a maometana, a budista, cristã ou qualquer outra [...] E aqui no Brasil não poderia ser diferente o pensamento da Igreja — a maioria católica”.

O deputado Tuga Angerami considera que o texto:

“Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o Atendimento Pastoral das Pessoas Homossexuais” deve ser atualizado, “pois a homossexualidade não é mais colocada como uma patologia, como alguma coisa que possa ou não ser curada. Ela não é colocada como uma doença. Isso já é decisão médica mundial. Hoje não se entende mais a homossexualidade como uma doença”.

Atualmente, o projeto se encontra parado no Congresso Nacional. Inicialmente foi apresentado em 1995, e entrou em pauta 11 vezes – dados

conferidos no site da Câmara¹¹⁰. A última delas em 31/05/2001. Consta no site da Câmara que o projeto foi retirado de pauta “em face de acordo entre os Srs. Líderes”.

Segundo Roberto de Jesus:

“O projeto encontra fortes resistências, devido às idéias conservadoras presentes nos congressistas. Outro problema do projeto é que ele já ficou obsoleto, não podemos trazer esse projeto para a sociedade. Por exemplo, veta a adoção de crianças por casais homossexuais, algo superado. Hoje o discurso é outro e a própria Marta concorda com essa avaliação. A idéia é fazer um projeto mais moderno, que trate dos direitos mesmos. Vai ser difícil que seja votado, porque não há interesse, as pessoas não querem colocar suas idéias publicamente, ainda que não sejam conservadoras, têm medo. O projeto se tornou “moeda de troca” dos deputados”. (Roberto de Jesus).

3.3. Respostas do Executivo e do Judiciário

Como assinalado anteriormente, a forte organização do movimento homossexual no Brasil tem posto em pauta reivindicações em torno da implementação de leis públicas que respondam às suas necessidades.

Conquista importante foi a implantação do "Brasil sem Homofobia", primeiro programa nacional de combate à discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Mas resta conseguir sua implementação efetiva.

Houve mais conquistas: conseguir de Estados e municípios a criação de leis que punam a discriminação por orientação sexual, como Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato

¹¹⁰ <http://www.camara.gov.br/>

Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio De Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Vários Tribunais de Justiça no país vêm atuando de maneira positiva em relação aos direitos dos homossexuais, desempenhando papel de grande relevância na concessão de direitos aos casais homossexuais. Existem vários¹¹¹ casos em que a Justiça outorgou o direito de casais homossexuais adotarem crianças, direito à herança deixada por parceiro falecido, direitos aos benefícios do INSS, concessão de vistos de permanência no Brasil para os estrangeiros que pretendem morar no país com o seu companheiro (a) brasileiro (a). Não são possíveis estatísticas precisas a respeito das adoções, pois segundo especialistas, algumas ações correm em segredo de Justiça.

Mas contrariamente ao avanço do movimento, ainda permanecem, infelizmente, ausência de direitos, discriminação e violência.

No Legislativo ainda não foi aprovada nenhuma lei federal que proteja e promova a cidadania plena dos GLBT. Existem projetos referentes aos direitos civis dos homossexuais e transgêneros, mas se encontram parados. Exemplos: o projeto de lei 5003/2001, que criminaliza a homofobia. O projeto que legaliza a união civil entre pessoas do mesmo sexo e assegura a proteção das famílias homossexuais; e o projeto 6655/2006, que autoriza a mudança de nome das pessoas transgêneros.

Atenção a esses direitos é deixada em segundo lugar, dependendo dos interesses políticos que entram em jogo. Para lideranças do movimento

¹¹¹ Sylvia Maria Mendonça do Amaral. "Manual Prático dos Direitos de Homossexuais e Transexuais", Edições Inteligentes. 2003.

GLBT, além da luta por leis e políticas públicas que garantam a concretização dos direitos, é necessária a criação de ações educativas para a população em geral, a fim de serem debatidas idéias culturais e religiosas que “justificam” e alimentam o preconceito contra as pessoas que se orientam por uma vivência sexual diferente d norma estabelecida. Ou seja, processos educativos que contribuam para todas as pessoas serem plenamente reconhecidas, independentemente da orientação sexual.

4. IGREJA CATÓLICA E A HOMOSSEXUALIDADE

Quando se fala em homossexualidade e religião, a primeira imagem, quase sempre, é a que considera atos homossexuais como intrinsecamente maus e pecaminosos, além de desvio sexual. Mas essa imagem está distante de ser apenas uma “visão”. Na análise dos documentos da Igreja Católica sobre homossexualidade permanece viva a concepção da homossexualidade relacionada ao pecado e aos atos perversos.

Em relação à cultura judaico-cristã, várias são as fontes que fundamentam a posição condenatória em relação à homossexualidade.

O texto do Antigo Testamento sobre a destruição de Sodoma e Gomorra é usado continuamente para condenar a homossexualidade (Gênesis 19, 1-11 e seu paralelo em Jz 19). A interpretação comum é que o pecado tem a ver com a homossexualidade, porém, análises exegéticas mostram que o verdadeiro pecado foi a violação do mandamento da hospitalidade, valor importante na tradição judaica. Outros textos bíblicos que se referem à destruição de Sodoma e Gomorra trazem interpretações distintas, e não há referência a estupro, abuso sexual e práticas homossexuais. Por exemplo, em Isaías (1,10; 3,9), Jeremias (23,14), Ezequiel (16,49), a literatura sapiencial (Sb

10,8; 19,14; Eclo 16,8), as interpretações falam da falta de justiça, orgulho, insolência, adultério e falta de hospitalidade.

Segundo Tomita (1998), o texto de Levíticos tem sua especificação própria, ao estabelecer normas morais para os judeus. Entre as práticas cananéias rejeitadas pelo Antigo Testamento incluíam-se as relações sexuais cúlticas, em que funcionários do templo encenavam ritualmente a atividade sexual dos deuses, entre elas as relações homossexuais, chamadas pelos judeus de abominação. A preocupação de Levíticos tinha a finalidade de separar cuidadosamente suas normas cúlticas da dos cananeus, seus vizinhos, consideradas idolátricas - e entre essas estavam as práticas homossexuais. Para Ryan (1999), diversos fatores influenciaram o pensamento judaico sobre a homossexualidade, e têm a ver com a organização patriarcal da vida. O feminino era considerado inferior, e nenhum homem poderia assumir papel social feminino.

No Novo Testamento, segundo Ryan (1999), Jesus, a figura protagonista, nada diz sobre a homossexualidade.

No pensamento católico há referências à homossexualidade nos penitenciais publicados nos séculos 7 e 12, guias de comportamentos para serem seguidos pelos sacerdotes e fiéis. Aparece a homossexualidade como uma das formas de pecado que deveriam ser evitadas, consideradas falta grave. As penas variavam de três a 15 anos, de acordo com o lugar ocupado na hierarquia. Mostram pela primeira vez as diferentes formas de atos considerados homossexuais: toques, afetos, masturbação, homossexualidade ativa e passiva, ocasional ou habitual. Pela primeira vez aparece referência à homossexualidade feminina, e sua penalidade é menor que a masculina.

Santo Tomás de Aquino, teólogo da Idade Média que influenciou (e influencia) toda a doutrina católica com o seu pensamento, considerava que a homossexualidade era pecado grave, e a inclui entre os pecados contra naturam. Ou seja, considerava que as relações homossexuais violavam a ordem natural criada por Deus. Portanto, quem mantinha relações homossexuais estava cometendo grave ofensa contra o Criador.

A moral sexual católica sempre combateu qualquer tipo de prática sexual não dirigida à procriação: o combate à masturbação, ao homossexualismo, às práticas sexuais antes e fora do casamento, ao aborto e à contracepção é o núcleo das recomendações éticas:

“A tradição cristã considerava qualquer desejo sexual oriundo de níveis inferiores da natureza humana. Somente trazendo o desejo sexual sob o controle da razão, um atributo superior, com um propósito em mente, é que qualquer sexo poderia ser justificado. Toda atividade sexual era comparada à ordem vista na lei do mundo natural; a procriação tornou-se a meta de toda atividade sexual. O casamento dava a essa atividade o arcabouço dentro do qual a geração dos filhos podia ser realizada com mais êxito” (Ryan, P. 166, 1999).

4.1 Documentos da Igreja Católica sobre a homossexualidade¹¹²

Em 1975, no pontificado de Paulo 6º, o cardeal François Seper redigiu a primeira declaração contemporânea sobre a homossexualidade, intitulada *“Declaração sobre certas questões de ética sexual”*. Afirmava que os atos homossexuais carecem de uma finalidade essencial e indispensável, ou seja,

¹¹² Documentos da Igreja Católica sobre a homossexualidade: Cf. João Paulo 2º, Alocuções por ocasião da recitação do Angelus, 20 de fevereiro de 1994 e 19 de Junho de 1994; discurso aos participantes na Assembléia Plenária do Conselho Pontifício para a Família, 24 de março de 1999; Catecismo da Igreja Católica, nn. 2357-2359, 2396; Congregação para a Doutrina da Fé, Declaração Persona Humana, 29 de dezembro de 1975, n. 8; Conselho Pontifício para a Família, Carta aos Presidentes das Conferências Episcopais da Europa sobre a resolução do Parlamento Europeu em matéria de uniões homossexuais, 25 de março de 1994; Família, matrimônio e “uniões de fato”, 26 de julho de 2000, n. 23.

destinam-se à procriação, e qualifica os atos homossexuais como *“intrinsecamente deturpados”* (parágrafo 5); recomenda que nenhuma Igreja deveria tolerá-los. Para Ryan, (1999), essa declaração foi reação da Igreja Católica à nova posição da Associação Psiquiátrica Americana, que excluía a homossexualidade da categoria de doenças.

A Igreja baseia sua doutrina no que pensa ser a lei natural, condena os atos homossexuais como patológicos e essencialmente deturpados por não terem como fim a procriação.

No pontificado de João Paulo 2º, o teólogo Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação da Doutrina da Fé e atual Papa Bento 16, divulga, em 1986, a *“Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a pastoral para pessoas homossexuais”*. No documento reafirma as considerações dos atos homossexuais como *“intrinsecamente deturpados”*. Apesar de a declaração ser anunciada como documento pastoral, se reafirma a homossexualidade como mal moral intrínseco.

Em 1992, no contexto das eleições presidenciais nos Estados Unidos, sendo candidato George W. Bush, o Vaticano publicou as diretrizes aos bispos norte-americanos - *“Algumas considerações acerca da reação católica a propostas legislativas sobre a não discriminação de pessoas homossexuais”*. No documento se afirmava, entre outras coisas, que a discriminação contra os homossexuais nas áreas de emprego, educação, família, treinamento esportivo, serviço militar e adoção de filhos era justificada porque o apoio era ataque aos valores da família e consentimento ao modo de vida homossexual.

Em outubro de 1996, o Conselho Pontifício para a Família emitiu o documento *“Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em*

família”, no qual se expressam as normas relacionadas à sexualidade, educação sexual e deveres dos pais nesses assuntos. Explicitam-se as concepções tradicionais da hierarquia e se desqualifica a educação sexual das crianças e jovens num contexto que não seja o familiar. Este documento tem-se convertido, na Igreja Católica, numa referência importante em assuntos relacionados à sexualidade. Pelo documento a Igreja Católica reconhece algumas virtudes da sexualidade como dom dado por Deus, porém não deixa de ressaltar a importância dada ao vínculo entre amor marital e matrimônio, heterossexualidade e procriação.

“Feminilidade e masculinidade são dons complementares, pelo que a sexualidade humana é parte integrante da capacidade concreta de amor que Deus inscreveu no homem e na mulher. A sexualidade é um componente fundamental da personalidade, um modo de ser, de se manifestar, de comunicar-se, de sentir, de expressar e de viver o amor humano. Esta capacidade de amor como dom de si tem, por isso, uma encarnação no caráter esponsal do corpo, no qual se inscrevem a masculinidade e a feminilidade da pessoa. Qualquer forma de amor será sempre marcada por esta caracterização masculina e feminina” (parágrafo 10-113).

Aspecto importante do documento é a explicitação dos assuntos que a Igreja considera “os pontos firmes da moral cristã”. Ao defender esses pontos, a hierarquia da Igreja Católica ignora e condena a realidade de muitos católicos e católicas que usam métodos anticoncepcionais artificiais, técnicas de procriação artificial, optam pelo divórcio e abortos, ou são homossexuais. Considera que essa realidade contradiz o significado do amor conjugal, qualificando-a de “imoral”.

¹¹³ Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família. 1996.

“Uma educação cristã da castidade, assumida pela família, não pode deixar de mencionar a gravidade moral que comporta a separação da dimensão unitiva e da dimensão procriativa no âmbito da vida conjugal, o que se realiza, sobretudo, na contracepção e na procriação artificial. No primeiro caso, procura-se o prazer sexual intervindo sobre a expressão do ato conjugal para se evitar a concepção; no segundo caso procura-se a concepção substituindo-se o ato conjugal por uma técnica. Isto é contrário à verdade do amor conjugal e à plena comunhão sponsal”.(32)

Existem, ainda, afirmações que se distanciam de posições anteriores, como a homossexualidade: mesmo que se continue considerando-a problema de imaturidade sexual ou anormalidade, há mudança quanto a atitude que deve ser tomada. A Igreja considera necessário distinguir entre o que chama uma *“homossexualidade inata”* e os *“atos de homossexualidade que são intrinsecamente desordenados e contrários à lei natural”*. (104).

Ao entender que estes atos podem ser uma prova, faz um chamado à acolhida respeitosa, à não discriminação. Mas nega aos homossexuais o direito de exercer sua orientação sexual, pois, segundo o documento, *“estas pessoas são chamadas a realizar, na sua vida, a vontade de Deus e, se são cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição”*. (104, p.58)

Ainda que se reconheçam mudanças, a Igreja, no documento, manifesta relação conflitiva com a sexualidade do sexo-pecado, do sexo-reprodução, com a condenação do prazer e a heterossexualidade como norma.

Em 2003, sob o pontificado de João Paulo 2º, e assinado pelo cardeal Joseph Ratzinger, foi divulgado o documento *“Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais”*.

A Igreja reafirma sua posição sobre a homossexualidade:

“Na Sagrada Escritura, as relações homossexuais são condenadas como graves depravações... (cf. Rm 1, 24-27; 1 Cor 6, 10; 1 Tm 1, 10). Desse juízo da Escritura não se pode concluir que todos os que sofrem de semelhante anomalia sejam pessoalmente responsáveis por ela, mas nele se afirma que os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados. Idêntico juízo moral se encontra em muitos escritores eclesiais dos primeiros séculos, e foi unanimemente aceita pela tradição católica.

Também segundo o ensinamento da Igreja, os homens e as mulheres com tendências homossexuais “devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Deve evitar-se, para com eles, qualquer atitude de injusta discriminação”. Essas pessoas, por outro lado, são chamadas, como os demais cristãos, a viver a castidade. A inclinação homossexual é, todavia, objetivamente desordenada, e as práticas homossexuais são pecados gravemente contrários à castidade”. (parágrafo 4. do documento Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais, 2003)

O objetivo principal do documento é de caráter político, ou seja, dirige-se aos países que já outorgaram ou se propõem conceder reconhecimento legal às uniões homossexuais. O documento dirige-se aos bispos, aos políticos católicos, para que tenham em conta os argumentos nas suas intervenções e impeçam projetos de lei sobre as uniões homossexuais.

“... fornecer algumas argumentações de caráter racional, que possam ajudar os bispos a formular intervenções mais específicas, de acordo com as situações particulares das diferentes regiões do mundo: intervenções destinadas a proteger e promover a dignidade do matrimônio, fundamento da família, e a solidez da sociedade, de que essa instituição é

parte constitutiva. Tem ainda por fim iluminar a atividade dos políticos católicos, a quem se indicam as linhas de comportamento coerentes com a consciência cristã, quando tiverem de se confrontar com projeto de lei relativo a este problema. Tratando-se de uma matéria que diz respeito à lei moral natural, as seguintes argumentações são propostas não só aos crentes, mas a todos os que estão empenhados na promoção e defesa do bem comum da sociedade” (Parágrafo 1 da introdução do documento)

No mesmo ano o Vaticano edita glossário de termos sexuais: “Léxico para termos ambíguos e coloquiais sobre vida familiar e questões éticas”, coordenado pelo cardeal colombiano Alfonso Lopez Trujillo, presidente do Pontifício Conselho para a Família. No glossário a homossexualidade é entendida como resultado de conflitos psicológicos não resolvidos, que não são normais. Sobre os países que têm leis que permitem a união entre pessoas do mesmo sexo, afirma que são habitados por pessoas com mente profundamente perturbada.

Em 2005, a Congregação para a Educação Católica escreve a *“Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional com relação às pessoas com tendências homossexuais em vistas de sua admissão ao seminário e às ordens sagradas”*. É a aceitação de homossexuais na estrutura da Igreja.

O posicionamento da Igreja sobre a homossexualidade é acompanhado historicamente de reações contrárias, na sociedade, especialmente dos homossexuais, em pessoas de outras denominações religiosas e na própria igreja Católica.

Nas análises percebe-se que a cada documento publicado se segue uma série de reações, especialmente de perplexidade e de indignação, motivadas por conteúdos discriminatórios.

Ryan (1999) expõe diferentes reações aos documentos publicados sobre a homossexualidade. Diante das posições da Igreja, teólogos, pesquisadores, educadores e bispos iniciaram estudos sobre o assunto. Os bispos norte-americanos publicaram uma carta pastoral, em 1976, *"Viver em Cristo Jesus", que adotava firme posição a favor da garantia dos direitos civis dos homossexuais, encorajando-os a assumir papel ativo na comunidade cristã. Os bispos recomendavam atenção especial e cuidado pessoal (Kosnik, Human Sexuality, 71).*

Em 1976 foi publicado o livro "The Church and the Homosexual", de John McNeill. O autor pedia à Igreja para reconsiderar sua posição sobre a homossexualidade, o que ocasionou sua expulsão da Companhia de Jesus, em 1987.

Em 1977, o Comitê para o Estudo da Sexualidade Humana da Sociedade Teológica Católica publicou relatório que sugeria apoio aos relacionamentos homossexuais estáveis, por serem de acordo com os critérios que de relações criativas e integrativas.

Em 1980, John Boswell Yale publicou "Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality", sugerindo que os homossexuais encontravam ambiente muito mais tolerante na Idade Média do que o evidenciado no século 20. O autor argumentava que as atitudes e políticas da Igreja sobre as relações homossexuais nem sempre foram tão rígidas quanto as atuais políticas podem levar a crer. Ao contrário, os homossexuais eram reconhecidos e a vida religiosa oferecia ambiente que lhes dava sustento.

Em 1981, a Arquidiocese de Baltimore publicou uma declaração de que a orientação homossexual "não deve de modo algum ser considerada

condição pecaminosa". A mesma arquidiocese passou a destinar ministros diocesanos para gays e lésbicas.

Iniciam-se, na Igreja, simpósios, seminários e encontros sobre homossexualidade, nos quais conhecidos estudiosos e teólogos apresentam comunicações reivindicando concepção mais compassiva da homossexualidade.

Em 1983, foi publicado "A Challenge to Love. Gay and Lesbian Catholics in the Church", introdução escrita por dom Walter Sullivan, bispo da Virgínia. O bispo incentiva a comunidade eclesial a continuar a reavaliar e a reconsiderar sua doutrina sobre a homossexualidade.

4.2 A Igreja Católica no Brasil e a homossexualidade

As reações diante da posição da Igreja sobre a homossexualidade são diversas. Mas como é instituição estruturada de maneira hierárquica e fortemente centralizadora, exige que suas normas, doutrinas e recomendações, condensadas em diferentes documentos, sejam seguidas e divulgadas por todas as igrejas locais, e seus representantes no mundo inteiro, sob pena de serem excluídos ou penalizados. A Igreja no Brasil segue as recomendações emanadas do Vaticano, como a posição sobre a homossexualidade.

No Brasil, muitos teólogos, padres, bispos e fiéis têm reagido aos documentos sobre a homossexualidade. Alguns tentam entendê-los a partir da lógica da coerência da Igreja com sua doutrina, especialmente no que diz respeito à moral sexual. Há aqueles que criticam o fato de as posições da Igreja não incorporarem os avanços da ciência, da sociedade e do direito, e ainda os que assumem práticas pastorais diferentes das recomendadas nos

documentos. Apesar de sua estrutura hierárquica e do controle, no catolicismo existe diversidade de posições não somente sobre a homossexualidade.

Edênio Valle enfatiza uma das posições assumidas pelos católicos diante do discurso oficial:

“Embora ao menos desde o Concílio Vaticano 2º (1962 – 1965) tenha-se abandonado o rigorismo quase homofóbico de outras épocas históricas,⁵ é como se as coisas não estivessem ainda suficientemente claras e discernidas, nem na teoria, nem na prática. A doutrina permanece rígida, mas no tocante à pastoral (isto é, ao acolhimento e acompanhamento das pessoas) os textos eclesiais (e mais ainda, os dos teólogos) demonstram uma atitude de maior compreensão da complexidade do fenômeno homossexual. A nova percepção do problema está levando a uma reavaliação da postura ético-teológica a ser adotada em relação à homossexualidade e ante os homossexuais. Constatam-se aberturas ao lado de retornos e fechamentos. Valorizam-se conceitos antes não aplicados à discussão (por exemplo, o da pessoa em sua dignidade e direitos como cidadã e como cristã). O quadro de referência apresenta zonas de obscuridade que têm provocado conflitos entre alguns destacados teólogos moralistas Não é nada fácil solucionar o impasse em que se encontra a Igreja quanto aos seus ensinamentos sobre a sexualidade humana. A razão última dessa dificuldade em dialogar com as propostas culturais de hoje no campo da sexualidade talvez resida no fato de o magistério eclesial continuar mantendo uma visão e um referencial unilateralmente heterossexuais, forjados por séculos de tradição patriarcal” (Revista de Estudos da Religião, Nº 1 /pp. 155 – 156, 2001).

O discurso que tem prevalecido sobre a homossexualidade na esfera pública é da condenação e exclusão. Diante das reivindicações dos

direitos dos homossexuais, representantes da Igreja manifestam-se como opositores às conquistas desses direitos¹¹⁴. Duas opiniões o demonstram:

Dom Aloísio Lorscheider, identificado com a Teologia da Libertação, mostra a discrepância entre um discurso avançado no que se refere à denúncia das condições sociais, e uma postura moral restritiva frente aos direitos dos homossexuais.

“A união entre homossexuais é uma grande bobagem, uma besteira, e vai trazer um grande prejuízo para o Brasil. Isto é uma espécie de queda do sentido da vida e da pessoa. O homossexual é gente que deve ser tratada como pessoa doente. Homossexual é uma pessoa doente: ele não está dentro de sua configuração humana” (dom Aloísio Lorscheider, arcebispo de Aparecida, Diário de Fortaleza, 20.12.96);

Por outro lado, dom Eugenio Salles, identificado com as propostas oficiais da Igreja e defensor da doutrina moral tradicional, revela sua posição:

“Os homossexuais têm anomalia e a Igreja é contra e será sempre contra o homossexualismo” (dom Eugênio Salles, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 10.08.97).

Os argumentos, longe de refletir posições meramente individuais, correspondem às idéias defendidas nos documentos oficiais da Igreja, fundamentos nos quais se embasam os representantes da hierarquia católica.

¹¹⁴ As posições negativas dos bispos sobre a homossexualidade foram gentilmente cedidas por Luiz Mott, antropólogo, ex-dominicano e fundador do Grupo Gay da Bahia: OS BISPOS BRASILEIROS E A QUESTÃO HOMOSSEXUAL, artigo publicado no jornal O Globo, 14-8-2004. Também se encontra publicado nos Boletins n°s 35, 37 e 38, do Grupo Gay da Bahia, relativos à denúncia de violação dos direitos humanos de homossexuais no Brasil em 1996, 1997 e 1998.

Existem assuntos sobre os quais a Igreja se posiciona de maneira indiscutível, temas que têm a ver com o que considera núcleo forte das bases morais. Tudo o que se relaciona à sexualidade deve ser seguido conforme doutrinas e normas, embasadas no que a instituição considera a lei natural. Qualquer comportamento que não obedeça à lei deverá ser corrigido, considerado “fora do normal” ou “perverso”. Os documentos ratificam: a homossexualidade está entre os comportamentos que devem ser corrigidos porque rompe com um dos núcleos fundamentais da doutrina moral, a separação da dimensão unitiva da dimensão procriativa. Concepção de moral fundamentada na natureza – ou na vontade de Deus – que dá crédito à oposição à homossexualidade como outra maneira de expressar a sexualidade. Para a Igreja, existe relação entre sexualidade e procriação, e parceiros heterossexuais cumprem essa condição. A relação heterossexual transcende a condição física, para dar continuidade à criação, o que as relações homossexuais não podem fazer.

A posição entra em choque com estudos consolidados do ponto de vista científico e social, que afirmam a homossexualidade como uma das formas de expressão da sexualidade, corrigindo a posição comum que considerava a heterossexualidade a norma natural a ser seguida.

Mas há pessoas mais preocupadas em contribuir com visão humanista, tentando entender as razões do conceito de homossexualidade, deixando de lado afirmações dogmáticas, categóricas e negativas, ainda que mantenham forte ligação com a doutrina. E há quem reafirme a visão tradicional da Igreja.

"Os dogmas do catolicismo são fortemente estruturados em categorias gregas, e na moral pesou muito o estoicismo, essa sacralidade da natureza. A sacralidade que os estóicos viam na natureza tomou a forma da mão de Deus na doutrina católica, e o problema passou a ser o quanto o homem pode interferir no projeto divino. E, como o corpo humano é parte da natureza, ele pode ser usado de acordo com o projeto divino ou contra ele". (padre e teólogo jesuíta João Batista Libânio, Objeção ao homossexualismo vem de longe, Folha de S. Paulo, p. A18,30/11/ 2005)

"A condenação da Igreja Católica ao homossexualismo não pode ser vista separadamente da condenação pela Igreja da permissividade de forma geral. O cristianismo considerava, em seus primórdios, as paixões como fonte de pecado, e a paixão mais forte é a sexual. Além disso, a permissividade era vista como o exercício do prazer à custa dos outros; uma prática, portanto, "lesiva à vida" (Márcio Fabri dos Anjos, professor de ética teológica, Objeção ao homossexualismo vem de longe, Folha de São Paulo, p. A18,30/11/ 2005).

"Tenho refletido muito sobre esse assunto. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que há vários tipos de homossexualidade, cada um merece uma abordagem particular. É uma questão muito séria porque a pessoa deve encontrar sua identidade. O homossexual deve ser respeitado e levado a pensar sobre que tipo de sexualidade realiza e de onde vem a sua orientação. É preciso acabar com a intolerância e o nervosismo quando se fala de homossexualidade. Mas também não deve haver uma corrente de incentivo à homossexualidade, pois há muitas pessoas influenciáveis e podem aderir à relação com um parceiro do mesmo sexo quando encontrariam um caminho melhor na heterossexualidade". (frei Carlos Josaphat, teólogo moralista e frade dominicano, entrevista concedida à Folha de S. Paulo, 29/03/2005, p.18 e 19).

Ainda que existam divergências, geralmente a posição oficial da Igreja é a que prevalece na esfera pública. O temor às represálias obriga representantes da hierarquia católica a não se manifestar, guardando silêncio. Quando opinam, argumentam ponderadamente.

Como o interesse deste estudo é analisar a forma como a Igreja se apresenta na esfera pública, é adequado analisar dois eventos relacionados aos direitos dos homossexuais. Ambos dão elementos para este estudo.

4.2.1 Documentos emitidos pela Igreja Católica sobre o projeto de lei 1151/95

O primeiro diz respeito à aprovação de lei 1151/95, da então deputada Marta Suplicy, exposto no item 4.2. Existem três documentos emitidos pela CNBB a propósito do projeto, um deles debatido pelos bispos reunidos na assembléia anual da CNBB. Os dois outros documentos têm a assinatura do secretário geral da instituição.

1. A primeira manifestação pública sobre o projeto de lei se deu em um documento divulgado quando da 34ª assembléia geral da CBNN, de 17 a 26 de abril de 1996.

No documento, intitulado “Pronunciamento sobre a Família”, os bispos sentem-se preocupados com os ataques à vida e à família.

“Às famílias, gostaríamos de dizer que as admiramos e veneramos por sua vocação e missão, na Igreja e na sociedade. Por isso, queremos sempre apoiá-las e defendê-las, sobretudo neste tempo em que a instituição familiar é gravemente ameaçada, prejudicada ou esquecida pela legislação civil.”

Os bispos dedicam-se a nominar a família como a estrutura básica da sociedade e da história, salientando que o

*“futuro da história passa necessariamente por ela”.
E explicitam o significado da família para o catolicismo: “pelo sacramento do matrimônio, ela se torna também sinal eficaz concreto e lembrança viva do amor com que Deus sempre amou o seu povo e do amor com que Cristo sempre amou sua Igreja, pela qual deu sua vida”.*

Reafirmam a função basilar da família: *“dessa doação nascem os filhos, que completam a comunidade familiar”.*

Trecho do documento destina-se às famílias irregulares, ressaltando o desejo de ajudar, *“conscientes de que todos somos pecadores”.* Os bispos solidarizam-se com as famílias pobres.

O texto analisa a realidade, classificada como *“uma cultura hedonista e consumista, uma permissividade moral cada vez maior”.* Os meios de comunicação social aparecem como responsáveis diretos pela situação: *“agridem a família e desorientam a juventude”.*

Os poderes Legislativo e Executivo são avaliados como instituições que promulgam

“(...) legislação civil adversa aos ideais e direitos da família”, “que desfiguram ou enfraquecem a instituição familiar em seus valores básicos e permanentes”. E disseminam uma “cultura de morte, sempre mais difundida, procurando abafar a família como natural fonte de vida”.

Repudiam o aborto direito e o provocado e apelam aos parlamentares:

(...)“aos senhores parlamentares apelamos que, lembrados, inclusive, de que “a Pátria é a família amplificada” (Rui Barbosa), se oponham e votem contra os projetos de lei, em tramitação no Congresso Nacional, prejudiciais à instituição familiar, como os que ampliam os casos de despenalização do aborto, o que legaliza a união civil de pessoas do mesmo sexo e os que permitem a esterilização humana como método de planejamento familiar. Por isso, votem em favor do veto presidencial parcial ao Projeto de Lei (nº 209/91), que veta justamente a esterilização humana como método de planejamento familiar.”

Listam os temas mais preocupantes: aborto, esterilização humana como método de planejamento familiar e união civil de pessoas do mesmo sexo. Temas que têm a ver com a defesa da vida e da família, e os quais a Igreja se sente comprometida a defender quando considera estar sendo ameaçada.

O documento também convoca os parlamentares a votarem contra os projetos de lei citados como “prejudiciais à instituição familiar.”

2. Momento significativo foi a participação de um padre na sétima audiência pública sobre o Projeto de Parceria Civil entre Pessoas do mesmo Sexo, realizada em 15 de outubro de 1996. Entre os convidados estava o padre Leonard Martin, diretor do Instituto Teológico-Pastoral do Ceará, e presidente da Sociedade Brasileira de Teologia Moral, que interveio com um depoimento intitulado "Homossexualidade numa perspectiva cristã. Subsídios para a avaliação do Projeto de Lei nº1.151, de 1995, que disciplina a união civil entre

pessoas do mesmo sexo e dá outras providências¹¹⁵". Foram argumentos de inspiração cristã, abordados em duas partes.

Na primeira parte mostrou como a Igreja pensa a homossexualidade a partir dos documentos "Declaração sobre alguns pontos da Ética Sexual", publicado em 1975, pela Congregação para a Doutrina da Fé; a "Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre o Atendimento Pastoral das Pessoas Homossexuais", de 1986, também elaborada pela Congregação para a Doutrina da Fé, e o "Catecismo da Igreja Católica", de 1992.

Na segunda parte da apresentação salientou a existência de elementos inseridos na perspectiva cristã que podem levar o legislador a acolher as propostas do projeto de lei: o reconhecimento da existência de pessoas definitivamente homossexuais e da sua dignidade e liberdade; a rejeição da violência e a afirmação do direito à proteção jurídica contra atitudes malévolas; a necessidade de estruturas de apoio para evitar isolamento, abandono na doença e na velhice; promiscuidade nos relacionamentos, com o resultante perigo de AIDS. Também reconheceu os esforços por parte dos proponentes do projeto a fim de evitar usar a terminologia casamento para falar da união civil entre pessoas do mesmo sexo. A este respeito afirmou:

"Um fator importante para o legislador que quer respeitar sensibilidades cristãs na sua apreciação desse projeto de lei é a clara distinção que se faz entre o contrato de união civil entre pessoas do mesmo sexo e o matrimônio heterossexual. É importante que a distinção seja mantida e, se for possível, reforçada. Ao se avaliar eventuais projetos legislativos, dever-se-á pôr em primeiro plano o empenho na

¹¹⁵ Material gentilmente cedido pelo Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Núcleo de Revisão de Comissões da Câmara dos Deputados. Texto de redação final. Brasília 15/10/96.

defesa e na promoção da família. O casamento é o caminho que a Igreja e a sociedade propõem para a grande maioria. O contrato de união civil entre pessoas do mesmo sexo é uma opção que se propõe para uma minoria para quem o casamento não é opção por causa de sua condição homossexual”.

Elencando como referência os três princípios elaborados pelo teólogo Jaime Snoek, no campo da ética sexual conjugal¹¹⁶, enfatizou:

“Quando se deixa de olhar apenas para os atos homogenitais e se começa a focalizar a pessoa toda, abrem-se horizontes para as pessoas homossexuais de crescimento, não somente na virtude da castidade, mas também nas virtudes de fé, esperança e amor, permitindo que se aproximem gradual e resolutamente da perfeição cristã’. Entendida neste último sentido, a união civil de pessoas do mesmo sexo pode ser tolerada, se não aprovada, por legisladores, procurando ser fiéis à perspectiva cristã”.

Ainda que os argumentos usados demonstrem enfoque diferente sobre a homossexualidade, o pronunciamento do padre Leonard apresenta ambigüidade com relação à defesa plena dos direitos dos homossexuais. Embora se esforce em argumentar o motivo pelo qual defende a aprovação do projeto, transparece em seus argumentos o casamento heterossexual sendo referência para a constituição da família; a condição homossexual o impedimento para a plena perfeição cristã, e a homossexualidade prática e expressão não legítima de relações de amor. Reafirma, portanto, diretrizes de outros documentos elaborados pela hierarquia. Os argumentos do padre

¹¹⁶ 1) Existe, para todos, a obrigação geral de crescer para a maturidade afetivo-sexual em abertura e reciprocidade. 2) O ato sexual encontra na situação conjugal, e somente nela, condições ideais para sua realização; 3) Se bem que a situação conjugal represente o ideal ético, isto não quer dizer que formas imperfeitas de linguagem sexual não possam ser humanizantes, desde que tentem expressar o melhor que o sujeito aqui e agora consegue alcançar por causa de seus condicionamentos e limitações.”

Martin, entretanto, são semelhantes ao que pensa grande número de católicos, que se esforçam para não ratificar posições radicalmente contrárias aos direitos dos homossexuais que emanam de membros da hierarquia católica.

É essencial constatar que o sacerdote, ainda que não haja, em documentos da Igreja, referência mesmo única à união entre pessoas do mesmo sexo, se esforça para encontrar argumentos, no magistério, que justificam a possibilidade dessa união.

3. A intervenção do padre Martin teve enorme repercussão. A imprensa classificou-a como “expressão das divisões e divergências de pensamento da Igreja Católica em torno da homossexualidade”. Em resposta, a CNBB publicou nota posicionando-se sobre o projeto.

A nota “A propósito do Projeto de Lei de união civil de pessoas do mesmo sexo”, vinha assinada pelo então secretário geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno Assis, e foi publicada no dia 17 de outubro de 1996:

a) Reafirma o modelo da família católica: a família constituída a partir do rito do casamento heterossexual, por meio de uma relação amorosa que tem como fim a procriação:

“É doutrina da Igreja que a família é fruto do amor e da união indissolúvel de um homem e uma mulher, uma comunidade de pessoas dos esposos, homem e mulher, dos pais e dos filhos, dos parentes (cfr. Exortação Apostólica "Familiaris Consortio", nº 18).

b) Delimita o seu papel dentro do campo social: quanto às leis civis, não compete à Igreja negociar condições ou restrições legais com os poderes civis constituídos. Assume seu papel como ordenadora moral, e sente-se responsável pela transmissão dos valores ligados a essa moral. São valores

universais e eternos, não negociáveis com os legisladores, e apresentados a toda a sociedade:

“mas a Igreja não se pode furtar a indicar critérios de ordem moral, que orientem as consciências, e tem a obrigação de lembrar a todos que a moralidade não é fruto do consenso ou do acordo da maioria, mas tem uma referência em valores morais intocáveis até para os legisladores civis (Encíclica "Veritatis Splendor", 97).

c) A proposta do documento não comporta dúvidas: adjetiva o projeto de lei como “injusto”, e conclama à ação os legisladores “de boa consciência”, ou seja, contrários ao projeto; entre eles, os membros do grupo parlamentar da Pastoral Católica. Devem desobedecer e até impedir o cumprimento da lei: “caso venha a ser discutido e submetido à votação projeto de lei injusta, os legisladores de boa consciência devem rejeitá-lo. Porém, se não há como evitar a aprovação de uma lei, eles deverão expressar seu repúdio e tentar limitar ao máximo seus prejuízos”. Este foi o contexto do depoimento do padre Leonardo Martin, em sessão de Comissão da Câmara Federal.

d) Por último, a defesa de sua estratégia maior: demonstra à sociedade que seu pensamento é monolítico, e que não existem divisão e divergências de pensamento e de prática:

Fica claro, pois, que a Igreja não está dividida em sua rejeição de uma lei que reconheça a união civil do mesmo sexo. A CNBB, em sua última assembléia geral, demonstrou esta unidade, ao aprovar o seguinte texto.

"Aos senhores parlamentares apelamos para que (...) se oponham e votem contra os projetos de lei, em tramitação no Congresso Nacional, prejudiciais à instituição

familiar, como os que ampliam os casos de despenalização do aborto, o que legaliza a união civil de pessoas do mesmo sexo e os que permitem a esterilização humana como método de planejamento familiar". (nota do secretário geral da CNBB, Brasília, 17 do outubro de 1996).

Na nota, os bispos brasileiros, em total consonância com o Vaticano, e fundamentados nos documentos oficiais, pregam a unidade, rejeitam uma pretensa divisão interna e a votação da lei. Dirigem-se aos parlamentares para que se oponham ao projeto de lei.

4. O último documento elaborado pela CNBB é a carta assinada pelo então secretário geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno Assis, e por dom Aloysio José Leal Penna, responsável pelo Setor Família e Vida da CNBB, publicada em Brasília no dia 9 de maio de 2001, dias antes de entrar em votação pela última vez o projeto de lei 1.151/95.

O documento toma como base documento pontifício publicado pelo Conselho para a Família no dia 26 de julho de 2000, intitulado "Família, Matrimônio e Uniões de Fato". Os dois bispos redigem um texto com essas características:

a) É uma carta na qual está explícito o desejo de que não haja discordância quanto o que solicitam: Certos que Vossa Excelência atenda ao nosso pleito.

b) A CNBB, no documento, manifesta novamente sua posição contrária à aprovação do projeto de lei, utilizando argumentos fundamentados na base familiar. Expõe o modelo de família que deve ser preservado, sua origem e função: *"A comunidade familiar origina-se do pacto de união dos cônjuges.*

O matrimônio, que surge deste pacto de amor conjugal, não é uma criação do poder público, mas uma instituição natural e originária que o precede" (n.º 9).

c) Esse modelo de família deve ser reconhecido e protegido pelo Estado e pela sociedade:

"O matrimônio e a família revestem-se de interesse público e são núcleo fundamental da sociedade e do Estado, e como tal devem ser reconhecidos e protegidos" (n.º 11). De acordo com nossa Constituição, "a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado" (art. 226, caput).

d) Diferenciam o que consideram o modelo familiar que deve ser protegido e as "uniões de fato" ou antinaturais - pretendem ser reconhecidas como forma de família -, entre elas as uniões de pessoas do mesmo sexo: "(...) *diante do perigo de se querer equiparar a família a outras "uniões", que, não obstante existam "de fato", não são uniões de direito".*

Ora, o que o Projeto de Lei no. 1.151/95 pretende é dar legitimidade a uniões antinaturais, de pessoas do mesmo sexo.

e) Sentem-se no dever de lembrar aos parlamentares a responsabilidade de proteger o modelo tradicional de família, símbolo natural dos valores cristãos. Consideram que se essas uniões forem reconhecidas juridicamente se tornarão legítimas como modelo familiar. Os legisladores e em especial os parlamentares católicos devem ser contrários à aprovação do projeto:

"é preciso recordar aos parlamentares a sua grave responsabilidade de opor-se a isto, posto que os legisladores, e em especial os parlamentares católicos, não poderiam cooperar com o seu voto para este tipo de legislação, contrária ao bem comum e à verdade do homem, e, portanto,

verdadeiramente iníqua" (Família, Matrimônio e Uniões de Fato, n.º 16).

f) A grande preocupação está centrada na equiparação que a aprovação do projeto pode ocasionar, e no temor de que esses casais tenham direito à adoção de filhos: "É ilusório argüir que tal "parceria registrada" não teria o mesmo "status" do casamento", que os "parceiros" não teriam direito à adoção e que apenas estaria protegido o seu "patrimônio comum".

g) Justificam seu posicionamento a partir da avaliação de que o Estado não está cumprindo o dever de proteger a vida, os valores e, portanto, o futuro da sociedade: *"A indiferença dos órgãos públicos nesse aspecto se assemelha a uma apatia perante a vida ou a morte da sociedade, a uma indiferença face à sua projeção de futuro, ou à sua degradação" (Família, Matrimônio e Uniões de Fato, n.º 50).*

h) Terminam a carta tomando como referência o pensamento de Santo Tomás de Aquino, teólogo do século 12, conhecido por propor o domínio da razão sobre as paixões, como condição necessária para o conhecimento; as mulheres estariam mais determinadas pelas paixões e os homens pela razão. Portanto, em benefício do conhecimento, as relações hierárquicas entre os sexos seriam fundamentais. O pensamento teológico de Santo Tomás de Aquino é um dos fundamentos da doutrina da Igreja Católica, especialmente em relação à Lei Natural. Santo Tomás propôs esse critério dentro do pensamento teológico, e que a Igreja retoma quando quer defender suas idéias e doutrinas: A existência de uma lei natural universal e imutável é a referência que, segundo a Igreja, todas as pessoas devem ter em conta para decidir sobre direitos e deveres, como também tornar-se requisito fundamental para os

legisladores quando da elaboração de leis. A carta termina com uma citação de Santo Tomás:

“Toda lei feita pelos homens tem razão de lei porquanto deriva da lei natural. Se algo por outro lado se opõe à lei natural, já não é lei, mas a corrupção da lei”. (Suma Teológica, I-II, q. 95, a.2.).

5. A MODO DE ANÁLISE

Tendo em conta os dados anteriores, é necessário analisar alguns aspectos. O primeiro elemento diz respeito à legitimidade da participação das religiões na esfera pública; o segundo aborda a obrigação do Estado de proteger a integridade, a dignidade e os direitos dos seus cidadãos; o terceiro, as implicações do discurso da Igreja na vida dos homossexuais e nos direitos dos homossexuais; o quarto, as contradições e ambigüidades do Estado e da Igreja ao tratar dos direitos dos homossexuais. O quinto aspecto refere-se ao impasse entre a conquista da legitimidade dos movimentos homossexuais e a rigidez e falta de aceitação por parte da Igreja. O sexto diz respeito ao uso de argumentos seculares por parte da Igreja nos debates públicos. O sétimo analisa o antagonismo existente entre o discurso da Igreja e o discurso dos homossexuais, assim como a possibilidade de diálogo com os discursos dissidentes. O oitavo enfoca a defesa dos valores familiares por parte da Igreja para posicionar-se contra os direitos dos homossexuais.

1. O primeiro elemento que os dados suscitam é o questionamento sobre a natureza do conflito que a leitura proporciona. Uma das informações é a relação dos membros da Igreja com os integrantes do Congresso Nacional. A questão histórica sempre presente nessa relação diz respeito à pergunta sobre a legitimidade de qualquer religião influenciar o Estado. Diante disso, este

estudo afirma que a Igreja Católica, como qualquer outra instituição social, tem direito de participar das discussões públicas, sempre e quando guiada pelos princípios constitucionais, determinados dentro de um Estado laico. O Estado no Brasil define-se como independente de qualquer religião, o que garante a livre expressão religiosa e a liberdade dos cidadãos de não seguirem nenhum credo religioso. O princípio da laicidade do Estado exige posicionamentos independentes das convicções pessoais. Os Poderes da República devem isentar quaisquer julgamentos de motivações religiosas.

As propostas da Igreja podem ou não ser acolhidas, sempre e quando não sejam de caráter dogmático; que sejam aceitas pela sociedade quando não estejam em contradição com as determinações científicas defendidas pelo Estado e se não entram em choque com os direitos e aspirações dos cidadãos. Na teoria de Mouffe (2002), em uma comunidade política não se verá no oponente o inimigo a excluir, porém o adversário com participação legítima ao qual se deve aceitar. Segundo a autora, a relação “agônica” representa a disputa entre adversários, não entre inimigos, na qual não se discute a pertinência da existência dos mesmos.

O fato de os representantes da Igreja se dirigirem aos deputados para expor idéias e convencê-los à não aprovação do projeto de lei é tão legítimo como são os grupos GLBT organizarem uma frente parlamentar para favorecer a criação de leis que defendam seus direitos.

2. Aparentemente essa análise é equação simples, mas os dados permitem perceber alguns problemas, e para isso é necessário refletir. É noção aceita dentro do mundo GLBT, e de alguns estudiosos no assunto, entender-se a homossexualidade como outra maneira de manifestação da sexualidade

humana, tão legítima quanto as relações heterossexuais. Uma interpretação que vem ganhando força à medida que se consolida o movimento GLBT, se criam espaços de discussão sobre seus direitos e se aprofundam estudos sobre a sexualidade humana. Essa interpretação abre caminhos e mostra que a heteronormatividade traz conseqüências nefastas, pois sua afirmação implica violência, intolerância social e religiosa, e discriminação contra os homossexuais.

O Estado brasileiro deve seguir as recomendações e determinações das autoridades científicas em torno da sexualidade humana, e acolher as decisões de todos os órgãos competentes: a Organização Mundial de Saúde, desde 1984, retirou da Classificação Internacional de Doenças a homossexualidade; o Conselho Federal de Medicina, desde 1985 não considera o comportamento homossexual como desvio ou transtorno sexual; o Conselho Federal de Psicologia, em sua Resolução 001/99, segue essas determinações e também afirma que a homossexualidade não é doença, distúrbio ou perversão.

O Estado e seus legisladores, seguindo os princípios da Constituição e dos direitos humanos, devem proteger os cidadãos de qualquer ameaça à sua integridade, dignidade e à violação dos direitos. Na Constituição Federal de 1988 existem importantes artigos referentes aos direitos humanos, como o art.1º, inc.III, que protege a dignidade humana e a coloca como fundamento do Estado Democrático de Direito. Ou seja, reconhece a pessoa como centro em torno do qual a legislação do Estado há de ser pautada, atribui ao legislador o dever de avaliar toda e qualquer intromissão que aponte limites de direitos e garantias assegurados constitucionalmente a todas as pessoas. Art. 3º inc.IV,

que aborda a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. O art. 4º, inc.II, trata da prevalência dos direitos humanos, ou seja, uma determinação em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, que recomendava aos países observar essas regras; art. 5º -Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inc. X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

3. A cultura brasileira está permeada de elementos católicos que têm influenciado a vida das pessoas. Porém, no catolicismo existe longa tradição de conflito com a sexualidade, que tem se concretizado no corpo, lugar de manifestação de nossos desejos, de nossa afetividade, mas também lugar privilegiado onde se concretizaram esses discursos negativos. Os padrões religiosos católicos inscritos na cultura têm moldado mentes e corpos, tornando-se realidade em ações e em ideologias.

Tendo em conta essa influência, uma das formas usadas pela Igreja para disseminar idéias são os documentos, nos quais condensa todas as doutrinas e normas que quer divulgar. Borrás (2000) nos ilumina quando diz que (...) modelamos nuestras identidades y nuestros mundos a través de representaciones, la principal y primigenia de las cuales es el lenguaje” (Borrás, P. 16). Também por meio da linguagem podemos obter sinais das filosofias e das visões de mundo dos que falam sobre determinado assunto.

Hunt (2003) afirma que a maioria dos clérigos possui somente um conhecimento básico da sexualidade e uma capacidade limitada de imaginar o que seria o sexo adulto, saudável e responsável. Essa incapacidade os impede

de entender a complexidade da experiência humana e de dar contribuição maior à sociedade.

O problema surge quando as idéias tornam-se ações preconceituosas e discriminatórias, contrárias a tudo o que significa proteção e engrandecimento do ser humano. No caso dos homossexuais, as estatísticas demonstram que idéias nocivas e ideologias podem levar à violência e à morte.

Analisando o material e os discursos dos representantes da Igreja católica, encontram-se expressões como:

“Os atos homossexuais são “intrinsecamente deturpados”; a inclinação homossexual é objetivamente desordenada”; a homossexualidade é resultado de conflitos psicológicos não resolvidos, que não são normais; os países que têm leis que permitem as uniões entre pessoas do mesmo sexo (...) são habitados por pessoas com mentes profundamente perturbadas; as relações homossexuais são condenadas como graves depravações; o homossexual é gente que deve ser tratada como pessoa doente; homossexual é uma pessoa doente: ele não está dentro de sua configuração humana; o homossexualismo é contra a natureza humana; uniões antinaturais etc”¹¹⁷.

Primeiramente, conforme analisa Laclau (2000), um discurso não designa somente a palavra ou a escritura, mas todo tipo de relações entre palavras e ações; o discurso assim entendido seria prática social significativa. As expressões usadas nos documentos correspondem também a uma prática significativa, materializada em normas e ações.

Documentos recentes, que restringem a entrada de homossexuais nos seminários, são a materialização do discurso sobre os homossexuais. Ainda que práticas antidemocráticas, são normas internas que a Igreja precisaria e deveria rever.

¹¹⁷ Expressões extraídas dos diferentes documentos publicados pela Igreja Católica

A análise do discurso sob a ótica de uma sociedade democrática, regida por um Estado laico, constata que, quando usa expressões e termos ofensivos, desrespeita, incita à exclusão e à discriminação, e cria condições para que em nome da defesa da família se cometam atos de violência contra as pessoas homossexuais.

É, em suma, discurso totalmente contrário aos princípios constitucionais que determinam a igualdade e a proteção de todos os cidadãos, independentemente de credo, condição social, racial e orientação sexual. É um dos motivos que questionariam a participação pública e a legitimidade da Igreja, pois a instituição se apresenta com discurso contrário às recomendações e aos princípios dos direitos da pessoa. Mais problemático se torna, se por meio desses discursos, justificados por preceitos teológicos, tenta influenciar decisões dos legisladores.

A legitimidade fica questionada porque a Igreja, ao defender doutrinas, não leva em conta que pode prejudicar pessoas concretas ou ferir a dignidade de seres humanos. Nos debates em torno das células-tronco, apesar de indiretamente serem abordadas implicações para seres humanos, as discussões giravam em torno de objeto de pesquisa. Situação contrária se dá com a homossexualidade, pois no centro do debate estão pessoas concretas, cidadãos e cidadãos portadores de direitos, merecedores de toda a proteção e respeito por parte das instâncias do Estado. A dignidade implica que todo ser humano é dotado de personalidade, com direitos e deveres, integrante da sociedade em que vive e digno de existência humana. A Constituição não somente consagra o princípio da dignidade, mas o cita como um dos fundamentos da República, no art. 1º, inciso III.

Como analisa Gaviria¹¹⁸ (2004), a democracia propicia a veracidade e a autenticidade. Ser autêntico significa expressar aquilo que se sente e deseja, revelar-se como se é. A democracia cria condições para as pessoas não terem que ocultar como são, sentem e pensam, e especialmente serem obrigadas a viver na clandestinidade a partir de suas escolhas. A dignidade fica profundamente ferida quando um homem ou uma mulher se sentem impelidos a mascarar desejos, opções, escolhas e modo de pensar.

4. Quando se fala dos direitos dos homossexuais deve-se ter em conta que não somente as idéias religiosas estão presentes nesse debate. Existe uma história fundamentada em princípios religiosos e culturais contra a homossexualidade. Como atesta Sullivan (1996), ainda que existam mudanças em parte significativa do mundo, e os homossexuais não sejam mais vistos como criminosos, o estatuto de seres humanos ainda não está plenamente assegurado. Talvez por ainda prevalecer a idéia de que os homossexuais subvertem as leis de Deus, da natureza e dos homens, no próprio cerne do que torna humano um ser: a capacidade de amar e ser amado (Sullivan, 1996).

Realidade presente nos espaços de discussão, como constatado nas intervenções dos deputados quando houve a audiência pública do projeto.

Um ativista do movimento homossexual declara:

“Com certeza a Igreja Católica influencia as políticas sobre a livre expressão sexual. Essa influência fica clara no debate dos parlamentares. Não existe um outro argumento para não legitimar os direitos humanos dos homossexuais. Tanto no caso do projeto de lei 5003/2001, que

¹¹⁸ Ex-magistrado da Corte Constitucional da Colômbia e atualmente senador do mesmo país. Texto apresentado no dia 19 de agosto de 2003 quando da discussão do projeto de lei 43/2002 sobre o reconhecimento das uniões de casais do mesmo sexo na Colômbia.

criminaliza a homofobia, quanto no caso do projeto de parceria civil, os argumentos contra sempre são dogmáticos e fundamentalistas, tanto da Igreja Católica quanto das igrejas evangélicas” (Toni Reis¹¹⁹, secretário geral da ABGLT).

Apesar de ser indiscutível uma maior abertura e sensibilização, motivadas especialmente pela organização e articulação dos homossexuais, existem forças poderosas que se interpõem à implementação de leis e políticas específicas.

Constata-se a preocupação do Estado em responder às exigências constitucionais dos homossexuais, mas os direitos ligados à autonomia e à liberdade de escolha encontram dificuldade para a sua aprovação. Roberto de Jesus foi enfático ao lembrar que os homossexuais não podem ser objeto em qualquer jogo de interesses.

O papel da Igreja se torna estratégico, pois reforça a ação de parlamentares contrários aos direitos e à aprovação de leis que beneficiem os GLBT.

Toni Reis comenta:

O Estado, principalmente na América Latina, tem tendido muito para a Igreja Católica. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores tem sido um dos partidos que historicamente mais têm apoiado os direitos humanos dos homossexuais. Por outro lado, parte da Igreja apoiou o governo Lula e nós tivemos grandes dificuldades em relação aos projetos de lei que promovem os direitos de GLBT, inclusive porque muitos assessores são da comunidade eclesial de base. Somos o único movimento que não foi recebido pelo presidente Lula. O governo não fez esforço para a aprovação da lei que proibiria a discriminação por orientação sexual. Enfim, temos percebido

¹¹⁹ Respostas ao questionário elaborado pela autora.

que as religiões em geral exercem grande influência sobre o Estado". (Toni Reis¹²⁰, secretário geral da ABGLT).

Apesar das contradições e ambigüidades, deve ser registrado que existe realmente uma disposição maior do Estado para implementar políticas que asseguram os direitos dos homossexuais.

5. As reivindicações do movimento homossexual vêm sendo mais aceitas, dia após dia, por segmentos específicos da sociedade. São exemplos as pesquisas no setor de serviços, comércio, mundo da moda, da academia etc.

A capacidade de mobilização dos GLBT também é motivo de atenção por parte das instituições do Estado. Como são instituições movidas a interesses, a simpatia e aceitação das propostas do movimento por parte dos atores ligados ao Estado, respondem aos interesses já que é um movimento que tem uma capacidade imensa de mobilizar a sociedade. E da qual eles precisam para manter-se no poder.

É verdadeiramente complexo, para o Legislativo, ignorar uma sociedade que aceita cada vez mais os homossexuais e suas escolhas. Há tensões, mas a realidade demonstra maior flexibilidade das leis e do Judiciário. Em um Estado democrático, a defesa dos direitos é princípio fundamental. Por isso, não podem ser aceitas as propostas da Igreja. Caso isso acontecesse, a moral particular restringiria a liberdade coletiva.

À medida que cresce a sensibilização dos legisladores, como demonstra a existência da Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual, a força da Igreja diminui. Reage agressivamente, pois vê o seu

¹²⁰ Entrevista concedida à autora

discurso perdendo o protagonismo. Situação oposta ao que acontece com a AIDS, que em certo sentido dá legitimidade à instituição católica, por causa dos serviços que presta à sociedade e ao Estado. A homossexualidade, no entanto, está longe de oferecer qualquer tipo de legitimidade.

Surge o impasse. A Igreja afirma uma autoridade reconhecida historicamente para intervir. Mas trata-se de direito à autonomia, à liberdade de escolha. Portanto, os homossexuais não aceitam esse e qualquer outro tipo de intervenção. Precisamente porque é uma das áreas sobre as quais a Igreja não permite diálogo.

Deve-se levar em consideração, sempre, as dificuldades e os conflitos históricos da Igreja em relação à sexualidade e assuntos correlatos. Resultam impasses e discordância com os valores modernos, em que prevalecem a autonomia, a liberdade e o direito de escolha.

A ausência de diálogo e de mudanças em relação aos homossexuais faz a Igreja atuar contra uma sociedade que cada vez mais se sente sensibilizada a apoiar projetos de lei que criminalizam a violência contra os homossexuais. Uma situação diante da qual a Igreja se silencia, e que os homossexuais consideram convivência.

6. Uma das estratégias usadas pela Igreja são os argumentos seculares. É imprescindível se ter em conta essa forma de atuação, para discernir as propostas especificamente religiosas daquelas estritamente políticas. Isso se torna necessário em decorrência do caráter laico do Estado. Mas também porque a Igreja Católica, como instituição religiosa, não deve ocultar sua identidade e nem tampouco seus fundamentos teológicos. Essa estratégia pode ser entendida a partir de três interpretações:

a) Toda a política da Igreja Católica, em âmbito nacional e internacional, direciona-se a ocupar espaços de influência em eventos e instâncias nos quais considera que seus interesses estão em jogo. A ONU, fóruns e congressos tornam-se estratégicos quando neles são discutidos assuntos relacionados à vida, à liberdade religiosa, sexualidade, justiça e paz, por exemplo. As estratégias voltam-se para garantir a influência e a aprovação das propostas.

Em se tratando da homossexualidade, os documentos – do Vaticano e da CNBB – direcionam-se para deputados ou legisladores. Ou seja, instâncias estratégicas nas quais se tomam decisões essenciais, que se materializarão em leis nacionais ou em recomendações internacionais para serem implementadas em todo o mundo.

A Igreja Católica enfatiza em seus documentos que sua missão não é de ordem política. O documento elaborado no Concílio Vaticano 2º (Gaudium et Spes, nº 42) mostra que a missão da Igreja é de ordem religiosa:

“A missão própria confiada por Cristo à sua Igreja não é de ordem política, econômica ou social: o fim que lhe propôs é, com efeito, de ordem religiosa”.

Não obstante, recomenda que seus membros aceitem atuar no âmbito público, sendo coerentes com seus princípios:

“Os católicos peritos nos negócios públicos e firmes como devem ser na fé e na doutrina cristã, não recusem nelas participar, uma vez que, exercendo-os dignamente, podem atender ao bem comum e, ao mesmo tempo, abrir caminhos ao evangelho”. (Concílio Ecumênico Vaticano 2º, documento Apostolicam Actuositatem, nº 14).

Conforme declara a hierarquia, não é o interesse pelo poder político o que leva a Igreja a participar dos espaços de decisão. O interesse está voltado a consolidar uma imagem mundial de ser a referência ética necessária, na mediação de conflitos internacionais e nos assuntos sobre a moralidade e o comportamento da sociedade. Assim o afirma em outros documentos, quando se reconhece como autoridade não de ordem política, mas na esfera da moral. Porém, não deixa de ser um tipo de poder que tem implicações políticas.

Essa é uma visão estratégica da Igreja com o objetivo de consolidar a presença nos espaços estratégicos. Se seus objetivos são de outra natureza, que não a política, o conflito provocado por essa relação se tornaria irrelevante. Como a natureza dos dois campos é diferente, e os interesses e os objetivos também, o conflito se diluiria. A Igreja, portanto, participaria de qualquer espaço sem ser questionada, pois seus objetivos estão direcionados à procura de um bem maior, não temporal. Mas na história do cristianismo, como demonstra (Comblin, 2003), o período mais longo foi o da Cristandade, que começou com Constantino e predominou praticamente até a Revolução Francesa. Nele, o cristianismo era o núcleo principal da ordem dominante.

Então, a história de alianças e luta pelo poder é real. Ainda que de natureza distinta, a Igreja Católica, para cumprir sua missão, precisa do poder político. Mais precisamente quando confrontada com novos desafios, como as mudanças e as novas relações das pessoas com a esfera religiosa.

Não por acaso a instituição é membro observador permanente na ONU, espaço estratégico para discutir assuntos fundamentais em âmbito internacional.

No Brasil está vinculada a instâncias do Estado nas quais se discutem assuntos relevantes para o país.

b) A outra questão relaciona-se com a suspeita de que a relativização ou ocultamento do seu discurso religioso em favor de argumentos seculares podem ser entendidos como avaliação, por parte da própria instituição eclesial, de que argumentos de conotações religiosas têm pouco impacto ou são recusados pela sociedade.

Portanto, a estratégia corresponde às respostas da Igreja aos desafios que as mudanças da sociedade, especialmente no tocante à religião, lhe impõem. As pesquisas que mostram católicos apoiando o Estado laico, aborto, camisinha e o uso de anticoncepcionais indicam mudanças. No que se refere aos direitos dos homossexuais, as declarações sobre a homossexualidade propriamente dita são simplesmente frases de impacto, fabricadas artificialmente, jogadas na arena pública. Nos documentos sobre a homossexualidade, há apenas referências teológicas e bíblicas, sem a preocupação em legitimar cientificamente a posição. Atuação contrária aos debates em torno do HIV/AIDS e das células-tronco, em que as referências às fontes científicas são constantes.

Pode ser entendida como mais uma estratégia da Igreja. Tem consciência de que seus argumentos sobre a homossexualidade não encontram respaldo científico. Existem tentativas de grupos fundamentalistas¹²¹ que, movidos pelo preconceito e ódio, tentam elaborar

¹²¹ MOSES, Movimento pela Sexualidade Sadia. Considera que a homossexualidade contradiz os planos de Deus. Tem como objetivo anunciar aos que sofrem de “desvios sexuais” as verdades da Bíblia, visando levá-los a uma vida de comunhão com Deus e à mudança da homo para a heterossexualidade.

conceitos pseudocientíficos contra os homossexuais. Apesar de na Igreja ecoar o mesmo tom ofensivo e discriminatório, seus representantes no Brasil não se apóiam publicamente em grupos afins.

Quando o assunto é o projeto de lei 1.151/95, o discurso mostra-se embasado em competente assessoria jurídica, como demonstra o texto extraído do posicionamento sobre o referido projeto de lei:

“Hoje, o nosso Código Civil, como todos reconhecem, garante o direito de celebrar contrato de sociedade a pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferente, as quais, mutuamente se obrigam a combinar seus esforços ou recursos para lograr fins comuns, com uma posterior divisão de patrimônio, partilha de bens e direito de herança (art. no. 1.363 do Código Civil). Se o objetivo é simplesmente uma sociedade de bens, o projeto em questão carece totalmente de sentido.” (Carta da CNBB dirigida aos deputados, Brasília, 9 de maio de 2001)

Caso emblemático de como a Igreja guarda discursos propriamente religiosos para entrar no campo secular. Na verdade deseja, tão-somente, marcar posição com propostas de ordem moral. Eis uma das características do modelo de diplomacia da Igreja Católica, como demonstra Azevedo (2003), quando analisa a Igreja sob o ponto de vista das relações internacionais:

“(...) a Igreja, como instituição, foi construindo o seu modelo próprio de diplomacia, com as seguintes características básicas, entre outras: estável; conciliatória; silenciosa; baseada em pequenos e gradativos passos; com o menor custo possível para a imagem da instituição; reforçadora da imagem da Igreja como uma instituição unificadora, a serviço de toda a humanidade. Uma das tradições da Santa Sé é, também, a de nunca tomar a iniciativa, nem de iniciar, nem de romper, as relações diplomáticas com qualquer país”.(Azevedo, p. 72, 2003).

c) Sobre o modelo de diplomacia construído ao longo da história, é essencial listar elementos relacionados à Proposta de Resolução sobre Direitos Humanos e Orientação sexual – apresentada pelo governo brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A resolução foi retirada de pauta pelo próprio governo. A opinião de pessoas diretamente implicadas no processo é consensual: pressões exercidas, entre outros, pelo Vaticano e pela Igreja no Brasil.

Nas notícias sobre os impactos da decisão, há a declaração publicada na Folha de S. Paulo, página C5, 16 de março de 2004, em matéria intitulada “Na ONU, Brasil defenderá direitos de gays”.

“Em fevereiro, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), atendendo à recomendação do Vaticano, enviou carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo a não-reapresentação da proposta, por considerá-la "uma vergonha" para o país”.

O ministro Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, disse: "Resolvemos reapresentar o projeto neste ano porque a pressão não vai diminuir". O secretário geral da CNBB e bispo-auxiliar de São Paulo, dom Odilo Pedro Scherer, avalia que seria melhor que o Brasil não fosse o proponente da resolução. Para ele, se aprovada, ela "pode estabelecer um princípio de inversão de valores. Não discriminamos as pessoas. Discriminamos comportamentos. Nem toda orientação sexual pode ser colocada no mesmo nível de valores”.

Chama a atenção a informação sobre a existência de uma carta enviada pelo secretário geral da CNBB à comissão brasileira. O texto foi divulgado em pelo menos oito matérias - sites, revistas e jornais -, e confirmada

por três pessoas que participaram de todo o processo. Mas a carta, fonte de matérias jornalísticas, não foi encontrada em sua íntegra.

No processo de coleta de dados, a autora deste estudo entrou em contato com diversas entidades e pessoas. Apesar de algumas entidades apresentarem maior dificuldade para repassar dados, todas foram solícitas e cederam as informações. Mas chamou a atenção a resposta rápida vinda do Congresso Nacional, dono de uma imagem de extrema burocracia e desorganização. Gentilmente cedeu todos os dados sobre a audiência pública da qual participou o padre Leonard Martin.

A partir desses dados procurou-se a CNBB, com o envio de e-mails a vários setores. Houve somente uma resposta: o encarregado do Setor Família, que passou a responsabilidade a outro setor. Depois disso, silêncio absoluto.

Apesar de haver referência da carta nos meios de comunicação e em algumas pessoas entrevistadas, permaneciam dúvidas sobre sua real existência. Mas em uma pesquisa minuciosa, no site da CNBB, a carta é mencionada no relatório do presidente da CNBB, dom Geraldo Majella Agnelo: *“Vida e Atividades da CNBB desde a 41ª AG”*.

“Na reunião de 16 e 19 de fevereiro de 2004, a Presidência da CNBB manifestou, por carta, ao presidente Lula, a sua preocupação acerca de um pedido de resolução introduzido pelo governo brasileiro na pauta da reunião do Conselho Internacional dos Direitos Humanos, da ONU, em Genebra, em março de 2004, para que seja “vetada toda discriminação sexual”. A imprensa tem divulgado que o governo brasileiro retirou o pedido de resolução. Não chegou a

ser votado na reunião da ONU". (P. 3 do relatório do presidente: Vida e Atividades da CNBB desde a 41ª AG).

Surgiram dois caminhos de análise. Seguindo as idéias de Azevedo (2003), a Igreja, como instituição real dentro da esfera social, tem clara a sua missão e as suas estratégias de atuação, consolidadas e aperfeiçoadas em toda a sua história.

A forma como tem atuado em relação à resolução é exemplo de sua política diplomática. Silenciosamente se dirige às autoridades principais e envia carta ao presidente. Qual o conteúdo desse documento? Pode-se suspeitar que alguma negociação tenha entrado no pedido. O fato é que a resolução foi retirada de pauta por iniciativa do próprio governo. As razões não foram convincentes, segundo analisam integrantes do movimento homossexual. A pergunta (ainda) sem resposta: a retirada de pauta da resolução foi consequência dessa carta enviada pela CNBB? Os indícios levam a afirmar que o documento foi determinante.

Por outro lado, se a Igreja, por meio da Santa Sé, tinha atuação ativa no debate, evidentemente colocaria em funcionamento a estrutura hierárquica e exigiria da CNBB posição junto ao governo brasileiro. São ações de uma Igreja que se considera universal e com pensamento monolítico.

Uma informação subjacente em alguns documentos e nas análises da CNBB é a avaliação de que os meios de comunicação, diante de qualquer notícia da Igreja, tergiversam e a convertem em sensacionalismo. A partir de posicionamentos contrários, as informações, declarações e publicações sobre a homossexualidade se tornam material precioso para a imprensa. Estratégia usada pela Igreja é veicular rapidamente os documentos, sigilosamente, antes

que cheguem à imprensa. Informação manifesta em carta enviada aos bispos quando da publicação do documento sobre a entrada de pessoas homossexuais nos seminários.

A Igreja usa a diplomacia para seguir seu objetivo com passos gradativos, bem calculados, e com o menor custo para a imagem da instituição. Afinal, a não disponibilidade pública de documentos estratégicos responde a estratégias lógicas de qualquer instituição que realiza negociações sigilosas. Se tornado público, o teor afetaria os resultados. Outra possibilidade seria a insegurança que sente a Igreja diante da divulgação de um conteúdo contrário aos desejos de boa parte da sociedade. A já tensa relação com a imprensa acentua-se quando a imprensa desvela o lado frágil dos argumentos oficiais. E se sentirá obrigada a dar declarações e justificativas, causando desconforto a si mesma. A imprensa estaria, assim, interferindo e fragilizando a estratégia oficial de agir com o menor custo possível para a imagem da instituição.

7. Outro aspecto diz respeito à relação entre as reivindicações dos GLBT e as posições da Igreja no Brasil. Pelo menos nas discussões sobre a votação do projeto de lei 1.151/95 foram apresentados dois enfoques que representam diversidade de posicionamento dentro da Igreja.

Essa análise deve ser feita levando em consideração as contribuições de Mouffe (2000) e Laclau (1993) sobre duas categorias importantes na análise do discurso: o discurso antagônico e a noção de agonismo de Mouffe.

Para a comunidade homossexual, reivindicar a livre expressão sexual significa entender o exercício da sexualidade como direito humano fundamental, e não privilégio ou capricho. É fundamental continuar afirmando

que a orientação homossexual é uma das muitas maneiras pelas quais as pessoas exercem o direito humano de serem sexuais. Significa, conforme o pensamento de Hunt (2004), que o sexo nas suas múltiplas formas é uma maneira simbólica de dividir o amor, expressão física da força da vida, e pode conduzir à comunhão e à justiça.

Mas se for comparado o discurso que diz respeito a como a comunidade GLBT fundamenta e entende a sua vivência sexual, ao discurso elaborado pela hierarquia da Igreja, pode-se chegar à conclusão que são antagônicos, com poucas possibilidades de interferências para elaborar novas possibilidades.

Deve-se entender, segundo o pensamento de Mouffe e Laclau, que discursos antagônicos não possuem conteúdos comuns, ou seja, com reduzida possibilidade de compartilhar sentidos ou estabelecer universais mínimos de convivência.

A afirmação do direito pela livre escolha sexual está fundamentada nos princípios de autonomia e liberdade dos seres humanos. E esta é a matriz com a qual grande parte do movimento homossexual se identifica. Conforme afirmado também pela Constituição:

“(...) para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos(...)” (Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil)

O discurso oficial da igreja toma como referência textos bíblicos e/ou teológicos para abordar uma experiência humana concreta. Ou seja, seu ponto

de partida não são os anseios e problemas individuais, mas a consolidação da instituição com normas e doutrinas. Mas como não consegue satisfazer a complexidade da experiência humana, especialmente no que se refere à sexualidade, suas doutrinas ficam limitadas.

As expressões sobre os homossexuais falam por elas mesmas: intrinsecamente deturpados; atos homossexuais não são normais; mente profundamente perturbada; doentes; contra a natureza humana; inversão de valores; discriminamos comportamentos; nem toda orientação sexual pode ser colocada no mesmo nível de valores etc.

Por parte dos GLBT há outras expressões: a Igreja Católica é homofóbica; Deus nos criou livres e nos quer felizes; toda forma de amor é válida aos olhos de Deus etc.

Expressões que dão a dimensão das dificuldades encontradas para propor à Igreja diálogo ou outra saída, a fim de construir uma cultura aberta à convivência com todo tipo de experiências. Se não existe a possibilidade de encontrar pontos comuns, então haverá o conflito. Conforme Mouffe (2002), isso gera situação de completa negação recíproca. De um lado, a Igreja, justificando a defesa da família, perde o horizonte de solidarizar-se com os homossexuais; do outro, os GLBT recusam qualquer proposta que venha da Igreja.

No imaginário social há a certeza de que religião e homossexualidade são antagônicas e primam pelo conflito. Mas há enfoques religiosos que apresentam argumentos de defesa da liberdade de escolha e do direito de decidir.

Se por um lado o discurso oficial da Igreja é antagônico em relação ao discurso dos homossexuais, o pronunciamento do padre Martin, apesar das ambigüidades, mostra os esforços de alguns católicos em estabelecer diálogo aberto com a comunidade homossexual.

A proposta de Mouffe (2002) sobre as relações agônicas, em que os atores envolvidos são vistos como adversários e não inimigos, é possibilidade de analisar e criar relações com os grupos críticos dentro da Igreja. O discurso do padre Martin é enfático: a Igreja não é entidade com pensamento homogêneo e sempre em defesa do patriarcado e contra os homossexuais.

Vaggione (2004) mostra que existem divergências geradoras de dissidências religiosas fundamentais para a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Sem negar a posição contrária aos direitos dos homossexuais por parte da igreja, é interessante conhecer os esforços de católicos que mostram que o discurso religioso também está em constante mudança e adaptação. Mas as mudanças são consequência das demandas dos diferentes grupos sociais, entre eles os homossexuais.

A partir da perspectiva dos homossexuais, a aliança com os grupos divergentes oferece a possibilidade de fortalecer o discurso e as reivindicações dos GLBT. Além de fragilizar o discurso contra o direito, próprio da Igreja.

O discurso do padre Martin, no Congresso Nacional, é sinal de como os posicionamentos, com argumentos propriamente religiosos, tornam públicas as fragilidades da Igreja. O fato de a CNBB ter divulgado nota expondo seu pensamento sobre o projeto de lei é indício de como os grupos divergentes podem obstaculizar seus objetivos.

A Igreja e seus discursos oficiais estabelecem relações antagônicas com os interlocutores; aqui, com os homossexuais. Mas no interior da Igreja existem discursos que não se identificam totalmente com o oficial, oferecendo possibilidades de diálogo. O que, como afirma a proposta de Mouffe, pode ser chamado de relações agônicas.

8. Entre outros argumentos, a Igreja recorre à defesa da família para posicionar-se contra os direitos dos homossexuais.

A família, instituição histórica, tem sofrido mudanças ao longo do tempo. Vista, portanto, sob diferentes expressões no transcurso da história.

Ribeiro (1994) analisa a Igreja Católica e o Estado, no Brasil, matrizes de referências que disputam a hegemonia dos valores na família. Considera a instituição familiar lugar importante na transmissão e recriação de valores culturais, um dos espaços privilegiados para detectar a presença das idéias e práticas religiosas na vida das pessoas.

Para a Igreja Católica, uma das principais portas de entrada para a evangelização do mundo tem sido a família, tornando-se possível divulgar a doutrina sobre casamento, sexualidade, amor e maternidade:

“a família natural, monogâmica e estável, tal como o desígnio de Deus a concebeu e o cristianismo a santificou, deve continuar a ser esse lugar de encontro de várias gerações que, reciprocamente, se ajudam a alcançar uma sabedoria mais plena e a conciliar os direitos pessoais com as outras exigências da vida social”. (Paulo 6º, Populorum Progressio [1967], 36, 1997).

Ou seja, a Igreja considera a existência de um único modelo familiar, que deve ser seguido por todos: uma família monogâmica e heterossexual, com fins procriativos.

Por que defende tão radicalmente um único modelo de família, que nega e exclui grupos de pessoas e outros modelos familiares?

Dentro da sociedade há diferentes maneiras de viver e entender o mundo. Em alguns momentos algumas visões se tornam hegemônicas. No atual panorama mundial duas forças lutam por essa hegemonia: a primeira, de corte mais conservador, fechada às contingências da vida, voltada à permanência da tradição; a segunda, mais aberta à diversidade e ao pluralismo do mundo.

No meio dessas visões de mundo está a Igreja Católica. A partir de uma reformulação interna, organizativa e de estratégia política, se propõe a atuar no mundo.

A Igreja avalia que a sociedade vive momento de crise por causa do distanciamento e do relativismo dos valores tradicionais, especialmente os religiosos. A homossexualidade, o HIV/AIDS e a violência seriam sinais de uma sociedade hedonista, promíscua e liberal.

Entende que as pessoas precisam voltar a núcleos originais para poderem se reconciliar, e criar melhores condições para diminuir os índices de violência, uso de drogas, gravidez precoce etc.

A posição da Igreja não é isolada: encontra aliados entre os políticos e em outras denominações religiosas, que tentam implementar projetos em defesa desses ideais. A política do presidente Bush, exigindo e condicionando o apoio econômico para que países proponham a fidelidade e a abstinência como métodos de prevenção contra o vírus HIV/AIDS, responde a uma política da direita cristã, articulada no Partido Republicano.

A defesa da família não responde tão-somente aos desejos de evangelização cristã, mas tem a ver com o jogo de interesse das diferentes instituições no cenário mundial. A defesa da família se torna bandeira política para poder intervir no espaço público. A participação ativa da Santa Sé na ONU tem possibilitado à Igreja ser conhecida como liderança mundial na defesa da vida.

Vaggione (2005) afirma:

“La defensa de la familia tradicional como parte del activismo religioso se hace a partir de enfatizar dos elementos principales: la naturaleza y la nación. La estrategia es definir la familia en términos ‘naturales’ – una ‘naturaleza’ que es siempre el efecto de una ‘naturalización’ y de una construcción – para de este modo, no sólo legitimar un único modelo sino también deslegitimar todo arreglo alternativo como antinatural. La naturalización de un tipo de familia es, sin duda, una forma de atacar las posibilidades del pluralismo. A través de defender la familia, estos sectores sostienen que defienden la soberanía nacional frente a la amenaza ‘imperial’ que representan los movimientos feministas y de minorías sexuales que son contruidos como respondiendo a intereses foráneos”
(Vaggione, 2005, p. 21)

Pelo menos no Brasil essa é a proposta política: ser liderança reconhecida na defesa dos valores familiares. Diante do clima de insegurança provocado pelas contingências da vida moderna, gera-se na sociedade um movimento que procura refúgio nas propostas mais voltadas às origens.

Com a abertura democrática, grupos com objetivos diversos e propostas concretas se fizeram presentes no cenário público, entre eles os GLBT, mulheres, negros etc. Na mesma medida em que a Igreja tenta divulgar

e influenciar, esses grupos se consolidam e crescem, lutando contra a implantação de modelos e visões de mundo vindos da Igreja.

9. Pierucci afirma que *“quando o prazer sexual passa a ser gozado por ‘corpos seculares’ autonomizados do dever de procriar, estamos diante de uma secularização radical”* (Pierucci, P. 117, 1997).

A homossexualidade, mais que qualquer outro assunto, possibilita pensar sobre elementos da secularização. No mundo GLBT, há várias pessoas que em eventos¹²² organizados pelo movimento falam de experiências religiosas. A maioria sempre se refere a experiências religiosas negativas, a partir da exclusão que sofriram e culpa ao assumir a homossexualidade. Há mágoa, havia culpa. Padres e/ou comunidade católica sempre são citados.

Com o crescimento do movimento e ajuda de entidades especializadas, essas pessoas começam a descobrir que a vivência da homossexualidade é direito e expressão da sexualidade.

No ambiente de liberdade, muitos homossexuais sentem necessidade de uma prática espiritual ou religiosa. Por isso, há igrejas e comunidades religiosas criadas especialmente para essa finalidade.

À medida que se consolida o movimento, as reflexões e teorias que explicam a homossexualidade como forma de expressão da sexualidade ganham corpo, retirando a legitimidade de visões negativas. Todo esse processo é acompanhado por uma sociedade que participa cada vez mais das atividades propostas.

¹²² Dados obtidos da observação direta, por ter participado como convidada de eventos dos grupos GLBT.

É inegável o distanciamento das pessoas homossexuais dos espaços oficiais da Igreja Católica, exatamente porque são o grupo mais crítico à hierarquia eclesial. A cada documento publicado ou pronunciamento contrário, os homossexuais reagem e criticam publicamente as posições oficiais. Nunes (2005) afirma que a recusa do discurso da autoridade é um dos indicadores de que se está diante de uma sociedade regida por idéias modernas.

A relativização do discurso religioso em favor de uma vivência livre atesta que as relações dos fiéis com a Igreja passam por mudanças profundas. Mudanças ligadas à afirmação da autonomia e liberdade, assuntos sobre os quais a Igreja tem dificuldade em dialogar.

Quando são deixadas de lado as normas religiosas, especialmente relacionadas à sexualidade, o discurso moral da Igreja está debilitado ou não encontra eco tão forte. Ou, como pensa Nunes (2005), apesar de a Igreja utilizar recursos de caráter religioso, sua legitimidade pouco convence.

Mais que qualquer outro assunto, a homossexualidade mostra o real discurso da Igreja, confrontado explicitamente com as idéias e valores que a sociedade tem assumido. Em relação aos homossexuais, a Igreja não consegue mais impor opiniões, moral e regras sobre indivíduos que reivindicam autonomia.

6. ALGUMAS IDÉIAS CONCLUSIVAS

O elemento mais forte encontrado na relação entre a Igreja Católica e os direitos dos homossexuais diz respeito à forma como a instituição se manifesta publicamente. A análise dos documentos eclesiais possibilitou conhecer o posicionamento oficial e concreto sobre a homossexualidade. A

análise mostra que a Igreja está em direção contrária à afirmação dos princípios relacionados aos direitos humanos. Um dos critérios definidos para legitimar a participação de qualquer entidade, religiosa ou não, no espaço público, relaciona-se ao respeito às normas constitucionais. Ao menos no que se refere à homossexualidade essa legitimidade deve ser questionada.

Do mesmo modo, a ótica sob a qual aborda a homossexualidade entra totalmente em contradição com os pressupostos da moral, pois a liberdade, a capacidade de optar e a liberdade de escolha são princípios fundamentais da moral. Não pode impedir que as pessoas exercitem esses direitos e capacidade, e que o Estado proteja e legisle em favor dessas pessoas, sempre baseado na liberdade individual.

O estudo das relações também permitiu entender mais claramente os caminhos e estratégias utilizados para influenciar nos espaços definidores de políticas.

A Igreja, para conseguir ser legitimada como liderança que luta pela volta dos valores tradicionais, terá que enfrentar verdadeira corrente de pensamento que se fortalece para a luta.

Diferentemente de outros assuntos nos quais a Igreja tem dialogado, em relação à homossexualidade não há sinais de mudanças que indiquem a disposição de acolher novidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito destas considerações finais é recuperar alguns aspectos centrais do trabalho.

A idéia não é terminar com uma conclusão acabada, mas explicitar elementos que a partir da pesquisa realizada foram considerados relevantes.

1. A longa história de relações da Igreja Católica e Estados tem sido motivo de extensas análises, em decorrência das implicações concretas na sociedade. Foram percebidos modelos caracterizados pela estreita relação com os poderes estatais, até a total separação e autonomia das esferas. Esse novo modelo tem características diversas, e depende da realidade cultural e política de cada sociedade.

Nas abordagens sobre a participação de instituições religiosas em assuntos públicos, constata-se o questionamento clássico sobre a legitimidade de qualquer religião influenciar as discussões e determinações do Estado.

Levando em consideração as análises de Casanova (1994), Burity (2003), Mouffe (1992;2002) e Vaggione (2005), conclui-se que a Igreja Católica, como toda instituição social, tem legitimidade para participar das discussões públicas, sempre e quando guiada pelos princípios constitucionais, determinados dentro de um Estado laico.

Analisou-se a presença pública da Igreja quando entrou em pauta, por exemplo, a implementação de políticas públicas relacionadas ao HIV/AIDS. Também nos debates, no Congresso, sobre o projeto de lei 1.151/95 (parceria civil entre pessoas do mesmo sexo); e ainda respeito do projeto da Lei de Biossegurança (11.105/05), que previa a regulamentação e o estabelecimento

de regras para a pesquisa sobre células-tronco. A AIDS, as células-tronco e a homossexualidade permitiram a esta análise verificar a existência de assuntos nos quais a Igreja assume posições contrárias a princípios estabelecidos pela Constituição. Assuntos que dizem respeito à sexualidade e à vida.

2. Algumas idéias sobre a situação atual da religião contribuíram para delinear o trabalho. As discussões sobre a secularização permitiram entender melhor a relação entre a Igreja Católica e a sociedade. As análises de Pierucci, (1997) e Rosado-Nunes (2005) apresentam elementos que indicam um processo de secularização na sociedade brasileira. Casanova (1994) e Burity (2003) indicam o contrário, ou seja, a existência de um processo de revitalização das religiões tradicionais, e seu desempenho ativo na esfera pública para influenciar temas e desafios do mundo atual. Vaggione (2005) e Voyè (1999) ressaltam as mudanças pelas quais passam as religiões, a fim de se adaptarem às necessidades da sociedade. Mudanças que têm implicado a elaboração de estratégias para conseguir espaço social.

Diante dessa situação não há como negar o paradoxo. Por um lado, a participação ativa de diferentes denominações religiosas, entre elas a Igreja Católica, no âmbito das discussões públicas, defendendo princípios; do outro, fiéis e sociedade em geral apresentam expressivo distanciamento de doutrinas e normas religiosas como fundamentos para a própria vida, especialmente se são doutrinas e normas relacionadas à moral sexual.

3. Sobre a Igreja Católica, a análise situou-se na perspectiva de Richard (2000), quando afirma que a instituição religiosa tem se caracterizado por uma ideologia “neoconservadora progressista”, expressada na combinação de práticas autoritárias internas e discursos e atitudes reformistas ad extra. A

política externa iniciada pelo Papa João Paulo 2º e retomada pelo Papa Bento 16 tem como estratégia a afirmação da Igreja como único referencial de unidade em um mundo em conflito, e como referência universal, especialmente em assuntos éticos.

Internamente, a Igreja restaura a moral sexual tradicional a partir da leitura de que o mundo passa por crise de valores, principalmente na área da moral. Necessita, portanto, de uma retomada dos valores tradicionais. A aprovação de leis e a intensificação dos debates em diversos países sobre a legalização do aborto, a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo e a liberalização de pesquisas com células-tronco seriam sinais da crise de valores. Inúmeros documentos confirmam o desejo da Igreja Católica de que seus princípios morais sejam obedecidos irrestritamente. Em nome desses princípios, tenta restringir a liberdade de pensamento, de expressão e de escolha, limitando condição fundamental do ser humano, a liberdade. Como também tenta, a Igreja, desqualificar a ordem democrática, ao pretender que seja a sua doutrina tomada como referência para a promulgação de leis ou implementação de políticas públicas.

4. Os temas escolhidos para analisar o objeto com a hipótese foram os debates surgidos em torno das políticas públicas relacionadas à problemática do HIV/AIDS; as discussões no Congresso Nacional sobre o projeto de lei 1.151/95, que trata da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, e o projeto da Lei de Biossegurança (11.105/05), que previa a regulamentação e o estabelecimento de regras para a pesquisa das pesquisas das células-tronco. O critério seguido para a escolha dos documentos foi

porque representavam a posição oficial das entidades, e ofereciam elementos que favoreciam a análise pretendida.

No caso da AIDS, o conflito se localizou nas estratégias políticas de prevenção, ou seja, o uso do preservativo. Para a Igreja, o uso romperia o vínculo entre o exercício da sexualidade e a procriação. No que se refere à homossexualidade, a Igreja entende que as relações carecem de finalidade essencial e indispensável, a procriação. Sobre as células-tronco, o problema se localiza na defesa da vida. O magistério da Igreja Católica assume como dado inquestionável a existência de vida humana desde o momento da concepção. Considerou ameaça à vida a possibilidade da liberação de pesquisas com células embrionárias.

5. À Igreja não é negada a participação na democracia. Mas em consequência de seus posicionamentos, especialmente em assuntos ligados à moral sexual, sua presença encontra resistências em parcela da população. O que poderia ser o estabelecimento de interlocução, mesmo conflituosa, se torna impedimento, pois freia o debate a partir do tipo de argumentos, sua rigidez e autoritarismo.

6. A Igreja Católica, para defender princípios, tem estratégia clara de atuação no Congresso Nacional. A participação em espaços vitais e a articulação com atores fundamentais são mecanismos para conseguir objetivos.

Por meio dos documentos estudados percebe-se a existência de definido plano de atuação, com estratégias explícitas, assim como conhecimento da lógica que transita no Congresso Nacional. A Igreja sabe como pressionar os parlamentares, conseguindo que se aliem às suas

propostas. A defesa da família, defesa da vida e a moral sexual são temas nos quais deve intervir. Por isso, participa e se manifesta nos debates sobre aborto, direitos dos homossexuais, AIDS e células-tronco, pois considera que os argumentos de parte da sociedade e de outras instâncias contrariam tudo o que é defendido pela instituição religiosa.

7. Percebe-se interesse na formação e informação sobre temas importantes para o desenvolvimento da sua missão. Mas deve-se levar sempre em consideração que para a Igreja tem-se que voltar à tradição, à obediência às normas, ao rigor teológico e ao seguimento rígido das normas impostas pelo Vaticano. Os temas desses espaços de formação, ainda que atualizados, não são assimilados e nem incorporados. Pois não podem entrar em contradição com as suas doutrinas, especialmente em um momento em que a Igreja Católica assume a defesa da tradição doutrinal. O que é referendado pela análise da Ryan (1999), quando afirma:

“Embora a Igreja contrate cientistas, sociólogos e líderes sindicais para ajudar a elaborar encíclicas sobre pena de morte, questões trabalhistas e guerra, ela opera em um vácuo em termos da sua doutrina sobre sexo, ou ignora as sugestões quando convida especialistas a opinar sobre questões relativas ao sexo, como aconteceu no caso da Pontifícia Comissão sobre População, Família e Natalidade. Apesar de os cientistas e ginecologistas terem fornecido dados para a Comissão que investigou controle de natalidade para a Igreja, a opinião da maioria foi rejeitada e a opinião da minoria conservadora aceita. É como se os líderes da Igreja não quisessem ajudar a investigar esses temas. O controle da natalidade, o aborto e a homossexualidade continuam a ter intrinsecamente erros e distúrbios, segundo a Igreja, apesar das pesquisas dos sociólogos, cientista ou psicólogos. Por

causa disso, as doutrinas oficiais são frequentemente desprezadas pela população instruída” (Ryan, p. 127, 1999)

A novidade da Igreja nos debates atuais é seus documentos serem referendados por extensa bibliografia, de caráter acadêmico. Mas o conteúdo em nada mudou. Certamente uma das razões pelas quais crescem as críticas e se debilita a adesão às suas propostas. E mostra, ainda, a estratégia de usar argumentos seculares, quando na verdade são revestidos de elementos doutrinários. Isso corrobora a análise de Vaggione (2004) sobre o uso de argumentos seculares por parte da Igreja Católica como estratégia para fazer-se presente nas discussões públicas, ocultando motivações religiosas. E desqualifica vozes divergentes em seu interior, com o intuito de despolitizá-las.

8. Também a análise dos documentos revelou como a Igreja conceitua a homossexualidade, as dificuldades em torno das pesquisas com células-tronco e sobre o uso do preservativo. Toma-se direção contrária à afirmação dos princípios relacionados à defesa dos direitos humanos. Conforme analisado em um dos capítulos do campo empírico, na Constituição existem importantes artigos referentes aos direitos humanos, como o art.1º, inc.III, que protege a dignidade humana e a classifica como fundamento do Estado democrático de Direito. A Igreja fere a dignidade humana quando, no caso dos homossexuais, os posicionamentos não contribuem para criar sociedade menos homofóbica. Suas idéias contrariam o art. 3º inc.IV, que aborda a promoção do bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; o art. 5º - todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inc. X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

O desconforto em relação à Igreja Católica se dá precisamente quando tenta frear ou interpor obstáculos a processos direcionados à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Como exemplo, a forma de a Igreja lidar com a sexualidade, em contraposição às conquistas da sociedade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a sexualidade é um dos indicadores de qualidade de vida. Torna-se complexo e delicado abordar essa dimensão sob tabus, repressões e preconceitos. Alguns critérios definidos internacionalmente para a elaboração de políticas públicas referem-se explicitamente ao respeito aos direitos humanos, respeito ao pluralismo e que se tenha como fim o bem comum.

Um dos critérios definidos para legitimar a participação de qualquer entidade, religiosa ou não, no espaço público, relaciona-se à observância de normas constitucionais. A legitimidade da Igreja nesses temas é, portanto, questionada.

9. Há outro elemento importante: os grupos dissidentes dentro da Igreja Católica. Esses grupos ou organizações, com posição crítica diante das propostas oficiais, abrem possibilidade de pensar mudanças e articulação com distintas denominações religiosas, como mostra Vaggione (2004). Porém, essas propostas deverão também estar em sintonia com os princípios constitucionais definidos pelo Estado laico.

10. De parte da sociedade civil vem o grau mais intenso de desconfiança e de reação às propostas da Igreja. Análises constatam que nem sempre há reações diante dos posicionamentos da Igreja. Mas o elemento novo que a análise proporcionou a este estudo é que a sociedade, hoje, contesta e reage publicamente, a discordância não ficando mais restrita ao

privado ou ao confessionário. A sociedade legitima e cria possibilidades para essa contestação.

11. Em uma sociedade pluralista, o Estado deve pensar como acolher as propostas que vêm da Igreja Católica, sem deslegitimar outras religiões. O Estado tem o desafio de velar para que as propostas dos “convidados” não entrem em choque com os princípios definidos. É fundamental a ação da sociedade civil organizada, que poderá mediar pela defesa dos princípios definidos pela sociedade democrática. Deve-se salientar que a sociedade civil não é homogênea, mas permeada de interesses e ideologias que tornam mais complexa a realidade.

A defesa dos direitos dos cidadãos é referência primeira para se avaliar a participação de qualquer instituição nos debates que definirão como serão implementadas as decisões neles tomadas.

BIBLIOGRAFIA

- ALDANA, Myriam Santin. "A Igreja católica e o Congresso nacional". Caderno No. 6. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2000.
- ALMEIDA NETO, Luiz Mello de. Família no Brasil dos anos 90: um estudo sobre a construção social da conjugalidade homossexual. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 1999.
- ALVAREZ, Sonia. "Women's participation in de Brazilian people`s Church: A critical Appraisal". In: Feminist Studies, v.16, nº 2, summer 1990, p. 381-408.
- AQUINO, Maria Pilar. "La reflexión eclesiológica feminista latinoamericana". In: AJO, Clara Luz e DE LA PAZ, Marianela (orgs.). Teología y género: selección de textos. Havana: Editorial Caminos, 2002
- AQUINO, Pilar. "Y Dios creo a la mujer". Teología y mujer en América Latina: Reflexión y Liberación, no 15, set./ nov., 1992
- AQUINO, Pilar. A teologia, a Igreja e a Mulher na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1997.
- ÁVILA, Maria Betânia. "Modernidade e cidadania reprodutiva". In: Estudos Feministas v. 1 nº 2, 1993.
- AZEVEDO, Dermi. Desafios Estratégicos da Igreja Católica, Luanova Nº 60— 2003.
- AZIZE, Yamila. "Gênero, mujer y SIDA". In: Cuadernos Mujer y salud: Mujeres, vulnerabilidad y HIV/SIDA. Un enfoque desde los derechos

humanos. Número 3. Santiago: Red de salud de las mujeres latinoamericanas y del Caribe, 1998, p.110-118.

AZZI, Riolando. "Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964)". In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil. São Paulo: Loyola, 1993.

AZZI, Riolando. "Formação histórica do catolicismo brasileiro". In: VV.AA. A religião do povo. São Paulo: Paulinas, 1978.

BARBOSA, Maria Regina e DI GIACOMO, Tania. "SIDA y derechos reproductivos". In: Cuadernos Mujer y salud: Mujeres, vulnerabilidad y HIV/SIDA. Un enfoque desde los derechos humanos. Número 3. Santiago: Red de salud de las mujeres latinoamericanas y del Caribe, 1998, p.92-97.

BARBOSA, Regina Helena Simões. "Sexo seguro para as mulheres?". In: Revista de Estudos Feministas, vol.4, nº 1, Rio de Janeiro, 1996.

BARBOSA, Regina Maria e PARKER, Richard. (orgs.). Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder. São Paulo: 34, 1999

BARROSO, C. Bruschini. "Construindo a política a partir da vida pessoal: discussões sobre sexualidade entre mulheres pobres no Brasil". In: LABRA, M. E. (org.). Mulher, saúde e sociedade no Brasil. Petrópolis: Vozes/ ABRASCO, 1998.

BERER, Marge. Mulheres e HIV/ AIDS. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BERGER Peter. O dossel sagrado. São Paulo: Paulinas, 1985.

- BERGER Peter. The Desecularization of the world: resurgent religion and world politics. Michigan: Grand Rapids, 1999.
- BERNARDI, José. “Desafios cotidianos da AIDS”. In: Igreja e AIDS: presença e resposta. Porto Alegre: Pastoral de DST/ AIDS – CNBB, 2004.
- BEYER, Peter. Religion and globalization. Londres: SAGE Publications, 1997.
- BIANCO, Mabel. “La transmisión madre e hijo e su prevención”. In: Cuadernos Mujer y salud: Mujeres, vulnerabilidad y HIV/SIDA. Un enfoque desde los derechos humanos. Número 3. Santiago: Red de salud de las mujeres latinoamericanas y del Caribe, 1998, p. 90-91.
- BIDEGAIN, Ana Maria (org.). Mulheres: Autonomia e controle religioso na América latina. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BLANCARTE, Roberto. Las Iglesias no pueden imponerle a la población una determinada perspectiva moral. Cidade do México: Letra S, 2001.
- BUENDÍA, Gómez Josefa. Mulheres católicas e feminismo: um estudo de trajetórias de vida. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica. (mimeo). São Paulo, 1998.
- BURITY, Joanildo A. Redes sociais e a construção da legitimidade política para a participação religiosa nas políticas sociais no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- CAMARGO, Candido P. F. De Igreja e Desenvolvimento, São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1971.

- CHAUÍ, Marilena. "Fundamentalismo religioso: la cuestión del poder teológico-político". In: NOVAES, Adauto (org.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das letras, 2004
- CONSCIENCE. The role of religion in international policy making: a seminar at the European Parliament, v. XXII, n° 4, winter 2001/2002.
- COSTA FILHO, Raldo Bonifácio. "Divinização e Direitos Humanos: Articulações entre governo e Igreja católica". In: *Igreja e AIDS: presença e reposta*. Porto Alegre: Pastoral de DST/ AIDS – CNBB, 2004.
- DINIZ, Débora. *Quando a verdade é posta em dúvida: Liberdade de Cátedra e Universidades Confessionais*. Mimeo, 2006
- DROGUS, C. A. *Reconstructing the feminine: women in São Paulo`s CEB*. Clinton: Hamilton College, s.d. (mimeo).
- DROGUS, C. A. *Somos Mulheres Fazendo História*. (mimeo) s. d.: s. l.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FIGUEIREDO, Regina. "Evolução das designações atribuídas aos grupos visados pela epidemia de AIDS no Brasil". In: *Prevenção às DST/AIDS em ações de saúde e educação*. FIGUEIREDO, Regina. (org.). São Paulo: NepAIDS, 1998.
- FIORINZA, Elizabeth, Schüssler. "O rei está nu: autocompreensão ekklesial democrática e autoridade romana kyriocratica". In: *Cadernos de Católicas pelo Direito de Decidir: Olhares feministas sobre a Igreja católica*, n. 9, 2001.

- FIORENZA, Elizabeth, Schüssler. Bread Not Stone: the Challenge of feminist Biblical Interpretation. Boston: Beacon Press, 1984.
- GALVAO Jane. "As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/ AIDS". In: PARKER, Richard (org). Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.
- GALVÃO, Jane. "Algunos desafios de la epidemia del SIDA en el Brasil". In: Cuadernos Mujer y salud: Mujeres, vulnerabilidad y HIV/SIDA. Un enfoque desde los derechos humanos. Número 3. Santiago: Red de salud de las mujeres latinoamericanas y del Caribe, 1998, p.46-48.
- GALVÃO, Jane. "As respostas religiosas frente à epidemia de HIV/ AIDS no Brasil". In: PARKER, Richard (org). Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil. São Paulo: Jorge Zahar, 1997.
- GALVÃO, Jane. AIDS no Brasil. A agenda de construção de uma epidemia. Rio de Janeiro: ABIA, 2000.
- GEBARA, Ivone. "Direitos Humanos na Igreja, direitos diminuídos, mulheres, leigos, culturas não ocidentais". In: ARROCHELLAS, Maria Helena (org). A Igreja e o exercício do poder. Rio de Janeiro: ISER, 1992.
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GRACE, Davie e SCHAFËR, Heinrich. "Theoretical tools: ways of approaching the question". In: SANTA ANA, Julio. Religions Today: their Challenge to ecumenical Movement. Genebra, WCC, 2005.

- GRACE, Davie e SCHAFËR, Heinrich. "Secularization: the European experience". In: SANTA ANA, Julio. *Relions Today: their Challenge to ecumenical Movement*. Genebra, WCC, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Trad. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- GUTIERREZ, Gustavo. *Teología de la Liberación: perspectivas*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1990.
- GUTIÉRREZ, Marta Alicia. *Iglesia, família e regime político*. Buenos Aires: CONICET, 1999
- GUTIÉRREZ, Marta Alicia. *Iglesia, política y derechos sexuales y reproductivos: estado actual en latinoamérica*. Buenos Aires, 1997.
- HARDING, Sandra. "A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista". In *Revista Estudos Feminista*, vol.1, 1993, pp. 7-33.
- HERVIEU, LÉGER, Daniele. O bispo, a igreja e a modernidade, in: LUNEAU René & MICHAEL, Patrick (org), *As mutações atuais do catolicismo. Nem todos os caminhos levam a Roma*, Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. *Vers un nouveau Christianisme?* Paris: Cerf, 1987.
- IGUACEN F. *Secularización y mundo contemporáneo*. Madrid: Publicaciones ICCE, 1973.
- KALICHMAN, Artur Olhovetchi. *Vigilância epidemiológica de AIDS: recuperação histórica de conceitos e práticas*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Medicina da USP. São Paulo, 1993.

KISSLING, Francis. El Vaticano y las políticas de salud reproductiva. Cidade do México: Catholics for a free Choice, 1999.

LACLAU, E. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. Buenos Aires, Nueva Visión , 1993

_____. Emancipación y diferencia. Buenos Aires : Ariel. 1996

_____. Por qué los significantes vacíos son importantes para la política? In : Emancipación y diferencia. Buenos Aires : Ariel. 1996

_____. Desconstrucción, pragmatismo, hegemonía. In : MOUFFE, C. 1998. (comp.). Desconstrucción y pragmatismo. Buenos Aires: Paidós.

_____. La guerre des identités: grammaire de l'émancipation. Paris: Découverte. 2001

LACLAU, E. & MOUFFE, C.. Hegemony & Socialist Strategy : Towards a Radical Democratic Politics. London: Verso, 1985

_____. Hegemony & Socialist Strategy : Towards a Radical Democratic Politics. 2ª ed. London: Verso, 2001

LAMAS, Marta. Desconstrucción simbólica e laicismo: dos requisitos imprescindibles para la defensa de los derechos reproductivos. Montevideo: Aportes, 1995.

LAMAS, Marta. Las fronteras del derecho a decidir. México: Letra S, 2001.

LAURENTI, Ruy. “Homossexualismo e a Classificação Internacional de Doenças”. In: Revista de Saúde Pública. 1984, vol. 18, no. 5 [citado 28/08/2006], pp. 344-347:

http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101984000500002&lng=es&nrm=iso

- LOBO, E. “Experiências de mulheres. Destinos de gênero”. In: Tempo Social, vol. 1, n. 1, 1989.
- LOBO, E. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense; SMC, 1991.
- LOWY, M. “Marxismo e Teologia da Libertação”, São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.
- LUCKÀCS. G. História e consciência de classe. Porto: Escorpio, 1987.
- LUDKE, M. “Como anda o debate sobre metodologias quantitativas e qualitativas na pesquisa em educação”. Cadernos de Pesquisa, n° 64, fevereiro, 1988.
- MACEDO, C. C. “Catolicismo e sexualidade: uma visão nativa”. In RIVERO, Lúcia (org.). Entre o desejo e o mistério: novos caminhos da sexualidade. Rio de Janeiro: ISER, 1992.
- MACEDO, C. C. “Novas encruzilhadas: mulheres, religião e política”. In Mulher e dignidade: dos mitos à libertação. São Paulo: Paulinas, 1989.
- MACHADO, M. das D. “Corpo e moralidade sexual em grupos religiosos”. In: Estudos Feministas, vol. 3, n. 1, 1995.
- MACHADO, R. Introdução in Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: GRAAL, 1981.
- MADURO, Otto. Religião e luta de classes: quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1981.

- MAINWARING, S. A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985) São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARIANTE, Paulo. "A esquerda e a homossexualidade: os desafios para uma construção socialista e libertária" In: Pelo direito a cidadania dos homossexuais. Brasília, 2004, publicação sob a responsabilidade do gabinete da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP).
- MARRAMAO, G. Cielo y tierra: génesis de la secularización. Barcelona: Paidós, 1998.
- MARRAMAO, G. Poder y secularización. Barcelona: Península, 1989.
- MARTELLI, Stefano. A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização. São Paulo: Paulinas, 1995.
- MARTIN, Denise, "Mulheres e AIDS: uma abordagem antropológica". Dissertação de mestrado. FFLCH-USP, 1995.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORENO Rejón, Francisco. "Moral fundamental en la teología de la liberación". In: ELLACURÍA, Ignacio e SOBRINO, Jon. Conceptos fundamentales de la teología de la liberación. San Salvador: UCA Editores, 1991.
- MOUFFE, Chantal. "Religion, liberal democracy and citizenship". In: ASCA Report 2001. Amsterdam, pp. 101-115.
- MOUFFE, Chantal. "Religião, democracia liberal e cidadania". In: BURITY, Joanildo A. e MACHADO, Maria das Dores Campos (orgs.).

Evangélicos, eleições e política no Brasil. Recife: Massangana, 2004.

MOUFFE, Chantal.. La nueva lucha por el poder. 2002
<http://www.politica.com.ar/Filosofia politica/La nueva lucha por el poder Mouffe.htm>.

MOUFFE, Chantal. The return of the political. Londres: Verso, 1996.

MOUFFE, Chantal O Regresso do Político, Lisboa, Gradiva, 1992

NOVAES, Adauto (org.). Civilização e barbárie. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

NUMRICH, Paul D. "United religions at the United Nations". In: Revista Conscience, v. XXII, n°4, Washington, winter 2001/2002.

ORLOV, Leandro. "El pensamiento de las Iglesias". In: Revista Conciencia Latinoamericana. Católicas por el Derecho de Decidir, vol. VIII, n°1, p. 8, 1996.

ORTIZ, Renato. "Anotações sobre religião e globalização". In: Revista brasileira de ciências sociais, vol 16, no 47, outubro 2001.

OVIEDO, LI. La secularización como problema. Valencia: Facultad de Teología San Vicente Ferrer, 1990.

PARKER, Christian. Otra lógica en América Latina: religión popular y modernización. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1993.

PRANKE, Patrícia. A importância de discutir o uso de células-tronco embrionárias para fins terapêuticos. São Paulo: Ciência e Cultura, jul./ set, 2004, vol.56, no.3, p.33-38. (19/07/2006):

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000300017&lng=en&nrm=iso

PARKER, Richard. Quebrando o Silêncio. Mulheres e AIDS no Brasil, ABIA/IMS/UERJ, 1996.

PARKER, Richard e GALVÃO Jane (org.) Quebrando o Silêncio: Mulheres e AIDS no Brasil. Rio de Janeiro: ABIA/ IMS/ UERJ, 1996.

PARKER, Richard. Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PATEMAN Carole. “Críticas feministas a la dicotomia público/ privado”. In CASTELLS, C. (org.). Perspectivas feministas em teoria políticas. Barcelona: Paidós, 1996, pp. 31-52.

PATERSON, Gillian. Lideranças eclesiais & AIDS/ SIDA: o novo comprometimento. Documento de discussão 01. Genebra: Ecumenical Advocacy Alliance, UNAIDS, 2005

PEGORARO, Olinto. “Aborto: aspectos teóricos e práticos”. In: Cadernos Católicas pelo Direito de Decidir: aborto: descobrindo bases éticas para decidir com liberdade, n.3, 2ª. edição, 2001.

PEREIRA, Lygia. “Clonagem terapêutica e polemica”. Revista eletrônica de jornalismo científico, www.comciencia.br/reportagens em 10/02/2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.

- PIERUCCI, Antônio Flávio. “Reencantamento e Dessecularização: A propósito do auto-engano em Sociologia da Religião”. In: Novos estudos CEBRAP No 49, novembro 1997 pp 99-117.
- POULAT, Émile. Liberté laïcité : la guerre des deux France et le principe de la modernité. Paris : Cerf/Cujas, 1987.
- PUELLO Orozco Yury. Mulheres, AIDS e Religião. Uma análise da experiência religiosa de mulheres portadoras do vírus HIV e AIDS. Dissertação de mestrado, PUC/SP, 2000
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. Manuel de recherche en sciences sociales. Paris: Dunod, 1988.
- RICHARD, Pablo. Esperanza o caos? Fundamentos y alternativas para el siglo XXI. Santiago. Paper. (2000)
- ROJO, Maria Izquierdo. Relatório sobre as mulheres e o fundamentalismo (Comissão dos Direitos da Mulher e da igualdade de oportunidades). 2002. <http://www2.europarl.eu.int/omk/OM-Europarl>
- ROSADO N. M. J. “Igreja Católica e poder feminino”. In: Comunicações do ISER. Ano 6, n. 27, Rio de Janeiro, 1987.
- ROSADO, Maria José Nunes. “El catolicismo sometido al analisis de la modernidad”. In: VASALLOS, Marta. En nombre de la vida. Católicas por el Derecho a decidir, 2005.
- ROSADO, Maria José Nunes. “Religion and feminist Thought”. In: SANTA ANA, Julio. Religions today: their Challenge to ecumenical Movement. Genebra: WCC, 2005.

- ROSADO, Maria José Nunes. "Religion and Women's Rights: The fundamentalist Face of Catholicism in Brazil". In Religious Fundamentalisms and the Human Rights of Women. Nova Iorque: Courtney W. Howland, 2001.
- RUBIO, José Maria Ferreres. "Resurgimiento religioso versus secularização". In: Gazeta de Antropologia, n. 14, 1998.
- RUETHER, R. Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminista. São Leopoldo: Sinodal, 1993.
- RUETHER, Radford Rosemary. "Diferença e direitos iguais das mulheres na igreja". In: Concilium, n. 238, Petrópolis, 1991
- SALLES, Eugênio de Araújo. "Carnaval e AIDS". Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 13.02.1999.
- SALLES, Eugênio de Araújo. "O mal e a covardia dos bons". In: Boletim da Revista do Clero da Arquidiocese de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, agosto de 1995.
- SANTA ANA, Julio. Religions today: their challenge to ecumenical movement. Genebra: WCC, 2005.
- SANTIM, Myriam Aldana. Direitos Humanos das mulheres: Congresso Nacional e Igreja Católica. Pesquisa apoiada pela Fundação Carlos Chagas no VIII Concurso de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, Xanxerê, agosto, 1999.
- SANTOS, N.J. S. As mulheres e a AIDS. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 1994.

- SCHIEBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru: EDUSC, 2001.
- SCOTT, J. Uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS. Corpo. 1991.
- SÉGUY, J. "Religion, modernité, sécularisation". Archives des sciences sociales des religions, nº 69-1, jan/ mar 1990, pp. 127-138.
- STOLKE, V. "La investigación con datos cualitativos". In: AZEREDO, S. e STOLCKE, V. (coords) .Direitos Reprodutivos. São Paulo: FCC/ DPE, 1991
- SULLIVAN, Andrew . Praticamente Normal: Uma Discussão sobre o Homossexualismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TEIXEIRA, Paulo Roberto. "Políticas públicas em AIDS". In: PARKER, Richard. Políticas, instituições e AIDS. Enfrentando a epidemia no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Abia, 1997.
- TSCHANNEN, O. Les théories de la sécularisation. Genebra: Droz, 1992.
- UNAIDS. Relatório de uma oficina teológica sobre estigmas relacionados ao HIV/ AIDS. Windhoek, Namíbia, 2003
- Vaggione, Juan Marco. Família (s) y religión (s). In revista Conciência latinoamericana, Vol XIV No 12, outubro 2005
- VAGGIONE, Juan Marco. Entre reactivos y disidentes: desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular. In La trampa de la moral única: argumentos para una democracia laica, CLADEM, Lima, Perú, 2005

- VAN EYDEN, René J. A. “A mulher no pensamento hierárquico”. In: Cadernos de Católicas pelo Direito de Decidir: Olhares feministas sobre a Igreja católica, No 9, São Paulo, 2001.
- VARGAS, Virginia. Los nuevos derroteros de los feminismos em la década de los 90: estratégias y discursos. Mimeo. Lima, 1998.
- VATICANO. Evangelium Vitae. Carta encíclica de João Paulo II. Sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. São Paulo: Paulinas, 1995.
- VILLELA, Wilsa e BARBOSA, Regina Maria. “Repensando as relações entre gênero e sexualidade”. In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Maria (orgs.). Sexualidades brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ ABIA/ UERJ, 1996.
- VILLELA, Wilsa e DINIZ, Débora. A epidemia da AIDS entre as mulheres. São Paulo: NEPAIDS/ CFSS, 1998, p.7.
- VILLELA, Wilsa. “Por uma perspectiva feminista frente à epidemia de AIDS entre as mulheres”. In: Jornal da Rede-Saúde, nº 14, dez., 1997, p.3.
- VILLELA, Wilsa. “Prevenção do HIV/ AIDS, gênero e sexualidade: um desafio para os serviços de saúde”. In: BARBOSA, Regina Maria e PARKER, Richard. (orgs.). Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder. São Paulo: 34, 1999, p.199-215.
- VUOLA, Elina. Teología Feminista – Teología de la Liberación: los límites de la liberación la praxis como método de la teología latinoamericana de la liberación y de la teología feminista. Madrid: IEPALA, 2000.
- VV. AA. Miradas sobre el aborto. México: Gire, 2000

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Globalização, religiões, justiça social: metamorfoses e desafios. <http://www.adital.com.br/2003>

WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: UNB, 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios. Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações, 2005. p. 66.

[<http://www.camara.gov.br/](http://www.camara.gov.br/)

[internet/Legislacao/Constituicao/CFpdf/constituicao.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/Legislacao/Constituicao/CFpdf/constituicao.pdf)

DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Paulinas, São Paulo, SP, 1992.

CLERO, Arquidiocese de São Sebastião, Rio de Janeiro, RJ, ano 21, agosto, 1985.

CNBB. Em favor da família, 20 de março de 1975. In: SEDOC, 8, p.84, 1975.

CNBB. Igreja e a AIDS. (1992). In: Documentos da CNBB nº 58, 1997.

CNBB. Pronunciamento sobre a família (1996). In: Documentos da CNBB nº 58, 1997.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Orientações educativas sobre o amor humano. Paulinas, São Paulo, SP, 1983.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. Sexualidade humana: verdade e significado. Paulinas, São Paulo, SP, 1996.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Congregação para a Doutrina da Fé, Carta sobre a cura pastoral das pessoas homossexuais, 1 de Outubro de 1986.

CNBB. Nota da CNBB Sobre o programa de distribuição de preservativos nas escolas Brasília – DF, 28 de agosto de 2003
<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=pagina&chaveid=253.07>

CNBB. Carta aos Bispos, sobre a votação do Projeto de Biossegurança., Brasília 1 de março de 2005

CNBB. Declaração sobre a "Carta aberta" do Programa Nacional de DST e AIDS, do Ministério da Saúde 2003:
<http://www.cnbb.org.br/index.php?op=noticia&subop=7842>

CNBB. Pronunciamento sobre a Família: a propósito do Projeto de Lei de união civil de pessoas do mesmo sexo, 17 de outubro de 1996.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1996.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Declaração *Persona humana*, 29 de Dezembro de 1975.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. “Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais, 2003

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Considerações Sobre os projectos de Reconhecimento Legal Das Uniões Entre Pessoas Homossexuais, 2003

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Nota doutrinal sobre algumas questões relativas ao empenho e comportamento dos católicos na vida política, 24 de Novembro de 2002, n. 4.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional com relação às pessoas com tendências homossexuais em vistas de sua admissão ao seminário e às ordens sagradas 2005,

CONSELHO PARA A FAMÍLIA. valores da família e o “sexo seguro”, dezembro de 2003:
http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20031201_family-values-safe-sex-trujillo_sp.html

CONSELHO PARA A FAMÍLIA. Família, Matrimônio e Uniões de Fato, Cidade do Vaticano. 26 de julho de 2000

ENCÍCLICA "VERITATIS SPLENDOR":

http://www.prestservi.com.br/diaconoalfredo/carta_enciclica_veritalis.html

JOÃO PAULO II. Carta encíclica Evangelium Vitae. Paulinas, São Paulo, SP, 1968.

_____. Exortação apostólica Familiaris Consortio. Vozes, Petrópolis, RJ, 1981.

_____. "Redemptor Mater". Encíclicas y otros documentos de Juan Pablo II, V. III. San José, p.110, 1988.

_____. Ex Corde Ecclesiae. Roma: S/editora, 1990. p. 1-24:
http://www.veritatis.com.br/_agnusdei/excorde0.htm

MENSAGEM DO CARDEAL D. Eugenio de Araújo Sales Arcebispo Emérito da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Léxico para termos ambíguos e coloquiais sobre vida familiar e questões éticas. Ensino da fé cristã. 2/0/2003:

<http://www.arquidiocese.org.br/paginas/v252003.htm>

PAULO VI. O Ano da Família. Discurso aos membros da Comissão Pontifícia para a Família, no dia 13 de março de 1974. In: SEDOC 7, 73, 1974.

RATZINGER, Cardeal Joseph. Considerações sobre os Projectos de Reconhecimento Legal das Uniões entre Pessoas Homossexuais:

http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_10030731

ROY, Marie-Andrée (1990). “Le changement de la situation des femmes dans le catholicisme québécois. Le rapport Dumont: démocratiser l’Église catholique”. *Sociologie etsociétés* XXII (2), pp. 95

SANTA SÉ, Documento Sobre a Clonagem Humana:
http://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/2004/documents/20040927_cloning_en.html

CAMPANHA DA FRATERNIDADE, 1998, CNBB, “Natureza e História da Campanha da Fraternidade”. Ed. Salesiana. Dom Bosco, São Paulo, SP, 1997.

ANEXOS AIDS

AIDS 1

Autor: ARMANDO ANTENORE

Origem do texto: Da Reportagem Local

Editoria: BRASIL Página: A11

Edição: Nacional Jul 2, 2000

Legenda Foto: O padre Valeriano Paitoni, da ala progressista e um dos defensores do uso de preservativos

Crédito Foto: Matuiti Mayezo/Folha Imagem

Observações: SUB-RETRANCA; ENTREVISTA

Assuntos Principais: IGREJA CATÓLICA; VALERIANO PAITONI; VÍDEO; DEFESA; PRESERVATIVO; CAMISINHA; POLÊMICA

Religioso diz que CNBB só condena preservativo por pressão da Santa Sé

DA REPORTAGEM LOCAL

Durante entrevista de duas horas à Folha, o padre Valeriano Paitoni recomendou a camisinha inclusive para católicos casados e tocou em temas que sacerdotes costumam discutir nos bastidores do clero, mas que quase nunca abordam publicamente.

Folha - O Vaticano erra quando proíbe que os católicos usem a camisinha no combate à Aids?

Padre Valeriano Paitoni - Tenho certeza quase absoluta de que sim. Como no passado, a igreja ainda resiste às descobertas científicas. Deseja fazer valer sua posição em qualquer circunstância. Desde que a epidemia da Aids começou o clero não soube se colocar no lugar certo. Quis ocupar o lugar dos cientistas. Enquanto a ciência nos educa e garante que o preservativo é uma das maneiras mais eficazes de proteção contra a doença, a igreja diz não. Fecha os olhos para provas científicas. Estamos mergulhados em um problema de saúde pública, e quem deve enfrentá-lo são as autoridades competentes. O Vaticano não pode atrapalhar. Diante do avanço do HIV, condenar a camisinha constitui um erro tão grave quanto os que atingiram negros e índios _populações que, recentemente, receberam do papa um pedido de perdão. No futuro, sem dúvida nenhuma, teremos de nos desculpar de novo pelos enganos cometidos em relação à Aids.

Folha - Qual seria, então, o papel da igreja na luta contra a doença?

Padre Valeriano - Apoiar as recomendações científicas. Solidarizar-se com doentes e portadores do HIV. Orientar os fiéis para que defendam sempre a vida.

Folha - Católicos que admitem a camisinha costumam se escorar na "teoria do mal menor". Argumentam: entre a Aids e o preservativo, prefira o "mal menor". O que o senhor pensa desse raciocínio?

Padre Valeriano - Não existe mal maior nem menor. Existe o mal e ponto. Se o preservativo protege a vida, não há por que o encarar como um mal menor. Trata-se, isso sim, de um bem maior _o único de que dispomos para driblar a Aids com segurança.

Folha - O Vaticano aponta a castidade e a fidelidade conjugal como alternativas à camisinha. Considera que, apoiando os preservativos, incentivaria uma sociedade que banaliza cada vez mais o sexo, que o toma por mercadoria.

Padre Valeriano - Quando a igreja afirma que proíbe a camisinha para impedir o aumento da promiscuidade, está desvalorizando a capacidade humana de crescer, de conquistar os tesouros espirituais. Não é por causa do preservativo que alguém vai se tornar mais promíscuo. Essa concepção dá ouvidos à fraqueza humana, não à grandeza. E a função da igreja é confiar na humanidade, acreditar que o homem pode se transformar para o bem. Ao decidir nos salvar, Deus se fez carne da nossa carne. Por quê? Porque pretendia engrandecer a nossa humanidade. Não queria diminuir ou destruir nossa sexualidade. Queria, ao contrário, valorizar o ser humano em sua plenitude.

Cristo nos avisa com clareza: "Eu vim para que todos tenham vida". Em outras palavras, devemos defender a vida custe o que custar e acima da lei, quando necessário. O apóstolo Paulo já nos ensinava: precisamos tomar cuidado, porque a lei é fonte de pecados. Nós, igreja, muitas vezes nos agarramos às leis e nos tornamos cegos diante da realidade. Defendemos a lei pela lei.

Folha - O senhor acha que não cabe à igreja pregar a castidade e a fidelidade conjugal?

Padre Valeriano - Claro que cabe. Fidelidade e castidade são valores do reino de Deus, próprios da fé. Só que não podemos usá-los para frear uma pandemia. São valores eternos, que precisamos pregar constantemente e não apenas agora. Mas são bens que conquistamos aos poucos, que renovamos todos os dias. Devemos enxergá-los como uma meta a atingir, não como um remédio. Não se pode impor a fidelidade. Pode-se, no máximo, incentivá-la. Diante da Aids, não basta pregar os valores do reino de Deus. É necessário reconhecer que as pregações nem sempre têm eficácia imediata e que, portanto, não substituem métodos científicos capazes de assegurar a vida.

Folha - O senhor recomenda que até mesmo os católicos casados usem camisinha?

Padre Valeriano - Para fazer frente à Aids, recomendo, sim. Conheço muitas mulheres católicas, casadas e fiéis, que pegaram o HIV dos maridos. A coerência nos obriga a admitir que a fidelidade não é algo que todo mundo vivencia. Ainda que a procure intensamente, um casal nem sempre a alcança. A própria igreja conta com isso, quando oferece o perdão àqueles que pecaram. O sacramento da reconciliação que antigamente chamávamos de confissão existe porque Deus sabe das fraquezas humanas. Ele prevê a queda.

Folha - O senhor também acredita que a igreja erra ao condenar o homossexualismo?

Padre Valeriano - A igreja erra sempre que aponta o dedo e se posiciona como juiz. Cristo nos fala: "Não julgue para não ser julgado". Estou certo de que ninguém opta pela heterossexualidade ou pelo homossexualismo. A pessoa é o que é. Faz parte de sua estrutura física, psíquica. Precisamos começar a encarar as coisas a partir dessa realidade. A igreja não pode exigir que um homossexual "mude de lado". Mas pode ajudar tanto o gay quanto o heterossexual a viver dignamente, sem abdicar do sexo.

Folha - Existem seminários que pedem testes de Aids para aqueles que desejam ingressar na vida eclesiástica?

Padre Valeriano - Existem. Há congregações e dioceses no Brasil que fazem tais exigências e impedem os soropositivos de entrar para os seminários. É uma discriminação inadmissível, que muitos preferem chamar cinicamente de "seleção".

Folha - O senhor conhece rapazes que tentaram se matricular em seminários e não conseguiram porque têm o vírus da Aids?

Padre Valeriano - Conheço poucos, mas conheço.

Folha - Qual o nome dos seminários?

Padre Valeriano - Não vou dizer. Não é ético.

Folha - Mas também não é ético que peçam o teste.

Padre Valeriano - Claro que não. Só que o fato de cometerem um erro ético não me autoriza a cometer outro.

Folha - Na década de 80, quando o senhor passou a distribuir camisinhas para as populações carentes, d. Paulo Evaristo Arns dirigia a arquidiocese paulistana. Como seu superior, ele nunca o repreendeu?

Padre Valeriano - Ele sempre soube, mas nunca se opôs. Acreditava na tese do "mal menor".

Folha - E o atual arcebispo, d. Cláudio Hummes?

Padre Valeriano - Já tivemos uma conversa. Ele me chamou à arquidiocese. Queria explicações sobre minhas atitudes.

Folha - Ele o advertiu?

Padre Valeriano - Não sei se me advertiu ou se desejava apenas conhecer melhor minhas posições. Foi no fim de janeiro, início de fevereiro, se não me engano. Ele me telefonou e me convocou. Não escondi nada. Expus minhas idéias sobre o preservativo com absoluta franqueza. A conversa correu serena, tranquila. Não senti um clima ameaçador. Expliquei as minhas razões, e ele reafirmou a visão oficial da igreja.

Folha - Ele pediu para o senhor deixar de distribuir camisinhas?

Padre Valeriano - Não, apenas reafirmou a visão da igreja. Mas, indiretamente, é claro que estava me dizendo: "Você comete um erro quando insiste em pensar de maneira diferente". Ele trazia dois relatórios sobre mim. Um retratava uma entrevista que dei para o Jô Soares no ano passado. Era bem fiel: "Jô perguntou isso; padre Valeriano respondeu aquilo; a platéia reagiu assim". O outro abordava uma reunião de que participei em Brasília, também no ano passado. Só que quem o elaborou não reproduziu direito minhas intervenções. Não disse a verdade. Manipulou tudo.

Folha - A igreja tem "arapongas"? Há pessoas que observam o senhor?

Padre Valeriano - Nos últimos quatro ou cinco anos, creio que sim. Quando estou em determinadas reuniões, acredito que haja sempre alguém de olho, reportando o que digo para a ala conservadora do clero.

Folha - O senhor integra a comissão da CNBB que concebeu um polêmico folheto sobre a Aids, divulgado recentemente em Itaici (SP), num seminário que tratava da doença. O texto preconiza a castidade "antes e durante o matrimônio", mas recomenda o uso da camisinha para aqueles que "não aceitam esses ideais ou têm dificuldade de vivê-los". A direção da CNBB aprovou o panfleto?

Padre Valeriano - A comissão _formada por nove pessoas, entre padres, freiras e leigos_ elaborou o folheto e o mandou para a conferência dos bispos com a recomendação de que fossem feitas correções. O texto final, portanto, foi aprovado pela CNBB.

Folha - No encontro de Itaici, porém, a direção da CNBB produziu uma nota desaconselhando os preservativos em qualquer situação. Contrariou, assim, as afirmações do folheto. Por quê?

Padre Valeriano - Porque sofreu pressão de Roma. O Vaticano forçou a CNBB a rever a questão, e a CNBB recuou.

Folha - Qual dos dois textos espelha melhor o que a cúpula da CNBB pensa sobre a camisinha: o folheto ou a nota?

Padre Valeriano - O folheto.

Folha - A igreja conservadora está ganhando espaço no Brasil, após um período de recolhimento?

Padre Valeriano - Vem crescendo muito, sim. Na verdade, há uns oito, dez anos, está se definindo como uma igreja paralela à CNBB, o que me preocupa bastante. A ala conservadora não se limita ao pensamento de uma diocese, de um bispo, de um padre. É uma estrutura paralela mesmo, que se articula de maneira concreta e se opõe à CNBB, mais progressista e juridicamente estabelecida como a igreja oficial do país.

Folha - Quem lidera essa igreja paralela?

Padre Valeriano - Todo mundo sabe que é d. Eugênio Sales, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. Ele articula, realiza reuniões periódicas, divulga documentos. Faz ingerências em Roma para a nomeação de bispos da ala conservadora no Brasil. Só um cego não vê essas coisas. O conservadorismo em si não é um mal, mas se torna ruim quando se organiza para destruir um outro setor, que pensa de modo diferente. Os conservadores amarram-se mais à lei do que à vida. A igreja tradicional precisa de leis bem definidas. Sua segurança é a lei. Já a segurança da igreja progressista é a vida, é trabalhar em busca da plena dignidade humana. Para conservar algo, você necessita de leis _inclusive daquelas que regulamentam as relações sexuais. Agora, para crescer, para se expandir, você não precisa de muitas leis, porque a lei o obriga a permanecer fechado dentro de um certo recinto.

O senhor não teme sofrer punições por se opor tão frontalmente às opiniões do Vaticano?

Padre Valeriano - Não, porque quem vai me julgar é Deus. Não tenho medo das punições humanas. Penso que obediência é diálogo, não é submissão, como querem muitas autoridades da igreja. Não fiz voto de submissão. Fiz voto de obediência à minha vocação. Creio firmemente que a defesa da vida não admite a covardia.

ANEXO AIDS 2

Carta Aberta - 08/12/03

Releases da CN-DST/AIDS

Posição do Programa Nacional de DST e Aids frente à proibição de divulgação de campanha da Sociedade Civil

O Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde vem a público defender o direito de divulgação do vídeo “Pecado é não usar”, que as organizações não governamentais engajadas no controle da epidemia de aids fizeram em resposta à posição da Igreja Católica contra o uso do preservativo.

Estamos em um país democrático, democracia esta que parcela da própria Igreja ajudou a construir, com a coragem de religiosos como Dom Paulo Evaristo Arns e inúmeros outros. Temos uma Constituição que defende as liberdades fundamentais como direito inalienável. Entre eles, a livre manifestação do pensamento e a liberdade de credo. O Governo Brasileiro não discute os dogmas e valores morais e individuais de abstinência e fidelidade conjugal.

Entretanto, ressalta que estas estratégias são inadequadas enquanto política de saúde pública para a prevenção do HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis. Seria um erro uma política pública baseada no respeito à universalidade, à diversidade e na realidade cultural da sociedade preconizar condutas que não são compartilhadas por todas as pessoas. Temos o dever e a responsabilidade de afirmar que o preservativo é a única maneira de prevenir o HIV entre as pessoas que têm vida sexual ativa. No Brasil, um contingente de 91 milhões de pessoas.

Respeitamos a Igreja Católica, reconhecemos a contribuição que ela tem dado na luta contra a aids no Brasil. Desde o início da epidemia, a Igreja acolheu e amparou os órfãos da aids; criou esquemas de ajuda aos moradores de rua; fundou creches e instituições para dar assistência aos portadores; criou, inclusive, a Pastoral da Aids.

No entanto, a Igreja erra quando, para fazer valer o seu ponto de vista teológico, lança dúvidas sobre verdades científicas há muito comprovadas, pondo em risco a vida de pessoas que, por obediência religiosa, acabam se descuidando. Quando lidamos com vidas humanas não temos o direito de errar. Sabemos, também, que embora essa orientação venha do Vaticano, nem toda a Igreja Católica do Brasil a difunde. Prova disso é a decisão tomada em Itaici na reunião da cúpula da CNBB em 2000, quando o preservativo foi considerado, “dos males, o menor”.

Democraticamente, não podemos ignorar a multiplicidade das orientações sexuais e nem deixar de respeitar o direito que as pessoas têm de manifestá-las e exercê-las. É papel do Estado garantir a saúde física de todos os cidadãos, e é papel das religiões tentar melhorar a saúde espiritual do Planeta. Mas não podemos mentir.

O preservativo é único meio de proteger a população do HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis tão prejudiciais à saúde quanto o vírus da Aids: o HPV, por exemplo, que provoca 90% do câncer do colo do útero; as hepatites virais, que acometem mais de 15% da população e podem levar à morte; a sífilis congênita, que provoca o aborto ou a má formação do feto, apenas para citar as mais conhecidas.

Colocar em dúvida esta eficácia, especialmente, instituições com a credibilidade da Igreja Católica é danoso para a saúde pública. Anos inteiros de trabalho e investimento de recursos públicos para promover uma prática mais segura entre as

peessoas que têm vida sexual ativa ou que ainda vão iniciá-la escorrem pelo ralo com declarações como a do Cardeal Colombiano López Trujillo.

Quando as ONG que trabalham com aids no Brasil decidiram veicular o vídeo contestando a posição da Igreja sobre o uso do preservativo, elas entenderam que a Igreja estava mentindo e, portanto, teria que pedir perdão, mais cedo ou mais tarde, por mais este equívoco histórico. E usaram como argumento a própria posição do Vaticano em 14 de março de 2000, quando o Papa João Paulo II proferiu em Roma a Oração Universal e a Confissão das Culpas e Pedido de Perdão pelos crimes do passado.

Toda a imprensa divulgou, à época, que o Vaticano estava tentando encontrar um jeito de pedir perdão à humanidade e, ao mesmo tempo, redimir a Igreja dos crimes pelos quais era acusada: o de perseguição religiosa na Idade Média; de violência e intolerância contra os povos pagãos do Novo Mundo; de omissão durante a ascensão de Hitler, que culminou com o holocausto. São essas as citações que o vídeo faz, baseando-se nas reportagens da época.

De fato, no Dia do Perdão, o Papa não se referiu à Igreja Católica em suas orações, mas a “homens da Igreja que, em nome da fé e da moral, às vezes lançaram mão de métodos não evangélicos no cumprimento da obrigação de defender a verdade”. Com base neste dispositivo, a Arquidiocese do Rio de Janeiro, fundamenta a argumentação de que é uma injúria associar a Igreja aos momentos históricos relatados no vídeo.

Ora, se o responsável pela política de aids em um país, em nome de suas convicções morais e religiosas, decidisse parar de promover o uso do preservativo e provocasse, com essa atitude, um grande aumento do número de transmissões do HIV e a morte de milhares de pessoas, quem seria acusado da irresponsabilidade? Apenas ele, como pessoa, ou todo o governo que ele representa e que permitiu que ele tomasse tal atitude?

É essa mensagem que o vídeo quis transmitir, no direito que as ONG têm – elas também parceiras importantíssimas do governo na luta contra a aids no Brasil e no mundo – de fazer o contraponto científico a dogmas religiosos que podem por em perigo toda a humanidade.

Prova disso é o comportamento de líderes do continente Africano, onde alguns, até há poucos meses afirmavam, peremptoriamente, que o HIV não existe e que a aids é uma doença social, não de transmissão sexual. A África, hoje, por essa posição anticientífica, é um continente ameaçado de extinção, com mais de 30% da população infectada pelo vírus. O continente Africano está aí para lembrar-nos de que não temos tempo para errar.

Portanto, é preciso cautela ao defender idéias. A Igreja está errada ao insistir que o preservativo não protege, e pode estar cometendo mais um crime contra a humanidade. Vale lembrar que a própria Comissão Teológica Internacional, que redigiu o documento que justificava a necessidade que a Igreja tinha de pedir perdão à humanidade pelos erros do passado, alertou: “A Igreja é uma sociedade viva que atravessa os séculos. A sua memória não é apenas constituída pela tradição que remonta aos Apóstolos, normativa para a sua fé e a sua própria vida, mas é também rica na variedade de experiências históricas, positivas ou negativas, que ela viveu. O passado da Igreja estrutura em larga medida o seu presente. (Pág. 5).

E o próprio Papa João Paulo II acrescentou: “Um sério exame de consciência foi desejado por numerosos cardeais e bispos, principalmente sobre a Igreja de hoje. No limiar do novo milênio, os cristãos devem por-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo” (TMA36, pág. 22 do documento, grifo dos próprios redatores).

Programa Nacional de DST/Aids Ministério da Saúde

ANEXO AIDS 3

Questionário sobre AIDS

1. Como vc analisa a presença da Igreja católica em um sociedade laica e em um estado laico?
2. Qual têm sido as dificuldades concretas da igreja Católica sobre as políticas de Aids. Você considera que tem havido uma real incidência?
3. Ou a influência é zero?
4. Que avanços têm encontrado nestas relações?
5. Existem critérios claros por parte do governo sobre estas relações?
6. Que novidades a forma como se esta trabalhando AIDS e religião coloca nas relações Igreja estado?

ANEXO AIDS 4

Carta Aberta - 08/12/03 Releases da CN-DST/AIDS *Posição do Programa Nacional de DST e Aids frente à proibição de divulgação de campanha da Sociedade Civil*

O Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde vem a público defender o direito de divulgação do vídeo “Pecado é não usar”, que as organizações não governamentais engajadas no controle da epidemia de aids fizeram em resposta à posição da Igreja Católica contra o uso do preservativo.

Estamos em um país democrático, democracia esta que parcela da própria Igreja ajudou a construir, com a coragem de religiosos como Dom Paulo Evaristo Arns e inúmeros outros. Temos uma Constituição que defende as liberdades fundamentais como direito inalienável. Entre eles, a livre manifestação do pensamento e a liberdade de credo. O Governo Brasileiro não discute os dogmas e valores morais e individuais de abstinência e fidelidade conjugal.

Entretanto, ressalta que estas estratégias são inadequadas enquanto política de saúde pública para a prevenção do HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis. Seria um erro uma política pública baseada no respeito à universalidade, à diversidade e na realidade cultural da sociedade preconizar condutas que não são compartilhadas por todas as pessoas. Temos o dever e a responsabilidade de afirmar que o preservativo é a única maneira de prevenir o HIV entre as pessoas que têm vida sexual ativa. No Brasil, um contingente de 91 milhões de pessoas.

Respeitamos a Igreja Católica, reconhecemos a contribuição que ela tem dado na luta contra a aids no Brasil. Desde o início da epidemia, a Igreja acolheu e amparou os órfãos da aids; criou esquemas de ajuda aos moradores de rua; fundou creches e instituições para dar assistência aos portadores; criou, inclusive, a Pastoral da Aids. No entanto, a Igreja erra quando, para fazer valer o seu ponto de vista teológico, lança dúvidas sobre verdades científicas há muito comprovadas, pondo em risco a vida de pessoas que, por obediência religiosa, acabam se descuidando. Quando lidamos com vidas humanas não temos o direito de errar. Sabemos, também, que embora essa orientação venha do Vaticano, nem toda a Igreja Católica do Brasil a difunde. Prova disso é a decisão tomada em Itaiaci na reunião da cúpula da CNBB em 2000, quando o preservativo foi considerado, “dos males, o menor”.

Democraticamente, não podemos ignorar a multiplicidade das orientações sexuais e nem deixar de respeitar o direito que as pessoas têm de manifestá-las e exercê-las. É papel do Estado garantir a saúde física de todos os cidadãos, e é papel das religiões tentar melhorar a saúde espiritual do Planeta. Mas não podemos mentir.

O preservativo é único meio de proteger a população do HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis tão prejudiciais à saúde quanto o vírus da Aids: o HPV, por exemplo, que provoca 90% do câncer do colo do útero; as hepatites virais, que acometem mais de 15% da população e podem levar à morte; a sífilis congênita, que provoca o aborto ou a má formação do feto, apenas para citar as mais conhecidas. Colocar em dúvida esta eficácia, especialmente, instituições com a credibilidade da Igreja Católica é danoso para a saúde pública. Anos inteiros de trabalho e investimento de recursos públicos para promover uma prática mais segura entre as pessoas que têm vida sexual ativa ou que ainda vão iniciá-la escorrem pelo ralo com declarações como a do Cardeal Colombiano López Trujillo.

Quando as ONG que trabalham com aids no Brasil decidiram veicular o vídeo

contestando a posição da Igreja sobre o uso do preservativo, elas entenderam que a Igreja estava mentindo e, portanto, teria que pedir perdão, mais cedo ou mais tarde, por mais este equívoco histórico. E usaram como argumento a própria posição do Vaticano em 14 de março de 2000, quando o Papa João Paulo II proferiu em Roma a Oração Universal e a Confissão das Culpas e Pedido de Perdão pelos crimes do passado.

Toda a imprensa divulgou, à época, que o Vaticano estava tentando encontrar um jeito de pedir perdão à humanidade e, ao mesmo tempo, redimir a Igreja dos crimes pelos quais era acusada: o de perseguição religiosa na Idade Média; de violência e intolerância contra os povos pagãos do Novo Mundo; de omissão durante a ascensão de Hitler, que culminou com o holocausto. São essas as citações que o vídeo faz, baseando-se nas reportagens da época.

De fato, no Dia do Perdão, o Papa não se referiu à Igreja Católica em suas orações, mas a “homens da Igreja que, em nome da fé e da moral, às vezes lançaram mão de métodos não evangélicos no cumprimento da obrigação de defender a verdade”. Com base neste dispositivo, a Arquidiocese do Rio de Janeiro, fundamenta a argumentação de que é uma injúria associar a Igreja aos momentos históricos relatados no vídeo. Ora, se o responsável pela política de aids em um país, em nome de suas convicções morais e religiosas, decidisse parar de promover o uso do preservativo e provocasse, com essa atitude, um grande aumento do número de transmissões do HIV e a morte de milhares de pessoas, quem seria acusado da irresponsabilidade? Apenas ele, como pessoa, ou todo o governo que ele representa e que permitiu que ele tomasse tal atitude?

É essa mensagem que o vídeo quis transmitir, no direito que as ONG têm – elas também parceiras importantíssimas do governo na luta contra a aids no Brasil e no mundo – de fazer o contraponto científico a dogmas religiosos que podem por em perigo toda a humanidade.

Prova disso é o comportamento de líderes do continente Africano, onde alguns, até há poucos meses afirmavam, peremptoriamente, que o HIV não existe e que a aids é uma doença social, não de transmissão sexual. A África, hoje, por essa posição anticientífica,

é um continente ameaçado de extinção, com mais de 30% da população infectada pelo vírus. O continente Africano está aí para lembrar-nos de que não temos tempo para errar.

Portanto, é preciso cautela ao defender idéias. A Igreja está errada ao insistir que o preservativo não protege, e pode estar cometendo mais um crime contra a humanidade.

Vale lembrar que a própria Comissão Teológica Internacional, que redigiu o documento que justificava a necessidade que a Igreja tinha de pedir perdão à humanidade pelos erros do passado, alertou: “A Igreja é uma sociedade viva que atravessa os séculos. A sua memória não é apenas constituída pela tradição que remonta aos Apóstolos, normativa para a sua fé e a sua própria vida, mas é também rica na variedade de experiências históricas, positivas ou negativas, que ela viveu. O passado da Igreja estrutura em larga medida o seu presente. (Pág. 5).

E o próprio Papa João Paulo II acrescentou: “Um sério exame de consciência foi desejado por numerosos cardeais e bispos, principalmente sobre a Igreja de hoje. No limiar do novo milênio, os cristãos devem por-se humildemente diante do Senhor, interrogando-se sobre as responsabilidades que lhes cabem também nos males do nosso tempo” (TMA36, pág. 22 do documento, grifo dos próprios redatores).

Programa Nacional de DST/Aids Ministério da Saúde

ANEXO CELULAS TRONCO

ANEXO CELULAS TRONCO 1

Carta da CNBB aos deputados, sobre a votação do Projeto de Biossegurança

Brasília, 28 de fevereiro de 2005
P – C – 0129/05

Ex.mo/a. Sr/a. Deputado/a

Acompanhamos, com vivo interesse, os trabalhos legislativos do Congresso porque o consideramos a casa do povo.

Em nome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), queremos expressar ao Senhor e à Senhora Parlamentar saudações fraternas no início deste ano legislativo.

Constatamos que está em votação, em fase final, o Projeto sobre Biossegurança com temas importantes, inclusive com aspectos referentes à Bioética.

Os últimos decênios vêm apresentando grande progresso no campo da biogenética e da biotecnologia, abrindo perspectivas, tanto no sentido da cura de certas doenças como também no aprimoramento da nossa vida na terra.

Contudo, com as esperanças erguem-se novas interrogações e preocupações. Estas interrogações não são apenas científicas, mas sobretudo de *cunho ético*.

Queremos louvar o empenho de nossos Parlamentares que, ao longo dos últimos anos, se têm dedicado ao conhecimento da problemática, por meio de debates e seminários.

Isto bem mostra como os representantes eleitos/as pelo povo têm consciência do peso de suas decisões, mormente daquelas que dizem respeito às manifestações da vida em suas múltiplas formas.

Alegramo-nos com as conquistas da ciência que permitem sanar certos males oriundos de causas genéticas, e, com a crescente expectativa da biotecnologia, agir eficazmente em certas deficiências de cunho genético. O progresso da ciência e da tecnologia abre novas possibilidades para que possamos levar adiante a missão que o Criador nos confia.

Neste sentido, nos congratulamos com as pesquisas recentes e o uso responsável de células-tronco adultas encontradas no cordão umbilical, na medula óssea e um pouco espalhadas por todo o corpo humano.

É necessário, no entanto, rejeitar com firmeza a produção de embriões, ou a utilização de embriões já existentes, tanto para pesquisas, quanto para eventual produção de tecidos e órgãos. Para a pesquisa com células-tronco embrionárias seria necessário a supressão dos embriões e a vida humana deve ser respeitada,

sempre, desde o seu início até o seu termo.

Preocupa-nos a maneira pouco aprofundada com a qual certas pessoas e entidades se pronunciam em relação à denominada terapia gênica, como se por meio dela pudessem ser sanados todos os males do mundo. A vida saudável não se reduz aos genes nem aos organismos, mas remete a relações sociais, econômicas, políticas, afetivas e espirituais. Há pessoas e grupos que mais parecem vendedores de ilusão de vida fácil do que preocupados com a saúde e a vida de todos.

Ainda que devemos buscar minorar os sofrimentos dos deficientes vítimas de falhas genéticas, preocupa-nos igualmente a exploração emocional oriunda da exposição de deficientes na mídia.

Diante destes pressupostos e baseados no Evangelho da Vida, confiamos que os Senhores não se deixarão dobrar pela pressão de grupos que investem na biotecnologia para auferir lucros.

A liberação, sem mais, de embriões para obter células-tronco, se nos afigura não como sinal de progresso, mas como sinal de uma postura antiética sem precedentes na história humana.

Na certeza de que nossos legisladores hão de se orientar pelo valor supremo da vida humana, na elaboração das leis, pedimos a Deus que os guie no alto desempenho de sua missão legislativa.

Atenciosamente,

Em nome da Presidência da CNBB,

Cardeal Geraldo Majella Agnelo
Arcebispo de São Salvador da Bahia
Presidente da CNBB

Dom Antônio Celso de Queirós
Bispo de Catanduva, SP
Vice-Presidente da CNBB

Dom Odilo Pedro Scherer
Bispo Auxiliar de São Paulo
Secretário-Geral da CNBB

ANEXO CELULAS TRONCO 2

Carta aos Bispos, sobre a votação do Projeto de Biossegurança

Brasília, 1 de março de 2005

Estimado Irmão no Episcopado,

Escrevo-lhe por uma questão importante e urgente. O Presidente da República pediu “urgência” à Câmara dos Deputados na votação do Projeto de Lei de Biossegurança, que prevê a liberação dos transgênicos, o uso de embriões humanos na pesquisa científica (“células tronco embrionárias”) e a clonagem humana. O Presidente da Câmara, Dep. Severino Cavalcanti, está colocando a questão em votação entre hoje e amanhã e não pode deixar de fazê-lo, pelo regimento da Câmara.

Sobre a clonagem humana há unanimidade de rejeição; sobre os transgênicos há forte pressão dos ruralistas, pois está em jogo, sobretudo, o cultivo e a comercialização de soja transgênica. Sobre o uso de embriões humanos para a pesquisa científica há forte pressão de diversos grupos, desde cientistas, feministas e certos setores da imprensa.

A pesquisa sobre embriões humanos é fortemente defendida por aqueles que afirmam ser ela “a única esperança de cura” para várias doenças neurológicas e outras. Acontece que esta pesquisa está longe de mostrar resultados positivos; pelo contrário, o emprego de células tronco embrionárias animais desencadeia tumores no organismo dos animais, sobre os quais são feitas as pesquisas. Além disso, no caso dos humanos, a pesquisa sobre células tronco embrionárias implica na destruição dos embriões humanos para obter as células tronco embrionárias.

Nesta tarde de terça-feira fiz visita ao Presidente da Câmara, com assessores e cientistas. Expus-lhe nossa preocupação. Ele está sob imensa pressão dos diversos grupos, cada um querendo defender sua posição. De toda maneira, ele deverá cumprir o regimento da Câmara. Mas mostrou-se muito receptivo com nossa visita e se disse plenamente de acordo com nossa posição. Porém não é ele quem decide, mas os Deputados. Se for possível, por favor, façamos esta mobilização, pois o momento é muito importante. Na Câmara dos Deputados há um clima de enorme pressão sobre os Deputados. Há grupos de paraplégicos postados à entrada do gabinete do Presidente da Câmara...

Que podemos ainda fazer neste momento? Eis, então, minha sugestão e pedido: seria muito importante que todos os bispos entrassem em contato imediatamente com os Deputados Federais de sua Região, para falar com eles e pedir-lhes que votem contra a liberação da pesquisa com células tronco embrionárias. Aprová-las, significaria votar em favor da experimentação com seres humanos.

Percebi que muitos Parlamentares ignoram literalmente o significado de tudo o que está em questão com este projeto de lei.

É importante que os Deputados sintam que o voto de seus eleitores está em jogo e que a Igreja tem grande capacidade de mobilizar a sociedade quando se trata de questões vitais. O pensamento da perda do apoio das bases políticas não agrada a nenhum Parlamentar.

Com minha saudação e abraço fraterno

Dom Odilo Pedro Scherer
Bispo Auxiliar de São Paulo
Secretário Geral da CNBB

ANEXO CELULAS TRONCO 3

Carta aos Bispos, sobre a votação do Projeto de Biossegurança

Brasília, 1 de março de 2005

Estimado Irmão no Episcopado,

Escrevo-lhe por uma questão importante e urgente. O Presidente da República pediu “urgência” à Câmara dos Deputados na votação do Projeto de Lei de Biossegurança, que prevê a liberação dos transgênicos, o uso de embriões humanos na pesquisa científica (“células tronco embrionárias”) e a clonagem humana. O Presidente da Câmara, Dep. Severino Cavalcanti, está colocando a questão em votação entre hoje e amanhã e não pode deixar de fazê-lo, pelo regimento da Câmara.

Sobre a clonagem humana há unanimidade de rejeição; sobre os transgênicos há forte pressão dos ruralistas, pois está em jogo, sobretudo, o cultivo e a comercialização de soja transgênica. Sobre o uso de embriões humanos para a pesquisa científica há forte pressão de diversos grupos, desde cientistas, feministas e certos setores da imprensa.

A pesquisa sobre embriões humanos é fortemente defendida por aqueles que afirmam ser ela “a única esperança de cura” para várias doenças neurológicas e outras. Acontece que esta pesquisa está longe de mostrar resultados positivos; pelo contrário, o emprego de células tronco embrionárias animais desencadeia tumores no organismo dos animais, sobre os quais são feitas as pesquisas. Além disso, no caso dos humanos, a pesquisa sobre células tronco embrionárias implica na destruição dos embriões humanos para obter as células tronco embrionárias.

Nesta tarde de terça-feira fiz visita ao Presidente da Câmara, com assessores e cientistas. Expus-lhe nossa preocupação. Ele está sob imensa pressão dos diversos grupos, cada um querendo defender sua posição. De toda maneira, ele deverá cumprir o regimento da Câmara. Mas mostrou-se muito receptivo com nossa visita e se disse plenamente de acordo com nossa posição. Porém não é ele quem decide, mas os Deputados. Se for possível, por favor, façamos esta mobilização, pois o momento é muito importante. Na Câmara dos Deputados há um clima de enorme pressão sobre os Deputados. Há grupos de paraplégicos postados à entrada do gabinete do Presidente da Câmara...

Que podemos ainda fazer neste momento? Eis, então, minha sugestão e pedido: seria muito importante que todos os bispos entrassem em contato imediatamente com os Deputados Federais de sua Região, para falar com eles e pedir-lhes que votem contra a liberação da pesquisa com células tronco embrionárias. Aprová-las, significaria votar em favor da experimentação com seres humanos.

Percebi que muitos Parlamentares ignoram literalmente o significado de tudo o que está em questão com este projeto de lei.

É importante que os Deputados sintam que o voto de seus eleitores está em jogo e que a Igreja tem grande capacidade de mobilizar a sociedade quando se trata de questões vitais. O pensamento da perda do apoio das bases políticas não agrada a nenhum Parlamentar.

Com minha saudação e abraço fraterno

Dom Odilo Pedro Scherer
Bispo Auxiliar de São Paulo
Secretário Geral da CNBB

ANEXO CELULAS TRONCO 4

Intervenção do observador da Santa Sé na ONU sobre a clonagem

NOVA YORK, sexta-feira, 22 de outubro de 2004 (ZENIT.org).- Publicamos a intervenção que o observador permanente da Santa Sé na Organização das Nações Unidas, o arcebispo Celestino Migliore, pronunciou essa quinta-feira ante a 6ª Comissão da Assembléia Geral da ONU sobre o ponto 150: «Convenção Internacional contra a clonagem reprodutiva de seres humanos».

Senhor presidente:

A clonagem humana esteve na agenda das Nações Unidas desde finais de 2001.

Desde o princípio pareceu claro que, apesar do título desta questão da agenda, «Convenção Internacional contra a clonagem reprodutiva de seres humanos», o propósito desta atividade foi de fato encontrar um marco jurídico que permitisse e acelerasse o avanço da ciência médica na obtenção e utilização de células estaminais, e identificar e proibir as práticas que fossem desrespeitosas para com a dignidade humana».

Desde um ponto de vista puramente científico, o progresso terapêutico já conseguido com as chamadas células estaminais adultas, isto é, células estaminais da medula óssea, do sangue do cordão umbilical e de outros tecidos adultos, parece muito promissor. A clonagem de embriões, por sua parte, está ainda muito longe de aportar o progresso que sugerem seus partidários. Ainda está por ver um êxito clínico certo na utilização de células estaminais embrionárias clonadas inclusive na experimentação com animais. O trabalho que faria seguro experimentar desta maneira em seres humanos poderia levar muito tempo, e estes obstáculos podem nunca ser superados.

Mais ainda, a distinção que às vezes se quer traçar entre a clonagem reprodutiva e a terapêutica é enganosa. Ambas implicam o mesmo processo técnico de clonagem e diferem só no objetivo. As duas formas de clonagem implicam falta de respeito com a dignidade do ser humano. De fato, desde um ponto de vista antropológico e ético, a chamada clonagem terapêutica, ao criar embriões humanos com a intenção de destruí-los, inclusive se for empreendida com o objetivo de ajudar possivelmente enfermos no futuro, é claramente incompatível com o respeito à dignidade do ser humano, porque faz de uma vida humana nada mais que um instrumento de outra.

Também, dado o fato de que os embriões clonados seriam indistinguíveis de embriões criados por fertilização “in vitro” e poderiam ser implantados em úteros e levados ao nascimento, cremos que seria praticamente impossível impor um instrumento que permitisse um tipo de clonagem e proibisse o outro.

Se a pesquisa em células adultas já demonstrou condições de êxito e não propõe questões éticas, é razoável que se prossiga com ela antes que a ciência se embarque na clonagem de embriões como fonte de células estaminais, algo que continua sendo problemático tanto cientificamente como eticamente.

Significa que nos opomos ao progresso científico? Mas diríamos que a eleição não é entre ciência e ética, mas entre ciência que é eticamente responsável e ciência que não o é. Milhares de vidas foram salvas por células estaminais adultas, a maior parte no tratamento de leucemia e outros tipos de câncer. Fundamentada evidência científica estabeleceu que os transplantes de células estaminais adultas são seguros, e os resultados preliminares sugerem que poderão ajudar pessoas com enfermidade de Parkinson, lesões medulares, danos cardíacos e muitas outras situações. O perigo é que este progresso para os tratamentos se detenha ou reduza seu andamento por desviar a

atenção e os recursos para a clonagem de seres humanos como uma fonte potencial de células estaminais.

Senhor presidente: minha delegação queria concluir suas observações com duas indicações finais. Em primeiro lugar, este Comitê e a Assembléia Geral parecem ser o foro adequado para nossas deliberações, devido ao fato de que as questões que giram em torno à clonagem de embriões humanos não conhecem fronteiras geográficas, culturais ou temporais. Mas, o que é mais importante, a matéria desta particular busca científica afeta a natureza e a existência da vida humana em si mesma. Portanto, uma ambiência que é supranacional tem o alcance adequado para abarcar toda a amplitude desta questão. Este tema --de interesse vital para a raça humana no presente e no futuro-- bem pertence a este ambiente universal.

Em segundo lugar, estamos convencidos de que o tema da clonagem de embriões humanos se pode enfrentar melhor com instrumentos jurídicos, já que o papel do direito é essencial para a promoção e proteção da vida humana. É com o papel da lei, baseada na justa razão, que as sociedades podem regular adequadamente o que parece desafiar nossas noções fundamentais de vida humana e dignidade. Neste contexto, senhor presidente, minha delegação baseou o documento informativo, ao que se fez referência, na lógica da justa razão e não em crenças religiosas.

Em conclusão, a Santa Sé está convencida do acerto de um instrumento jurídico internacional que de forma exaustiva proíba a clonagem de embriões humanos. Obrigado, senhor presidente.

NEXO HOMOSSEXUALIDADE

ANEXO HOMOSSEXUALIDADE 1

Carta da CNBB contra o "casamento" de homossexuais (dirigida a todos os deputados federais)

Encarte "Conjuntura Social e Documentação Eclesial" Nº 575 - Projeto de Lei nº 1.151/95

Legitimidade a uniões antinaturais, de pessoas do mesmo sexo

O Secretário-Geral da CNBB, dom Raymundo Damasceno Assis e o bispo responsável pelo Setor Família e Vida na CNBB, dom Aloysio José Leal Penna, sj, enviaram aos deputados federais, em Brasília, carta em que lembram o "perigo de se querer equiparar a família a outras "uniões", que, não obstante existam "de fato", não são uniões de direito". Segue a carta na íntegra:

Brasília, 09 de maio de 2001 SG - C - nº 0301/01

SENHOR DEPUTADO,

Recentemente, em 26 de julho de 2000, o Pontifício Conselho para a Família emitiu o Documento **Família, Matrimônio e "Uniões de Fato"**, diante do perigo de se querer equiparar a família a outras "uniões", que, não obstante existam "de fato", não são uniões de direito.

"A comunidade familiar - diz o Documento - origina-se do pacto de união dos cônjuges. O matrimônio, que surge deste pacto de amor conjugal, não é uma criação do poder público, mas uma instituição natural e originária que o precede" (n.º 9).

"O matrimônio e a família revestem um interesse público e são núcleo fundamental da sociedade e do Estado, e como tal devem ser reconhecidos e protegidos" (n.º 11). De acordo com nossa Constituição, "a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado" (art. 226 ,caput).

Ora, o que o Projeto de Lei no. 1.151/95 pretende é dar legitimidade a uniões antinaturais, de pessoas do mesmo sexo.

Quanto a projetos semelhantes ao que está em pauta, declara o Documento sobre as "uniões de fato":

"Em relação aos recentes intentos legislativos de equiparar família e uniões de fato, inclusive homossexuais (convém levar em conta que seu reconhecimento jurídico é o primeiro passo rumo à equiparação), é preciso recordar aos parlamentares a sua grave responsabilidade de opor-se a isto, posto que `os legisladores, e em especial os parlamentares católicos, não poderiam cooperar com o seu voto para este tipo de

legislação, porque contrária ao bem comum e à verdade do homem, e, portanto, verdadeiramente iníqua" (Família, Matrimônio e Uniões de Fato, n.º 16).

Há quem defenda o Projeto de Lei no. 1.151/95 argumentando que ele não visaria legitimar a convivência homossexual, mas tão-somente assegurar os direitos à propriedade e à sucessão de duas pessoas em contrato de "parceria registrada". É ilusório argüir que tal "parceria registrada" não teria o mesmo "status" do casamento, que os "parceiros" não teriam direito à adoção e que apenas estaria protegido o seu "patrimônio comum". Hoje, o nosso Código Civil, como todos reconhecem, garante o direito de celebrar contrato de sociedade a pessoas do mesmo sexo ou de sexo diferente, as quais, mutuamente se obrigam a combinar seus esforços ou recursos para lograr fins comuns, com uma posterior divisão de patrimônio, partilha de bens e direito de herança (art. no. 1.363 do Código Civil). Se o objetivo é simplesmente uma sociedade de bens, o Projeto em questão carece totalmente de sentido."

Tal assunto é tão grave que esta Conferência Episcopal não se pode mostrar indiferente ou apática. Pois - (como diz o Documento sobre as "uniões de fato") - *"a indiferença dos órgãos públicos nesse aspecto se assemelha a uma apatia perante a vida ou a morte da sociedade, a uma indiferença face à sua projeção de futuro, ou à sua degradação"* (Família, Matrimônio e Uniões de Fato, n.º 50).

Encerramos com uma famosa citação de Santo Tomás de Aquino: *"Toda lei feita pelos homens tem razão de lei porquanto deriva da lei natural. Se algo por outro lado se opõe à lei natural, já não é lei, mas a corrupção da lei"*. (Suma Teológica, I-II, q. 95, a.2.).

Certo que Vossa Excelência atenda o nosso pleito, subscrevemo-nos atenciosamente.

Dom Raymundo Damasceno Assis Bispo Auxiliar de Brasília (DF)

Dom Aloysio José Leal Penna, SJ Arcebispo de Botucatu (SP) e Bispo responsável pelo Setor Família e Vida da CNBB

ANEXO HOMOSSEXUALIDADE 2

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

O breve Documento, que a Santa Sé está enviando aos episcopados do mundo inteiro, fala da maturidade afetiva, enquanto capacidade de exercer a “paternidade espiritual” em relação à comunidade eclesial, como condição necessária para a admissão às Ordens sacras; distingue entre “tendências homossexuais profundamente radicadas” e “atos homossexuais” e fala da não-admissibilidade ao sacerdócio de quem pratica atos de homossexualismo ou adere à “cultura gay”. Trata ainda do indispensável discernimento da Igreja acerca da idoneidade dos candidatos e a quem compete, por dever, esse discernimento.

A Instrução da Congregação para a Educação Católica foi aprovada pelo Papa e será publicada no dia 29 de novembro próximo. Por causa da problemática abordada a imprensa estará certamente muito interessada nessa publicação e são previsíveis reações de diversos tipos. Por isso, mesmo respeitando o período do “embargo” prescrito e sem publicar o Documento antes da data prevista, é muito importante que os Irmãos Bispos informem seu clero, de modo especial os formadores dos seminaristas e os responsáveis pelas relações com a imprensa local, acerca do conteúdo da Instrução. Isso evitará que o clero receba as notícias e reflexões da imprensa, antes de ter um conhecimento fiel e objetivo das orientações da Santa Sé. De fato, foi esse o pedido que nos foi feito por um dos Dicastérios diretamente interessados na elaboração do Documento.

Confiamos que esta iniciativa da Santa Sé possa ajudar no discernimento sobre questões tão delicadas da formação sacerdotal e do discernimento vocacional. Que Deus abençoe nossos sacerdotes e envie muitas e boas vocações para a vida da Igreja.

Aproveito a ocasião para lhes desejar uma vivência frutuosa do período do Advento e para saudá-los, em Cristo bom Pastor, fraternalmente:

Cardeal Geraldo Majella Agnelo
Arcebispo de São Salvador da Bahia
Presidente da CNBB

ANEXO HOMOSSEXUALIDADE 3

Família e Vida: O apelo dos Bispos brasileiros

Preocupados com os ataques à vida e à família, os bispos brasileiros reunidos em sua 34ª Assembléia Geral de 17 a 26 de abril de 1996, aprovaram a seguinte declaração:

Pronunciamento sobre a família

Nós, Bispos Católicos, reunidos na 34ª Assembléia Geral, em Itaiaci/Indaiatuba, SP, entre os dias 17 e 26 de abril de 1996, dirigimos uma palavra de esperanças às famílias brasileiras e fazemos um apelo específico aos Parlamentares de nosso País.

Às famílias, gostaríamos de dizer que as admiramos e veneramos por sua vocação e missão, na Igreja e na sociedade. Vemos o esforço, por vezes, heróico, com que lutam para se manterem unidas e cumprirem sua missão.

Por isso, queremos sempre apoiá-las e defendê-las, sobretudo neste tempo em que a instituição familiar é gravemente ameaçada, prejudicada ou esquecida pela legislação civil.

A família, entretanto, constitui a estrutura básica da sociedade. O futuro da história passa necessariamente por ela. É patrimônio precioso da humanidade. Para nós, católicos, pelo sacramento do matrimônio, ela se torna também sinal eficaz concreto e lembrança viva do amor com que Deus sempre amou o seu povo e do amor com que Cristo sempre amou sua Igreja, pela qual deu sua vida (Cf. Ef 5, 25-33). Este é o Evangelho fundamental da família. Como Deus ama o seu povo, assim os esposos são chamados a se amarem e se doarem mutuamente. Dessa doação nascem os filhos, que completam a comunidade familiar e ali precisam encontrar amor, sustento, estabilidade, segurança, carinho, moradia, saúde e educação.

Além das famílias assim constituídas, há um grande número de pessoas vivendo situações familiares irregulares. Queremos dizer a estes filhos e filhas da Igreja que Cristo está sempre a bater em sua porta, esperando que abram e O acolham. Ele será rico em misericórdia e encorajará a busca de soluções apropriadas. Nós, pastores, queremos ajudar nesta busca, conscientes de que todos somos pecadores.

Nosso pensamento e nossa solidariedade muito particular se dirigem às famílias pobres, desassistidas, imigrantes e àquelas destruídas pela violência, seja na cidade, seja no campo e, nestes dias, às famílias atingidas na trágica chacina de Eldorado de Carajás - PA. Que o Deus da misericórdia e da esperança esteja muito junto de tanto sofrimento e o transforme em vida nova!

Por outro lado, a uma cultura hedonista e consumista, a uma permissividade moral cada vez maior, veiculada mormente por Meios de Comunicação Social, que agridem a família e desorientam a juventude, soma-se uma legislação civil adversa aos ideais e direitos da família. Não obstante a lei do divórcio, com grande freqüência aparecem novos projetos de lei no Congresso Nacional, novos decretos do Poder Executivo e outros expedientes legais que desfiguram ou enfraquecem a instituição familiar em seus valores básicos e permanentes. Uma cultura de morte, sempre mais difundida, procura abafar a família como natural fonte de vida. A tentativa de ampliar crescentemente a legalização do aborto é o processo mais perverso.

Diante desta situação, reafirmamos nosso repúdio ao aborto direto e provocado, pois significa matar seres humanos inocentes e indefesos no próprio seio materno. Queremos também lutar por melhores condições para que as famílias possam ser felizes em seu estado de vida e capazes de cumprir sua missão dentro dos parâmetros éticos, tantas vezes proclamados pela

Igreja.

Aos Senhores Parlamentares apelamos que, lembrados, inclusive, de que "a Pátria é a família amplificada" (Rui Barbosa), se oponham e votem contra os projetos de lei, em tramitação no Congresso Nacional, prejudiciais à instituição familiar, como os que ampliam os casos de despenalização do aborto, o que legaliza a união civil de pessoas do mesmo sexo e os que permitem a esterilização humana como método de planejamento familiar. Por isso, votem em favor do veto presidencial parcial ao Projeto de Lei (nº 209/91), que veta justamente a esterilização humana como método de planejamento familiar.

Nesse horizonte cheio de sombras e preocupações, surge agora a alegre notícia da visita do Papa João Paulo II ao Brasil para celebrar, no Rio de Janeiro, o II Encontro Mundial das Famílias, nos dias 04 e 05 de outubro do próximo ano. O Papa deseja estar com as famílias e dirigir-lhes uma palavra de esperança, de ânimo e de envio, como insubstituíveis agentes da Nova Evangelização, rumo ao Terceiro Milênio.

A preparação dessa visita oferece a todos nós oportunidade única para intensificar a evangelização das famílias, estruturar ou reforçar a Pastoral Familiar e os Movimentos afins (Cf. Coleção Estudos da CNBB - Nº 65) em nossas Dioceses e Paróquias, criar estruturas de apoios às gestantes para que não cedam à eventual tentação de eliminar a vida que trazem no seio, mas a acolham com serenidade. Nesse sentido, fazemos um apelo esperançoso também aos profissionais da saúde, advogados, cientistas e universidades, em favor da vida e da família. Enfim, estimulamos as próprias famílias a se organizarem no intuito de promover, na sua comunidade e na legislação do País, seus valores, direitos e a defesa da vida, desde a sua concepção até a morte natural.

Sentimo-nos privilegiados e extremamente felizes com a vontade do Papa de celebrar esse Encontro Mundial no Brasil. As famílias estão convocadas a participar intensamente desse evento e a fazer todo o possível para estarem inclusive presentes, naquele dia, junto do Santo Padre.

A Sagrada Família de Nazaré, pela fidelidade com que viveu a missão recebida de Deus, seja o modelo inspirador de todas as famílias, para as quais pedimos copiosas bênçãos celestes!

Itaici, Indaiatuba, 25 de abril de 1996

ANEXO HOMOSSEXUALIDADE 4

"CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL" Secretaria Geral

A propósito do Projeto de Lei de união civil de pessoas do mesmo sexo.

Nota do Secretário Geral

Diante de algumas notícias veiculadas por alguns meios de comunicação, em particular de matéria em O GLOBO (dia 17.10.96, pág. 9) sobre o posicionamento da Igreja com respeito à proposta de lei de união civil de pessoas do mesmo sexo, a Secretaria Geral da CNBB esclarece o seguinte:

- 1.** É doutrina da Igreja que a família é fruto do amor e da união indissolúvel de um homem e uma mulher, uma comunidade de pessoas dos esposos, homem e mulher, dos pais e dos filhos, dos parentes (cfr. Exortação Apostólica "Familiaris Consortio", nº 18).

- 2.** Quanto às leis civis, não compete à Igreja negociar condições ou restrições legais com os poderes civis constituídos, mas ela não se pode furtar a indicar critérios de ordem moral, que orientem as consciências, e tem a obrigação de lembrar a todos que a moralidade não é fruto do consenso ou do acordo da maioria mas tem uma referência a valores morais intocáveis até para os legisladores civis (Encíclica "Veritatis Splendor" nº 97)¹

- 3.** Caso venha a ser discutido e submetido à votação projeto de lei injusta, os legisladores de boa consciência devem rejeitá-lo. Porém, se não há como evitar a aprovação de uma lei, eles deverão expressar seu repúdio e tentar limitar ao máximo seus prejuízos. Este foi o contexto do depoimento do Pe. Leonardo Martin, em sessão de Comissão da Câmara Federal.

- 4.** Fica claro, pois, que a Igreja não está dividida em sua rejeição de uma lei que reconheça a união civil do mesmo sexo. A CNBB, em sua última Assembléia Geral, demonstrou esta unidade, ao aprovar o seguinte texto. "Aos Senhores Parlamentares apelamos para que (...) se oponham e votem contra os projetos de lei, em tramitação no congresso Nacional, prejudiciais à instituição familiar, como os que ampliam os casos de despervalização do aborto, o que legaliza a união civil de pessoas do mesmo sexo e os que permitem a esterilização humana como método de planejamento familiar".

Brasília, 17 do outubro de 1996.

Dom Raymundo Damasceno Assis Secretário Geral da CNBB

ANEXO HOMOSSEXUALIDADE 5

QUESTIONARIO PARA ENTREVISTAS SOBRE HOMOSSEXUALIDADE

1. Como você analisa a presença da Igreja católica em uma sociedade laica e em um estado laico?
2. Você considera que a Igreja católica influencia nas políticas sobre a livre expressão sexual? Ou não influencia em nada? Em que concretamente?
3. Quais são os projetos de lei sobre homossexualidade? Você lembra?
4. Qual têm sido as dificuldades concretas que a igreja Católica tem colocado sobre estas políticas
5. Como você analisa o comportamento do Estado nestes debates
6. Existem deputados organizados em contra destes projetos?
7. Que avanços têm encontrado nestas relações entre a Igreja e o estado tendo em conta as discussões sobre a homossexualidade?
8. Como a comunidade homossexual se tem organizado para incidir nas políticas publicas sobre a homossexualidade.

ANEXO GERAIS

Relação das entrevistas realizadas

Nome	Instituição	Instrumento
Roberto de Jesus Batata	Coordenador do Instituto Edson Néri – representante da ILGA International Lesbian and Gay Association (Ilga) – e da ABGLT)	Questionário respondido por escrito e pelo telefone
Toni Reis	Secretario geral da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT	Questionário respondido por escrito
Luiz Mott	Antropólogo e fundador do Grupo Gay da Bahia	Material enviado por escrito
Paula de Oliveira e Sousa	Centro de Referencia e Treinamento/ AIDS-SP e coordenadora do Grupo de trabalho com religiões	Entrevista gravada
Maria Angela ¹²³	25 anos, religiosa de uma congregação católica de São Paulo	Entrevista gravada
Raldo Bonifácio Costa Filho	Ex assessor e atual Consultor do Programa Nacional DST/ AIDS	Questionário respondido por escrito
Frei Luiz Carlos Lunardi,	Assessor da Pastoral DST/ AIDS – CNBB	Questionário respondido por escrito
Marcio Fabri dos Anjos	Pe. Redentorista professor, teólogo e especialista em Bioética	Entrevista concedida pelo telefone
Juçara Portugal Santiago.	Representante do capitulo brasileiro da comunidade internacional de mulheres vivendo com HIV/ AIDS/ ICW/ Brasil	Entrevista concedida por escrito e pelo telefone
Edílson Ricardo	Grupo gay de Alagoas	Entrevista concedida por escrito
Marcelo Lopes	Assessor do coordenador do grupo Pastoral Parlamentar Católico, deputado Pe. José Linhares,	Entrevista concedida pelo telefone

¹²³ Este nome foi mudado por indicação da entrevistada

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)